

OUTUBRO 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.
A Redação

Genérico

Redação Domingas Mota

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, Heliana dos Santos, Ilda Sebastião, Massomba Dominique e Tiago Catito

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Inflação acumulada é de 8,40 por cento	1
1.2 Entre a Kinguilas e o Dólares Funciona o nosso salário	1
1.3 Sector financeiro em Angola teve comportamento positivo	2
1.4 Angola recorre ao FMI para conter efeitos da crise económica	3
1.5 Financiamento visa equilibrar balança de pagamento	4
1.6 Taxa da população bancarizada ronda ainda os oito por cento	5
1.7 Chefe de Estado cria comissão para programa de comércio rural	6
1.8 Banca Lucrou mais 60,5% em 2008	6
1.9 Injecção de divisas não acaba com falta de dólares	7
1.10 Banco aposta no aumento da bancarização	8
1.11 Activos dos bancos cresceram 93,3 por cento em 2008	9
1.12 Crescimento da economia catalisa empréstimos	9
1.13 Gestores devem estar preparados para uma economia de contenção	10
1.14 Exercício do comércio precário reservado a cidadãos nacionais	10
1.15 Empresas garantem exposição de alto padrão	11
1.16 Receita petrolífera cai mais de Usd 13,5 bilhões	12
1.17 Preço do “Ouro Negro” pode chegar aos 85 dólares	13
1.18 “Prudência” nas melhorias verificadas na economia angolana	14
1.19 Aumenta em Angola o fosso entre ricos e pobres	14
1.20 Começa haver dinheiro para relançar crescimento	15
1.21 Economia angolana: algumas melhorias, prudência exige-se	16
1.22 Inflação acumulada é de 9,21 parcela	17
2 MICROFINANÇAS	19
2.1 Camponeses da Praia dos Bebés beneficiam com o micro-crédito	19
2.2 BP participa no desenvolvimento socio-económico	20
2.3 Grupo LR na construção de casas	20
2.4 Mulheres rurais querem acesso ao crédito	21
2.5 Novo Banco cria mecanismo para financiar camponeses	21
2.6 Microcrédito é a forma mais eficazes de combate á pobreza	22
2.7 “É preciso combater uma relação de dependência com o Estado”	23
3 MERCADO INFORMAL	26
3.1 Mais de mil botijas de gás estão prestes a explodir	26
3.2 Protesto á porta da Administração do Lobito	27
3.3 Senhores levam o pão às portas dos clientes	27
3.4 Auto-emprego Forma de sustentação	28
3.5 Kinguilas tranquilas	29
3.6 Candonga de energia tem os dias contados	29
3.7 Instituto do Consumidor preocupado com o enchimento clandestino de gás	30
3.8 Zungueiras louvam trabalho do governo	30
3.9 Vandalismo no Kikolo	31
3.10 “Sexta-Feira negra” no mercado do Kicolo	31
3.11 Os Prós e contras, do Roque Santeiro	33
3.12 Roque Santeiro e Kikolo “Voltam ao normal”	33
4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	35
4.1 Sobrefacturação arruína administração pública	35
4.2 “Os encargos aduaneiros podem superar 60% do valor do bem importado”	36
4.3 Fontes de receita tributária de 2009	37
4.4 Menos burocracia e mais receitas nos cofres do Estado	37

4.5 Deputados informados sobre execução do OGE	39
4.6 Conta Geral do Estado facilita controlo parlamente	39
4.7 Um tribunal de faz de contas	40
4.8 Aprovadas propostas do OGE e do Plano Nacional para 2010	41
4.9 Proposta de OGE e do Plano foram aprovadas	42
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	43
5.1 ONG reforçam acções de cooperação com o Governo	43
5.2 Sociedade civil começa a debater direitos sociais e civis	43
5.3 O Caso Cabinda e a nova Constituição	44
5.4 Contributo da sociedade é crucial no debate sobre a Constituição	46
5.5 Administrador Municipal de Cacucaco apresenta programa de investimento público	46
5.6“O censo da população é mais importante que as eleições”	47
5.7 Governo empenhado na modernização da estatística	48
5.8 Elaboração da nova Constituição recebe contribuições de igrejas	49
5.9 Membros do Executivo tomam posse	50
5.10 Projectos vão ser apresentados nas províncias	50
5.11 Populares negam rei do Bailundo	51
5.12 Cinco milhões de...nada	52
5.13 Está tudo como sempre esteve	53
5.14 Onde para o Fundo de Gestão autónoma dos municípios	53
5.15 Cinco milhões estão no barulho	54
5.16 Oposição aperta o cerco	55
5.17 Um exemplo vivo da falta de políticas para pobres	56
5.18 Administradores municipais receberam a totalidade da verba	57
5.19 Cabinda promete assistência médica personalizada	58
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	61
6.1 Governo do Huambo aparecia plano urbanístico	61
6.2 Bembe tem estrada nova e deixou de ser vila fantasma	62
6.3 Comissão Nacional de Urbanismo tem orçamento até ao final do Ano	63
6.4 Onjusalu vai construir 50 mil casas de baixa renda	64
6.5 Cidade do Huambo acolhe fórum "Planear o nosso Futuro Urbano"	65
6.6 Governo vai disponibilizar usd 240 milhões para programa de habitação	66
6.8 Apartheid imobiliário do novo MPLA	66
6.7 Ministro do Urbanismo garante construção de um milhão de casas no prazo estabelecido	66
6.9 Huambo acolhe o acto central	67
6.10 O mundo celebra dia do Habitat	67
6.11 Cunene dispõe de reservas fundiárias em fodos os municípios da província	68
6.12 Mais de seis milhões de angolanos vão ter habitação condigna até 2012	68
6.13 Habitações condignas e ensino	69
6.14 Instituições aderem ao seguro habitacional na província do Bié	69
6.15 Vivendas de alto padrão em Talatona	70
6.16 Débil conservação degrada edifícios em Luanda	70
6.17 Grupo LR na construção de casas	72
6.18 Lusíada propõe novos conceitos de autoconstrução dirigida	73
6.19 Um milhão de casas para 6 milhões de habitantes	73
6.20 Generoso de Almeida lança novo condomínio	74
6.21 Deterioração é agastante	75
6.22 Imoralidade faz morada	75
6.23 Evacuação do prédio da lagoa no Kinaxixi	76
6.24 Luanda é uma cidade cara	77
6.25 Luanda a alta velocidade “Repensar o futuro de forma controlada”	78
6.26 Imobiliário sob pressão	78
6.27 “Em Luanda não diminuirá a procura nos próximos dez anos	80

6.28 Projectos habitacionais do tipo "Chave na mão"	80
6.29 O problema da habitação	81
6.30 Grandes empreendimentos em construção	82
6.31 Governo constrói casas para antigos combatentes	83
6.32 Governo autorizado a legislar sobre isenção de direitos aduaneiros e impostos de consumo	83
6.33 Ministro do Urbanismo e Habitação anuncia construção de 200 mil casas	84
6.34 Bairro social em construção	85
6.35 Com uma do Benfica ganha projecto urbanístico	85
6.36 Grupo empresarial deseja participar na construção de um milhão de casas	86
6.37 Incentivos à habitação	86
6.38 Governo cedeu lotes para autoconstrução	87
6.39 Ministério do Urbanismo e Habitação incentiva surgimento de cooperativas	87
6.40 Construtoras preparadas para a edificação de um milhão de casas	88
6.41 Cabinda Nova Urbanização a Crescer	89
6.42 As casas e o alívio dos materiais	90
6.43 O Pesadelo da casa própria	91
6.44 Cerâmicas condicionam programa um milhão de casas	92
6.45 Uma T4 por Usd 33 mil	93
6.46 Arcebispo da província do Huambo fala de crescimento urbano no país	93
6.47 Governo está a melhorar instalação dos técnicos no município da Banga	94
6.48 Auto-construção Malanje tem projecto para milhares de casas até 2012	94
6.49 Mais casas no projecto Nova Vida	95
6.50 Grupo empresarial anuncia construção de casas no Huambo	95
6.51 Isenções aduaneiras para um milhão de casas	95
7 TERRA	97
7.1 Trinta mil pessoas foram desalojadas em sete anos	97
7.2 Plano de distribuição de terrenos em Luanda pode descarrilar	98
7.3 Moradores do «Dangereux» temem «Camartelo» do GPL	99
7.4 Governo supera os brancos colonialistas em maldade	100
7.5 «Há desinformação»	101
7.7 Terrenos para a construção de casas estão identificados	101
7.6 Desalojamentos forçados chegam às Nações Unidas	101
7.8 Angola tem 30 milhões de hectares	102
7.9 Ocupação anárquica de terrenos cria dificuldades na construção de infra-estruturas básicas	102
7.10 OMUNGA pede intervenção da procuradoria sobre desalojamentos forçados	104
7.11 Aceso braço-de-ferro no Huambo	104
7.12 Tchizé comprou o bairro Katambor	105
7.13 Há quem pagou por um terreno e ficou com documentos na mão	105
7.14 Vinte e duas pessoas mandadas para rua em benefício de duas	106
8 SERVIÇOS BÁSICOS	108
8.1 Plano de distribuição de terrenos em Luanda pode descarrilar	108
8.2 Governo supera os brancos colonialistas em maldade	109
8.3 Municípios pedem aterro sanitário	110
8.4 Vandalismo complica recolha do lixo	110
8.5 Desalojamentos forçados chegam às Nações Unidas	110
8.6 Executivo de “China” Suspende Cedência de terrenos	111
8.7 Água potável para todos em Malanje	111
8.8 Mecanagro prepara terras em Malanje	113
8.9 Campanhas de limpeza em Viana	113
8.11 Faltam locais para o depósito de lixo no bairro Compão	113
8.10 Ruptura de conduta na Maianga deixa zonas de Luanda sem água	114
8.12 Projecto "Água para todos" chega a milhares de pessoas	114
8.13 Programa “Água para todos” chega a todos os municípios	115

8.14 As lixeiras de fins-de-semana nas praias da Ilha	115
8.15 Privação de electricidade na ordem do dia	115
8.16 Vinte e duas pessoas mandadas para rua em benefício de duas	116
8.17 Há quem pagou por um terreno e ficou com documentos na mão	117
8.18 “Água para todos” uma perspectiva longínqua	118
9 AMBIENTE	119
9.1 Autoridades preocupados com o abate de árvores	119
9.2 Chuvas desalojam famílias	119
9.4 Ministério dos Petróleos realiza seminário sobre a campanha de controlo ambiental	120
9.3 Ecologistas querem maior adesão à causa Ambiental	120
9.5 Estudo sobre impacto ambiental deve ser respeitado	122
9.6 Experiência brasileira sobre biocombustíveis em Angola	122
9.7 Etanol e açúcar da Biocom a partir do próximo ano	123
9.8 Governo está a preparar condições para travar agressões ao ambiente	123

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Inflação acumulada é de 8,40 por cento

Semanário Factual 25 a 2 de Outubro de 2009

O comportamento dos preços no mês de Agosto teve uma ligeira desaceleração, ou seja, foi de 0,87 por cento, menor valor desde o começo do ano de 2009.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas contribuíram para essa desaceleração a rubrica "Vestuário e Calçados" e os "Alimentos e Bebidas não alcoólicas"

O abrandamento dos preços no mês de Agosto fez com que a inflação homóloga caísse para 13,79 por cento contra 13,97 percenta no mês de Julho, um sinal que indicia para uma versão da tendência dos preços no terceiro trimestre de 2009.

A tendência da inflação, nos primeiros meses de 2009, associada à complexa conjuntura macroeconómica gerada pela crise, levou o executivo a alterar as metas de inflação para o ano em curso de 10 por cento para 12,5 por cento.

A inflação acumulada no primeiro semestre de 2009 foi de 6,21 por cento, reflectindo um agravamento em relação ao período homólogo de 2008 (5,5 por cento) e de 2007 (5,04 por cento). A inflação média mensal foi de 1,01 por cento.

Pelo facto de as taxas de inflação mensais em 2009, à excepção do mês de Maio, terem superado as taxas de 2008, a inflação homóloga agravou-se ao longo do período, situando-se em Junho na ordem dos 13,95 por cento.

A classe de "Alimentação e bebidas não alcoólicas que possui o maior ponderador no Índice Preços no Consumidor (IPC), ao registar uma inflação acumulada de 6,96 por cento, foi a que maior contribuição teve no agravamento da inflação, denotando, no entanto, um impacto menor do que no período homólogo de 2008, situação que se explica pela desaceleração do preço dos alimentos no mercado internacional.

"Assim, os factores estruturais internos foram os que

mais contribuíram para a inércia inflacionária no período, destacando-se as dificuldades no transporte de pessoas e de bens na época chuvosa.

Nesta perspectiva, a classe de "Transportes" foi a que registou a maior subida de preços no primeiro semestre (12,27 por cento, salienta o relatório do Banco Nacional de Angola relativo ao primeiro semestre de 2009.

O documento destaca, igualmente, a classe de "Hotéis, cafés e restaurantes, que registou um crescimento acumulado de preços da ordem dos 10 por cento.

As taxas de juro nominais activas valorizaram-se no período em análise, passando as taxas de juro efectivas reais de níveis negativos em Dezembro de 2008 para níveis positivos, situação que se explica pela subida das taxas de juro nominais em proporções superiores aos do nível de inflação.

Contudo, não obstante se terem constado igualmente tímidas melhorias nas taxas de juro passivas, as mesmas continuaram negativa em termos efectivos reais.

Assim, no mês de Agosto a classe "Vestuário e Calçado" foi a que registou o maior aumento de preços com 1,68 por cento, influenciado pela subida da roupa interior feminina na ordem de 3,5 por cento. O preço do fato para crianças subiu 3,13 por cento, o calçado de cabedal para mulher, 3,12 por cento, o vestido 2,82 por cento, o uniforme escolar para homens 2,43 por cento e a camisas 2,27 por cento.

Porém, destacam-se também os aumentos de preços verificados nas classes "Hotéis, Cafés e Restaurantes" com 1,65 por cento, a classe "Alimentação e Bebidas não Alcoólicas", 1,19 por cento e "Bens e Serviços Diversos, 0,24 por cento.

1.2 Entre a Kinguilas e o Dólares Funciona o nosso salário

O Independente 03 De Outubro de 2009

Muitos funcionários da função pública, por esta altura, estarão de calculadora à mão e com os neurónios a ferver, procurando contornar a redução (ou perda) do poder de compra dos seus salários, cujas repercussões obrigam a uma reestruturação dos planos pessoais, e não só.

Seja por onde for, se assim estão a proceder os funcionários angolanos, não devem perder de vista que esta acção é consequência da crise financeira mundial, cujos efeitos, contrariamente ao que alguns expert nos quiseram impingir, vão provocando algumas, não

poucas, desarticulações no sistema financeiro angolano, sobretudo no que tange a relação com a moeda de referência de grande parte das transacções comerciais, no caso, o "forte" dólar americano.

Por máximo que seja o esforço para evocar-se a crise no mais reduzido dos significados para a economia angolana e o *modus vivendi* dos cidadãos, principalmente os que apenas dependem do salário, os resultados não são totalmente encorajadores, pois há indicadores micro que se estabelecem à escala maior, o que faz compreender que, de facto, a crise económica está aí bem "acomodada" na realidade social dos angolanos, e quanto mais, dos menos afortunados.

Especialistas em economia teorizam que, perante a crise económica, são vários os sectores que aproveitam pôr em marcha acções, alguns vezes até de maneira pouco honesta, com as quais pretendem rapidamente aumentar o lucro nos negócios bem como acumular a maior quantidade de capital, não se importando com os meios para atingir os fins.

A estratégia de tais homens de negócios torna-se mais evidente e nefasta nas economias onde, por obrigatoriedade das limitações na estruturação do seu sistema económico, independentemente das razões, dizíamos, a vida tem uma relação que pode ser considerada canina, entre o dólar americano e o poder de compra do salário dos trabalhadores.

Ou seja, a "artimanha" penaliza mais duramente o país cuja presença do dólar é sentida até no mais ínfimo dos negócios, como é o caso de Angola, cujo exemplo vem do preço mínimo dos cartões de recarga de telemóveis, há muito indexado aos dez dólares norte-americanos e também, há muito tempo ultrapassado, promovendo lucros aos detentores do negócio, ante o olhar passivo e inocente (?) de quem de direito.

E, como a coisa vai assim, quem perde o seu poder real é o salário do trabalhador, já o dissemos atrás, quanto mais não fosse com o movimento de reaparição das kinguilas, cujos esquadrões estão mais reforçados em várias esquinas de Luanda.

E, dissemos reaparição, pois, convenhamos, durante os últimos dois/três anos, período em que a economia angolana alcançou níveis consideráveis de crescimento, e por conseguinte relativa estabilidade macro-económica, as vendedoras de moeda estrangeira, de rua ou na rua, tiveram que lutar para manter o negócio com níveis aceitáveis de rendimento, o que levou a que muitas delas optassem por outro tipo de negócio.

As poucas que resistiram eram unânimes em afirmar que a actividade apenas servira para quebrar a rotina de permanecer diariamente em casa, mesmo sabendo que o lucro quase não dava para nada.

Claro está que a coisa não ficou parada por aí, porquanto o movimento arrastou consigo muitas casas de câmbios, que por hoje, também, vão dando ar da sua ressuscitação, e, compreendendo alguns fenómenos da crise, lá estão elas a interpretar o provérbio segundo o qual, "é no aproveitar que está o ganho", adágio que se relaciona perfeitamente com a teorização dos académicos que falam dos aproveitamentos em tempo de crise.

Portanto, quando a lealdade é coemblemática do negócio, nada há de contraditório, o que não é o nosso caso, pois, alguns patriotas, (são dignos do adjetivo?), pelo poder de influência que detém em vários sectores da economia angolana, vão engendrando acções que em nada ajudam a resolução da crise, aliás, com as quais pretendem enriquecer rápida e até mesmo desonestamente. Neste seguimento, pode-se agenciar os bancos comerciais que, alegando ordens superiores, suspenderam as vendas de divisas aos clientes, medidas que não afectaram a compra, por sua parte, claro.

É que pelo bico-de-obra que se tornou adquirir moeda estrangeira, sobretudo dólar, no mercado oficial, as kinguilas, como que um quartel financiado sabe-se por quem, aproveitam explorar o comprador, (a venda no mercado paralelo está a ser feita a 10 mil kwanzas, por cada nota de cem dólares), imaginando-se o lucro desleal daí adveniente e as suas repercussões para os restantes sectores a vida social que não se realizam sem a implícita ou inexplícita relação como dólar.

Daí a preocupação de que a coisa venha a piorar, pois, com o advento do natal, E como é praxe da casa, o bolso do cidadão sofrerá durm golpes na habitual aquisição do cabaz e de outras especiarias típicas da época festiva, pelo que, apelamos à contenção na abordagem do fenómeno kinguilas, dólares E salários.

1.3 Sector financeiro em Angola teve comportamento positivo

Jornal de Angola 4 de Outubro de 2009

O estudo "Banca em Análise" da Deloitte, apresentado sexta-feira última em Luanda, refere que apesar dos constrangimentos originados pela crise financeira internacional, o sector financeiro em Angola registou um comportamento positivo.

O volume de crédito e depósitos cresceu em valores claramente superiores à evolução do PIB. Manteve-se ainda o empenho no reforço da presença das instituições, através da abertura de novos balcões, verificando igualmente uma evolução significativa dos meios electrónicos de pagamento, de acordo com o estudo.

O estudo revela que durante o ano de 2008, o sector bancário angolano evidenciou uma performance assinalável, com um crescimento de 59 por cento nos depósitos de clientes e no crédito a clientes.

No mesmo período, a rentabilidade e a eficiência do sector saíram reforçados, cifrando-se a rentabilidade dos capitais próprios médios (ROAE) em 41,9 por cento e o indicador de custos gerais de exploração sobre produto bancário bruto em 37,7 por cento.

Meios electrónicos de pagamento

O estudo destaca o aumento do número de cartões vivos em 72 por cento para cerca de um milhão de unidades.

A rede de terminais teve uma evolução de igual modo significativa, com um crescimento de 47 por cento do número de caixas automáticas (71 7 em 2008 comparativamente a 488 em 2007) e 120 por cento do número de Terminais de Pagamento Automático (2660 em 2008 comparado a 1211 em 2007).

A evolução do número de transacções, de acordo com o estudo, que vai na sua quarta edição, é igualmente significativa, com crescimento em 2008 de 78 por cento realizadas em Caixa Automática (ATM) e 140 por cento nas efectuadas em Terminais de Pagamento Automático (TPA).

O crédito sobre clientes, embora tenha mantido um crescimento acentuado, diminuiu o seu peso na estrutura de activos, invertendo a tendência de anos anteriores.

A componente de obrigações e outros títulos aumentou o seu peso relativo, resultante da forte emissão de Obrigações do Tesouro (OT), Bilhetes do Tesouro (TBC), durante o ano, com incidência no segundo semestre.

O estudo revela que os restantes componentes apresentam um peso relativamente similar entre 2007 e 2008, podendo a estrutura voltar a alterar-se em 2009, tendo em consideração o abrandamento quer da emissão de dívida pública, quer do crédito concedido à economia.

O rácio crédito líquido sobre depósitos manteve-se entre 2007 e 2008, depois de um crescimento acelerado em anos anteriores, um facto que tem origem no abrandamento na concessão de crédito, especialmente no segundo semestre.

O valor total dos depósitos de clientes na banca angolana ascendeu a mais de 1.427 mil milhões, o que representa um crescimento de 59 por cento face a 2007. A estrutura de depósitos por moeda manteve-se praticamente inalterável no que respeita ao peso da moeda estrangeira.

Os depósitos a ordem continuam a aumentar a sua predominância face aos depósitos a prazo, representando, em 2008, 82 por cento do total de depósitos de clientes, face aos 80 por cento de 2007 e 73 por

1.4 Angola recorre ao FMI para conter efeitos da crise económica

Semanário Factual 02 a 09 de Outubro de 2009

Dois anos e meio depois de ter cancelado unilateralmente as consultas em curso com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Angola acaba de assegurar um significativo financiamento para combater os efeitos da crise global no país.

Em Março de 2007, o então ministro angolano das Finanças, José Pedro de Moraes, escreveu a Sanjeev Gupta, chefe de missão do FMI para Angola, questionando o sucesso do executivo em "implementar um programa interno de estabilização macroeconómica" e destacando a intenção de continuar "a executá-lo sem estar sujeito a condições restritivas".

Os trunfos mostrados pelo ex-ministro eram o crescimento económico (13 por cento ao ano, em termos reais", no período 2003-2006), impulsionado pela expansão da produção petrolífera, acompanhada de uma redução "drástica" da inflação.

A representação do FMI em Luanda foi inaugurada em 1997, oito anos após Angola ter aderido ao organismo, e o Fundo foi colaborando com o governo e o banco central na elaboração de programas de estabilização macroeconómica, no aumento da transparência das finanças públicas e na implementação de reformas estruturais.

As relações entre ambas as partes, porém, foram sofrendo rupturas, como a tornada pública em 2005, depois da divulgação de um estudo do FMI sobre corrupção em Angola.

Da autoria do professor norte-americano, John McMillan, da Universidade de Stanford, o estudo "A Corrupção é a Principal Instituição [em Angola]" foi qualificado por José Pedro Morais como uma "irreparável agressão moral" às instituições angolanas.

A consequência da sua divulgação, afirmava Morais em carta ao então director do FMI, o espanhol Rodrigo de Rato, era a "imediate cessação das conversações" com o FMI sobre a assinatura de um Acordo Monitorado.

Com acesso a crédito externo abundante - de consórcios bancários e de vários Estados, sobretudo a China, Angola podia então dispensar a ajuda do FMI, mas precisou recorrer novamente à entidade nos últimos meses, devido à quebra das receitas petrolíferas angolanas.

À margem da reunião do Grupo dos Oito (G8, que reúne as sete maiores economias do mundo e a Rússia) na cidade italiana de L'Aquila, em Julho, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, encontrou-se com responsáveis do Fundo e convidou-os a visitar Angola.

No mês seguinte, às vésperas da chegada da missão do FMI para "contactos exploratórios", o actual ministro angolano das Finanças, Severim de Morais, rejeitou, em declarações à Rádio Nacional de Angola, a existência de qualquer divergência e ressaltou que "Angola limita-se a tomar nota das recomendações [do Fundo], a maior parte das quais foram aplicadas".

No final da visita, a missão, liderada por Lamin Leigh, considerou "produtiva" a visita e "excelente" a cooperação prestada por Luanda.

"Angola enfrenta uma difícil situação económica em 2009, como resultado da crise económica global", afirmou o comunicado final.

No anúncio do acordo não foram divulgados valores, mas o Ministério das Finanças angolano já tinha assumido que desejava dois biliões de dólares para dar seguimento ao processo de reconstrução do país.

1.5 Financiamento visa equilibrar balança de pagamento

Jornal de Angola 06 De Outubro de 2009

O ministro das Finanças, Severim de Morais, disse ontem, em Luanda, que o empréstimo que o Fundo Monetário Internacional vai conceder ao país, através do acordo "Stand By", visa equilibrar a balança de pagamentos do país (total de dinheiro que entra e sai de

um país, na forma de importações e exportações de produtos, serviços, capital financeiro, bem como transferências comerciais).

Ao mesmo tempo que visa resolver a actual situação de escassez de divisas no mercado cambial, o acordo com o Fundo Monetário Internacional abre possibilidades de aumentar a credibilidade de Angola no mercado financeiro internacional, disse o ministro das Finanças à Rádio Nacional de Angola. Na visão do ministro, o acordo com a instituição financeira internacional vai permitir também o acesso ao crédito em melhores condições e uma significativa melhoria na situação da balança de pagamentos de Angola.

Estabilidade da moeda o funcionário sénior do BNA, Leão Peres, afirmou que uma das vantagens que o empréstimo do FMI pode proporcionar tem a ver com a estabilidade da moeda.

Disse que o financiamento vai ajudar o país, com incidência na componente cambial, a estabilizar a moeda, pois por conta da redução das receitas e impostos petrolíferos, o país tinha relativa escassez de divisas, tendo havido uma forte pressão sobre o fundo cambial, que favoreceu os níveis de depreciação da moeda nacional.

Leão Peres acredita que o financiamento do FMI vai repor os níveis de confiança. Para o funcionário, o facto de a instituição financeira internacional ter estabelecimento os termos do financiamento sem pré condições, prova que Angola granjeou credibilidade. "As políticas que o Governo tem desenvolvido merecem a aceitação das instituições financeiras internacionais", reconheceu.

Pires Ferreira, antigo administrador do BCI, disse que o apoio do FMI se deve ao desempenho da economia angolana nos últimos anos. "Daquilo que eu conheço do FMI, o papel que Angola vem desempenhado na componente económica serviu de corolário para que tal fosse possível", referiu.

Na sua óptica, o financiamento vai permitir ao país dispor de recursos que vão dar um contributo significativo para as grandes prioridades, que estão voltadas para o processo de desenvolvimento. O acordo "Stand by", com base no qual o fundo vai reforçar as acções contidas no programa do Governo de acordo com a necessidade da balança de pagamento, é, segundo o economista Alves da Rocha, um reforço da confiança de Angola junto das instituições financeiras internacionais.

“Os acordos do FMI são amplamente difundidos a nível mundial, o que é bom para a imagem externa de Angola, que era muito positiva até 2008”, disse, acrescentando que esta imagem começou a ser beliscada com a queda dramática nas reservas internacionais líquidas, o que transmitiu sinais de preocupação à comunidade internacional.

Este acordo com o FMI pode constituir um facto importante para que a comunidade internacional tenha maior confiança na economia de Angola e, seguramente, no seu Governo, concluiu.

A quebra no valor das exportações em petróleo e diamante estava a provocar desequilíbrios na balança, com incidência na compra de mercadorias e também nas contas de transacções correntes, que nos anos anteriores apresentavam superavit extraordinários, reconheceu o economista.

1.6 Taxa da população bancarizada ronda ainda os oito porcentos

Jornal de Angola 07 De Outubro de 2009

A taxa da população bancarizada continua bastante reduzida, rondando os oito por cento, numa altura em que a própria bancarização se vê num processo sem consolidação à vista, conforme revela o estudo da Deloitte, lançado em Luanda na última semana. Face a esta realidade, refere o estudo, os banqueiros são categóricos: bancarizar e adquirir clientes, através do crescimento orgânico.

Nesta quarta edição do estudo “Banca em análise”, o trabalho teve por base dois inquéritos realizados junto dos bancos a operar no mercado. O primeiro incide sobre as tendências do sector e as práticas de suporte ao negócio. O segundo está voltado para as práticas da função contabilística e financeira e da gestão do risco. Os dois inquéritos visam apresentar a visão dos inquiridos sobre a realidade actual da banca e as perspectivas da sua evolução.

O inquérito focou três vertentes. A bancarização, sem consolidação à vista, gestão dos clientes, através da informação e da proximidade e sustentabilidade e controlo do mercado.

O estudo adianta as tendências que irão exercer maior influência no sector bancário angolano, entre as quais o aumento da bancarização da população em cerca de 14 por cento, atracção e retenção de talento, em 10 por cento, e um aumento da regulamentação do sector, igualmente em 10 por cento.

No que toca as tendências de liberalização do mercado de capitais, o estudo prevê um aumento na ordem do quatro por cento, um valor que é também atribuído ao nível de sofisticação dos clientes. Prevê um aumento da concorrência em cerca de 10 por cento e oito por cento para expansão da rede de distribuição física.

De acordo com o estudo, a banca angolana vai continuar a desenvolver-se nos próximos anos apostando essencialmente no retalho tradicional e sem movimentos relevantes de consolidação em vista.

Os banqueiros angolanos vêem o aumento da população bancarizada como a tendência mais marcante do sector para os próximos anos. Como resposta, revêem as suas estratégias, apresentando como tónica dominante as pessoas (como reforço da qualificação e dotação), as capacidades de gestão de risco e mais e melhor informação para gestão.

O estudo refere que, neste cenário, a esmagadora maioria dos bancos é unânime em dizer que vai continuar a investir no desenvolvimento do negócio, reconhecendo a necessidade de conhecer melhor os clientes e melhorar o controlo da execução das operações.

Para fazer face a esta evolução, lê-se no documento, as apostas de fundo dos bancos angolanos apontam com maior destaque para três áreas, a primeira das quais visa o reforço das competências dos colaboradores, a segunda o reforço das capacidades de gestão de risco e a terceira o aumento dos instrumentos e da informação de suporte à gestão.

Apostar num maior conhecimento do cliente, conforme revela a pesquisa, é uma das necessidades mais sentidas pelos bancos angolanos. Se no segmento corporate a informação disponível é satisfatória, no a retalho as lacunas são relevantes, refere o estudo da Deloitte, lançado na última semana.

O estudo refere ainda que a maioria dos “players” do sector reconhece que há um défice significativo na recolha e utilização de informação no mercado de retalho, sendo que em 60 por cento dos casos a informação que permite segmentar estes clientes é desconhecida, ou, sendo conhecida, não é incorporada na formulação das propostas de valor existentes.

1.7 Chefe de Estado cria comissão para programa de comércio rural

Jornal de Angola 8 De Outubro de 2009

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou, ontem, por despacho, a Comissão Nacional Multi-Sectorial para a realização do Programa do Comércio Rural, coordenada pela ministra do Comércio.

Uma nota de imprensa dos Serviços de Apoio ao Presidente da República refere que a comissão tem como coordenador adjunto o ministro da Agricultura e é integrada pelos ministros da Indústria, das Finanças, dos Transportes e da Família e Promoção da Mulher.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Rural e o Governador do Banco Nacional de Angola fazem também parte da comissão. À comissão, entre outras atribuições, cabe a tarefa de estabelecer a articulação entre os vários parceiros públicos e privados intervenientes no comércio rural e definir os requisitos para a selecção dos operadores e das instituições bancárias ou financiadores.

A Comissão vai, igualmente, executar as políticas definidas pelo Ministério do Comércio para a comercialização rural e para o abastecimento às comunidades rurais.

O despacho estabelece que, em função da execução do programa, vão ser criadas, por despacho dos governadores, comissões provinciais multi-sectoriais.

1.8 Banca Lucrou mais 60,5% em 2008

Expansão 09 De Outubro de 2009

O produto bancário, excluídas as provisões das instituições financeiras nacionais, registou um crescimento médio de 60,5% em 2008, face ao ano anterior, aponta o estudo da Deloitte "Banca em Análise", relativo à actividade do sector durante o ano transacto.

Segundo a consultora, os principais bancos a operar em Angola contabilizaram um total de resultados líquidos de 65,6 biliões de kwanzas, mais 105% que em 2007, que decorreu do menor crescimento dos custos face ao produto e "ao acréscimo de rendimentos não tributados, designadamente títulos de dívida pública", explica o estudo apresentado no dia 2 de Outubro, em Luanda.

Nesta quarta edição do estudo "Banca em Análise", a Deloitte incluiu dois inquéritos relativos a práticas de negócio, financeiras e de risco. De acordo com os

especialistas da consultora, o sector demonstrou em 2008 maiores Índices de produtividade, com negócios em que se possa usufruir de 30% de rentabilidade sobre os capitais investidos". Sobre a relação entre proveitos e custos, o especialista salienta que o aumento dos primeiros a um ritmo superior aos segundos "não é vulgar num ambiente de grande expansão" do sector.

Efeito da crise reflectido no aumento das provisões Um dos pontos também salientados no estudo foi o impacto que a crise financeira global, que tomou de assalto o mundo há mais de dois anos, teve no seio da banca angolana. Neste ponto verifica-se que os departamentos de gestão dos bancos tomaram uma iniciativa quase em unísono, tomando a liberdade de aumentarem, em média, as suas provisões em 76% com vista a prepararem os balanços das instituições financeiras para a possibilidade de a crise se agravar.

"Os resultados desta quarta edição do estudo Banca em Análise demonstram que o sector financeiro angolano soube encontrar formas de progredir, apesar da crise financeira global. No entanto, os desafios são expressivos e exigem, hoje mais do que ontem, amplitude de visão, rigor na gestão e determinação na acção.", Comenta Rui Santos Silva, responsável pela Deloitte Angola.

No que se refere à principal fonte de receita da banca, o crédito concedido a clientes, verifica-se que 80% dos empréstimos foram executados por apenas cinco bancos, denotando uma forte concentração do sector e também uma redução do ímpeto de subida de concessão de crédito, "compensada com obrigações e outros títulos", explicou João Carvalho, da Deloitte. Na relação entre depósitos à ordem e a prazo, a predominância vai para os primeiros.

O crescimento de 60% do volume de dinheiro nas contas à ordem "é significativo num ano com abrandamento económico", reforça João Carvalho. Ainda sobre o aumento do crédito, o estudo indica que o abrandamento do crescimento deverá reflectir-se também este ano, embora "existindo condições de manutenção sustentável dos níveis de crescimento a médio prazo, acompanhando as previsões de crescimento da economia" _ Destacado é o facto de já existir "grande nível de consolidação na banca nacional", sendo necessário passar para uma fase de fusões ou incorporação entre os bancos para que se atinja um patamar ainda mais elevado, avança o especialista da Deloitte

Sobre o reforço do total dos resultados líquidos de 105%, a consultora adianta que "o sector ultrapassou

tudo o expectável, mais que duplicando o ano 2007", com os 65 biliões de kwanzas atingidos em 2008, facto que João Carvalho considera "notável" _ O reforço dos bancos é claro também quando se analisa a tabela das diversas instituições, surgindo o líder Banco de Fomento Angola (BFA) com resultados líquidos que representaram mais de 50% do volume de todo o sector bancário do ano anterior (16,85 biliões de kwanzas), "algo de notável em qualquer parte do mundo.

Demonstra a pujança do sector em Angola", acentua o especialista da consultora responsável pelo relatório. No mesmo sentido, segue a opinião de Manuel Nunes Júnior, ministro da Economia, afirmando que "o estudo mostra que o nível de eficiência dos nossos bancos tem evoluído de forma muito positiva. Estamos ao nível dos mercados mais sofisticados".

Captar e manter talentos ao público

Para o futuro, as apostas deverão concentrar-se na captação de poupanças e nos meios de pagamento, mais que em créditos, avança Pedro Leitão, especialista da Deloitte. O incremento da presença de terminais de pagamento (TPA) nas instalações comerciais, das caixas de levantamento automático (ATM) e do desenvolvimento do sistema de homebanking (canal de Internet), são formas de aproximação ao cliente que permitirão também reduzir o volume de visitas destes às agências. "A tendência é a de crescimento dos terminais de pagamento e das caixas automáticas, facilitando o acesso dos clientes aos bancos. Isto melhorará o relacionamento transaccional", explica Rui Santos Silva, avançando ainda que "a afluência física nas agências é superior à dos mercados mais maduros".

1.9 Injecção de divisas não acaba com falta de dólares

Novo Jornal 9 de Outubro de 2009

A movimentação de moeda estrangeira junto dos bancos comerciais continua na ordem do dia depois da semana passada os ministros da Economia e das Finanças Manuel Júnior e Severim de Moraes, respectivamente, terem dito publicamente que o banco central, o BNA, iria injectar divisas no mercado e assim resolver o problema de escassez de divisas, dólares sobretudo, que nos últimos meses se têm registado na banca angolana e feito disparar a "nota verde" para cerca de 100 kwanzas.

Embora alteradas "as regras de jogo" do Banco Nacional de Angola, Manuel Júnior mostrou-se confiante, durante a apresentação do estudo sobre a banca angolana, que brevemente a situação de escassez

de divisas iria se alterar, já que o governo estabeleceu para este ano como objectivo essencial a garantia da estabilidade macroeconómica, mesmo num ambiente de abrandamento da taxa de crescimento.

Com esta medida, o governo angolano está também a procurar equilibrar o câmbio da moeda estrangeira comparativamente ao mercado paralelo, independentemente de enfraquecer ou não o kwanza, provocando já a reacção do mercado.

A flutuabilidade na taxa de câmbio no mercado nacional já é uma realidade e, segundo técnicos ouvidos pelo NJ, isto acontece porque os bancos comerciais passaram a fazer oferta sobre os dólares disponibilizados pelo Banco Nacional de Angola, em vez destes serem vendidos à taxa fixa.

Este semanário constatou ao meio-dia de quarta-feira que obter divisas disponibilizando menos kwanzas dependia também da boa vontade em andar, ou não, mais quilómetros, ou seja, o câmbio variava de acordo a instituição bancária.

O BAI era quem oferecia a melhor opção para a aquisição de uma nota de cem dólares, cobrando para tal 8.600 kwanzas. O BIC vinha logo a seguir e custava 8.700 kwanzas. Por sua vez, o banco público BPC cobrava pelos mesmos cem dólares 9 mil kwanzas, o BFA ficava pelos 9.300 kwanzas e no SOL por 9.700.

Nas casas de câmbio, a conversa é outra. A nota de cem dólares custava aproximadamente 10.200 kwanzas na Nova Câmbio.

Independentemente de tudo isso, a verdade é que uma semana se passou do anúncio da injecção de divisas e as dificuldades em se adquirir moeda estrangeira continua, embora alguns bancos vêm a público dizer o contrário.

A reportagem do NJ constatou isso mesmo em cinco bancos comerciais. Se nuns só se consegue dólares com comprovativos de viagem e num máximo de cinco mil USD, em outros a possibilidade de conseguir uma nota de 100 dólares era nula já que a resposta que se obtia era: "não temos dólares".

Os empresários é que não estão tão confiantes nesta injecção e preferem esperar. Depois dos fortes prejuízos causados com a falta de dólares e com o acentuado rigor dos bancos comerciais no cumprimento de algumas orientações do BNA, dizem que não sabem se vão voltar a ter a situação favorável que se registava até ao início deste ano. "Não basta disponibilizar mais dólares se os clientes não podem

movimentar. Esperamos que esta medida resolva também os constrangimentos que se registam com transferências e as ordens de pagamento das mercadorias", avança o empresário Julião dos Santos, importador de bens e serviços.

1.10 Banco aposta no aumento da bancarização

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

As informações disponíveis apontam para uma taxa de bancarização de 08 por cento, uma taxa ainda reduzida e que deverá ser o foco da banca nos próximos tempos.

O Relatório denominado "Banca em Análise" da Deloitte, divulgado recentemente em Luanda, destaca que "face a esta realidade, os banqueiros angolanos são peremptórios: bancarizar e adquirir clientes, através do crescimento orgânico.

O crescimento dos depósitos de clientes cresceu 59,3 por cento e os créditos a clientes aumentaram em 59,1 por cento.

O Estudo "Banca em Análise" apresenta, porém, uma análise do sector bancário nacional que teve como base dois inquéritos realizados junto dos bancos que operam no país.

Segundo o inquérito sobre as tendências do sector e as práticas de suporte ao negócio "Business & Growth Survey", "a banca angolana vai continuar a desenvolver-se nos próximos anos, apostando essencialmente no retalho tradicional e sem movimentos relevantes de consolidação em vista. Os banqueiros angolanos vêem um aumento da população bancarizada como a tendência mais marcante do sector nos próximos anos.

Entre as tendências que irão exercer maior influência no sector bancário angolano, o destaque vai para o aumento da bancarização que representa 14 por cento, seguida pela atracção e retenção de talentos, aumento da regulamentação do sector, a estabilidade do sistema político e legal, o aumento do rendimento disponível das famílias, a entrada de novos players no sector e o aumento da concorrência, todos eles com uma tendência de 10 por cento, respectivamente.

O inquérito destaca ainda que a banca de proximidade vai reforçar a sua expressão, recorrendo pouco, pelo menos no curto prazo, a elementos diferenciadores na interacção e a oferta disponibilizada aos clientes.

Neste cenário, avança o relatório, lia esmagadora maioria dos bancos são unânimes em dizer que vão

continuar a investir no desenvolvimento do negócio, recorrendo à necessidade de conhecer melhor os clientes e melhorar o controle de execução das operações.

"Apostar num maior conhecimento do cliente é uma das necessidades mais sentidas pelos bancos angolanos. Se no segmento corporate a informação disponível é satisfatória, no retalho as lacunas são relevantes".

A maioria dos players do sector reconhecem que há um défice significativo na recolha e utilização de informação no mercado de retalho, sendo que 60 por cento dos casos a informação que permite segmentar estes clientes é desconhecida, ou, sendo conhecida, não é incorporada na formulação de valor existites.

A fonte destaca que o aumento da rede física deverá aumentar em 30 por cento face a 2008, do qual se prevê a abertura de 111 novas agências em todo o território, dos quais 40 por cento em Luanda e com reforço importante na Huíla, em Malange e em Cabinda. Porém, realça que vários desafios terão que ser vencidos, nomeadamente quanto à disponibilidade de pessoas localmente ou via política de mobilidade, a gestão dos processos e com relação ao suporte adequado ao nível dos sistemas de informação (fiabilidade e controlo).

Quanto ao "Finance & Risk Survey" que cuidou da abordagem das funções contabilistas e financeiras e de gestão de riscos nos bancos nacionais, o destaque vai para o risco de crédito que, pela consequente expansão intensiva da rede bancária, os banqueiros destacam a "inexistência de uma base de dados de suporte à informação de risco".

Adicionalmente referem "as insuficiências sentidas ao nível de processos importantes como sejam os workflow de proposta de crédito e a gestão da informação relacionada com as empresas, incluindo a vertente de gestão de grupos económicos". O relatório sublinha ainda os riscos de cambial a que os bancos se encontram nesta altura expostos.

Salienta ainda que o crescimento dos depósitos a clientes aumentou em 59,3 por cento em 2008 contra 45,4 por cento em 2007. Já no segmento do crédito o crescimento foi de 59,1 por cento contra 82,9 por cento em 2007. Isto implica que enquanto os depósitos aumentaram em mais de 10 pontos percentuais, o crédito, porém, seguiu uma tendência inversa.

Os custos de exploração em relação os activos médios caíram de 3,7 por cento em 2007 para 2,9 por cento em

2008, e no que toca aos custos de exploração relativamente ao produto bancário bruto este desceu de 44,3 por cento em 2007 para 37,7 por cento em 2008, o que pressupõe que os custos continuam relativamente baixos e que, em associação com a estagnação dos impostos, contribuíram para uma expansão considerável dos lucros da banca.

1.11 Activos dos bancos cresceram 93,3 por cento em 2008

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

Os indicadores consolidados dos bancos comerciais divulgados pela Deloitte apresentam um crescimento dos activos dos bancos comerciais na ordem de 93,3 por cento em 2008 contra 62,1 por cento em 2007, um aumento em mais de 15 pontos percentuais.

No entanto, o relatório destaca que o crédito sobre clientes, embora tenha mantido um crescimento acentuado, diminuiu o peso na estrutura de activos, invertendo a tendência de anos anteriores.

"A componente das obrigações e outros títulos aumentou o seu peso relativo, resultante da forte emissão de Obrigações do Tesouro (OT), Bilhetes do Tesouro (BT) e Títulos do Banco Central (TBC) durante o ano e especialmente no segundo semestre", refere o documento.

Sublinha ainda que os restantes componentes apresentaram um peso relativamente similar entre 2007 e 2008, podendo, no entanto, esta estrutura voltar a alterar-se em 2009, tendo em consideração o facto de se ter sentido um abrandamento quer da emissão de dívida pública quer do crédito concedido à economia.

"Na estrutura de financiamento do activo manteve-se a diminuição do peso dos depósitos, de 66 por cento para 55 por cento, em contrapartida do crescimento do peso de outros passivos de 32 por cento para 37 por cento", indica o relatório.

Acrescenta que "isso é fruto do crescimento da importância de outros instrumentos de captação de fundos de clientes, designadamente a venda de títulos com acordo de recompra e o crescimento de recursos de outras instituições de crédito que financiaram parcialmente o aumento dos activos".

No topo do ranking de depósitos de clientes, em 2008, ficou o Banco Africano de Investimento (BAI), com uma quota de 26,3 por cento contra 23,7 por cento em 2007, seguido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), com 19,6 por cento contra 20 por cento no ano

passado. Na terceira posição ficou o Banco de Fomento de Angola (BFA) com 15,8 por cento dos depósitos.

N o topo do ranking do crédito a clientes ficou o BPC, com uma quota de 20,8 por cento, destronando assim o BFA que em 2007 fechou o ano na primeira posição com 21,9 por cento.

O BAI veio logo a seguir com 16,5 por cento e na terceira posição ficou o BFA com 16,3 por cento de mercado.

1.12 Crescimento da economia catalisa empréstimos

O Independente 10 de Outubro de 2009

As notícias seguidas relacionadas com empréstimos de consideráveis somas de dinheiro de instituições financeiras estrangeiras ao Governo de Angola, abrem laivos para leituras optimistas dos indicadores da economia angolana que, aos olhos de tais instituições, apresenta não só um bom desempenho das instituições do Estado, como pintam de alguma concretização a perspectiva colectiva dos angolanos, no que tange ao seu modo de vida, seja no presente como num futuro próximo.

Depois de na semana passada ter feito eco em toda a imprensa doméstica, e não só, o empréstimo concedido a Angola pelo FMI, cujo valor andarà a volta dos mil milhões de kwanzas, desta feita foi a vez do Banco de Desenvolvimento Africano (BAD) conceder doze milhões de Unidade de Contas equivalentes a 19.5 milhões de dólares, para a implementação do Projecto de Apoio ao Sector do Ambiente (PASA), lançado na última terça-feira, em Luanda.

A cerimónia de lançamento do projecto, feita pelo vice-ministro do Ambiente, Sianga Abílio, decorreu numa das salas de conferências do Costa Hotel, em Luanda, local onde se fizeram presentes representantes do BAD, directores do Ministério do Ambiente, estudantes universitários e convidados.

Na ocasião, o representante do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Hany Shalaby, realçou a importância do projecto que, no seu ponto de vista, vai permitir a mitigação das acções negativas contra a protecção e conservação do meio ambiente.

O projecto, cuja duração é de cinco anos, visa apoiar o Governo a pôr cobro à deterioração e degradação da base dos recursos naturais do país, e introduzir boas práticas de gestão de recursos naturais, adaptação às

mudanças climáticas e protecção ambiental.

De acordo com o coordenador do PASA, Óscar Vieira Lopes, para além do referido empréstimo concedido pelo BAD, o projecto tem ainda a comparticipação financeira do Governo angolano, que disponibilizou dois milhões 175 mil dólares (10 por cento) e engloba componentes sobre governação ambiental e reforço da capacidade institucional, conservação ambiental integrada e gestão dos recursos naturais.

Prevê-se, neste âmbito, a formação de 40 quadros em pós-graduação e mestrado em ciências ambientais, biodiversidade, gestão de recursos naturais, avaliação do impacto ambiental mudança climática, além da revisão das políticas e legislação estratégica ambiental, os quais darão corpo ao projecto.

A componente integra ainda a formação de 120 quadros em cursos profissionais de curta duração, 50 em línguas oficiais do BAD (francês e inglês), 200 inspectores em procedimentos e reportagens, 100 em metodologias e processos de avaliação de impacto ambiental e 40 juristas serão actualizados em estratégias de aplicação e observação das leis ambientais.

As províncias de Cabinda, Huambo, Namibe e Kuando Kubango, são as escolhidas para o arranque do projecto pelo que, nelas, serão demonstradas e promovidas sinergias e boas práticas de gestão sustentável do uso da terra, conservação da biodiversidade, adaptação às mudanças climáticas e o uso de tecnologias ambientais limpas.

Na sequência, Hany Shalaby deu a conhecer que a sua instituição bancária vai ajudar no arranque de um laboratório, no âmbito das mudanças climáticas, em Luanda, com vista ao controlo da emissão de gases que empobrecem a camada de ozono.

1.13 Gestores devem estar preparados para uma economia de contenção

Jornal de Angola 11 de Outubro de 2009

O delegado provincial de Benguela das Finanças disse que é preocupação de todos os países dotar os gestores de metodologias para a utilização devida dos recursos financeiros e a angariação de receitas que sejam aplicadas para o funcionamento e realização das funções estratégicas do Estado.

Miguel Bento, que falava no final de uma acção de formação integrada nas comemorações do Dia das Finanças, assinalado em 3 de Outubro, afirmou que,

para que as funções básicas do Estado sejam mantidas, tem de haver servidores preparados para o "exercício de uma economia de contenção, gastando com austeridade e organizando melhor os recursos" que o país dispõe.

O delegado provincial das Finanças, frisou que Estado "deve ter funcionários preparados e conhecedores das suas obrigações".

"Tem de haver imaginação da nossa parte para saber colocar os números ao serviço do Estado e da sua população", sublinhou.

As estatísticas divulgadas pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), lembrou, referem que o número de contribuintes está a crescer, o que leva a crer que haja menos empresas a furtarem-se ao cumprimento das obrigações.

Acrescentou que o sector que dirige, como responsável pelo desconto nos salários dos funcionários públicos, em parceria com o MAPESS e o Instituto Nacional de Segurança Social, deve continuar a sensibilizar as empresas no sentido de depositarem os descontos que fazem nas instituições indicadas.

1.14 Exercício do comércio precário reservado a cidadãos nacionais

Jornal de Angola 11 de Outubro de 2009

O director provincial do Comércio de Luanda disse, na quinta-feira, à Angop, que o "exercício do comércio precário está reservado aos angolanos" e que o "alvará comercial é intransmissível".

Guilhermino Paulo afirmou que a Direcção Provincial sabe que há angolanos que passam os seus alvarás de cantinas a estrangeiros.

A violação da proibição de transmissão do alvará comercial a terceiros pode originar a cassação do documento.

O comércio precário só deve ser exercido nas zonas suburbanas e rurais, mas "não requer necessariamente um alvará comercial". Pode ser desenvolvido ao abrigo de um cartão de comércio precário emitido pela Direcção Provincial do Comércio.

Com vista a organizar o sector, os comerciantes da zona urbana de Luanda foram orientados a transformar os estabelecimentos em lojas de conveniência.

Guilhermino Paulo manifestou preocupação pelo facto de dispor apenas de 37 inspectores para cobrir nove municípios com cerca de duas mil cantinas.

Para o exercício do comércio precário o estabelecimento deve ter, no mínimo, 15 metros quadrados e um espaço para armazém. Sem essas dimensões, o negócio deve ser reconvertido para um que não requeira armazenamento.

1.15 Empresas garantem exposição de alto padrão

Jornal de Angola 15 De Outubro de 2009

Abre hoje, em Luanda, a sétima edição da Feira Internacional de Construção, Obras Públicas e Materiais “Constrói Angola 2009”, que reúne centenas de empresas estrangeiras e nacionais, que garantem uma exposição de alto padrão. A exposição internacional de construção civil e obras públicas reúne um leque de investidores dos mais variados países.

Casas pré-fabricadas para campos e condomínios, materiais de construção, equipamento e mobiliário topo de gama, constituem as novidades.

As taxas de juro atractivas para aquisição de bens e serviços de tecnologia avançada fazem parte do pacote de novidades, que investidores trazem para os consumidores angolanos.

Este ano, a Fil proporciona aos visitantes e expositores uma vasta gama de serviços e produtos de tecnologia avançada. Ao contrário do ano passado, em que apenas dois pavilhões acolheram 253 expositores estrangeiros, e 60 por cento dos quais de direito angolano.

Este ano, o certame comporta três pavilhões, que compreendem um espaço de 11 mil e 116 metros quadrados de área coberta, além dos pavilhões da área exterior com 300 empresas nacionais e estrangeiras.

Ao início da tarde de ontem, o desembrulhar de caixas de grande e pequeno porte, a transportação de peças de mobiliário e materiais de construção civil a ritmo acelerado patenteou o cenário do último dia de acabamentos.

Camiões e carrinhas que transportavam mercadorias entravam e saíam do local a cada instante. O nervosismo à flor da pele é evidenciado pelos expositores que fazem questão de gritar para concluir em tempo recorde, os arranjos finais dos stands.

O pavilhão I, onde se encontram 25 empresas portuguesas tinha os stands todos montados e apenas

efectuava a montagem dos acessórios de mobiliário e materiais de construção.

As empresas lusas participam pela primeira vez na “Constrói Angola”, por intermédio da Associação Empresarial de Portugal.

O responsável pela comitiva de investidores lusos, Rui Rodrigues, afirma que o espaço com designer diferente foi montado ao longo da semana. Rui Rodrigues confessa que a expectativa é maior em relação ao ano transacto.

O responsável caracteriza a sétima edição como o crescimento do país e do mercado, e refere, por outro lado, tratar-se de uma mais-valia para os empresários nacionais, que poderão manter parcerias com as empresas estrangeiras.

No ano passado, como informa, apenas participaram oito empresas e este ano o número subiu para 25. Na sua opinião, o mercado angolano oferece oportunidades de negócios e precisa de produtos e serviços de qualidade.

Os investidores portugueses pretendem instalar fábricas para facilitar a produção, realçou, depois de afirmar que os empresários lusos trazem para Angola artigos de decoração, mobiliário, equipamento para as indústrias, madeira e mármore.

Paulo de Carvalho, da empresa portuguesa Salemo Imerma trás um novo modelo de equipamento de construção civil.

A empresa, que existe há 20 anos, traz a Angola um novo conceito de telecomunicações e suporte de abastecimento de energia. O novo sistema já é adoptado em vários países da Europa como afirma o responsável da empresa de acessórios de construção civil.

FIL lança carro oficial

A Feira Internacional de Luanda (FIL) procede hoje ao lançamento da marca de automóvel BYD, como carro oficial da “Constrói Angola’2009”. A Socitrade, em parceria com a FIL, expõe quatro modelos lançados pela BYD Auto, representado em Angola pela Socitrade, empresa de direito angolano.

O lançamento, que sucede após o acto de abertura da Feira, que tem como lema “Construir o sonho dos angolanos”, contará com a presença de entidades governamentais. Fundada em 1995, a BYD Company Limited possui oito fábricas em várias cidades da

China, com uma dimensão de 10 milhões de quilómetros quadrados.

A empresa dedica-se à pesquisa, desenvolvimento e fabricação de veículos movidos a combustível e electricidade e Dual Mode (veículos eléctricos híbridos).

Empenhada na liderança de mercado, a BYD Auto tem contribuído para o desenvolvimento internacional. Está previsto para breve o lançamento em Angola, do modelo automóvel S8.

Promovido pela empresa Arena Direct, em parceria com a Feira Internacional de Luanda (FIL), o evento decorre até ao dia 18 deste mês.

De periodicidade anual, o certame junta empreendedores do ramo da construção civil e conta com a participação de empresários da África do Sul, China, Dubai, Brasil, Espanha, França, Itália e Portugal.

Sob o lema “Construir os sonhos dos angolanos”, a Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal montou num espaço de 800 metros quadrados, a “casa de sonho Angola”.

Trata-se de um espaço onde podem ser encontradas várias ofertas de serviços na área de construção, casas pré-fabricadas já equipadas, cozinhas, piscinas e materiais de construção.

1.16 Receita petrolífera cai mais de Usd 13,5 bilhões

O País 16 de Outubro de 2009

As receitas petrolíferas registaram até ao mês de Julho deste ano uma quebra que se acerca dos 200% em relação ao mesmo período do ano passado. Isto significa que foram arrecadados menos USD 13,671 mil milhões em resultado da exportação de crude. Com efeito, até Julho de 2008, a receita total ordinária resultante da exportação de petróleo atingia os USD 20,73 mil milhões, ao passo que a receita acumulada (que inclui a receita da concessionária Sonangol) nos primeiros sete meses de 2009 se ficou pelos USD 7,07 mil milhões, traduzindo uma quebra da ordem dos 193%.

Este recuo na receita ordinária resultante da exportação da matéria-prima está directamente relacionado com o efeito preço, dado que, em volume, a variação verificada no petróleo expedido para o exterior é muito menor (7%) - nos primeiros sete meses de 2008 foram exportados 395,8 milhões de barris, ao passo que, até ao mês de Julho, inclusive, do corrente ano, o volume

de exportação foi de 369,8 milhões de barris. Por outras palavras, se em 2008 foram exportados até Julho, em média, 1,87 milhões de barris diariamente, este ano o volume de exportação diária desce para 1,74 milhões de barris.

O preço do barril situou-se, no período em referência e de acordo com os valores consolidados divulgados pelo Ministério das Finanças em USD 51,717 por barril, valor que é sensivelmente metade do apurado em Dezembro de 2008 para o preço médio do barril de petróleo exportado no último ano, que se situou nos USD 102,208.

De registar que o preço médio de exportação do barril vem registando um crescimento consistente desde o início de 2009, passando dos USD 39,196 apurados em Janeiro aos USD 64,41 registados em Julho, ainda que precisamente neste mês se tenha verificado um ligeiro recuo no preço médio do barril em relação ao mês que o precedeu (USD 66,63 foi o valor médio do barril de petróleo no mês de Junho).

Assinale-se que, de acordo com o cabaz de preços da Opep, o preço do barril de petróleo recuperou entre Dezembro de 2008 até Junho do corrente ano, passando oscilar desde então num intervalo compreendido entre os USD 64,59 e USD 71,35 o barril. Na última semana o valor médio apurado pela Opep foi de USD 67,63 o barril.

Entretanto, a Agência Internacional de Energia (AIE), ligada aos países consumidores, reviu em alta, no seu relatório mensal, a projecção da procura global de petróleo em 200 mil barris / dia a mais este ano e 350 mil barris/dia a mais em 2010. Esta reavaliação decorre das perspectivas mais optimistas sobre a retoma da economia, principalmente nas Américas e na Ásia.

A procura global da principal commodity internacional é agora estimada em 84,6 milhões de barris/ dia em 2009 e em 86,1 milhões de barris/ dia em 2010. O que, se representa ainda uma queda de 1,7 milhão de barris/dia este ano versus 2008, traduz, de igual modo, um aumento de 1,4 milhão de barris/dia em 2010 em relação às estimativas anteriores.

Do lado da oferta, a AIE prevê que, entre os produtores não membros do cartel da Opep, a Rússia e o Brasil vão aumentar significativamente a produção em 2010. O incremento esperado é de 400 mil barris/dia na Rússia. Em segundo lugar, vem o Brasil, com um aumento de 250 mil barris/dia, sendo 200 mil de óleo e 50 mil barris equivalentes de etanol.

1.17 Preço do “Ouro Negro” pode chegar aos 85 dólares

Semanário Factual 16 a 23 de Outubro de 2009

A tendência actual dos preços do crude vai de encontro com as perspectivas avançadas pelas petrolíferas que operam em Angola, no seu "Relatório Outlook Petróleo" de Julho do ano em curso, e que afirma "a expectativa para o preço do petróleo no fim de 2009 e início de 2010 é de que atinja uma média entre 70 a 80 dólares o barril.

Essa expectativa está baseada em duas premissas principais. A primeira é que não deverá ocorrer um grande crescimento da oferta de petróleo até 2015. A segunda é que já existem sinais de recuperação da crise económica nos países desenvolvidos. "

Os especialistas destacam que as perspectivas de produção de petróleo deverão manter-se tímidas, porquanto os poços petrolíferos em actividade pelo Mundo estão a baixar a sua capacidade de produção e já se regista uma queda de, 6,7 por cento na produção, que chegará aos 8,6 por cento em 2030, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE).

A fonte realça que o consumo mundial actual atinge os 85 milhões de barris por dia, mas alerta que em 2030 deverá rondar os 106 milhões de barris diariamente.

A tendência actual dos preços do crude vai de encontro com as perspectivas avançadas pelas petrolíferas que operam em Angola, no seu "Relatório Outlook Petróleo" de Julho do ano em curso, e que afirma "a expectativa para o preço do petróleo no fim de 2009 e início de 2010 é de que atinja uma média entre 70 a 80 dólares o barril.

Essa expectativa está baseada em duas premissas principais.

A primeira é que não deverá ocorrer um grande crescimento da oferta de petróleo até 2015.

A segunda é que já existem sinais de recuperação da crise económica nos países desenvolvidos. "

Os especialistas destacam que as perspectivas de produção de petróleo deverão manter-se tímidas, porquanto os poços petrolíferos em actividade pelo Mundo estão a baixar a sua capacidade de produção e já se regista uma queda de 6,7 por cento na produção, que chegará aos 8,6 por cento em 2030, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE).

A fonte realça que o consumo mundial actual atinge os 85 milhões de barris por dia, mas alerta que em 2030 deverá rondar os 106 milhões de barris diariamente.

A partir deste pressuposto abre-se um precedente, já que "parte do petróleo que se está a descobrir é muito caro visto, que se encontra a grandes profundidades, ou é dispendioso extraí-lo, como é o caso das areias betuminosas do Canadá, pois, com o barril a menos de 50 dólares, estes investimentos podem tornar-se desinteressantes".

Assim, a alteração da produção petrolífera poderá pressionar os preços para cima, o que por Sua vez estimularia o incremento de outras formas de geração de energia.

"Angola é cada vez mais apontada como uma alternativa viável para as grandes petrolíferas assegurarem o crescimento futuro das suas reservas e Produção", sublinha o Outlook, acrescentando que as grandes petrolíferas convivem actualmente com o esgotamento de reservas, com a dificuldade em identificar novas áreas e com obstáculos de natureza política em operar em grandes países produtores como a Rússia e a Venezuela.

No entanto, adianta que quatro projectos petrolíferos se destacam no Golfo da Guiné, nomeadamente o Dália, Benguela- Belize- Lobito-Tomboco (BBLT), Rosa e o da criação do terceiro pólo de produção no bloco 17 do offshore (mar) angolano, estando os três primeiros em desenvolvimento e o último em estudo.

O projecto Dália, pela sua dimensão e quantidade de inovações tecnológicas, apresenta-se como uma referência mundial do mar profundo (1200 a 1500 metros de profundidade) com uma produção de 240 mil barris de petróleo por dia e para o BBLT, projecta-se, até 2010, uma produção diária na ordem dos 200 mil barris dia, enquanto o campo Rosa poder "á produzir 150 mil barris.

Os estudos do terceiro pólo no bloco 17 prevêm a sua entrada para a fase de desenvolvimento no período 2009-2010.

O projecto Kizomba C produzirá "á 300 mil barris por dia e o campo Girassol, considerado um marco histórico da indústria angolana, foi o primeiro a entrar em produção no enorme complexo do bloco 17. Com 1.9 milhões de barris/dia Angola é já o maior produtor de petróleo na Africa sub-sahariana, ultrapassando a Nigéria e ruja expectativa no segundo semestre de 2009 pode ter-se fixado perto dos dois milhões de barris/dia.

Ao aderir a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o país

1.18 “Prudência” nas melhorias verificadas na economia angolana

Semanário Factual 23 de Outubro de 2009

No relatório mensal de Outubro, assinado pelo economista-chefe do BM em Angola, Ricardo Gazel, o banco assinala que a economia do país melhorou desde o balanço de Setembro, apontando como razão principal a "recuperação do preço do petróleo".

Para isso, aponta Gazel, contribuiu o facto de o preço do Girassol, referência para Angola, que, apesar de se manter 30 por cento abaixo dos valores de há um ano e 48 por cento abaixo do pico registado em Julho de 2008, recuperou 68 por cento face a Dezembro de 2008.

"Para os últimos três meses de 2009, o preço médio de referência para Angola deverá ser superior ao preço médio no mesmo período de 2008, ao mesmo tempo que a produção sofreu igualmente um aumento substancial usando como referência os baixos níveis de produção do início do ano, com uma produção diária média de 1.859 milhões de banis", aponta o EM.

Estes números configuram, sublinha ainda Ricardo Gazel, uma subida de 13 por cento em relação ao ponto mais baixo (1.646 milhões de barris/dia) em Fevereiro".

Esta realidade implicou, descreve o economista, o aumento dos dividendos em impostos de 840 milhões de dólares nos primeiros quatro meses do ano, para mil milhões no segundo quadrimestre, até 1,6 mil milhões nos primeiros dois meses do terceiro quadrimestre".

Em síntese, nota o economista-chefe do BM em Angola, os dividendos do petróleo "duplicaram em Agosto e Setembro, comparando com os primeiros três meses do ano, resultando numa ajuda importante à cobrança fiscal do Governo", nomeadamente no que toca à estabilização das reservas externas.

"Perante este cenário, as reservas externas estabilizaram e até cresceram ligeiramente nos últimos três meses", informa Gazel, alertando, todavia, para o facto de as "avultadas vendas de dólares por parte do Banco Nacional de Angola (com o objectivo de controlar a depreciação do kwanza face ao dólar no mercado paralelo) nas últimas semanas reflectirem uma ligeira queda nas reservas internacionais de Outubro".

Ricardo Gazel minimiza esta situação, descrevendo-a como normal no objectivo de controlar a moeda

nacional.

Neste documento, o economista analisa ainda a decisão do Governo angolano em liberalizar o mercado da refinação, distribuição e aprovisionamento de combustíveis, apontando a posição de analistas que se mostram preocupados com a possibilidade desta medida implicar a intenção do Governo de proceder a aumentos nos preços dos combustíveis.

Mas Gazel entende que a decisão vai implicar uma melhoria significativa na prestação de serviços com a esperada concorrência, nomeadamente com a diminuição das longas filas nas bombas de gasolina e também, no caso de alterações na política de subsídios dos combustíveis, "a competição irá pressionar os preços para baixo, o que não acontece com a actual situação de monopólio" por parte da petrolífera estatal, Sonangol.

1.19 Aumenta em Angola o fosso entre ricos e pobres

Folha 8 24 De Outubro de 2009

Angola e Brasil são os países lusófonos com maior fosso entre ricos e pobres, sendo Portugal o penúltimo da lista, segundo o relatório de Desenvolvimento Humano-2009 das Nações Unidas.

De acordo com o documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONUD), numa escala de 0 a 100, Angola apresenta um índice de desigualdade entre ricos e pobres de 58.6. No nosso país, os mais pobres têm uma taxa de consumo de 0,6 por cento, enquanto os mais ricos, 1,7 por cento.

No ano passado, não foram disponibilizados dados sobre Angola. pelo que não é possível estabelecer uma comparação, com outros países.

O Brasil subiu dois pontos em relação a 2008 e apresenta, este ano, um índice de desigualdade de 55 pontos, sendo a taxa de consumo de 1.1 por cento entre os mais pobres e de 13 entre os mais ricos.

Em 2008, a taxa de consumo entre os mais pobres era de 0,9 por cento e entre os mais ricos de +-1,8 por cento.

Cabo Verde é o terceiro país lusófono com o maior fosso social, com 50.5 pontos no índice de desigualdade.

As taxas de consumo nesse país são de 1,9 por cento para os mais pobres e de 10,6 por cento para os mais ricos.

O relatório do ano passado não disponibilizou dados acerca de Cabo Verde, pelo que não é possível estabelecer uma comparação. Moçambique surge a seguir na lista com 47,1 pontos no índice de desigualdade e com uma taxa de consumo de 2,1 por cento entre os mais pobres e de 39,2 por cento entre os mais ricos.

Verifica-se uma ligeira melhoria em relação a 2008, quando o país tinha um índice de igualdade de 47,3 por cento e uma taxa de consumo de 2,1 entre os mais pobres e de 39,4 entre os mais ricos.

Em Timor-Leste, o índice de desigualdade é de 39,5 pontos, sendo a taxa de consumo dos mais pobres de 2,9 por cento e de 31,3 entre os mais ricos.

O PNUD também não tem dados sobre a situação de Timor-leste em 2008.

Apesar de manter o mesmo índice de desigualdade de 2008 (38,5 pontos), Portugal subiu uma posição e surge agora no penúltimo lugar entre os países lusófonos com maior fosso social. A taxa de consumo também se manteve, sendo de 2 por cento entre os mais pobres e 29,8 para os mais ricos.

Com um índice de desigualdade 35,5, a Guiné-Bissau subiu 11,5 pontos e surge, este ano, como o país lusófono com menor fosso social.

Nesse país, a taxa de consumo entre os mais pobres é de 2,9 por cento e para os mais ricos 28. No ano passado, o consumo era de 2,1 por cento entre os mais pobres e 39,3 entre os mais ricos.

O relatório de Desenvolvimento Humano não refere qual a situação em São Tomé e Príncipe, por não existirem dados disponíveis.

1.20 Começa haver dinheiro para relançar crescimento

A Capital 24 de Outubro de 2009

Quando a crise invadiu as fronteiras angolanas, por via da queda do preço do petróleo, a frente aberta pelas autoridades do país foi no sentido de conseguir-se, ao nível da OPEP, um preço que permitisse conciliar interesses, tanto de produtores, como dos grandes consumidores do principal produto de exportação de Angola.

Na óptica de Angola, que preside a Organização de Países Exportadores de Petróleo, o preço de equilíbrio seria aquele que se fixasse entre os 70 e 80 dólares, por cada

barril de crude. Notícias vindas das bolsas petrolíferas, porém, sugerem que o propósito terá sido alcançado.

É que, nas últimas semanas, este recurso energético passou a ser comercializado a um valor muito próximo dos 80 dólares por unidade, o que, segundo um analista da nossa praça, coloca o país perante uma situação de retoma da sua economia, afastando-se, assim, o cenário de depreciação do seu crescimento.

Até à altura em que se procedia ao fecho desta página, o preço do petróleo mantinha a tendência ascendente nos principais mercados internacionais, com o barril de Brent a ultrapassar a barreira dos 80 dólares. Um despacho da Lusa reportou que durante a sessão de quarta-feira, o barril do Mar do Norte valorizou por várias vezes acima dos 80 dólares, atingindo, na altura, um máximo de 80,26 dólares.

Os sinais de retoma começam, assim, a ser evidentes, até mesmo ao nível das reservas internacionais líquidas que, durante os primeiros meses do ano em curso minguaram até ao ponto de deixar o BNA, sem capacidades para intervir no mercado de divisas, em função da redução das receitas petrolíferas. Sem quantificar o actual valor, o Banco Nacional de Angola revelou que o Governo terá já conseguido estabilizar os níveis de reservas internacionais, com muitos operadores económicos a sentirem-se, agora, mais desafogados.

Analistas em Luanda sugerem, por isso, já não ter muito sentido a manutenção de algumas medidas tomadas para defender o país dos efeitos da crise económica mundial. «Já não justifica muito a contenção dos bancos», avaliou o professor Dinis Prado, aludindo-se ao facto das instituições financeiras terem optado por cancelar os empréstimos, além de negarem aos clientes a compra de cambiais.

Baseando-se nos indicadores disponibilizados pelas bolsas internacionais, o economista afirma que «a economia mundial dá mesmo sinais de reanimação», um pouco pela procura que as principais matérias-primas começam a ter. Por este facto, defende ser necessário voltar-se a estimular o consumo e também o investimento, colocando cada vez "mais crédito à disposição das famílias e das empresas.

Fonte deste jornal junto do Banco me disse que, na verdade, esta instituição nunca deixou de conceder empréstimos desde que a crise criou incertezas no mercado. Segunda esta mesma fonte, apenas optou por «fê-lo na base de critérios mais apertados do que os normais», para acautelar o banco de eventuais prejuízos.

O BPC, o maior banco comercial de capitais públicos, anunciou, recentemente, ter retomado o processo de concessão de crédito, depois de o ter suspenso por um dado tempo, em razão do vendaval que sacudiu a economia global.

Para Dinis Prado, tal não deixa de ser um sinal de que se está perante uma retoma da economia, na medida em que uma entidade como é o BPC «nunca teria se exposto ao risco de emprestar dinheiro em alturas que não lhe dessem garantias de reembolso».

Mas, o acesso ao crédito bancário já não será uma facilidade para qualquer um. É que a banca comercial faz ajustes nas taxas cobradas pelos empréstimos, agravando os juros para a casa dos 30 por cento, de acordo com informações que este jornal teve acesso e já noticiado numa das edições passadas.

Segundo fonte deste jornal junto da Associação Angolana de Bancos (ABANC), o aumento, pela banca comercial, da taxa de juro vem em reacção ao facto do Banco Nacional de Angola (BNA) ter elevado o coeficiente de reservas que os bancos comerciais têm por obrigação mater ao nível daquela instituição.

1.21 Economia angolana: algumas melhorias, prudência exige-se

A Capital 24 de Outubro de 2009

Os conselhos vêm de um observador atento dos desenvolvimentos económicos nacionais: Ricardo Gazel, economista-chefe do banco Mundial em Angola. Com efeito, no seu relatório mensal de Outubro, o especialista destaca a melhoria da economia nacional desde Setembro, com base na «recuperação do preço do petróleo».

Para esta situação terá contribuído fundamentalmente, segundo Gazel, a situação dos preços do Girassol, referência para Angola, que experimentou uma extraordinária recuperação de 68% face a Dezembro de 2008, embora se mantenha 30% abaixo dos valores de há um ano e 48% abaixo do seu valor mais elevado de Julho de 2008.

O Banco Mundial adianta que nos «últimos três meses de 2009 o preço médio de referência para Angola deverá ser superior ao preço médio do mesmo período de 2008, ao mesmo tempo que a produção sofreu igualmente um aumento substancial usando como referência os baixos níveis de produção do início do ano, com uma produção diária média de 1.859 milhões de barris», perto de 13% acima do ponto de produção

menor em Fevereiro (1,646 milhões de barris).

Dito de outro modo, tudo isto se reflectiu no aumento da receita média mensal de impostos colectados pelo Governo que chegou a duplicar em Agosto e Setembro, em comparação com os três primeiros meses do ano.

Em consequência assistimos à estabilização das reservas internacionais líquidas do país, que chegaram mesmo a experimentar um ligeiro crescimento nos últimos três meses. Refira-se que segundo dados oficiais do Banco Nacional de Angola (BNA), as reservas aumentaram pelo terceiro mês consecutivo em Setembro de 2009 para \$12.8 mil milhões USD, com relação aos 12.6 mil milhões USD de Agosto do ano em curso. Em Junho situavam-se em \$12.571 mil milhões USD e em Junho de 2009 estavam mesmo em \$12.148 mil milhões USD.

O Banco Mundial (BM) na sua síntese de análise do ambiente macroeconómico no mês de Outubro acautela o facto de as maiores quantidades de dólares vendidos pelo BNA nas últimas semanas eventualmente se reflectirem numa pequena diminuição das reservas internacionais líquidas em Outubro. Mas Gazel tranquiliza imediatamente com a esperança de aquelas voltem a crescer como consequência da estabilização do mercado cambial e da injeção de dólares realizada pelo banco central, como «resultado da melhoria da conta corrente e o início dos desembolsos do programa do FMI quando este for aprovado».

Cesta básica dos pobres mais cara

Com relação aos desenvolvimentos mais recentes, o documento do BM sinaliza uma queda ligeira da inflação análoga, medida pelo IPC (índice de Preços ao Consumidor), pelo segundo mês consecutivo, embora o índice acumulado nos primeiros nove meses do ano permaneça acima dos níveis registados nos dois anos anteriores. Embora se assinale uma pequena diminuição nos preços de alimentos (17.58%) em comparação com os dois últimos meses (18,6% em Julho e 17.92% em Agosto, Gazel que «outro ponto importante são os persistentes aumentos de preços de produtos alimentares populares, como o carapau, pão cacete, fuba de milho e óleo de cozinha, que representam uma grande percentagem na cesta básica de consumo dos pobres».

Mercado cambial

O BM considera que o mercado cambial parece estar a caminho da normalização, depois de tendo em conta os grandes desequilíbrios existentes, o BNA ter decidido implementar a 3 de Outubro o restabelecimento do sistema de leilões de volume e preço, com uma oferta substantiva de dólares superior á do passado, mais ainda assim insuficiente para assistir à procura acu-

mulada nos meses anteriores.

Assistiu-se em seguida à anunciada depreciação da taxa de câmbio, chegando nos últimos leilões o kwanza a registar valorizações residuais seguidas de depreciação, até chegar à taxa actual em torno dos 85 Kz contra o dólar norte-americano. Gazel estima que «as pequenas variações nos últimos leilões sinalizam que uma taxa em torno de 85 Kwanzas por dólar parece próxima do equilíbrio», acrescentando que «como o BNA vendeu mais dólares no mercado primário e os bancos comerciais repassaram as mesmas no mercado secundário, a procura no mercado paralelo diminuiu e o Kwanza valorizou nesse mercado».

Deste modo ocorreu uma diminuição significativa do diferencial entre a taxa de referência e a paralela, de cerca de 30% no início de Outubro para menos de 14% em 20 do mesmo mês, «devido à uma depreciação de 9,5% na taxa de referência e uma apreciação de 3,8% no mercado paralelo».

Embora Gazel admita ainda uma diminuição ulterior da diferença entre as taxas com a entrada de dólares nos mercados primário e secundário, com valorizações adicionais do Kwanza no paralelo, considera provável a permanência de um nível mais elevado do que nos anos anteriores.

Qual o motivo? O economista do Banco Mundial diz que tal circunstância pode ocorrer devido ao controle cambial relativo que o Banco Nacional de Angola ainda mantém, tais como os limites individuais para envio de dinheiro para outros países.

O BM faz ainda pequenas referências à evolução dos agregados monetários, registando fortes mudanças nas taxas de depósitos à ordem e a prazo após Maio de 20Q.9. Note-se que, entre outros factos, nos primeiros nove meses de 2009 se registou um crescimento muito rápido dos depósitos a prazo, em moeda estrangeira e sobretudo em moeda nacional.

Assinale-se uma reconhecida redução do ritmo de oferta de crédito pelos bancos comerciais nos três primeiros trimestres de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008. Finalmente, Gazel toma nota da aprovação pelo Conselho de Ministros da liberalização do mercado de refinação, armazenamento e distribuição de combustível, ainda que alguns analistas temam um posterior aumento dos preços de combustível pelo Governo, não obstante o reconhecido benefício para o consumidor final que a liberalização pode trazer.

1.22 Inflação acumulada é de 9,21 parcela

Semanário Factual 23 a 30 de Outubro de 2009

O mercado vem dando cada vez mais sinais de ambiguidade, apesar do dólar ter ultrapassado, no mês de Setembro, a barreira psicológica dos 100 Kwanzas por dólar. Porém, a inflação permaneceu na sua rota descendente e fixou-se em 0,81 por cento, a menor taxa de inflação mensal ocorrida no ano em curso, numa altura em que por tradição os preços entram em "ebulição" devido à aproximação da quadra festiva, apesar disso o mercado parece reagir em sentido contrário.

A inflação acumulada para os primeiros nove meses de 2009 ultrapassa já 9,20 por cento, contra 8,75 por cento em 2008 e 7,67 por cento em 2007, uma tendência que reflecte a inflexão dos preços em comparação ao comportamento descendente que vinha ocorrendo desde 2003.

Mas depois de ter iniciado o ano em alta, com uma inflação média mensal acima de 1,01 por cento e ter atingido o pico no mês de Julho, em que a variação dos preços se situou em 1,18 por cento, a inflação mensal sofreu a uma certa desaceleração e caiu para 0,87 por cento em Agosto e para 0,81 por cento no mês de Setembro.

Pelo segundo mês consecutivo, a inflação caiu em comparação aos primeiros sete meses de 2009, uma proeza que reflecte um abrandamento do consumo e reacção da liquidez na economia.

Nos primeiros quatro meses do ano em curso, a inflação foi fortemente influenciada pelos transportes com aumentos vertiginosos dos preços da corrida de táxis, mas sempre acompanhada por perto pela subida silenciosa dos preços dos alimentos, embora as tarifas, de Comunicações, Transportes Públicos Colectivos e os preços relativos às classes de Saúde e Educação tenham permanecido fixos.

"A variação homóloga situa-se agora em 13,72 por cento, o que significa ter havido uma subida de 0,81 pontos percentuais em relação ao período homólogo do ano anterior. Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa de IPC iniciada em meados de 2003", destaca o Índice de Preços no Consumidor (IPC).

Salienta-se que para compensar a perda de poder de compra dos salários da função pública, como consequência da inflação acumulada no ano passado, o

Governo fez um reajuste dos salários da administração pública na semana passada.

No mês de Setembro, a subida dos preços foi influenciada pelo aumento dos preços da classe Saúde, cuja variação foi de 1,32 por cento, marcado pela subida de preços de alguns medicamentos, bem como pelo aumento do preço dos alimentos e bebidas não alcoólicas, com uma variação de 1,17 por cento. O preço do vestuário e de calçados subiu 1,03 por cento, a Educação, 0,92 por cento. As tarifas de comunicações tiveram uma variação nula.

A inflação acumulada no primeiro semestre de 2009 foi de 6,21 por cento, reflectindo um agravamento em relação ao período homólogo de 2008 (5,5 por cento) e de 2007 (5,04 por cento). A inflação média mensal foi de 1,01 por cento.

Pelo facto de as taxas de inflação mensais em 2009, à excepção do mês de Maio, terem superado as taxas de 2008, a inflação homóloga agravou-se ao longo do período, situando-se em Junho na ordem dos 13,95 por cento.

Os factores estruturais internos foram os que mais contribuíram para a inércia inflacionária no período, destacando-se as dificuldades no transporte de pessoas e bens na época chuvosa. Nesta perspectiva, a classe de "transporte" foi a que registou a maior subida de preços no primeiro semestre (12,27 por cento). Destacase, igualmente, a classe de "Hotéis, Cafés e Restaurantes" que registou um crescimento acumulado de preços da ordem dos 10 por cento.

A classe de "Alimentação e bebidas não alcoólicas que possui o maior ponderador no IPC, ao registar uma inflação acumulada de 6,96 por cento, foi a que maior contribuição teve no agravamento da inflação, denotando, no entanto, um impacto menor do que no período homólogo de 2008, situação que se explica pela desaceleração do preço dos alimentos no mercado internacional.

Recorde-se que o comportamento dos preços apresenta uma estreita ligação com relação a evolução dos meios de pagamentos. No primeiro semestre, os meios de pagamentos (M3), de acordo com as contas monetárias, registaram um crescimento nominal acumulado na ordem dos 2,81 por cento, explicado pela contracção da dívida pública interna.

O crescimento do M2 continuou robusto e atingiu 21,71 por cento, devido, essencialmente, à valorização dos activos em moeda externa, expressos em Kwanzas,

na sequência da depreciação da moeda nacional.

Os (M1) aumentaram em 11,02 por cento, como reflexo do incremento dos depósitos em moeda nacional, em mais de 08 por cento, e também pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira em 17,92 por cento, segundo dados do Banco Nacional de Angola. Neste período os meios de pagamento em moeda nacional registaram uma contracção de 9,36 por cento, ao passo que, em sentido contrário, os meios de pagamento em moeda estrangeira expressos em Kwanzas cresceram em cerca de 21 por cento.

O crescimento dos meios de pagamento no sentido lato representou um efeito menor da base monetária, uma vez que este instrumento que tem desempenhado o papel de variável operacional da política monetária em Angola registou um significativo crescimento de 51,23 por cento, o que pode ser explicado pelas medidas adoptadas no âmbito da gestão da política monetária, em particular as que têm a ver com o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias.

Em geral, a expansão dos meios de pagamentos resultou, nos primeiros seis meses, da desmobilização dos depósitos do Governo Junto do BNA, por força da quebra das receitas fiscais e também pelo resgate de Títulos do Banco Central (IBC), cuja colocação líquida no período foi negativa.

A expansão da base monetária repercutiu-se sobre os depósitos dos bancos no BNA que, na sequência das alterações de política anteriormente referidas, cresceram cerca de 218.124,5 milhões de Kwanzas. O efeito foi atenuado pela contracção da circulação monetária em 13.198,31 milhões de Kwanzas.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Camponeses da Praia dos Bebés beneficiam com o micro-crédito

Jornal de Angola 10 de Outubro de 2009

O administrador da povoação da Praia dos Bebés, no Lobito disse, na quarta-feira, à Angop, que o micro crédito que os bancos concedem às associações camponesas permitem melhorar as condições de centenas de famílias da região.

Simão Cavalo referiu que o micro crédito que as II associações de camponeses da povoação recebem tem servido para a aquisição de materiais usados para o "relançamento, em grande escala, da actividade agrícola".

O único constrangimento frisou, prende-se com os preços dos fertilizantes, cujo quilo custa, no mercado local, cem kwanzas.

Simão Cavalo sugeriu que as autoridades do sector forneçam adubos aos camponeses organizados em associações.

A povoação da Praia dos Bebés e respectivas áreas agrícolas estão junto às margens do rio Catumbela. Possui zonas freáticas que permitem desenvolver actividade agrícola em todas épocas do ano.

A povoação da Praia dos Bebés tem 30 mil habitantes. A agricultura e a pesca, marítima e fluvial, são as principais actividades.

2.2 BP participa no desenvolvimento socio-económico

Jornal de Angola 14 De Outubro de 2009

A BP é uma das maiores empresas petrolíferas em Angola. Opera nos blocos 18 e 31, para além de ser parceira nos blocos 15 e 17, bem como no projecto do Gás Natural Liquefeito (ALNG). Desde 2007, produz petróleo a partir do campo Grande Plutónio no bloco 18 e já há alguns anos, a partir dos blocos 15 e 17, operados pelos seus parceiros.

No âmbito das suas relações abertas e transparentes em todos os países onde opera, preocupa-se em desenvolver um relacionamento construtivo não só com os parceiros, mas também com a comunidade em geral. Foi assim que promoveu recentemente um Workshop sobre a responsabilidade social e corporativa, numa das unidades hoteleiras da capital.

Na ocasião, foi feita a apresentação do relatório de actividades do ano passado, pelo director do Departamento de Comunicação e Relações Externas. Em seguida, o presidente da BP Angola, José Patrício, falou sobre as oportunidades e os desafios. Entretanto, os participantes tiveram a oportunidade de ouvir as explanações dos representantes da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e do CAE (Centro de Apoio Empresarial).

O relatório de sustentabilidade de 2008 foi elaborado pela Unidade de Negócios em Angola, sediada em Luanda e Sunbury (Reino Unido). Contém igualmente informações sobre os desenvolvimentos importantes de 2007.

Em suma, descreve as operações da BP em todos os países onde a Unidade de Desempenho Estratégico exerce as suas actividades. Após o sucesso da instalação do navio de produção, armazenamento e transbordo (FPSO) no offshore (águas profundas), em 2007, a BP Angola realizou a primeira produção de petróleo no empreendimento Grande Plutónio. O próximo projecto é o desenvolvimento dos campos Plutão, Saturno, Vénus e Marte (PSVM) no bloco 31.

ABP Angola é um dos principais centros da BP para a exploração e o desenvolvimento de hidrocarbonetos. As suas actividades em águas profundas, no offshore angolano, são essenciais para o cumprimento das prioridades estratégicas do Grupo, tendo contribuído com cerca de 16 por cento da produção total da BP em 2008, ao nível mundial.

As operações da BP são efectuadas em Angola de acordo com um Contrato de Partilha de Produção (PSA), que define os termos de compromisso com o Governo. Recebeu a aprovação da Sonangol para um extenso programa de desenvolvimento no bloco 31 e do projecto que visa a produção do gás natural liquefeito em Angola (ALNG).

O empreendimento Grande Plutónio é actualmente o único activo de produção no bloco 18. Foi o primeiro desenvolvimento operado pela BP em Angola e consiste em cinco campos distintos descobertos entre 1999 e 2001. Nos últimos três anos, foram feitas novas descobertas de petróleo. Em 2007, nos meses de Janeiro (campo Terra), Abril (Miranda) e Maio (Cordélia), enquanto que em 2008 surgiram o Pórcia em Fevereiro e o Dione em Outubro. Em Março deste ano, foi a vez da Leda.

Vantagens do micro-crédito

O programa de micro-crédito do Grande Plutónio, fundado pela BP e pelos parceiros do bloco 18 (SS) e Sonangol, fornece um meio de restabelecer a economia rural e as suas estruturas. Este projecto, gerido nas províncias do Huambo e Benguela, teve início em 2005, e é uma parceria entre a BP, o Banco Sol e a ADRA.

As autoridades governamentais locais, também são participantes activas no projecto pois a actividade comercial apoiada no âmbito dessa iniciativa louvável, reintroduz as pessoas na economia legal e formal.

Um fundo estabelecido pela BP e pelos seus parceiros no bloco 18 garante os empréstimos do programa, que são emitidos pelo Banco Sol.

AADRA desempenha um papel vital no projecto, agindo como planeamento entre os membros da associação que procuram financiamento e a referida instituição bancária, oferecendo apoio em áreas como planeamento empresarial, gestão e criação de parcerias.

No final de 2008, foram feitos empréstimos avaliados em mais de 980 mil dólares. O típico valor de um empréstimo é de 320 dólares, a maioria do qual tem sido utilizada na indústria de apoio à agricultura. O programa ajuda a criar empregos, o que por sua vez poderá resultar em receitas fiscais mais elevadas para os órgãos de administrações municipais.

2.3 Grupo LR na construção de casas

Jornal de Angola 14 De Outubro de 2009

O grupo LR vai participar no programa habitacional do

Governo intitulado "Meu Sonho, Minha Casa" para a construção de um milhão de casas em todo o país.

Haim Taib, sócio-responsável de todas as actividades em Angola, disse que o Grupo LR vai participar na construção de 100 mil casas nas 18 províncias. Para tal conta com o apoio da empresa ABH (Astrom Brilho no Horizonte), que actua na área da construção civil e infra-estruturas.

O sócio-responsável do Grupo em Angola disse que, neste projecto, o Governo vai investir na infra-estrutura e o Grupo LR na construção e comercialização.

"Trata-se de um projecto público-privado onde seremos responsáveis pela construção de dez por cento da meta do Governo até [mal de 2012]", afirmou. Haim Taib disse ainda que o Grupo que dirige está a investir na construção de duas fábricas de componentes para as habitações Pré-fabricadas para o projecto "Meu Sonho, Minha Casa".

"As 100 mil casas que vamos construir serão do tipo pré-fabricado", disse O sócio-responsável diz sentir-se orgulhoso em participar nesse projecto que vai mudar o sistema habitacional em Angola.

Haim Taib garantiu que as fábricas vão gerar 20 mil empregos, directos e indirectos, para a realização do sonho de muitos angolanos.

Com a conclusão, no princípio de 2010, o projecto "Cidadela Jovens de Sucesso" vai receber, numa primeira fase, 300 jovens, para se formarem na área da agricultura.

Haim Taib disse que o Grupo LR é responsável pela criação de vários projectos em Angola. Um deles é a "Cidadela Jovens de Sucesso" que está a ser construída na província do Bengo e que tem como objectivo retirar jovens das ruas, oferecendo abrigo, educação e trabalho.

Acrescentou que, através do sistema de internato, o projecto vai transformar jovens em cidadãos e profissionais capacitados em vários sectores, principalmente na formação agrícola.

O sócio-responsável do Grupo LR em Angola precisou que, desta forma, os jovens vão trabalhar, produzir e vender os produtos agrícolas cultivados na "Cidadela".

Haim Taib declarou que o Grupo vai apoiar o Ministério da Educação na Reforma do Ensino Técnico-Profissional (RETEP), que inclui a reforma

curricular, a formação de professores e o fornecimento de equipamentos.

"Estão abrangidos neste projecto, 51 institutos médios politécnicos", explicou Haim Taib.

2.4 Mulheres rurais querem acesso ao crédito

Jornal de Angola 16 de Outubro de 2009

Mulheres associadas em cooperativas no Cunene defenderam, ontem, no município de Ombadja, 90 quilómetros de Ondjiva, a necessidade do acesso ao microcrédito do Governo, para o aumento da produção e a produtividade no campo.

O pedido vem expresso numa mensagem dos camponeses lida no acto central nacional do 15 de Outubro, Dia Mundial da Mulher Rural, realizado na Cooperativa de Camponeses de Kapanda.

Na missiva, as mulheres explicam que o dinheiro do crédito vai permitir a aquisição de moto-bombas para melhorar o sistema de regadio, tractores, viaturas para o escoamento dos produtos, a instalação de contentores frigoríficos para a conservação dos produtos e material de vedação.

As cooperativas locais contam com 683 membros do sexo feminino, entre as quais viúvas e filhos de antigos combatentes, mulheres de desmobilizados de guerra e familiares.

O massango, a massambala, o milho, feijão macunde, ginguba, batata rena e doce, abóbora e variadas hortícolas são as principais culturas praticadas na região, cuja condição dos solos permite a aplicação de dois sistemas de cultivo:

Sequeiro e o regadio.

A Cooperativa Kapanda projecta a criação de gado bovino, caprino, suíno e ovino, avicultura e pesca artesanal, que posteriormente poderá abastecer os seus associados e a população em geral.

Perspectiva-se também formar as mulheres em várias artes e ofícios. As cooperativas de camponeses têm como objectivo principal a erradicação do analfabetismo, a fome e a pobreza no seio das populações do meio rural.

2.5 Novo Banco cria mecanismo para financiar camponeses

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O Novo Banco celebrou terça-feira, em Luanda, um protocolo de entendimento com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e a Unaca - Confederação, com vista a financiar os camponeses e as associações camponesas.

O acto enquadra-se num protocolo assinado recentemente entre o Ministério das Finanças e o Novo Banco, com o objectivo deste último implementar uma das grandes estratégias do Governo angolano de concessão de créditos de campanha aos camponeses e associações.

O encontro de assinatura do protocolo realizou-se no Ministério da Agricultura e foram signatários o presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, Carlos Bessa, o vice-presidente da Unaca, Albino Lussate, e pelo director-geral do IDA, Marcos Nhunga.

Na ocasião, Albino Lussate sublinhou que o acordo vai definir as práticas operacionais de como os camponeses, nas províncias onde se vai implementar o crédito, terão acesso e que os quadros das três instituições vão trabalhar afinadamente para que as ações de concessão de crédito sejam céleres.

Desta forma, isto é, facilitando o acesso ao crédito, disse o vice-presidente, estaríamos a resolver um dos problemas que os camponeses enfrentam no campo ligados à obtenção dos factores de produção.

"Definimos aqui como factores de produção os ligados à preparação de terra, obtenção de sementes, instrumentos de trabalho e fertilizantes. Isto vai variar de região para região e acreditamos que vai ajudar a minimizar o grande problema das famílias camponesas para, rapidamente, obterem esses meios para a produção e produtividade", disse.

Por sua vez o PCA do Novo Banco, Carlos Bessa, afirmou que vão, junto do IDA e da Unaca, dos camponeses e das associações, trabalhar para que o micro-crédito chegue aos camponeses nas modalidades estabelecidas a fim de apoiar a campanha agrícola.

"Vamos oferecer o melhor da nossa tecnologia de micro-crédito, estruturas, quadros e técnicos de crédito competentes para trabalharem na solução que melhor se adapte aos camponeses, associações e cooperativas", afirmou o gestor do Novo Banco.

Da parte da Unaca; o director-geral, Marcos Nhunga, disse que todos esforços serão envidados para fazer chegar o crédito aos camponeses do país.

Reforçou que o micro-crédito aos camponeses é uma iniciativa do governo angolano e que vai criar um novo ambiente no campo.

2.6 Microcrédito é a forma mais eficazes de combate à pobreza

Agora 24 De Outubro de 2009

Micro-finanças é uma das formas mais populares actualmente utilizadas para o combate a desigualdade social e a pobreza.

Segundo o criador do microcrédito, a ideia consiste em fazer pequenos empréstimos aos empresários ou comerciantes que desejam iniciar um negócio, mas que não têm acesso ao capital.

Muhammad Yunus, que aplicou a teoria no seu país, o Bangladesh, e em 2006 ganhou o Nobel da Paz em função da iniciativa que ajudou milhares de familiares, garante que "não há hipótese de a crise mundial afectar o microcrédito".

Fundou o Grameen Bank, que continua a canalizar empréstimos para as mulheres do seu país. Actualmente com 28 mil funcionários e 8 milhões de clientes, o banco dos pobres, como também é conhecido, cobra as taxas mais baixas de todos os programas de micro créditos "e mesmo assim temos lucros", para assegurar a sua actividade apostou no dinheiro local, emprestado aos pobres da região.

Yunus trabalha com as autoridades para participarem na captação, de recursos e coordenar a assistência para projectos de microcrédito e propõe outra ordem o sistema financeiro internacional. "O sistema falhou. Temos de assegurar nos totalmente de que não voltamos à mesma velha normalidade".

O economista acredita, no entanto, que a concessão de pequeno empréstimos muda o estatuto social de qualquer um, apesar de se um projecto virado para o apoio à: mulheres. "Estou convencido de que o microcrédito é a forma mais eficaz de combate à pobreza".

Os investimentos envolvem ver base atribuídas às mulheres que começam um negócio baseado em casa e as taxas de sucesso de reembolso tem sido excelentes, o que continua a alimentar a iniciativa.

A Fundação Grameen construiu uma rede de instituições financeiras para conceder empréstimos em 20 países e garante que não é difícil desenvolver o programa em Africa; pois a Zâmbia abraçou a iniciativa

piloto do banco que poderá servir de plataforma para a expansão do negócio no continente africano.

A difusão das micro-finanças tem sido rápida, mas o crescimento da população está a contribuir para o aumento da pobreza em todo o mundo. "O microcrédito não é um programa de combate ao crescimento populacional, mas tem ajudado", revelou.

A iniciativa reduziu a dependência dos pobres em dinheiro e permitiu que os empresários sem garantia para a construção da propriedade privada começassem a desenvolver a sua actividade sem grandes constrangimentos.

A acção sobre a regulação financeira é tão necessária porque o mundo está num "autocarro" em movimento rápido, mas sem nenhum condutor ao volante, como gosta de ironizar o economista.

2.7 “É preciso combater uma relação de dependência com o Estado”

O País 30 de Outubro de 2009

O micro-crédito é normalmente visto como um compromisso de Estado, pelo seu papel na redução da pobreza e na formalização da economia, mas, até ao momento, o Novo Banco continua a ser o único operador bancário dedicado exclusivamente a esse segmento. Até que ponto estamos de acordo quanto à sua importância?

O que se passa é que há outros bancos que têm, no seu portefólio, o apoio a actividades de micro-crédito. Provavelmente, por isso, haverá restrições à entrada de novos operadores. O mercado angolano, em determinados segmentos, é extremamente competitivo, e o da banca é um deles. Entrar nesse segmento, com os operadores que já temos, implicaria fazer-se um bom plano de negócios e ter uma equipa de accionistas e de gestores dispostos a levar o projecto.

Essa disponibilidade estará mais do lado angolano, será isso? E que não se vê capital estrangeiro interessado no micro-crédito. Prova disso os que se encontravam no Novo Banco venderam-no ao BAI. A mobilidade dos capitais é assim mesmo. Os capitais fluem para actividades onde o retorno é positivo. Sabe que os bancos em Angola, por exemplo, estão com retornos na ordem dos 30%. São taxas muito boas, das mais altas na Europa e nos Estados Unidos, porque, em África, dificilmente, se encontram esses resultados.

Entretanto, é preciso notar que, relativamente ao

micro-crédito, os investimentos são elevados e os riscos também. Uma das razões que levou os accionistas não residentes a perder o interesse, em 2007, foi o investimento que era necessário fazer. Ter uma estrutura de banco com custos enormes pesa bastante, sobretudo, quando a actividade é dispersa e a rentabilidade não assegurada. De qualquer modo, há aquilo a que podemos chamar visão estratégica do País. Os centros de decisão são em Angola, a visão para o País deve ser angolana.

Ou seja, a entrada de novos operadores no micro-crédito não está condicionada à regulamentação do sector, como sugerem alguns operadores?

A regulamentação de instituições financeiras existe. Quanto às de micro-finanças resta ver o regime, ou seja, o tipo de organização económica que pode levar a cabo essa missão. Por outro lado, é fundamental que, a nível governamental, sejam equacionados termos para que o fardo do micro-crédito ao cliente seja aliviado pelo Estado. Estou a referir-me, por exemplo, a determinados tipos de imposto que são repassados ao cliente. É preciso criar-se um quadro de funcionamento mais adequado e mais propício para o desenvolvimento das micro-finanças e, por extensão, para dar maior eficácia aos programas de redução e de combate à pobreza.

Mas o Governo intervém doutra forma, com linhas de financiamento. Não será também uma forma de estímulo? No nosso caso, sempre pusemos os capitais próprios em risco, apenas, a partir de finais do ano passado, negociámos com o Governo a partilha de responsabilidades. Temos estado a trabalhar com alguns ministérios, como o da Família e Promoção da Mulher, o das Finanças e o da Economia, no sentido de enquadrar os nossos esforços nos objectivos gerais da política do Governo de combate e redução da pobreza.

Mas as taxas de juro continuam a gerar debate, por serem consideradas altas.

Para as operações activas estamos com taxas entre 20 e 25% ao ano, ao passo que, para as operações de captação para alguns clientes institucionais e grandes clientes, porque temos alguns clientes individuais que gostam do nosso banco, com poder de negociação muito forte, utilizamos a taxa de 15%.

Reduzir a taxa de juro não é claramente uma opção? Não. Reduzir a taxa de juro era sacrificar a rentabilidade do banco. Como esse é um compromisso de parceiros na mesma missão que envolve um banco privado e o Estado, achamos preferível negociar com o Estado e juntar forças no sentido de partilharmos as

responsabilidades. É aí que entra a bonificação do juro, através do custo social. Não pode ser um custo privado. Esta é a visão estratégica que se deve ter, é preferível bonificar o juro, fazendo florescer negócios privados sustentáveis, do que distribuir assistência social e manter uma relação de dependência entre o Estado e os cidadãos. É preciso combater-se isso.

Mudemos de assunto. O senhor esteve esta semana em Genebra, Suíça, para receber pelo Novo Banco o prémio "International Star for Quality" do BID (Business Initiative Directions), uma distinção com apenas dois anos de actividade. Surpreendido?

Exacto! Fomos reconhecidos sem que estívéssemos a contar com este prémio. Foi-nos apenas comunicado que, pela confluência de um certo número de factores, nomeadamente o benchmarking, a análise de informação e dados, a liderança e estratégia de comunicação, o banco tinha sido seleccionado para este prémio.

Terá algum significado particular para o banco esse prémio? Não vamos perseguir objectivos de prémios, vamos continuar com o nosso trabalho. De qualquer modo, este prémio distingue-nos, por isso honra-nos. É um prémio que atribui valor à visão dos accionistas que se comprometeram em realizar esta actividade de micro-crédito no País numa maneira pioneira, alavancando uma instituição envolta de dificuldades. É uma distinção que premeia os esforços dos nossos colaboradores (mais de 200) que trabalham, às vezes em condições muito difíceis. É um prémio que distingue Angola. Premeia a excelência, cria novas exigências na relação de parcerias com clientes, com os fornecedores e estou seguro de que o banco vai manter-se numa trajectória de excelência, para que este prémio seja o início de uma carreira para desenvolver e premiar o micro-crédito e premiar este banco que foi o pioneiro das micro-finanças em Angola.

Mas como é que se transforma um banco em dificuldades num negócio rentável em pouco menos de dois anos? Através de uma estratégia que resultou na contenção de custos, apesar de o banco ter melhorado, de maneira significativa, as remunerações e outras condições sociais dos seus funcionários. Isso foi feito porque era fundamental reter o activo mais importante do banco, que são os seus recursos humanos, mas também para permitir que isso fosse o ponto de partida da alavancagem do crescimento do banco. Por outro lado, com o aumento do capital social, por via de injeção do accionista BAI, o banco pôde utilizar os recursos próprios para alavancar a rentabilidade das operações. Esses factores estiveram na origem da viragem do funcionamento e da rentabilidade do banco.

O rácio de proveitos despesas, o chamado rácio de eficiência, que era negativo, passou a ser positivo. Tivemos ainda de reposicionar o banco nos mercados interiores, penetrámos noutras linhas de negócio que, certamente, vão ter o seu peso relativo no volume total de crédito do banco, comparativamente ao comércio, cujo peso está ainda acima dos 60%.

E, por outro lado, permitiu-nos começar a pensar, ao longo de 2008, na abertura de novas agências para as quais definimos uma nova tipologia. Assim, de apenas três, passámos para oito agências, sendo cinco em Luanda, duas em Benguela e uma Malanje. Nesse momento, há uma série de agências que estão em várias fases de desenvolvimento. Em Luanda, vamos ainda estar presentes no Gamek, na área da Filda e, até ao final deste ano, vamos inaugurar agências na Funda, no Panguila, no Zango e na Samba.

A conjuntura do mercado, motivada pela crise global, não afectou, portanto, a actividade e os projectos do banco.

A conjuntura foi difícil e afectou as operações do banco, por várias vias. Uma delas foi que, por terem diminuído os ingressos das receitas em moeda externa do principal impulsionador da economia, que é o Estado, houve um derrame cujos efeitos foram repassados para o resto da economia. Consequentemente, houve alguma retracção nas disponibilidades para manter e iniciar novas actividades e também a nível das importações. Relativamente às micro-finanças, os nossos clientes também sentiram os efeitos, porque, afinal, eles fazem pequenos negócios, contando com importações de materiais, de bens de consumo e de bens intermédios. Com as restrições que se colocaram a nível das transferências e de outras operações bancárias, os efeitos tinham de ser sentidos. De qualquer modo, e apesar da deterioração da crise este ano, o banco registou resultados positivos. Até Julho, os resultados líquidos não auditados estavam na ordem dos 500 mil dólares.

E como se comportou o crédito nesse período?

A nível do crédito não houve retracção. O crédito continuou e manteve-se estável, embora com alguma variação no crescimento. Uma retracção estaria certamente ligada ao funcionamento do mercado, mas isto foi evitado pela exploração de novos segmentos do mercado. Entramos em nichos, como os pequenos empresários, as cooperativas e as associações de camponeses, apoiamos jovens que se iniciam no primeiro negócio, enfim conseguimos estabilizar o crédito e até fomos crescendo lentamente, conforme indicam os números de Setembro último. Estamos muito próximo dos 12 milhões de dólares em termos

de crédito líquido.

Para o próximo ano, quais são as expectativas da administração do Novo Banco, face à conjuntura macroeconómica que está a ser projectada para o País, com a retoma da economia mundial? Este ano tivemos de fazer um reajustamento no plano de investimentos, houve decisões que tiveram de ser ajustadas no calendário, para acomodar a situação do mercado, tendo em conta também às novas exigências de regulação monetária do Banco Central. Para o próximo ano, as perspectivas de crescimento. O crescimento orgânico do banco vai continuar a ser feito de forma sustentada e em termos moderados, o nosso plano de extensão também se vai manter.

Faz parte das contas impossível aumento do capital do banco? A nossa transformação de depósitos em crédito anda à volta de 58%, portanto temos folga para transformar em crédito recursos dos clientes e dos accionistas. De qualquer modo, os accionistas têm o compromisso de alavancar os capitais próprios do banco, por isso, o banco, fará muito proximamente um novo aumento de capital.

Para quando?

Estamos a terminar a escritura pública do primeiro aumento do capital e da mudança da designação comercial do banco. O banco deixará de ser o Novo Banco e passará a ser Banco BAI Micro Finanças. Logo que este processo esteja fechado, vamos preparar as condições para realizar então um aumento dos capitais próprios. E uma decisão já aprovada pelos accionistas em assembleia-geral.

O Novo Banco persegue claramente um target diferente, se comparado às das outras instituições que fazem o micro-crédito. E uma questão estratégica?

O crédito de 100, 200 e 300 dólares é um crédito que as ONG's fazem, não é que não o façamos, mas a relação de custo-benefício neste caso é muito baixa e não é atractiva. A estratificação no mercado das micro-finanças faz-se por essa via. Há aquelas organizações que concedem créditos baixos, mas há o banco de micro-finanças que está nos mil, dois ou quatro mil dólares. No nosso caso, estamos com valores médios na ordem dos cinco mil dólares, ao passo que os valores máximos andam à volta dos 25 mil dólares. Hoje, 90% da carteira de crédito é denominada em kwanza. Nós trabalhamos muito bem com a moeda nacional. Absorvemos a liquidez do mercado em kwanzas e transformámo-la em reservas, para estabilizar e garantir a actividade do banco a longo prazo. Ou seja, contrariamente aos outros, não somos clientes assíduos dos leilões do BNA, até porque não temos clientes que façam grandes importações para precisarem de muitos

recursos em moeda externa. Portanto, não estamos muito dependentes das operações cambiais nem de clientes com operações cambiais para a compra de divisas no BNA.

Mas a entrada em novos segmentos de mercado, particularmente nas zonas rurais, pode implicar uma redução no limite mínimo de crédito, não acha? Na nossa carteira, há uma grande concentração de pequenos créditos, o chamado micro-express, dos 300 aos mil dólares, que são os primeiros clientes do banco. Isso existe. Só depois de o cliente ter conseguido fechar o crédito sem irregularidades é que se habilita para um segundo, no qual, mediante o negócio, a análise dos números, da circulação e do património, os valores podem ser maiores.

Quantos clientes, tem o banco até ao momento? O ano passado fechamos com cerca de 30 mil, entre clientes de contas e clientes de crédito, sendo estes últimos em maior número. Entre Julho e Agosto deste ano, estávamos nos 37 mil, agora estaremos à volta dos 40 mil clientes. A nossa carteira de depósito está à volta dos 20 milhões de dólares.

E as taxas de reembolso?

São boas, mas queremos melhorar. Andamos à volta de 90%, mas o objectivo é atingirmos aos 96%.

Vamos tentar encontrar uma fórmula para sintetizar o desempenho do banco nos últimos dois anos e as perspectivas para o próximo.

O banco precisava corrigir a sua trajectória e essa guinada foi dada em 2008, porque percebemos que podia dar resultados positivos, que era um banco viável. Em 2009, aconteceu a mudança. A mudança da imagem, do sistema informático e a introdução de outros serviços, como os ATM's do multicaixa, nas nossas agências.

E2010? Será o ano da consolidação do banco no mercado.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Mais de mil botijas de gás estão prestes a explodir

Semanário Factual 25 a 2 Outubro de 2009

O mercado do Kikolo, no município de Cacuaço, apresenta actualmente mais de mil contentores de diversas mercadorias, com destaque para os de botijas de gás.

Essas botijas de gás estão armazenadas em qualquer lugar do mercado, correndo o risco de pegarem chamas devido às queimas indiscriminadas ao longo do período nocturno.

O cenário pode voltar a acontecer, depois de há um ano no Kikolo acontecer a explosão de três contentores cheios de botijas de gás, por desconhecimento da administração do mercado.

À luz do dia observam-se fumaças que alastram das cercanias do mercado ao interior, deixando os vendedores incómodos; enquanto no período nocturno, nas imediações e no interior do sítio as chamas se confundem com as da Califórnia ou mesmo as queimadas da Austrália.

O mercado, que até à data presente clama por uma intervenção de saneamento básico, tem as suas bancadas obsoletas como pequenos aterros sanitários.

Nos mesmos locais são comercializadas diversas botijas de gás, ausentes de uma segurança. As mesmas são expostas à luz do dia nas proximidades das lixeiras ardentes e, ao pôr-do-sol, são guardadas em contentores que as vendedoras dizem ser alugados.

O perigo espreita perante os perfilados contentores contendo botijas de gás.

Alguns moradores adjacentes ao mercado afirmaram ao Factual: "Não sabemos realmente quem tem colocado fogo no mercado, damos conta desta situação no momento em que as pessoas já estão dentro das suas casas e constitui um perigo para a saúde das nossas crianças devido à fumaça".

Zeferino Domingos, administrador do mercado, não esconde a hipótese dos autores serem alguns moradores da vizinhança, nomeadamente jovens que se apropriam da noite naquela localidade.

3.2 Protesto á porta da Administração do Lobito

A capital 03 De Outubro de 2009

Inconformados com a transferência para o mercado «Bango Bango», sem água, bancadas, electricidade e outros meios essenciais, vendedores dos mercados informais «Africano» e «Aerovia», arredores do Lobito, manifestaram-se à porta da Administração Municipal, segunda-feira última, 28, num protesto que obrigou a Polícia a travar o alvoroço provocado por mais de cinco horas de barricada.

Em função da medida subscrita pelo administrador, Amaro Ricardo, com quem os manifestantes não conseguiram chegar à fala, pelo menos até ao fecho desta edição, centenas de vendedores estão de mãos atadas. Com a amarga experiência do «Bango Bango», há um ano e seis meses, bem presente nas suas memórias, salientam que não pretendem regressar ao calvário vivido aquando da saída da praça do «Chapanguele», a maior do Lobito, cujos terrenos deverão estar ao serviço de obras públicas.

«É complicado o acesso ao local escolhido pela Administração, pouco frequentado pelas pessoas, por isso quase não vendemos, como aconteceu no passado», explicou Mingota, uma das várias vendedoras que pretendiam um esclarecimento do executivo municipal.

Ela acrescentou, por outro lado, que não há transportes para o «Bango Bango», uma área definida pelos vendedores como sinónimo de «sofrimento». Igualmente desapontado, Augusto, outro vendedor, disse que à Administração caberá encontrar um espaço que satisfaça os anseios dos mais de 100 cidadãos convidados a abandonar o «Africano» e o «Aerovia». Há, segundo a fonte, um espaço que precisa apenas de entulho, bem ao lado do tradicional «Chapanguele» (zona baixa). «Vivemos disso, somos chefes de famílias, pelo que não podemos ficar parados», implorou. Atenta ao desenrolar dos acontecimentos, a organização OMUNGA, observador africano dos direitos humanos e dos povos, critica o silêncio da Administração Municipal do Lobito.

O A Capital sabe que os vendedores, ainda expectantes quanto a um eventual pronunciamento do executivo de

Amaro Ricardo Segunda, não se Importam de contribuir para a pavimentação (garantindo meios) do espaço que dizem oferecer melhores condições de trabalho.

3.3 Senhores levam o pão às portas dos clientes

Jornal de Angola 5 de Outubro de 2009

Luanda cresceu muito e aleatoriamente. Segundo estatísticas, a cidade tem hoje cerca de cinco milhões de habitantes. Nas áreas suburbanas as panificadoras não se fazem sentir, razão pela qual, para preencher o vazio, as "zungueiras" do pão acordam à madrugada, para adquirir pão a uma panificadora mais próxima e colocá-lo, ao amanhecer, à porta dos consumidores.

O pão é levado, em grandes quantidades, em bacias, coberto com plástico, papelão ou mesmo pano, para proteger contra a poeira, conforme esclareceu Maria Teresa, que anda no negócio há anos.

O conjunto de normas aprovadas recentemente pelo INADEC (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor) é desconhecido na totalidade pelas vendedoras. As senhoras garantem que tentam melhorar a higiene do produto na hora da venda do pão, mas só nas primeiras horas, já que, logo a seguir, o obstáculo pode ser o filho, no caso de vendedoras com criança no calo, que necessitam de maiores cuidados.

A deficitária distribuição do pão é apontada como causa maior da venda do pão na rua e do sacrifício de um bom número de mulheres que abraçaram este negócio. Maria Teresa vive no bairro da Sapú Viana, onde não há nenhuma padaria. Ela e suas colegas caminham de bairro em bairro na venda do pão, até terminar o produto. Por vezes, param em paragens de táxi, autocarros ou em frente de um estaleiro, não só para vender, mas para relaxar. Segundo notaram, o importante é acabar o produto. Para elas, não interessa muito a higiene, porque "aquí não há padarias e a população precisa do pão para a primeira refeição e para outras necessidades", disse Maria Teresa.

As padarias preferidas são as que estão a beira das estradas principais, porque, à hora que despertam, as senhoras também receiam ser alvo de acções dos amigos do alheio. "Saímos muito cedo. Acordamos às 4 horas ou 4 e meia e vamos à padaria em grupos de cinco ou mais pessoas, porque também temos medo dos bandidos".

Conforme explicaram, se alguém sai sozinha é-lhe recebido o dinheiro ou o pão. "Por isso é que saímos sempre em grupo de três, quatro, ou cinco pessoas. Isto ajuda-nos a nós e também os moradores".

Nisso, os mais agraciados são os clientes, agradecem o gesto, uma vez que o pão chega à porta de sua casa. Muitos sustentaram que não reclamam da forma como o pão é vendido e conservado, porque o importante é saber se está quente, se é do dia anterior, ou se o tamanho e o preço favorecem.

Como Maria, existem centenas de mulheres em Luanda. Porém, existem aquelas que não se dão ao trabalho de andar lés a lés à procura de clientes. São mulheres que vendem o produto na porta da padaria ou que possuem bancadas nos mercados. Algumas esperam pela noite ou pelo fim do pão na padaria, para aumentarem o preço por mais cinco ou 10 kwanzas. Se dentro o pão custa 20 kwanzas, elas acrescentam mais cinco.

No encontro do INADEC com os seus parceiros, realizado recentemente, foi discutido e recomendado que as vendedoras de pão usassem, ao menos, um saco de embalagens na falta de luvas. Segundo se reflectiu, isso vai contribuir muito para a redução de doenças diarreicas, febre tifóide e outras. Foi também recomendado que haja muita cautela na tomada de medidas adicionais, uma vez que mais de 80 por cento da população de Luanda é abastecida pelos serviços terciários prestados pelas zungueiras.

Por outro lado, o INADEC e seus parceiros sugeriram a não aplicação de normas rigorosas, porque são as zungueiras que levam o pão porta a porta. Tendo em consideração que o vendedor de pão na rua não lhe são exigidas luvas e chapéu para o cabelo, os mesmos são aconselhados a manterem uma embalagem para poder cobrir as mãos e manter o mínimo de higiene na venda do pão.

Carlos Ferreira, proprietário da padaria Lima, lamenta o facto de muitas padarias praticarem ainda o preço de 30 kwanzas o pão, quando a farinha de trigo é comprada a 2 mil e 700 kwanzas, o saco de cinquenta quilos.

"Quando comprávamos a farinha ao preço de 40 dólares, o pão estava mais alto, o que não se justifica, porque o Presild já fez o favor de vender o saco a 2 mil e 700 kwanzas", comentou.

O preço da farinha tem influenciado muito no preço do pão, razão pelo qual não se justifica a venda do pão a 30 kwanzas. "Por exemplo, o Estado interveio de forma regulada e já resolveu um problema, que é a regulação do mercado", disse.

Outra questão que apoquentas os panificadores é a acção de formação que, do ponto de vista do padeiro Carlos Ferreira, deve ser contínua, porque Angola já

tem uma escola nacional de panificação. "Não temos padeiros, que possuam uma carteira profissional", disse, para depois referir ser necessário "que se retome essa iniciativa que antes já existia, para que quem necessitasse de um profissional o tenha sem problemas".

3.4 Auto-emprego Forma de sustentação

Semanário Factual De 02 a 09 de Outubro de 2009

Até então a procura por um emprego era um problema que arrastava consigo a prostituição e o aumento da delinquência juvenil, entre outros actos ilícitos. Mas esta situação tem estado a mudar cada dia que passa, pois já é possível verificar a nível da juventude o auto-emprego, que procura ganhar a vida honestamente.

O exemplo desta mudança vem dos jovens que andam pela cidade de Luanda a prestarem serviços de manicure, na sua maioria jovens dos 18 aos 26 anos de idade que fazem o tratamento tanto das unhas das mãos e dos pés, como também aplicações de unhas postiças competindo de certa forma com os salões de beleza a nível de clientela.

Na conversa com José Sapalalo um dos jovens que encontrou nesta actividade a forma honesta de ganhar o pão, o Factual ficou a saber que ele nesta actividade há oito meses.

"Quando cheguei de Benguela, comecei a trabalhar como roboteiro (carregador de embrulhos), mas depois o meu primo convidou-me para começarmos a pintar as pessoas. Ele fazia os desenhos e eu assistia e depois praticava até que aprendi", justificou José Sapalalo.

Hoje, o jovem manicure afirmou ter um rendimento diário que ronda aos cinco mil kwanzas, independentemente da clientela, o que o leva a pensar que prefere trabalhar do que roubar para não acabar numa cadeia ou morrer".

Os preços praticados variam em função dos serviços prestados. O tratamento e pintura das unhas de ambos os membros custam quinhentos Kwanzas.

Quanto à aplicação de unhas, diferem do estilo, pois a aplicação de unhas angolanas e pintura está no valor de mil e quinhentos Kwanzas por mão ou pé, enquanto a aplicação e pintura de unhas brasileiras custa dois mil kwanzas. Sérgio Vunge, questionado acerca do caminho que dá ao dinheiro que arrecada, afirmou que " com o dinheiro que ganho ajudo a minha mãe, dou um pouco também aos meus irmãos menores e o outro compro

material da escola e roupa".

O jovem realçou ainda que com o dinheiro que ganha nunca lhe veio na mente enveredar para o caminho da criminalidade.

O trabalho prestado por estes jovens enche de satisfação a clientela, alegando que, para além de ser mais económico, os jovens são grandes artistas e trabalham com muita dedicação, ao invés de algumas funcionárias de salões de beleza.

Judith Xavier, uma jovem que se considera vaidosa, quando questionada acerca dos serviços prestados por estes jovens deu a conhecer que prefere sempre tratar das suas unhas com um Jovem que quando precisa liga e ele vem.

"Mas é importante deixar claro que estes jovens são grandes artistas, fazem cada coisa impressionante que até o pessoal dos salões as vezes não conseguem, asseverou Judith Xavier.

Os jovens artistas clamam apenas por um espaço onde consigam desenvolver as suas actividades de forma legal, pois iniciativas deste género podem de certa maneira abrandar a disseminação da delinquência juvenil e a prostituição no seio da sociedade.

Ainda no decorrer da reportagem do Factual foi possível também ter contacto com algumas jovens que, por falta de uma ocupação rentável, se auto-empregaram, reunidas em grupo de seis ou sete pessoas esperam por Jovens raparigas ou mulheres que queiram trançar o cabelo.

Esta actividade é feita de segunda a segunda, devido à procura constante destes serviços, tendo mais afluxo de clientes nos fins-de-semana e feriados.

Joana Galiano uma das jovens que trança cabelos nos arredores do mercado dos Congolezes aborda pelo Factual, explicou que uma dos motivos que a levou a optar por esta actividade é a falta de oportunidade de trabalho e "visto que eu tenho dois filhos não podia ficar só parada em casa a depender do marido.

"As minhas amigas, como sabem que eu sei trançar, me convidaram para vir aqui e quase sempre consigo voltar para casa com fuba e peixe para as crianças", referiu.

Quanto aos preços estipulados, variam dos três mil aos cinco mil kwanzas por cada estilo de tranças.

Sandra Veiga, uma das clientes, falou ao Factual que "é

de louvar esta atitude que estas jovens estão a tomar, pois assim evitaremos muitos problemas como prostituição, porque quando o marido não dá ela vai procurar quem lhe dá e isso causa uma tremenda confusão no lar".

Tal como os jovens manicure, estas jovens precisam também de auxílio de quem de direito no sentido de criar mecanismos capazes de ajudá-las na abertura dos seus próprios negócios.

3.5 Kinguilas tranquilas

Novo Jornal 9 de Outubro de 2009

A medida do executivo angolano em disponibilizar mais divisas aos bancos para contrabalançar o mercado paralelo em nada está a preocupar as Kinguilas, embora estas reconheçam que a médio prazo a sua margem de lucro pode ser afectada.

Uma semana depois da "boa nova", a nota de cem dólares continua a ser trocada a 9.500kwanzas, apesar de em alguns casos 9 mil kwanzas será primeira oferta.

Maria Manuel é uma das muitas cambistas que todos os dias se senta na rua Luther King a espera de quem tem dólares para trocar e numa conversa rápida confidenciou-nos que "os seus clientes ainda não fugiram".

"Continuo comprar a nota por 9.500", avança a nossa interlocutora. Questionada se acredita que o dólar vai baixar, responde prontamente que não. "E se acontecer não sai dos 9000", acrescenta.

No Zé Pirão, a situação era idêntica. Joana Domingas, que também oferece kwanzas em troca de dólares, acha que esta injeção também lhes vai beneficiar. "Quem é que nos fornece o dinheiro, questiona. "Se os bancos vão receber dinheiro nós não vamos ficar atrás", concluiu. Já na Ilha de Luanda as cambistas estão mais receosas e "preferem aguardar mais alguns tempos".

3.6 Candonga de energia tem os dias contados

Semanário Angolense 10 De Outubro de 2009

Está para breve o fim da venda ilegal de energia eléctrica em Luanda, atribuída a proprietários de postos de transformação, privados, segundo garantias dadas ao Semanário Angolense pelo porta-voz da EDEL.

Lucas da Silva adiantou que a EDEL tem o monopólio da distribuição, de electricidade na província de Luanda e que «as pessoas que enveredam para este tipo de

negócio fazem-no em contravenção à lei e em má condições técnicas, expondo os beneficiários a vários perigos».

«A nível do sector já foram tomadas medidas e paulatinamente estas instalações serão transferidas para a EDEL, em condições a acorda com os seus proprietários de maneira a serem criadas as condições técnicas e de segurança mínimas para que se possa fazer a distribuição de, salientou o porta-voz da Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica de Luanda.

Quanto aos cidadãos que pagam aos proprietários dos PT's privados para se beneficiarem do consumo de energia, Lucas da Silva assegura que não serão prejudicados de forma alguma.

O porta-voz da EDEL garantiu que apenas serão avaliadas as condições técnicas das instalações e se passarão para essa empresa pública dentro de um acordo entre ela o proprietário de cada PT.

«A expansão da rede continua a ser feita, mas como sabe a cidade, cresceu numa velocidade muito grande e não foi possível acompanhar esse crescimento. Estamos a continuar com os projectos que temos em carteira para a electrificação de novas, áreas bem como a reposição d; rede ali onde perdemos alguma capacidade», referiu.

Por seu turno, um jovem identificado apenas por Gildo, gestor de um posto de transformação privado, ao KM 14, em Via na, está ciente de que mais dia, menos dia, a EDEL se apossará do seu PT. «Dependemos da ENE mas como a EDEL quer confiscar o nosso PT, vamos entregá-lo desde que se faça um acordo.

Já a pensar nisso é que estamos a pedir a documentação dos nossos clientes para se ter um melhor controlo, o que poderá facilitar trabalho da própria EDEL futuramente», explica.

O posto de transformação sob gestão do Gildo abastece mais de 300 residências, cobrando por contrato individual a quantia de 600 dólares.

3.7 Instituto do Consumidor preocupado com o enchimento clandestino de gás

Jornal de Angola 11 de Outubro de 2009

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) realizou, ontem, no mercado Roque Santeiro, em Luanda, uma campanha de sensibilização,

dirigida a vendedoras, sobre os cuidados a ter na utilização de botijas de gás de cozinha.

Nilsa Mufuambua, directora adjunta do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, disse que a iniciativa visou alertar os consumidores para fazerem denúncias das más práticas na comercialização, transporte e armazenamento do gás butano.

"A nossa instituição tem acompanhado, com preocupação, os inúmeros acidentes resultantes do enchimento clandestino de garrafas de gás para revenda no mercado informal", afirmou Nilsa Muafumba.

A directora adjunta do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor chamou também a atenção para o melhor uso e manuseio das mangueiras e dos redutores.

"Muitas das vezes não prestamos atenção às mangueiras, que podem ter já o prazo de validade vencido ou serem contrafeitas", disse, acrescentando que os "originais - mangueiras e redutores são vendidos pela Sonangol". Em relação ao transbordo de gás, Nilsa Mufuambua lembrou tratar-se de uma prática que causa danos materiais e humanos.

Aconselhou as vendedoras de gás butano a deixarem de o fazer porque colocam em risco a vida das pessoas. Ana Rosa Lopes, administradora adjunta do mercado Roque Santeiro, louvou a iniciativa do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e da Sonangol Distribuidora e disse esperar que iniciativas do género não se limitem às vendedoras de gás.

3.8 Zungueiras louvam trabalho do governo

Jornal de Angola 12 de Outubro de 2009

As mulheres vendedoras da província do Huambo reconheceram, em declarações ao Jornal de Angola, que o ganha-pão na cidade não tem sido tarefa fácil.

O índice elevado de desemprego, analfabetismo e a ausência de postos de trabalho, constituem, entre outros, alguns dos principais factores que contribuem para a fome e miséria no seio da camada feminina, que todos os dias lutam para a aquisição de mantimentos para o lar.

A compra e revenda de produtos, nos principais mercados da cidade do Huambo, assim como o biscate e os trabalhos domésticos são as principais fontes de sobrevivência de muitas senhoras, quitandeiras e zungueiras.

Apesar de tudo, estão satisfeitas com as melhorias registadas nas principais estradas da região e em particular da cidade, o aumento dos transportes públicos que lhes tem permitido circular livremente para a aquisição dos seus negócios.

"Antes gastávamos metade dos nossos rendimentos só em transportes, agora o Governo nos deu transporte e gastamos muito menos", disse Ana Maria, residente no bairro São Pedra, acrescentando que para sustentar os seus dois filhos é obrigada a passar o dia inteiro a "zungar", vender banana, pela cidade, mas como não gasta tanto em transporte, acha que já compensa um bocado.

Ana Maria não perdeu a esperança de um dia encontrar um trabalho melhor. "Os tempos estão a mudar e acredito que um dia vou encontrar emprego", disse confiante.

"Comprei banana de mil e 350 kwanzas na praça da Alemanha, se conseguir vender toda terei lucro de 300", esclareceu Ana Maria, que acrescentou que ela é obrigada a zungar para não faltar pão aos filhos.

Florinda Mandele, mãe de cinco filhos, trabalha como doméstica, na residência de um casal e ganha sete mil kwanzas por mês. Disse que o que recebe não faz cobrir a necessidade, mas dá para sobreviver.

Tal como a sua colega, Ana Maria, a esperança continua a alimentar a sua vida.

Florinda Mandele realça a falta de saúde no seio familiar como um dos maiores constrangimentos no seu lar. "Há melhorias consideráveis, porque no passado havia muitas dificuldades na circulação, sobretudo nas vias de acesso à cidade do Huambo, onde se encontram os principais mercados. As estradas estavam esburacadas. Agora que estão a ser reabilitadas já permitem viagens rápidas e seguras", disse Benvinda Laura, negociante de roupa usada no mercado do bairro Kapango.

As quitadeiras Verónica Cassinda, Luísa Napanda, Maria Vátala e Adelina Wimbo, revendedoras de peixe e frango, asseguram que o bom estado das estradas da cidade do Huambo e das vias de acesso para alguns municípios e com umas tem facilitado também os seus negócios e permitido melhorar as suas condições de vida.

3.9 Vandalismo no Kikolo

O País 16 de Outubro de 2009

O mercado do Kikolo viveu alguns momentos de pânico no fim-de-semana passado, protagonizados por meliantes que pretendiam saquear os bens de vendedores originários da RDC, apurou o nosso jornal no local. A Polícia Nacional deteve dezoito indivíduos.

Um grupo de indivíduos, em número indeterminado procuraram tirar dividendos da situação de instabilidade nas relações entre Angola e RDC para levarem a cabo acções de pilhagem e agressão, provocando agitação nas centenas de pessoas que frequentam aquele espaço.

Oito contentores e dezenas de bancadas foram pilhados na sexta-feira. A acção não se generalizou graças à pronta intervenção da Polícia Nacional. Os desordeiros estavam armados de paus, mangueiras e objectos cortantes.

Na esquadra, situada bem perto do mercado do Kikolo, foram registadas dez ocorrências de agressão e assalto, na sequência de queixas de cidadãos congolese.

Com o rosto visivelmente triste Manuel Lukiaki Lukana, proprietário de um contentor assaltado, disse que estava fora do mercado quando foi alertado para o facto de o seu contentor, contendo material eléctrico, ter sido pilhado.

"A intervenção da polícia evitou a delapidação total do meu contentor" disse Beatriz Pedro Afonso, vendedora de cimento-cola e mosaicos.

Simão Pedro "Pai Grande" gerente de dez contentores, dos quais fazem parte o de Beatriz e o de Lukana, ainda não tinha calculado os danos, quando foi abordado pela nossa reportagem.

"Pai Grande" diz que não tem grande esperança de que a Polícia venha a recuperar o material roubado, porém registou queixa.

O comandante da esquadra do Kikolo não prestou qualquer declaração à imprensa, por alegadamente precisar de uma autorização superior.

3.10 "Sexta-Feira negra" no mercado do Kikolo

Angolense 17 a 24 de Outubro de 2009

O trajecto se afigura difícil – devido ao engarrafamento. A viatura anda e em seguida pára - foi assim até chegar ao mercado do Kikolo.

O carro se aproxima à paróquia do Bom Pastor, da Igreja Católica. São visíveis agentes da polícia, o

ambiente leva a crer que algo não vai bem. Pouco depois da antiga moagem, o motorista procurou um lugar para estacionar e fugir do trânsito infernal do mercado.

Mãos a obra – os repórteres caminham a pé até ao interior do mercado - o nosso objectivo era tirar a limpo rumores segundo as quais os cidadãos da RD Congo estariam a ser novamente molestados.

"Foi apenas uma tentativa de invasão", disse um vendedor.

O nosso trabalho continuava - de repente depois de termos abordado mais um cidadão - ouvia-se um "trovão", gritos e um aglomerar de gente ao pé de alguns contentores.

"Estão a inflamar as barrigas, estão a sonhar com as coisas que roubaram, a tradição já começou a trabalhar, vão morrer", gritava a multidão.

Os gritos chamaram atenção aos repórteres - a conversa que fomos tendo com aquele cidadão teve de ser interrompida e nos posicionamos junto da multidão.

O número de populares era grande e não conseguimos observar para quem a multidão se dirigia, gritando.

"Esta gente que esta aqui, alguns roubaram artigos alheios, eles estão a ter alucinações com as coisas que levaram para casa.

Roubaram telefones, geradores e outros bens", testemunhou Ferraz Bango, invocando alegadas práticas de feitiçaria ou de tradição.

Ele descreve a expulsão como sendo um assunto muito grave - "o complicado é que os angolanos que estavam a ser actuados na República Democrática do Congo são as pessoas que fazem fronteira com a RDC, os que chamamos aqui de zairenses e quando cá chegam são mandados de volta por alegadamente serem congolezes".

Para mim, explicou, há um empurra/empurra e os dois povos é que estão a pagar caro devido aquilo a que chama de má política dos governos de Angola e da RDC. "Quando alguém vai ao Congo é considerado angolano e aqui é visto com zairense, é batido e é obrigado a regressar. Se os dois governos não resolverem este problema, no fundo são os bacongos que estão a ser castigados", alertou.

As vendas e outras actividades já voltaram a normalidade depois da "sexta-feira negra" que alguns

moradores roubaram alguns produtos, como é o caso de Capitão Zola.

Ele conta que é da RDC, na manhã de sexta-feira, 9, os seus contentores de produtos eléctricos, mangueiras, loiça sanitária e outros foi saqueado pelos populares. "A polícia está aqui perto, mas não veio me socorrer" - disse apontando o dedo a esquadra policial local.

João Baptista é da República Democrática do Congo. Para ele, o povo é inocente e está a pagar pelas más medidas tomadas quer pelo Governo Angolano quer pela RDC "A política de exclusão tem de acabar, se uma angolano nascer um filho no Congo é chamado de Langa, mas se for de nacionalidade portuguesa é bem vindo. Isso tem de acabar", notou.

Depois do bate-papo com João Baptista, nos encaminhamos para a administração do mercado do Kicolo para obter algumas informações. Junto ao recinto que dá acesso ao referido local, existe uma frondosa árvore e um controlo feito de corda e botijas antigas.

O local está apinhado de gente, as pessoas tentavam transpor o controlo improvisado. Dois agentes da polícia da esquadra que se situa junto da administração do mercado fazem recurso a armas de fogo, para afugentar os presentes.

Os repórteres conseguem transpor a barreira e conseguem chegar a administração do mercado. "O administrador não está, ele é o único que pode falar sobre o assunto do mercado, pedimos que entendam", disse um funcionário.

A vida voltou a normalidade

Cabila Pedro perdeu na invasão popular de sexta-feira, 9, quinze telefones e cada custava três mil Kwanzas.

Apesar do sucedido, continuava já com as suas vendas e tal como ele, muitos vendedores procuravam esquecer o que aconteceu naquele dia, como por exemplo, o pequeno Bobix, de 13 anos, que na secção de fabrico de portas e janelas de madeira desenvolvia o seu trabalho.

Curioso mesmo, foi termos encontrado na mesma secção o pequeno Vitó. Ele tem apenas 10 anos e já dá os primeiros passos na aprendizagem de uma profissão. Há dois anos que é ajudante na referida secção.

Enquanto conversávamos, o futuro "mestre" passava a lixa e outros retoques numa janela.

Com naturalidade, os adultos trabalham com os dois menores sem qualquer problema ou receio de serem acusados de exploração de menores.

3.11 Os Prós e contras, do Roque Santeiro

Folha 8 24 De Outubro de 2009

Justino Pinto de Andrade Embora se assista hoje já a uma acentuada implantação de mercados formais, devidamente controlados pelas entidades públicas, os mercados informais ainda crescem como cogumelos.

A venda ambulante, a venda em passeios, desobedecendo às mais elementares regras de segurança e de higiene, o estabelecimento de praças e pracinhas em qualquer esquina ou mesmo junto à estrada são um fenómeno dos nossos dias e têm uma origem que é preciso especificar.

Por um lado, resultam da nossa história do pós-independência, quando se passou a reprimir tudo quanto era actividade privada, passando a considerar-se como lícita a penas a actividade que era exercida apenas sob os auspícios do Estado.

O Estado tornou-se o dono de tudo, até mesmo dos pequenos negócios.

Os cidadãos, para puderem sobreviver, passaram a buscar formas alternativas de vida e actividade contrariando a voracidade do Estado. Todos vimos o Estado a perseguir os vendedores das antigas praças, a encerrar e até mesmo incendiar mercados.

O Estado totalitário, tendencialmente absorvente, lançou para a informalidade milhares de pessoas que não tinham outro recurso senão gerar negócios informais e de risco. Houve mesmo gente quem tenha morrido no confronto com as autoridades.

A tentativa vã de criar uma economia completamente estatizada falhou. Mas esta tentativa teve também como consequência o cerceamento da actividade privada - era o medo do surgimento de uma classe que não dependesse das benesses do Estado, que fugisse ao seu controlo directo.

Por outro lado, o crescimento galopante das cidades, muito fruto do êxodo rural, também estimulou o surgimento e o desenvolvimento das actividades económicas informais.

Há que juntar a tudo isso os fenómenos migratórios provenientes de outros países, sobretudo os nossos

vizinhos africanos a que se juntamente pessoas vindas dos países do Golfo da Guiné.

O mercado informal passou assim a ter um peso crescente na nossa economia, não só disponibilizando bens e serviços, assim como dando ocupação e proporcionando rendimentos às pessoas.

E não só um factor de circulação de riqueza e rendimento, como igualmente um estabilizador social.

Criou empregos remunerados que são o garante da sobrevivência de inúmeras famílias. De algum modo, são um escape por onde se aliviam previsíveis tensões sociais.

3.12 Roque Santeiro e Kikolo “Voltam ao normal”

Folha 8 24 de Outubro de 2009

Os vendedores dos mercados Roque Santeiro e Kikolo, nomes que fizeram eco durante os dias 9 e 10 do mês em curso, devido aos tumultos registados naqueles locais (agressão moral, física e pilhagem) contra os cidadãos congolezes, praticados por angolanos que se decidiram a fazer vingança pelos seus compatriotas expulsos da República Democrática do Congo, afirmaram as coisas terem voltado ao normal.

Este tumulto, que gerou pânico no seio dos cidadãos estrangeiros, provocou, também, transtornos nos hábitos daqueles que têm os mercados Roque Santeiro e Kikolo como referências de aquisição de bens alimentícios e de primeira necessidade.

O comportamento pouco abonatório demonstrado pelos angolanos foi condenado pelas autoridades que prometeram castigar os reincidentes e reprovado pelos partidos políticos, bem como por agentes da sociedade civil.

De acordo com vendedores congolezes, a confusão naquele local de venda a céu aberto aconteceu no dia 10 e não durou por muito tempo mais foi o suficiente para partirem alguns vidros das viaturas dos compatriotas dos de Kibila que têm usado como palco de exposição embora não ter havido roubos.

Na sequência, os vendedores do sector 12 (maioria congolezes), o único que registou distúrbios naquele mercado, não resistiram aos insultos e às ameaças a que foram sujeitos, segundo informações dos constringidos.

Os comerciantes dispersaram-se e voltaram apenas no dia seguinte em número reduzido, porque muitos temiam por novas incursões ao contrário do que aconteceu no mercado Kicolo onde houve segundo seus vendedores, agressões, saque e pilhagem.

Segundo vendedores do Kicolo os infractores foram os meliantes residentes nos vendedores do mercado pois depois de se aperceberem do repatriamento dos angolanos da República Democrática do Congo decidiram-se a insurgir contra os congolezes, aproveitando-se dos bens deles saqueando negócios dos contentores que servem de stock (lugar onde se guarda produtos para venda ou uso posterior).

Durante aquela "tempestade", com pancadarias a mistura, muitos perderam os seus bens. Pedra Justo Simão, vendedor de televisores e geradores afirmou ter perdido um negócio avaliado em 7 mil dólares e uma pane ter sido saqueada do seu contentor, o que o obrigou a ficar em casa durante uma semana, esperando que os ânimos amainem.

A Polícia foi chamada para intervir, mas não conseguiu dar por finda a situação que terminou às 16 horas, depois de ter começado às 13.

Como resultado da confusão, vendedores ficaram sem os seus haveres. O vidro de uma das viaturas da Polícia quebrou e pessoas ficaram feridas.

Pascoal 40 anos natural do Uíge vendedor de televisores e peças diversas afirmou ter perdido um negócio avaliado em 3 mil dólares acrescentando outros estarem em embarço com a desemprego, por terem perdido tudo quanto tinham, a exemplo de Simba que depois de ter perdido os seus bens avaliados em 7 mil dólares, preferiu voltar ao Bembe, Uíge sua terra natal.

Hoje, apesar de alguns vendedores não estarem a ir aos mercados, em virtude de temerem por novas incursões dos angolanos e lhes terem pilhado todo o negócio, estes (nacionais e estrangeiros) foram unânimes em afirmar as coisas terem voltado ao normal. "Pelo menos até ao momento não há mais problemas", rematou Gaspar.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Sobrefacturação arruína administração pública

Agora 10 De Outubro de 2009

As dificuldades que o Presidente Eduardo, dos Santo enfrenta na Substituição de governantes apontados como corruptos ou envolvidos em negócio nebuloso estão a agravar as despesas públicas.

No país jamais um caso de corrupção foi levado à

Justiça, quando as evidências apontam para existência de irregularidades gestão dos dinheiros públicos.

O Parlamento aprovou, em 2006, a adesão de Angola à convenção das Nações Unidas contra a corrupção e boa governação e, contra todas as expectativas quase nada se fez para que o fenómeno deixe de fazer parte do Curriculum de muitas entidades, segundo o Observatório Politico Social de Angola (Opsa).

A Dificil tarefa do PR que em muitas ocasiões, mostrou-se um estratega e líder partidário é de não conseguir travar o curso do desvio dos fundos públicos, elevando cada vez mais, o fosso entre ricos e pobres.

As sobrefacturações reflectem a forma de um paulatino enriquecimento dos Gestores públicos para subtrair o dinheiro dos cofres do estado ante um tribunal de TC que passa por uma preocupante sonolência e longe das suas atribuições.

É da sua competência examinar previamente a validade dos contractos firmado pela administração pública, mais esse papel passou para o cravo do executivo, facilitando, facilitando, ainda mais uma prestação de contas eternamente deficiente, num país que procura erguer múltiplas infra-estruturas para o seu desenvolvimento.

Apesar dos esforços de tentar fiscalizar a gestão dos fundos públicos, o Tc a par da secretaria das empresas publicas não consegue acompanhar os privados que prestam serviços ao estado e, em muitos casos, os bens adquiridos em nome do primeiro, por terceiros chegam a custar o dobro do preço real.

Às autorias mandadas instaurar, pelo órgão, o ano passado em nada resultaram, sobretudo quando á responsabilização financeira dos infractores.

A inépcia do Tc reflecte-se nas acções que desenvolve no interior do país.

Ainda é uma instituição dependente da presidência da república, porque só funciona quando o chefe de estado autoriza auditoria nas contas de uma empresa.

O exemplo é a vistoria feita às contas da Taag e, na altura, o presidente do Tc, Julião António, prometera levar à justiça os envolvidos nos desvios dos fundos da empresa, mas foi apenas para "inglês ver".

José Lopes, jurista e professor universitário, sugere que se faça um saneamento económico e institucional que

não permita flutuações nas variáveis económicas e fiscais.

É importante, no entanto, ver os efeitos do planeamento de tudo o que os governantes investem para o mobiliário de escritório e das obras ao longo do tempo, mas também divulgando os custos das empreitadas".

Muitas obras em curso no país não foram adjudicadas na base de concursos públicos. "As empresas responsáveis pelas obras pagaram para ganharem as empreitadas e a factura do caderno de encargos, em muitos casos, é elevada. O que mais deve preocupar a sociedade é que o Tc nunca está presente na consignação dos projectos e se o faz é apenas para cumprir formalidades".

É preciso mudar e o PR, ao admitir que a elite governamental possui empresas de assessoria para a Administração Pública, jamais se verá livre do esbanjamento do dinheiro público.

A situação é sintomática, porque nenhum país se desenvolve com governantes apenas virados para o enriquecimento ilícito, numa altura em que Angola continua a excessivos empréstimos externos para impedir o agravamento da crise financeira.

John McMillan, catedrático da Universidade de Stanford, na Inglaterra, escreveu em 2006, a obra "A Corrupção é a Principal Instituição em Angola", chamando a atenção da comunidade internacional de que o país tinha uma rede de entidades organizada para o desvio das receitas provenientes da venda do petróleo.

Mas ninguém sabe, ao certo, o que entra no país, em termos de dinheiro fresco

O AGORA ouviu alguns juristas que justificaram o crescimento do fenómeno com a longevidade do PR no poder avançam ser este o principal entrave.

Dai a falta de fiscalização da actividade dos governantes quanto a gestão dos bens públicos, que em muitas províncias já se tornarão patrimónios dos respectivos governadores.

Só sei que o ex-governador do Bengo Isalino Mendes foi acusado e condenado pelo crime de desvio de fundos públicos.

E o caso mais recente é de alguns membros de partidos políticos que não justificaram de forma clara o dinheiro atribuído pelo estado para o pagamento de subsídios dos fiscais das eleições do ano passado. Disse José

Lopes.

4.2 “Os encargos aduaneiros podem superar 60% do valor do bem importado”

Expansão 16 de Outubro de 2009

De acordo com um comunicado do Conselho de Ministros (CM) de 19 de Agosto, as "linhas gerais da reforma fiscal" vão centrar-se em acções de curto prazo. Pouco mais se sabe das implicações e dos caminhos que serão tomados por esta autêntica "revolução" fiscal. Para levantar um pouco o véu sobre o que vai abranger a reforma fiscal, o Expansão falou com duas advogadas: Ana Pinelas Pinto, da Miranda Correia Amendoeira & Associados, e Idalete Sousa, da sociedade "Fátima Freitas Advogados".

Quais os grandes desafios, em matéria fiscal, que Angola enfrenta?

Um dos grandes desafios é, sem dúvida, a reforma legislativa que está dispersa em diplomas de épocas muito diferentes. Relativamente a cada imposto é fácil encontrar diplomas mesmo da época pré-independência que têm que ser conjugados com diplomas posteriores, pós-independência, e têm de ser conjugados com a realidade do País no presente, que a cada momento se altera.

O investimento no País é também cada vez maior e isso significa que, além de uma reforma legislativa interna é necessário, também, no nosso entender, que Angola comece, cada vez mais, a olhar, também em matéria fiscal, para as suas relações com os terceiros que investem no País. E, nesta medida, é fundamental que se encontrem mecanismos de relacionamento que permitam eliminar ou pelo menos atenuar; que tenham em consideração um problema sério que afecta os investidores, o problema da dupla tributação dos seus rendimentos.

E ao nível da máquina da administração tributária, há lacunas que devem ser corrigidas o mais depressa possível? Do ponto de vista das estruturas, da máquina da administração fiscal, dos agentes da administração tributária, das repartições fiscais, da Direcção Nacional dos Impostos, há ainda um trabalho a ser feito que permita o tratamento da informação, uma rapidez de interacção com o contribuinte que, neste momento, é difícil, especialmente nas zonas menos centrais. Em Luanda é provavelmente fácil ao contribuinte chegar perto da sua repartição fiscal e ter uma resposta relativamente às suas dúvidas, ansiedades e dificuldades que encontra na gestão da sua vida de um ponto de vista tributário, em outras províncias, provavelmente, essa dificuldade é bastante acrescida.

As "linhas gerais da reforma fiscal" apontam a necessidade de reforçar a capacidade humana da administração tributária. Ao nível dos recursos humanos há um trabalho pela frente, em termos de formação, de capacitação, desde os técnicos das repartições fiscais até aos responsáveis pela gestão da relação com os contribuintes, inclusivamente ao nível dos tribunais, das competências especializadas, que quem gere e quem lida com estas matérias tem que necessariamente possuir.

Estamos então a falar de uma reforma a nível administrativo, legislativo e recursos humanos? São estes os desafios? São esses três os grandes desafios, sem nunca perder a vertente internacional do relacionamento que Angola tem com os vários investidores de várias nacionalidades no País.

Segundo o comunicado do CM, as medidas aplicadas serão de curto prazo. Neste sentido, quais são as barreiras que a política fiscal tem e que necessitam ser derrubadas? Uma das circunstâncias que não sei se será possível abordar imediatamente é a clarificação de muitas das situações de sujeição de impostos. Por exemplo, ao nível do imposto de consumo. Uma das situações que tem sido mais suscitada pelo menos de acordo com a nossa experiência, refere-se ao facto de, à medida que as actividades se localizam no País e que o investimento provoca a instalação de unidades produtivas, o imposto de consumo sujeita à tributação, o fabrico e a produção local de acordo com uma taxa "standard" de 10% enquanto que a venda de produtos importados não está sujeita a imposto de consumo. Esta é uma situação que, a nosso ver, leva inevitavelmente ao tratamento menos favorável da indústria nacional quando é exactamente o oposto que se pretende.

Quais as opções no panorama aduaneiro para fomentar as trocas comerciais? Há realmente muito por fazer também em matéria aduaneira se quiser favorecer as trocas entre Angola e os seus vizinhos. Tendo em conta que as taxas aduaneiras variam entre os 2% e os 30%, uma operação de importação poderá chegar, no seu limite, a um total de encargos aduaneiros que superam os 60% do valor do bem em causa.

Como se pode contornar esta realidade?

Se houver uma desoneração, uma liberdade de troca ao nível do espaço que Angola tem com os seus vizinhos, no âmbito de uma organização internacional, com certeza que está favorecida a troca comercial.

Uma das críticas à política fiscal prende-se com a

elevada carga tributária sobre as empresas, podendo funcionar não como uma fonte de receita mas como um incentivo à fuga ao fisco por significar uma retenção de mais de 1/3 dos lucros das empresas. Deve então ser uma questão central na reforma fiscal? A taxa do imposto industrial é unia questão importante. No passado, essa taxa chegou a rondar os 50%, esteve durante algum tempo nos 40% e neste momento é de 35%. Sem dúvida que esse é um dos pontos mas não considero ser um dos pontos mais urgentes ou contra a qual possa haver uma reacção mais imediata. Com certeza é uma taxa elevada, fazendo uma análise comparativa, quer ao nível dos países vizinhos quer ao nível de outros países e dos principais investidores estrangeiros em Angola. Mas mais urgente do que isso poderá ser a uniformização e a clarificação ao nível dos mecanismos de antecipação de receitas, tanto ao nível da retenção da fonte quanto ao nível dos pagamentos provisórios de imposto. Ao nível do impostos industrial, que data de 1972, tendo sofrido algumas alterações posteriormente, criou-se alguns mecanismos de antecipação de receitas mas não é fácil um deles estar em legislação avulsa, não está incluído no próprio código, e não é fácil compatibilizar alguns destes mecanismos. Se não houver uma consolidação de regras é difícil.

Mais importante que baixar a taxa de imposto será a clarificação destes mecanismos? E importante baixar a taxa, é importante clarificar todas as regras de arrecadação de receitas porque, apesar de uma elevada taxa provocar uma falta de cumprimento o que também provoca imediatamente uma falta de cumprimento das obrigações tributárias é o desconhecimento e o facto de ser extremamente difícil perceber quais os mecanismos que devem de ser cumpridos.

4.3 Fontes de receita tributária de 2009

Expansão 16 de Outubro de 2009

São 12 as fontes onde o Governo, todos os anos, vai colher receitas tributárias para alimentar as despesas do Orçamento Geral do Estado. Até ao final do ano, o Governo conta que esse bolo possa ascender a mais de 1 trilião de kwanzas que, mais uma vez, dependerá, substancialmente, do caudal tributário do sector petrolífero que, nas contas do OGE revisto para 2009, apresenta um peso de 67% face ao total da carga tributária estimada.

4.4 Menos burocracia e mais receitas nos cofres do Estado

O Governo tem estado a trabalhar numa imensa reforma fiscal que promete reduzir a burocracia de todo o sistema e a fuga de rendimentos ao fisco. De acordo com um comunicado de imprensa de 19 de Agosto, disponibilizado pelo Governo, sobre a aprovação das "linhas gerais da reforma fiscal" pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, ficou a saber-se que grande parte das reformas fiscais passarão por acções de curto prazo, tais como a revisão e actualização do Código Geral Tributário, a adopção de um Código de Processo Tributário, a racionalização e consolidação legislativa do imposto industrial e a simplificação do imposto de selo. "É importante que as pessoas entendam que quando se faz uma reforma não é para agravar impostos nem muitas vezes será para obter mais receitas, embora as receitas sejam, efectivamente, a principal questão a perseguir", ressalva Francisco Brandão, presidente do Comité Nacional para a Reforma Fiscal (CNRF). De acordo com o especialista, a questão de fundo desta reforma vai muito além da geração de mais receita para os cofres do Estado: "pretende-se criar algumas condições para que haja um desenvolvimento económico e social do País. (...) esta reforma vai permitir tudo: prevê-se haver menos burocracia, simplificar processos, prevê-se, em alguns casos diminuir as taxas de tributação."

Assente na reestruturação de três pilares -legislativo, administrativo e recursos humanos – a reforma fiscal promete ter um impacto substancialmente superior na vida dos cidadãos ao causado, em 2003, com a aprovação de um amplo pacote legislativo, que se pautou pela aprovação da lei de bases do investimento privado, da lei do fomento do empresariado privado e da lei dos incentivos fiscais. Desde logo porque irá rever duas das mais importantes lacunas de toda a política fiscal nacional: a dupla tributação e a excessiva burocracia de todo o sistema que, segundo os especialistas, é a principal causa da incorrecta racionalização de recursos. "A burocracia em excesso é uma forma de intervenção perversa do Estado na economia. Influencia a estrutura dos custos empresariais, desvia recursos de finalidades mais apropriadas, promove a corrupção, diminui a produtividade e desvia a actividade das instituições públicas das suas verdadeiras finalidades, centradas na prestação de serviços de qualidade e na regulação de serviços de qualidade e na regulação dos processos de mercado." Escreveu Manuel Alves da Rocha, professor associado da Universidade Católica de Angola, na sua crónica da semana passada do *Expansão*.

Revisão do imposto industrial e do consumo em cima da mesa.

Costuma dizer-se que a necessidade aguça o engenheiro. No caso da reforma fiscal, este lema deverá assentar como uma luva. "As leis, para serem bem executadas, é necessário que haja uma máquina administrativa capaz de as aplicar, é necessário que os contribuintes entendam e estejam capacitados para cumprir com as suas obrigações e é necessário, também, que os outros agentes que interferem na boa aplicação das leis estejam habilitados a apoiar os contribuintes (contabilistas, juristas, economistas,...)", refere Francisco Brandão. De acordo com o presidente do CNRF é preponderante que se reactive os mecanismos que já existem mas modernizando-os de forma a transportá-los para o século XXI.

Um desses exemplos passará pela criação de um tribunal que trate de assuntos fiscais. Para Ana Pinelas Pinto, advogada da sociedade de advogados Miranda Correia Amendoeira & Associados, "é mesmo necessário que se faça uma reforma fiscal", sobretudo ao nível do imposto do consumo que está longe de incentivar o fabrico nacional. Segundo a legislação em vigor, este imposto prevê uma vasta incidência subjectiva e objectiva, abrangendo uma série de realidades, recaindo, nomeadamente, sobre a produção e a importação de mercadorias, independentemente da sua origem, no consumo de água e energia, nos serviços de telecomunicações, nos serviços de hotelaria e outras actividades a si conexas ou similares. No contexto prático, a taxa geral prevista é de 10% com excepção dos bens que se encontram listados nas tabelas I, II e III anexas ao regulamento do imposto do consumo, referentes, respectivamente, aos bens sujeitos à taxa reduzida, às mercadorias importadas e de produção nacional, e ao consumo de serviços, com estas taxas a variarem entre os 2% e os 30%. De acordo com a advogada Ana Pinelas Pinto, "há uns anos foi discutido ao nível da administração tributária a hipótese de uma isenção para a produção do fabrico nacional", mas sem sucesso. Neste ponto, Francisco Brandão destapa o véu e revela que a reforma fiscal "vai obrigar a que haja uma revisão, quer no imposto de consumo quer no imposto de selo, que tem de ser feito imediatamente".

Outro imposto que deverá sofrer uma reestruturação profunda é o imposto industrial que hoje é pago de forma faseada e antecipada, mediante a realização de liquidações mensais provisórias, determinadas pela aplicação da taxa de 35% ao montante correspondente a 10% do volume de negócios gerado no mês anterior. "Ao nível do imposto industrial a legislação é dispersa; também se vai fazer uma revisão no código, definir exactamente a incidência, tornar esse imposto mais perceptível e, eventualmente, reduzi-lo. A ideia é para

baixar algumas taxas, uma das quais será o imposto industrial", afirma Brandão. Estas são boas notícias para as empresas nacionais e estrangeiras no País.

No caso dos empresários e dos trabalhadores de outras nacionalidades, a tributação dos rendimentos necessita ser aprofundada. Face à ausência de acordos bilaterais, estes agentes (empresas e trabalhadores por conta de outrem estrangeiros) estão sujeitos à dupla tributação, que começa com a aplicação de um imposto em Angola de 35% dos rendimentos gerados e termina com o pagamento de impostos sobre o mesmo rendimento no seu país de origem. Para Angola, esta realidade pode funcionar como um "entrave no crescimento do investimento privado pois, mesmo que o Governo isente as empresas desse imposto em território nacional, os empresários podem não ter qualquer interesse em localizar-se no País visto não terem como evitar a tributação no seu território de origem. Enquanto não há passos neste sentido, Portugal, um dos principais parceiros económicos de Angola, decidiu, "por mote próprio, que as empresas sediadas em Portugal, à excepção do sector financeiro, podem deduzir impostos suportados em Angola, a título de crédito de imposto no IRC (Imposto de Rendimento Colectivo)", revela o semanário luso Expresso de 9 de Outubro.

Reforma fiscal promete reduzir prevaricadores; "No mundo, nada é certo além da morte e dos impostos" disse um dia Benjamin Franklin, um dos fundadores dos EUA. Porém, em Angola, a segunda parte desta ideia não é tão certa quanto isso. De acordo com o trabalho académico "The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First results over the period 1999-2003", elaborado em 2004 por F. Schneider, o peso da economia informal (não ilegal) no produto interno, em 2002 e 2003, foi de cerca de 45%. Segundo os especialistas, a reforma fiscal deve lutar para que esta estatística possa ser mitigada.

Aliás, Francisco Brandão confia que o eventual aumento das receitas tributárias que se conseguirão com esta reforma "não deverá ser dada pelo lado do aumento da carga fiscal mas pela introdução de novos contribuintes no sistema que até agora não cumpriam "com as suas obrigações fiscais". Muitas vezes, esta realidade sucede não apenas pelo lado de prevaricadores que tentam a todo o custo fugir ao fisco, mas também pela falta de conhecimento por parte das pessoas: "há muitos contribuintes que não sabem que o são", refere Ana Pinelas Pinto. É por isso fundamental que a reforma fiscal consiga melhorar as relações entre o fisco e o contribuinte pois, muitas vezes, não é subindo uma taxa que se arrecada mais receita: as taxas

baixas incentivam melhor o cumprimento, segundo revelam vários estudos.

A antiguidade de vários diplomas é outra barreira, basta lembrar que o regulamento do imposto do selo que está em vigor é de 1945 e o regulamento da Sisa data da década de 1930.

4.5 Deputados informados sobre execução do OGE

Jornal de Angola 20 de Outubro de 2009

Uma comissão parlamentar, afecta à segunda, quarta e nona comissões da Assembleia Nacional, estão, desde ontem, na cidade de Caxito, onde foi informada da execução do orçamento e do programa do governo da província do Bengo, para o biénio 2008-2009.

No encontro, com os membros do governo provincial, os deputados receberam informações sobre os 32 projectos programados em 2008, dos quais 25 foram concluídos e sete transitaram para 2009.

O governador provincial do Bengo, Jorge Dombolo, explicou aos deputados que a crise financeira mundial provocou muitos constrangimentos na execução de vários projectos sociais locais.

Na cidade de Caxito, a comitiva que permanece no Bengo quatro dias visitou as delegações provinciais da Justiça, Finanças, a Penitenciária, o Comando da Polícia Nacional e a aldeia modelo e reuniram com o juiz presidente do tribunal do Bengo e com o procurador provincial.

A delegação, chefiada pelo deputado Alfredo de Azevedo Júnior, tem agendado ainda deslocações aos municípios de Bula Atumba, Dembos, Pango Aluquem e Nambuanguo.

A comitiva integra os deputados Domingos Martins Ngola, Aurora Junjo Cassule, Edite Livila Lissimo Manuel, Rosária Ernesto da Silva e Abílio Kamalata Numa.

As comissões a que pertencem os deputados respondem pelas áreas da Defesa, Segurança e Ordem Interna, Administração e Direitos humanos, petições e reclamação dos cidadãos.

4.6 Conta Geral do Estado facilita controlo parlamente

Jornal de Angola 22 de Outubro de 2009

O Ministério das Finanças exige que os gestores públicos sejam mais rápidos a prestar contas do dinheiro que recebem nos prazos e termos definidos por lei. A ideia é evitar que os recursos públicos sejam utilizados sem qualquer controlo.

Ao proceder, ontem, a abertura do seminário sobre Conta Geral do Estado, na Assembleia Nacional, a vice-ministra das Finanças, Valentina Felipe, disse que a não prestação de contas por parte de alguns organismos do Estado pode atrapalhar a elaboração do documento, que deve ir ao Conselho de Ministros para aprovação na primeira quinzena de Dezembro.

No seminário, que juntou deputados da Assembleia Nacional, secretários gerais dos organismos públicos, directores nacionais, delegados provinciais das Finanças e outros gestores públicos, a vice-ministra das Finanças disse que a apresentação da primeira Conta Geral do Estado vai inaugurar uma nova era na gestão das contas públicas e na transparência no tratamento do erário público.

Aos participantes, Valentina Felipe recordou que o documento não deve ser visto apenas como um instrumento do Ministério das Finanças, mas do Governo. Pediu, por isso, a contribuição de todos, para que a conta esteja ao serviço do engrandecimento do país.

"Esperamos que esse seminário permita esclarecer parte das dúvidas que certamente existem sobre o assunto e que possamos, em conjunto, elaborar a primeira Conta Geral do Estado nos prazos já assumidos", disse a vice-ministra.

A directora Nacional de Contabilidade, Joana Cordeiro, falou da importância do seminário. "Sentimos que havia uma certa dificuldade e, também, um desconhecimento do que é de facto a Conta Geral do Estado e os seus componentes".

N a primeira quinzena de Dezembro, o Conselho de Ministros vai receber a primeira Conta Geral do Estado para depois a encaminhar à Assembleia Nacional, onde o Tribunal de Contas vai apresentar o seu parecer sobre o documento.

A coordenadora financeira da comissão de economia e finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, elogiou o trabalho do Ministério das Finanças e dos gestores públicos, pelo facto da elaboração do documento estar a ser feito nos prazos acordados.

"Com a apresentação da Conta Geral do Estado, os

deputados vão ter a possibilidade de dirigir perguntas ao executivo, durante os debates. Com a Conta Geral do Estado, o Parlamento tem à sua disposição um mecanismo, que assume uma função instrumental, relativamente ao controlo parlamentar dos actos do Governo e da administração, e vai permitir que a Assembleia Nacional exerça plenamente as suas competências", disse Ruth Mendes.

4.7 Um tribunal de faz de contas

A Capital 24 de Outubro de 2009

Desde o início das suas actividades, há oito anos, o Tribunal de Contas é descrito como se tendo adaptado, até um certo ponto, à fiscalização da aplicação dos fundos do Estado.

Mais do que as auditorias internas às contas dos governos provinciais e dos partidos políticos, o TC, na visão dos cidadãos, a instituição deverá, também, passar a «pente fino» se tiver peito para tal - todas as estruturas ligadas, por exemplo, ao Presidente da República (PR) e seus arredores, porque segundo dizem, é por este canal por onde, provavelmente, deverão passar as maiores irregularidades na gestão do erário público.

O funcionário público, João Sebastião, defende que o TC actue como um órgão «despido de todas as paixões de quem o instituiu». Mas tal actuação, segundo disse, poderia ser melhorada, se o Presidente desse órgão judicial fosse objecto de eleição por parte da Assembleia Nacional e não nomeado pelo Presidente da República, como, aliás, acontece.

«Nós, às vezes, criamos problemas para nós mesmos, quando pensamos que o poder judicial tem que ser impingido pelo Presidente da República», frisou, acrescentando que, em todos países do mundo, onde tal modelo foi instituído, «não houve marcas positivas quanto à actuação do Tribunal de Contas», por este estar subordinado ao Chefe de Estado.

«Quem é que está disposto, neste regime, a censurar o seu chefe, para depois este o mandar para a rua?», interrogou Sebastião. Conjectura, por isso, dois cenários: ou Tribunal de Contas acerta o passo com outras instituições congêneres do mundo ou arrisca-se a ser trespassada pelo tempo e acabar com uma imagem chamuscada.

A estudante Cesária Augusto considera que os magistrados têm feito o possível, mas que é de todo necessário que o pouco que fazem, de bom ou de mau, seja do domínio público, sob pena da sociedade acabar desinformada sobre o que, realmente, tem acontecido.

A mesma ideia é partilhada por Amílcar Delgado, para quem o Tribunal de Contas «lida apenas com «peixe miúdo», devendo, para o efeito, evoluir mais, ou seja, fiscalizar a aplicação daquilo que nem a Assembleia Nacional tem conhecimento. «Refiro-me, propriamente, aos fundos dos projectos especiais, onde, sabe-se, tem havido muitas irregularidades passíveis de análise e responsabilização», exemplificou.

Em relação à actuação do Te, as opiniões divergem quanto ao ponto de vista operante, mas conciliam-se no que tange às obrigações daquele órgão judicial, com vista a satisfazer a expectativa da sociedade.

«Pensávamos que com o surgimento do TC, a corrupção, sobretudo, estaria mais controlada, mas até ao momento não vemos absolutamente nada», disse Conceição Augusto, que reconhece, entretanto, limitações do Tribunal, decorrentes da própria conjuntura angolana, «onde apenas uma pessoa dita todas as regras de jogo e os restantes apenas cumprem».

Reconhece, mesmo assim, que existem condições bastantes para o TC melhorar, paulatinamente, o seu procedimento. A mesma cidadã defende, por isso, a necessidade de se criar uma entidade que se dedique, exclusivamente, ao combate à corrupção, um mal que considera com o mesmo efeito corrosivo que a guerra.

Para evitar-se redundâncias, sugere que seja também o TC a responsabilizar-se da identificação de actos de corrupção decorrentes da aplicação do dinheiro público. Na prática, embora se conheçam as competências do Tribunal de Contas, ninguém sabe, na generalidade, onde é que a instituição interveio e quantas entidades já responderam em tribunal, decorrentes desta mesma intervenção.

Alguns analistas dizem desconhecer, por exemplo, se o papel fiscalizador do TC abrange tudo o que se tem feito neste país, sobretudo no que se refere às obras públicas que se erguem neste país».

«Precisamos de saber também se o Tribunal de Contas exerce a sua função de fiscalizador, quando as obras são adjudicadas directamente pelo Estado», reclamou o economista Vicente Pinto de Andrade, cuja inquietação, segundo disse, surge em função de, repetidas vezes, os preços das obras propostos pelo Estado «serem incompatíveis, com os padrões internacionais».

4.8 Aprovadas propostas do OGE e do Plano Nacional para 2010

A proposta de Lei para o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano tem receitas e despesas estimadas em três triliões, 902 biliões, 272 milhões, 176 mil, 646 kwanzas. O documento foi aprovado ontem em conjunto com a Proposta do Plano Nacional para o biénio 2010/2011, durante a nona sessão ordinária do Conselho de Ministros, realizada no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda.

Na proposta do OGE para o próximo ano o sector social, que compreende a Educação e a Saúde, tem 28,1 por cento da despesa total orçamentada. É a maior quota orçamental, de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros.

No Plano Nacional, o Governo faz saber que aposta, sobretudo, na promoção da estabilidade macroeconómica, no emprego, na estabilidade dos preços, melhoria da repartição da renda, bem como implementação de infra-estruturas para atracção e reanimação dos investimentos e da iniciativa privada.

Os documentos programáticos devem ser remetidos à Assembleia Nacional até 31 de Outubro para, posteriormente, serem discutidos pelas comissões de especialidade e aprovados pelo plenário do Parlamento.

As propostas do OGE e do Plano Nacional serão apresentados pela segunda vez pelo Governo, desde que tomou posse há cerca de um ano, depois de vencer as eleições legislativas.

A maior atenção deve centrar-se na base percentual do preço do petróleo na proposta do OGE. O “ouro negro” é a maior fonte de financiamento do orçamento. Inicialmente previsto em 60 dólares o barril no OGE em execução, a revisão obrigou a uma descida de cerca de metade do preço.

O OGE para o próximo ano deve garantir o reforço na aposta do Governo no sector primário, sobretudo na agricultura, uma vez que o Governo, no seu programa, assumiu o combate à fome e a pobreza como desafios imediatos nos próximos quatros anos.

Defesa, educação e saúde têm sido, nos últimos anos, os sectores que ficam com o maior percentual na distribuição do OGE. Nos próximos dias ficar-se-á a saber que outros sectores ficam no topo das prioridades da governação em matéria de receitas e despesas.

A expectativa em relação ao Orçamento Geral do Estado para o próximo ano incide sobre a previsão de crescimento da economia nacional, numa altura em que

a economia mundial vive uma fase de retoma, depois de uma revisão em baixa do OGE em execução em meados do ano em curso, em função da crise económica e financeira mundial.

Entretanto, o Conselho de Ministros foi informado sobre o relatório final do Prémio Nacional de Cultura e Artes de 2009 e sobre os últimos desenvolvimentos da situação dos angolanos expulsos da República Democrática do Congo.

4.9 Proposta de OGE e do Plano foram aprovadas

Jornal de Angola 29 De Outubro de 2009

A proposta de Lei para o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano tem receitas e despesas estimadas em três triliões, 902 biliões, 272 milhões, 176 mil, 646 kwanzas. O documento foi aprovado ontem em conjunto com a Proposta do Plano Nacional para o biénio 2010/2011, durante a nona sessão ordinária do Conselho de Ministros, realizada no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda.

Na proposta do OGE para o próximo ano o sector social, que compreende a Educação e a Saúde, tem 28,1 por cento da despesa total orçamentada. É a maior quota orçamental, de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros.

No Plano Nacional, o Governo faz saber que aposta, sobretudo, na promoção da estabilidade macroeconómica, no emprego, na estabilidade dos preços, melhoria da repartição da renda, bem como implementação de infra-estruturas para atracção e reanimação dos investimentos e da iniciativa privada.

Os documentos programáticos devem ser remetidos à Assembleia Nacional até 31 de Outubro para, posteriormente, serem discutidos pelas comissões de especialidade e aprovados pelo plenário do Parlamento.

As propostas do OGE e do Plano Nacional serão apresentados pela segunda vez pelo Governo, desde que tomou posse há cerca de um ano, depois de vencer as eleições legislativas.

A maior atenção deve centrar-se na base percentual do preço do petróleo na proposta do OGE. O "ouro negro" é a maior fonte de financiamento do orçamento. Inicialmente previsto em 60 dólares o barril no OGE em execução, a revisão obrigou a uma descida de cerca de metade do preço.

O OGE para o próximo ano deve garantir o reforço na

aposta do Governo no sector primário, sobretudo na agricultura, uma vez que o Governo, no seu programa, assumiu o combate a pobreza como desafios imediatos nos próximos quatros anos.

Defesa, educação e saúde têm sido, nos últimos anos, os sectores que ficam com o maior percentual na distribuição do OGE. Nos próximos dias ficar-se-á a saber que outros sectores ficam no topo das prioridades da governação em matéria de receitas e despesas.

A expectativa em relação ao Orçamento Geral do Estado para o próximo ano incide sobre a previsão de crescimento da economia nacional, numa altura em que a economia mundial vive uma fase de retoma, depois de uma revisão em baixa do OGE em execução em meados do ano em curso, em função da crise económica e financeira mundial.

Entretanto, o Conselho de Ministros foi informado sobre o relatório final do Prémio Nacional de Cultura e Artes de 2009 e sobre os últimos desenvolvimentos da situação dos angolanos expulsos da República Democrática

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 ONG reforçam acções de cooperação com o Governo

Jornal de Angola 2 de Outubro de 2009

Organizações Não Governamentais dos municípios da Maianga, Samba e Kilamba-Kiaxe reuniram-se, ontem, na sede do Instituto Nacional da Criança, em Luanda, na I a Conferência Intermunicipais da Sociedade Civil, com a finalidade de partilhar experiências e criar sinergias para um melhor relacionamento entre estas instituições e o Governo.

Os participantes analisaram os procedimentos para ultrapassarem as limitações que ainda enfrentam e elegeram os representantes para a Conferência Municipal, que se realiza no final do mês.

O coordenador da actividade, Silvano Mazunda, disse ao *Jornal de Angola* que estas actividades visam a mobilização da população para apoiar o Governo na elaboração de um plano de desenvolvimento local, para resolução dos problemas da sociedade.

"O relacionamento com o Governo é positivo, mas desejamos reforçar essa relação, já que porque não

existe, ainda, uma definição de papéis entre as duas partes", disse.

Além de considerar positivo o número de organizações existentes nos três municípios, Silvano Mazunda reconheceu no Governo um parceiro fiável da sociedade civil. De acordo com os dados divulgados, o município do Kilamba-Kiaxe conta com 80 organizações, a Maianga 20 e a Samba 10.

Silvano Mazunda ressaltou que a sociedade organizada conta com o apoio da Comissão Europeia e do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais. O encontro foi realizado sob o tema "Sociedade organizada por uma constituição de cidadania".

5.2 Sociedade civil começa a debater direitos sociais e civis

O País 2 de Outubro de 2009

Um dos elementos fundamentais que as propostas de constituição dos partidos políticos abarcam e que tem passado despercebido do debate político actualmente em curso, tem que ver com o conjunto de direitos sociais e de cidadania, já que as questões sobre o método de eleição presidencial, sobretudo isso, e o sistema de governo têm polarizado as discussões em vários quadrantes.

Como a que a preparar a antecâmara introdutória ao direito a opinar, debater e modelar o pensamento das organizações da sociedade civil e mesmo individualizado, ONG's como a OMUNGA tem reflectido com especialistas em matéria constitucional sobre o conteúdo da parte social e de cidadania dos projectos de constituição.

Por outro lado, constituições de países aonde membros da comissão técnica da Comissão constitucional da Assembleia Nacional, trazem elementos importantes sobre este aspecto das suas leis constitucionais, sendo atribuídos mesmos direitos aos cidadãos que extrapolam o mero foro de direitos sociais.

Assim, num certo artigo da Constituição argentina, por exemplo, lê-se que "os cidadãos têm o direito de iniciativa para apresentar projectos de lei à câmara de deputados (...) e o Congresso deve dar tratamento expresso no prazo de 12 meses".

O senão também vem claramente expresso e limita essa capacidade dos cidadãos a um determinado âmbito, não

o podendo fazer em relação à reforma constitucional, tratados internacionais, tributos e pressupostos de matéria penal.

Ainda neste quadro, o voto afirmativo dos eleitores a uma consulta popular de um projecto de lei, o converte em Lei com promulgação automática.

Ainda neste quadro, o voto afirmativo dos eleitores a uma consulta popular de um projecto de lei, o converte em Lei com promulgação automática.

Em matéria de direitos sociais, por exemplo, a constituição em referência versa claramente o direito ao uso frutu de condições ambientais sãs, equilibradas e aptas para o desenvolvimento humano, para as actividades produtivas satisfaçam as necessidades no presente sem comprometer as gerações futuras, e os habitantes têm o dever de preservar. Qualquer dano que ocorra ao ambiente impõe a obrigatoriedade de recomposição.

As autoridades são solicitadas não só a proteger este direito dos cidadãos, como igualmente é apelado a fazer uma gestão racional dos recursos naturais, a preservação dos patrimónios natural e cultural, da diversidade biológica, assim como a informação e educação ambiental. A constituição proíbe ainda a entrada no país de lixo tóxico e materiais radioactivos potencialmente perigosos.

Há ainda outros direitos nomeadamente do âmbito do consumo de bens e serviços por parte dos consumidores que deve ser protegida no domínio da saúde, segurança e interesses económicos.

A carta de direitos da constituição sul-africana
A Bill of rights da Constituição sul-africana, que é o capítulo dois, traz o conjunto de direitos e deveres sociais e de cidadania em que pontifica igualmente a questão da protecção ambiental, como na argentina, substantivamente com poucas diferenças.

Esta se encontra, entretanto, segmentada de maneira explícita ressaltando se os direitos culturais, linguísticos entre vários outros.

Para o sector da habitação por exemplo, a lei sul-africana defende o direito ao acesso a uma habitação condigna e interpela o Estado a tomar medidas razoáveis legislativas e outras, dentro de seus recursos disponíveis, para conseguir a realização progressiva desse direito. Ninguém pode ser despejado de sua casa, ou ter sua casa demolida, sem uma ordem da corte feito depois de considerar todas as circunstâncias relevantes.

Nenhuma legislação pode autorizar os despejos arbitrários.

A constituição sul-africana é ainda mais minuciosa em relação a aspectos como o acesso à água e alimentos em quantidade suficiente, assim como a cuidados de saúde reprodutiva, cabendo sempre a responsabilidade ao Estado a tomada de medidas razoáveis para promover a realização desses direitos.

A criança também beneficia de protecção específica, não podendo, por exemplo, ser colocada na mesma instalação prisional que os maiores de 18 anos de idade, e ser protegida de outras situações como o trabalho forçado e demais circunstâncias.

E reconhecido o direito à educação básica a crianças e adultos e aqui é valorizado o direito de escolha que esta seja adquirida na sua língua materna, ao mesmo que a constituição dá o mesmo tratamento e confere estatuto igual a um conjunto de línguas nacionais, podendo ser utilizadas sem qualquer tipo de discriminação nos serviços públicos.

No capítulo sobre a detenção e prisão, um dos direitos reconhecidos às pessoas é a obrigatoriedade do silêncio, sendo informado das consequências de não acatar este mesmo silêncio, assim é-lhe reconhecido o direito de não prestar qualquer declaração que venha a ser usada contra si durante o julgamento, num prazo máximo de 48 horas.

5.3 O Caso Cabinda e a nova Constituição

Agora 3 De Outubro de 2009

O Memorando de Entendimento do Namibe assinado entre o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) do actual ministro sem pasta António Bento Bembe, atribuiu ao Enclave um estatuto especial sem conteúdo. O alegado Estatuto Especial está desprovido de algo diferente daquilo que o governo preconiza para o resto das províncias de Angola. Convirão comigo que tudo o que é específico seja diferente do resto!

Abel Chivukuvuku argumentou, na altura, que Angola perdia uma bela ocasião para conceder uma autonomia alargada à Cabinda.

O chefe do team negocial do governo retorquiu afirmando que no contexto do ordenamento jurídico vigente era o máximo que se podia fazer, esquecendo se até da flexibilidade da nossa Lei Constitucional.

Com efeito, tal como a Constituição americana, várias vezes emendada, a Lei Constitucional angolana admite emendas parciais e pontuais iguais as que, em 1992, se destinaram à criação das "premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia pluripartidária, à ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como a consagração constitucional dos princípios basilares da economia do mercado." Aliás, o n.º 3 do artigo 158.º da Lei Constitucional dispõe que "a Lei Constitucional pode ser revista a todo o tempo."

O outro atributo dúbio do referido Memorando diz respeito ao provimento, no governo, de cargos públicos pelos ex membros do movimento independentista FLEC. À questão de se saber se esta bênção atribuída aos independentistas fosse uma obrigação aos futuros governos angolanos liderados por partidos que não fossem o MPLA, o Primeiro-ministro em exercício, que acompanhou a equipa negocial no Parlamento, categoricamente, respondeu: espero que os futuros governantes de Angola tenham sempre presente a sensibilidade do Caso Cabinda. Ai, se a moral governasse?!

Mas, fora destas fraquezas substantivas que aponteí, o Memorando do Namibe para a paz e reconciliação nacional em Cabinda foi um grande passo dado pelo governo angolano visto que para além de ter garantido emprego aos antigos responsáveis dos guerreiros da província mais rica do país, deu mão à palmatória ao admitir a especificidade daquela província. Acho ser uma grande conquista, digo, virtude, que devia ser consubstanciada com actos concretos. Sabemos todos que o nosso País ainda não tem uma Constituição acabada. Sobrevive da sua pequena Lei Constitucional.

E se essa pequena Carta, contem algumas lacunas, precisamos, hoje, de elaborar uma Lei Fundamental que subordine o Estado à Constituição e à Lei. Precisamos de uma Constituição que nos diga que a validade das leis e demais actos do Estado, da Administração Pública, do Poder Local, depende da sua conformidade com a Constituição.

Significa dizer que os actos normativos do Estado, os tratados, as convenções e acordos internacionais, os actos da administração directa ou indirecta do Estado, os actos do poder local, as decisões judiciais, os actos relativos a conflitos de competência entre os órgãos de soberania, a própria formação dos órgãos constitucionais, o referendo e todos os actos que consubstanciem violações de normas e princípios constitucionais devem ser alvos de uma fiscalização

concreta.

Precisamos, portanto, duma fiscalização concreta da constitucionalidade que permita que pessoas singulares e colectivas que acham os seus interesses legítimos, tutelados pela constituição, violados por deliberação do Governo, por actos do Presidente da República, ou dos membros do Governo, possam requerer ao Tribunal Constitucional que declare a sua inconstitucionalidade.

Precisamos, enfim, que pessoas singulares e colectivas cujos direitos e liberdades, tutelados pela constituição, tenham sido lesados por decisões da administração pública e do poder local possam ter oportunidade, em primeira instância, de impugnar a sua inconstitucionalidade junto dos tribunais provinciais. Devemos sublinhar que a nova Constituição deve ser o fundamento da validade de todos os actos do Estado.

Posto isto, direi que a questão de Cabinda que tem dignidade constitucional merece estar plasmada no catálogo dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. A nova Constituição deve dedicar um capítulo que releve a grande importância e a magna valia que se reveste a adopção duma lei que acomode, uma vez por todas, as sensibilidades do Enclave de Cabinda.

Neste momento histórico de exaltante busca e consolidação da paz e reconciliação nacional seria uma incuria de lesa pátria deixar Cabinda à mercê, somente, das armas. Deixar Cabinda a ferro e fogo, sete anos depois da paz efectiva no resto de Angola é dar razão suficiente àqueles que continuam a advogar um destino diferente para o Enclave.

O País deve enterrar, uma vez por todas, o machado da guerra. Por isso, a nova Constituição deve ser, antes de tudo, um comprometimento com valores sublimes, com princípios fundamentais e normas que nos levam ao fim dos conflitos antagónicos rumo ao desenvolvimento sustentável do Estado e da Sociedade angolana reconciliada.

O Caso Cabinda tem uma densidade constitucional considerável e uma força vinculante tal que uma proposta de um Estatuto Especial com "Conteúdo" deve ser tido como um factor de unidade nacional e de integridade territorial.

O contrário é que pode ser trágico. Portanto, a comissão de uma cláusula qualquer que diga algo que valha na nova Carta Magna é denegar justiça às populações sofridas daquela parcela do território nacional; é relegar ao segundo plano uma questão de

interesse nacional.

Aliás, José Eduardo dos Santos não irá para a "Casa Amarela" com o sentimento do dever, totalmente, cumprido-se não poder configurar na nova constituição uma cláusula que diga: "Cabinda é parte integrante de Angola com um estatuto especial".

Confesso, fiquei com o coração pungido ao ler e reler o ante projecto de constituição do partido no poder com responsabilidades históricas e sócio políticas acrescidas sobre Cabinda. É que o MPLA não tem no seu projecto de constituição uma palavra sequer que simbolize a especificidade da questão de Cabinda que defende no Memorando de Entendimento do Namibe.

Acho que para além da falta de vontade política, o partido no poder demonstra uma ingenuidade sem nexos que pode asfixiar ainda mais a sua acção naquele torrão rico em recursos naturais. Os velhos de Cabinda dizem que o mentiroso é como um coxo: tem pernas mancas e anda de cócoras! Oxalá, a propagada evolução do pensamento constitucional dos dirigentes do "maioritário" lhes ilumine e consigam dar volta a este embroglio jurídico político. Angola necessita de um sistema político que tenha como prioridade a construção de uma sociedade realmente livre, democrática, de paz, justiça e progresso social. Enfim, os direitos que, "próprio vigore", se impõem a todas as entidades públicas e privadas devem merecer uma atenção especial do poder constituinte.

A nova Constituição deve incorporar métodos da boa governação que, hoje, por exemplo, passam pela negociação e pela regulação horizontal que é o alargamento do diálogo até às comunidades. "Angola é um exemplo em África e tem como missão fazer ver aos outros países que continuam em guerra que só a paz permite o desenvolvimento" (D. Angelo Becciu).

5.4 Contributo da sociedade é crucial no debate sobre a Constituição

Jornal de Angola 4 de Outubro de 2009

A contribuição da sociedade civil no debate constituinte é fundamental para que o Estado possa definir, da melhor forma, o rumo que o país deve seguir, defendeu, ontem, em Luanda, o jurista Carlos Feijó.

Ao dissertar sobre o tema "O lugar da sociedade civil e da autoridade tradicional na Constituição angolana", num encontro comunitário organizado pelo Movimento Nacional Espontâneo, o jurista afirmou que a sociedade civil "deve assumir-se como um parceiro de diálogo

para a definição dos rumos a seguir".

"As autoridades tradicionais devem ter uma palavra a dizer neste capítulo, uma vez que está instituído, constitucionalmente, que, como poder autónomo, devem contribuir para a consolidação de um Estado de direito com democracia participativa", defendeu.

Carlos Feijó lamentou o "equivoco que contraria os papéis das autoridades tradicionais com o Estado", segundo o qual as "primeiras são contrárias à instituição de um Estado moderno", o que, frisou, "precisa de ser devidamente esclarecido".

"As autoridades tradicionais jogam um papel importante como parceiros do Estado na definição dos rumos que o país deve seguir em todos os domínios", disse, acrescentando: "A Constituição deve reconhecer o poder das autoridades tradicionais, que tem ser distinto do Estado".

"A sociedade ao longo do processo de consulta pública tem uma palavra a dizer em relação à futura Constituição para que o processo constituinte seja mais legitimado", referiu.

Constituição deve ser factor de unidade nacional; O vice-presidente do Movimento Nacional Espontâneo, Job Capapinha, afirmou que a futura Constituição deve ser "factor de unidade nacional" e "forte alavanca para o desenvolvimento do Estado e da sociedade".

Ao discursar na abertura do encontro nacional comunitário, no Centro de Convenções Talatona, reafirmou o compromisso do Movimento Nacional Espontâneo com os "valores e princípios fundamentais da independência, soberania e unidade do Estado democrático de direito, do pluralismo de expressão e de organização política".

5.5 Administrador Municipal de Cacuaco apresenta programa de investimento público

A Voz de Cacuaco 15 de Outubro de 2009

Com a participação de várias entidades do município, dentre os quais, coordenadores de bairros, presidentes de assembleias de condóminos, representantes das Igrejas legalizadas, autoridades tradicionais e membros da sociedade civil, a reunião foi dividida por três temas diferentes: "O programa de investimento público, as reservas fundiárias do Governo e a criminalidade".

Estes temas foram dissertados sucessivamente pelo Administrador municipal, o seu adjunto e também pelo

vice-comandante municipal da Polícia Nacional (PN).

Carlos Cavuquila, apresentou diversos projectos que o seu organismo em execução no município, como a construção de 20 edifícios das administrações comunais, três bibliotecas, quatro campos polivalentes, 44 casas para deficientes, três centros infantis, 12 escolas, nove centros de saúde, 30 centros de transferência e 16 parques de estacionamento.

"Este programa prevê também a compra de meios de transporte para a Polícia, a construção de centros de acolhimento às vítimas de violência doméstica, uma morgue, um centro de tratamento de água nos Mulenvos, construção do hospital Municipal, conclusão das obras do mercado do Panguila e a montagem de estações de purificação de água", disse o governante.

Este responsável, enumerou também alguns projectos do Governo Central levados a cabo no município, como a instalação da linha de energia eléctrica de 220 kilovolt (Capanda - Pedreira), da subestação de 200 kilovolt para a comuna de Kikolo e a construção do centro de distribuição de água de Cacuo.

"Outras obras também estão em execução, como a construção de auto-estrada, a ponte da salina e o melhoramento da via expressa Kifangondo / refinaria".

Daniel David Kubanza, Administrador Municipal Adjunto, por sua vez falou das reservas fundiárias do estado, estigmatizou o crescimento desorganizado do município e mostrou a vontade do governo em organiza-lo.

"As três reservas de terra que o governo tem no município de Cacuo estão localizadas nos musseques Gapari, Sequele e Rio Seco. Alguns projectos habitacionais já estão em cursos de execução como a zonas residencial da pedreira e do rio seco".

Daniel Kubanza, disse ainda que os condomínios caixa social das Forças Armadas Angolana, Rita projecto 1 e 2 vila santa Mónica e as zonas Marinha de Guerra, Losapa, Cunha irmão, Cunha Xavier, embora localizadas em Cacuo são privadas.

Falando da criminalidade no município, o Comandante adjunto, " disse que Cacuo é um dos nove municípios de Luanda com baixa taxa de criminalidade. Nesta intervenção as reacções de participantes não se fizeram esperar.

Angelino Pedro, um dos participantes, negou o facto e deu como exemplo o assalto ocorrido a uma casa no seu bairro. Enquanto que Bernardo da Cruz, apelou à

Polícia a uma maior vigilância afim de diminuir a criminalidade no bairro Boa Esperança 2, "porque acontecem muitos roubos de telemóvel, violações sexuais, assaltos de casas e não só".

Senhor Marcelo, também presente ao evento, criticou o comportamento de alguns agentes policiais destacados na zona da Kianda, que correm atrás dos táxis cobrando dinheiro, ao invés de acudir as pessoas que estão ser assaltadas.

E para terminar, este responsável deixou alguns terminais telefónicos com as respectivas unidades policiais que podem ser contactadas, caso acontecer algo nos nossos bairros:

Comandante da Vª divisão (914 04 11 572)

2ª Comandante da Vª divisão (9140411 50)

Chefe de investigação da divisão (914041156)

Chefe de operação da divisão (914 041143)

Comandante da 3ª Esquadra, Cacuo Vila (914 04 11 59)

Comandante da 3ª Esquadra, na Funda (914 04 11 46)

Comandante da 3ª Esquadra, no Kikolo (914041141)

Comandante da 4ª Esquadra, no Paraíso (924 04 11 40)

Comandante da 4ª Esquadra, na Boa Esperança (914 04 11 49)

Comandante da 4ª Esquadra, no Panguila (91404 11 47)

5.6“O censo da população é mais importante que as eleições”

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Porque é que o Professor Lukombo gosta de dizer que o Recenseamento Geral da População (também conhecido por Censo) é mais importante do que a realização de eleições? Porque as eleições só abrangem pessoas em idade de votar, aquelas que têm 18 anos ou mais. Para além disso, os eleitores têm de se deslocar da sua casa para o local de voto, enquanto num Censo os brigadistas vão ter com as pessoas lá onde for preciso. É também um processo muito mais sensível, que exige grandes recursos financeiros e humanos e deve abranger todos os cidadãos, nacionais e estrangeiros, que estejam em território nacional.

O Censo deve também fazer o levantamento dos cidadãos estrangeiros? Sim, deve registar todas as pessoas que vivem em território nacional e mesmo os angolanos que vivem fora do país. O que existe depois é uma catalogação entre os que estão em Angola e os que estão emigrados. Na sequência da realização do Censo, passa a ser possível identificar toda a população pelo género e pela idade. Estes elementos são indispensáveis para os mais variados serviços.

Para os mais variados serviços e até para a elaboração

de políticas do Estado, não acha? É que, por exemplo, nunca vamos resolver o problema da educação sem saber, precisamente, quantas pessoas estão em idade escolar.

A partir dos dados do recenseamento é possível identificar as necessidades do sistema educativo aos mais variados níveis: básico, superior... Mais: permite saber a localização das pessoas, repartição por sexo e idade, região, etnia e língua. Não se pode decidir qualquer política sem saber quem são as pessoas a quem nos dirigimos, que formação tem, quem entra no mercado de trabalho, quem está na cidade ou no campo, quem nasce, quem morre...

Diz-se também que esta é uma ferramenta fundamental para a política populacional do país. Absolutamente.

Mas porquê?

Porque o Estado deve saber o efectivo populacional que tem à sua disposição e qual o seu perfil: se paga ou não paga impostos, se trabalha e onde trabalha... A partir daqui abrem-se oportunidades para projectar o futuro de forma mais concreta, permitindo fazer uma planificação a curto, médio e longo prazo consoante os recursos disponíveis. Esta informação fica ainda ao alcance de todos – políticos, gestores, investidores, instituições estrangeiras, públicas e privadas.

Podemos dizer que o Censo e as políticas do Estado neste sector são também um factor de desenvolvimento? Absolutamente. Quem faz o desenvolvimento é o homem. Se quiser lançar, por exemplo, uma campanha agrícola, tem de saber quantos camponeses existem, quem tem conhecimento de um tractor ou de uma enxada. Se está preparado para manusear um aparelho mecânico ou um instrumento de trabalho. Temos de saber com quem podemos contar.

Litoralização imparável Como poderia descrever, em 2009, a população angolana? Em resumo, essa população é maioritariamente jovem. Tem uma esperança média de vida curta, à volta de 40 anos. Com o surgimento de algumas endemias, como o HN/Sida, por exemplo, a tendência é de redução. A densidade populacional é baixa, com uma média de 10 a 11 habitantes por quilómetro quadrado. Mas, na realidade, é uma densidade desigual porque a ocupação do território é caracterizada pela concentração nos grandes centros urbanos, sobretudo na faixa litoral. A urbanização acelerada despovoou o mundo rural. O que é um grande peso.

Porquê?

Porque agora é preciso encontrar formas de dar

resposta a este movimento, sobretudo em termos de assistência social e de alimentação. Angola continua a ser um país muito vulnerável, já que vive sobretudo de importações. A maior parte das pessoas abandonaram o campo e agora precisam de escolas, de alojamento – mesmo com os problemas que vivemos devido à ocupação e desordenamento urbanístico que se verifica nos grandes centros urbanos.

O conflito armado contribuiu bastante para este estado de coisas.

É um factor importante. Os meios urbanos, principalmente o litoral, eram mais ou menos seguros. Os grandes confrontos tiveram maior incidência no interior e as aldeias eram locais estratégicos e de grande rivalidade, porque quem chegasse primeiro normalmente acabava por arrastar a população, principalmente os jovens rapazes. Houve realmente um grande despovoamento.

E quais são as consequências que podemos rapidamente identificar? As consequências são grandes e estão visíveis aos olhos de todos. As infra-estruturas sociais são incapazes de atender toda a população das cidades, o mesmo se verifica em relação ao mercado de trabalho – agravado pelo facto da grande maioria das pessoas não ter qualificação. O banditismo, prostituição, a proliferação de mercados, insalubridade, problemas de saneamento... Podemos encontrar todo este acumulado na maioria das cidades angolanas.

Disse que a guerra foi um dos factores que pressionou a demanda pelas Cidades e pelo litoral, mas não terá sido o único.

Alguns investimentos são claramente litoralistas. Por exemplo, Cabinda vai ter um Porto de águas profundas e vai ser lançada a ponte sobre o Rio Zaire, para ligar aquela província ao 50º. Nesta cidade está a ser implementado o projecto de liquefacção de gás natural (Angola LNG), a própria ligação viária do Soyo para Luanda é mais prioritária do que a ligação a Mbanza Congo. Se for verdade, pensa-se deslocar a capital, Luanda, para o Dande. A zona da Baía de Luanda está também a concentrar bastantes investimentos. Há ainda o projecto de construção da refinaria e de uma fábrica de cimento, no Lobito. A maior parte dos condomínios e das casas modernas estão a ser edificadas em Luanda. O próprio CAN, que poderia levar muitos espectadores ao interior, só escolheu uma cidade do interior: o Lubango.

5.7 Governo empenhado na modernização da estatística

O vice-ministro do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, manifestou, ontem, em Luanda, o empenho do Governo em desenvolver e modernizar o Sistema Estatístico do país, no sentido de melhorar a produção e difusão de informações oficiais.

Pedro Luís da Fonseca, que falava na abertura da II Reunião do Comité de Coordenação do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), disse que "tudo está a ser feito de acordo com os padrões internacionais".

"Já está em marcha o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, que vai conformar todas as actividades e projectos para melhoria que se espera em termos de produção e difusão estatística", afirmou.

O vice-ministro, que reconheceu que o Sistema Estatístico nacional ainda apresenta constrangimentos, referiu como embaraços, a fragilidade estrutural e organizacional e a escassez de recursos humanos e materiais e de informações estatísticas.

Face aos problemas verificados, Pedro Luís da Fonseca apelou ao apoio contínuo da União Europeia, parceira em alguns programas do sector. "As nossas instituições, como responsáveis pela produção e difusão da informação estatística, apelam à continuidade dos apoios da União Europeia, face aos constrangimentos que os nossos sistemas estatísticos ainda experimentam", disse Pedro Luís da Fonseca, sublinhando que o desafio para os PALOP é a produção de informações fiáveis para tomada de decisões sobre políticas públicas.

UE apoia programas

Angola vai receber 2,3 milhões de euros da União Europeia (UE), para desenvolver acções do sector jurídico, revelou, ontem, o representante da Comissão Europeia em Luanda, Paulo Leitão.

Paulo Leitão, que falava na abertura da II Reunião do Comité de Coordenação do projecto "Apoio ao desenvolvimento dos sistemas estatísticos nos PALOP", realizado no Instituto Nacional de Estatística, declarou que o dinheiro pode ser entregue a partir do próximo ano.

A União Europeia, frisou, compromete-se, também, a apoiar o projecto de desenvolvimento dos sistemas estatísticos dos PALOP. "Todos os países têm dificuldades na produção estatística. Ainda há muito

por fazer. Por isso é que aqui estamos", disse, defendendo para os países em desenvolvimento, em particular os africanos de língua oficial portuguesa, uma aposta no reforço das capacidades internas, principalmente na área dos recursos humanos, organização e disponibilização da informação à sociedade.

"Os sectores cruciais como a saúde e educação não se desenvolvem sem uma estatística bem definida e estruturada, com informação devidamente traçada", salientou Paulo Leitão alertando para a importância da harmonização dos dados estatísticos dos países". Sem uma produção estatística fiável em qualidade e quantidade não teremos população com capacidade de interpretar os fenómenos que ocorrem na sociedade, "frisou, defendendo a harmonização dos dados estatísticos nos PALOP". Não podemos definir políticas públicas com rigor sem um sistema estatístico devidamente estruturado. Este assunto é, também, motivo de preocupação da União Europeia, no que diz respeito ao apoio ao sector estatístico dos países em desenvolvimento".

A 11 reunião do Comité de Coordenação do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP termina hoje.

5.8 Elaboração da nova Constituição recebe contribuições de igrejas

Jornal de Angola 22 de Outubro de 2009

Uma delegação composta pelos representantes do CICA (Conselho das Igrejas Cristãs de Angola) e da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), chefiada pelo Reverendo Luís Nguimbi (Presidente do CICA), esteve na manhã de ontem na Assembleia Nacional, para o segundo encontro com a Comissão Constitucional, no sentido de saber junto dos membros deste órgão o ponto da situação do processo sobre a revisão da Carta Magna, especialmente no que diz respeito à liberdade religiosa.

Na mesma ocasião, a delegação apresentou aos parlamentares um documento intitulado "Subsídio da Igreja para a Nova Constituição Não podemos deixar de falar", que considera como a "posição oficial" das igrejas cristãs de Angola sobre a elaboração da Constituição.

No mesmo instrumento, os membros do CICA e da CEAST esclareceram que a comissão criada, que representa as igrejas mais idóneas do país, "é um grupo técnico de trabalho ecuménico ao mais alto nível, que

prepara a Cimeira de líderes a realizar-se em Luanda, em finais do ano 2010. Além desta incumbência, a Comissão tem a competência de colaborar com a Comissão Constitucional da Assembleia Nacional".

O documento dá enfoque a um dos pontos candentes que domina o actual cenário político nacional, especialmente em relação à elaboração da futura Constituição.

Assim sendo, quando todas as tendências vão participando em diferentes níveis para um contributo válido e frutífero, os líderes assumiram a sua decisão, sublinhada no já referido documento, que se resume em três pontos: O primeiro sublinha o seguinte aspecto: "Angola é um estado unitário (...) que defende e promove a paz, a dignidade humana, justiça e respeito pelas especificidades locais". Comentando estas passagens, o Reverendo Luís

Nguimbi salientou que "não se trata de defender, para já, o federalismo, pois o momento actual convida todos os angolanos a primar pela consolidação da paz, da unidade e da reconciliação. Por isso, o modelo a adoptar nesta fase da história deve observar os princípios que façam de Angola um país unido".

O segundo ponto sublinha: "a Igreja respeitará o sistema (de Governo) que o Parlamento aprovar". Nesta linha, os líderes religiosos manifestam a confiança que depositam na Comissão Constitucional. No terceiro ponto, fazendo referência à questão da liberdade religiosa, os líderes recordam aos parlamentares que "Angola é um Estado assente nos valores do Cristianismo. Respeita as opções espirituais dos cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, desde que não ponham em perigo os superiores interesses da nação angolana".

Por seu turno, tomando a palavra, Bornito de Sousa voltou a agradecer o contributo dos religiosos nesta matéria, recordando que a Comissão "está aberta a todos", e espera muito pela intervenção das igrejas. No final do encontro, o reverendo Luís Nguimbi salientou que "hoje, os angolanos não podem ter medo de ensaiar um sistema, sabendo que o mais importante é ter um Governo que saiba dialogar. Quanto às grandes mudanças, as gerações vindouras terão uma palavra a dizer, pois o momento actual é de trabalhar para a consolidação da paz e da democracia".

5.9 Membros do Executivo tomam posse

Jornal de Angola 22 de Outubro de 2009

Os novos membros do Governo Provincial de Cabinda, nomeados, na segunda-feira, no âmbito do novo Estatuto Orgânico da região, tomaram, ontem, posse, em cerimónia presidida pelo governador Aníbal Rocha.

Os ministros da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, Sem Pasta, António Bento Bembe, assistiram à cerimónia.

Os empossados são Domingos Antero, José Tigre e Vicente Telica, director e director adjunto do gabinete do governador e director do gabinete de Apoio e Controlo das Administrações Municipais e Comunas.

Para os cargos de secretários provinciais de Apoio Empresarial e Investimento Privado, dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, do Comércio, Turismo e Hotelaria, e Cultura, o governador empossou Bernardo Machado, André Macaia, Maria Mónica Polaco e Francisco Agostinho.

Carlos Zeca, secretário provincial da Saúde, Helena Marciano, secretária de Educação, Ernesto Marcelo, João Luemba, Maria Fernanda Pedro, João Luemba, de secretários de Registos, do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente e Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas foram outros dos empossados.

José de Almeida, director do Gabinete de Inspeção, José do Carmo, do Gabinete Jurídico, e Lourenço Barros, chefe do Centro de Documentação e Informação tomara, também, ontem, posse.

O governador provincial de Cabinda, Aníbal Rocha, disse aos empossados que a expectativa criada em redor da sua prestação é muito grande e que o povo espera o melhor empenho, honestidade, perseverança e acima de tudo, um espírito empreendedor e de bem servir a nação.

Entre os nove membros que tomaram posse, estão três secretários provinciais adjuntos, indicados pelo Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD). "Com esta cerimónia, demos por concluído o processo, relativamente ao compromisso do Governo para com o Memorando de Entendimento rubricado entre o Governo e o FCD", disse Aníbal Rocha.

5.10 Projectos vão ser apresentados nas províncias

Jornal de Angola 22 de Outubro de 2009

As apresentações públicas dos três projectos da futura Constituição vão ser feitas através de um texto síntese, a ser traduzido em todas as línguas nacionais. Este foi o entendimento a que chegaram, ontem, os membros da

Comissão Constitucional reunidos, em Luanda, sob coordenação do seu presidente, o deputado Bornito de Sousa.

Numa reunião em que participaram, igualmente, os membros da comissão técnica, a Comissão Constitucional decidiu, também, que a apresentação dos textos fosse feita por um deputado.

Este acabou por ser o aspecto mais debatido, de uma agenda com cinco pontos em discussão. O deputado Lopo do Nascimento, que retomou às reuniões depois de um longo tempo de ausência, por razões de saúde, alertou para o facto de o político que for apresentar os textos expor o projecto defendido pelo seu partido, em prejuízo dos demais.

A alternativa proposta pelo deputado Lopo do Nascimento seria incumbir a tarefa a um membro da comissão técnica. A resposta veio do próprio presidente da Comissão Constitucional que, depois de ouvir os restantes membros, decidiu manter a proposta inicial, de reservar a tarefa a um deputado coordenador acompanhado por dois membros da Comissão Constitucional. Ao técnico cabe o papel de assessorar os políticos, em caso de esclarecimentos adicionais.

Outra questão levantada pelos membros tem a ver com o plano de apresentação. O deputado Lopo do Nascimento avançou a ideia de se traduzir os três projectos em línguas nacionais, para que todos possam participar, e não ficar-se apenas pelos textos de apresentação.

Mas como garantir a tradução fiel das 310 páginas, respeitando a grafia e sem prejuízo da mensagem a ser transmitida? A pergunta veio do deputado Bornito de Sousa, que chamou ainda a atenção dos presentes para o tempo que tal processo pode levar.

Mesmo com a sugestão da deputada Ana Maria de Oliveira de recorrer aos técnicos do Instituto de Línguas Nacionais para tradução dos textos com maior fiabilidade, os membros decidiram cingir a tradução aos textos sínteses.

Segunda-feira, às 15h00, os membros da Comissão Constitucional voltam a reunir para apreciar os textos de apresentação dos ante-projectos de Constituição e apreciar o programa e o calendário das consultas públicas:

Na reunião de ontem, considerada como a continuação dos debates iniciados no dia 15, na generalidade, os membros da Comissão Constitucional discutiram ainda

os planos de consulta pública, de debate interno e de marketing político.

5.11 Populares negam rei do Bailundo

Folha 8 24 De Outubro de 2009

"Augusto Kachitiopololo, actual soba do Bailundo, foi imposto e empossado sem consenso dos "seculos" e antigos sobas que, tradicionalmente se reúnem para a eleição do regente da embala", explicou.

Segundo informações, os sobas do Bailundo, contrariamente ao que se sucedeu com o actual usurpador da coroa, sempre foram encontrados pela via do consenso em reuniões realizadas por antigos sobas e anciãos com assento na embala. Falando da sua trajectória como autoridade tradicional o ancião Chikakula revelou ser soba desde 1972 e sempre residiu no Bailundo, onde nasceu em 1937 e cresceu.

"Nunca um Rei do Bailundo foi nomeado como foi o actual que, como se não bastasse, correu com todos os sobas que entendeu expulsar e substituir, pelos seus apaniguados", lembrou, acrescentando "dantes quando morresse um soba, a embala, reunia os antigos régulos e os velhos das aldeias e embalas e, após três dias de debate exaustivo, encontrava-se o nome da personalidade que os seculos achassem reunir consenso".

As reuniões do género, segundo palavras do ancião, eram seguidas e nunca "os reis do Bailundo anteriores ao vigente Augusto Kachitopo1010 foram contestados como este tem sido", asseverou.

Solicitado a esclarecer por que razão actual soba do Bailundo, Augusto Kachitiopololo, é contestado pelas populações, o ancião Bento Chikakula afirmou ter acusado os sobas.

O Kachitiopololo discrimina. Gosta mais das pessoas que são do MPLA em relação dos outros Partidos. "O Povo está habituado a ter chefes tradicionais que tem amor por ele, como no caso dos padres, pastores e dos médicos; mas ele hostiliza uns e favorece outros a depender, devido à opção partidária de cada cidadão.

Ele não é aceite pelos populares que se encontram estão descontentes, pela maneira como foi imposto", revelou.

Questionado sobre se responderia sim ou não a um eventual regresso Embala revelou: " tinha sido chamado mas rejeitei com receio de não querer ser morto.

"Na circunstância, disse-lhes que, em virtude de em

2002, me terem expulso el3 embala, por alegadamente ser da UNITA, enquanto nunca me passou pela cabeça de confundir o exercício da função de soba com actividade partidária, entendi negar regressar com receio de ser envenenado", revelou.

Questionado sobre o seu modo de vida, respondeu sobreviver graças à agricultura, actividade que exerce sozinho, já que o soba em exercício, além de o ter suspenso, isolou-o da esposa e sete filhos que tem.

"Desde que fui expulso de Embala, estou só. A minha esposa encontra-se lá, alegando que não pode continuar comigo, por me encontrar desempregado.

Estou informado de que ela possui x maridos e vai dizendo que não se atrapalha, porque, felizmente, pode desfrutar do que Deus lhe deu Graças à enxada, sobrevivo com dignidade, porque não obstante mutilado, desde que fui atingido por um petardo de MIG em bombardeamento sobre o Município do Bailundo, tenho sido desprezado, por ela e meus filhos.

"Com cet1a nostalgia que é incapaz de disfarçar, o soba BC prosseguiu respondeu à questão que lhe foi colocada sobre que futuro antevê para o país, a julgar pelo quadro que descreve da actual situação vivida por eles". Nós, velhos, continuamos em reflexões sobre o drama vivido pelos sobas, presentemente discriminados e excluídos pelo regime no Poder"

"Os mais velhos da terra não se cansam de reflectir sobre a certeza de que tarde ou cedo seja reposto o respeito à autoridade tradicional.

Estamos preocupados e pensativos no que vai ser o amanhã.

Gostaríamos de ver tudo regressado ao passado, de maneira a vermos finalmente reposta a verdadeira autoridade dos sobas, do respeito aos mais velhos e concomitantemente, a garantia da possibilidade da conquista de um futuro melhor para os Angolanos em geral e para a juventude em particular."

5.12 Cinco milhões de...nada

A Capital 24 de Outubro de 2009

Cláudia Fernando, moradora do bairro Cassenda há mais de 20 anos, diz que o bairro já teve momentos de glória, mas, de um tempo para cá, o cenário mudou, completamente, por causa das obras em curso.

«Está muito difícil viver assim. As obras são bem-vindas, mas não podem ser executadas todas de uma só vez», frisou esta moradora, alegando, ainda que nunca

ouviu qualquer pronunciamento dos dirigentes aos munícipes, a respeito das intervenções que planificam no bairro.

Por isso mesmo é que não se sabe se elas são da responsabilidade da Administração municipal ou do Governo da Província. É senso comum que, com os cinco milhões disponibilizados pelo Governo central, para reforço orçamental das administrações municipais, verificar-se-ia maior intervenção a nível local.

«Ninguém nos diz nada, só vemos as máquinas de um lado para o outro. Apenas isso. Nas poucas reuniões que temos com os coordenadores da minha área, só falam da luz, água, coisas que também, faz muito tempo, não temos com regularidade», desabafou.

Assim como Cláudia, outros moradores do Cassenda se mostram indignados perante o comportamento dos dirigentes do seu município. Teima Santos, por exemplo, lamenta o facto de só se realizarem encontros entre populares e coordenadores, para se tratar de assuntos crónicos de toda cidade, sem que se colham opiniões para facilmente se resolverem as questões que afectam a todos.

«Não sabemos nada sobre o progresso do bairro. Para sabermos quando vai acontecer uma obra, temos que ouvir a rádio Luanda. Isto é inadmissível quando há comissões por cada bairro que compõem o município», atestou, para acrescentar, referindo-se aos constrangimentos causados pelas obras, que durante muito tempo teve que pagar num parque para poder estacionar, por falta de acesso para o seu quintal.

«Não quer dizer que as obras só trazem aspectos negativos. Devem sim ser feitas mas com tempo aprazado», observa.

Continuamos na Maianga, mas no bairro Mártires do Kifangondo, onde os moradores apenas vêem um volume de obras em curso nas suas ruas, sem, contudo, saberem quem é o dono da obra, para, concomitantemente, terem o conhecimento dos gastos a serem feitos. Os moradores verificam execução de obras nas vias, com ênfase para alargamentos de umas e reabilitação de outras, ao mesmo tempo que se pavimentam alguns passeios.

Ao Prenda, os moradores da rua adjacente ao Instituto Médio Simione Mucune reclamam que, até agora, só viveram de promessas e não viram uma pedra se mover para a melhoria do bairro, principalmente, no que diz respeito à luz pública e saneamento básico, como afirma Madalena do Prado.

Vivo aqui há bastante tempo e as condições só tendem a piorar, afirmou, ao questionar o que, na verdade, é feito com os cinco milhões de dólares que o Estado dá aos municípios, para além do montante atribuído pelo Orçamento Geral do Estado.

5.13 Está tudo como sempre esteve

A Capital 24 de Outubro de 2009

No Rangel, os moradores da zona junto à Terra Nova murmuram que a situação do município piorou, com particular realce para o saneamento básico. Dizem que lhes têm sido feitas inúmeras promessas, mas que não passam mesmo disso.

Quem o afirma é o Miguel Pedro, acrescentando que não era o que esperava depois de saber que as administrações tiveram um acréscimo no orçamento para incremento de acções locais.

«O desempenho da Administração é negativo. O que mais notamos é o excesso de buracos nas vias», ilustrou, para mais adiante levantar a questão da delinquência, cada vez mais alta. Conta que os meliantes escondem-se nas escavações, aumentando assim o número de assaltos na zona, não obstante a presença de esquadras móveis da Polícia Nacional.

Fala-se também em muitas inundações na época chuvosa, como no-lo confirmou dona Maria. Disse que fica difícil circular nestas alturas, sendo só possível fazê-lo à custa de pedras para se apoiar. É lodo sobre lodo, água e lixo.

No interior do bairro estava dona Joana de 61 anos. Presenciou o crescimento do bairro. Para ela, hoje o «Rangel» de hoje já não se considera município. Perdeu a qualidade, tomando-se um bairro.

Tinha a esperança que com as obras que testemunhou, tudo mudaria. Defende maior aproximação entre a Administração e municípios, e forma a contribuir para o progresso do município.

5.14 Onde para o Fundo de Gestão autónoma dos municípios

A Capital 24 de Outubro de 2009

Para muitos intelectuais que se pronunciaram a respeito, as autarquias são como o complemento do Governo na resolução dos problemas da população, tendo em conta que obedecem o princípio da subsidiariedade, favorecendo a realização dos indivíduos numa comunidade.

Em muitos sectores da vida social, é cada vez evocada a necessidade do estabelecimento desse poder local, a julgar pelo crescente descontentamento dos populares ao nível comunal, municipal e mesmo provincial, por causa da perpetuação de problemas cujas autoridades, não eleitas pelos cidadãos localmente, dão sinais de impotência.

Na maioria dos casos até, apesar de o Governo angolano ter um programa de melhoramento da assistência básica às populações, certo é que ainda há muita gente sem beneficiar de bens de primeira necessidade, como, por exemplo, ter um tecto para viver, água, sem percorrer longas distâncias, iluminação eléctrica ou assistência médica e medicamentos a em condições.

Um relatório de Desenvolvimento Humano 2009 das Nações Unidas refere que Angola e Brasil são os países lusófonos com maior fosso entre ricos e pobres. De acordo com o documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), numa escala de 0 a 100, Angola apresenta um índice de desigualdade entre ricos e pobres de 58.6. No país, segundo o PNUD, os mais pobres têm uma taxa de consumo de 0,6% cento, enquanto a dos mais ricos é de 44,7%.

Para minimizar esse problema, há quem defenda que devido a densidade populacional, há necessidade de se criarem áreas que não formem estrangimentos à governação periférica, permitindo que os cidadãos elejam seus governantes locais, consoante a divisão política e administrativa dos municípios.

Contudo, este não parece ser o pensamento do Governo angolano que preferiu, partir para outro azimute e criar o Fundo de Gestão Municipal, que consagra uma aparente autonomia financeira aos municípios.

O binómio descentralização orçamental ao nível dos municípios entrou para o vocabulário político angolano em 2007, com a aprovação pelo Governo, através do Conselho de Ministros, do memorando sobre a melhoria da gestão municipal.

O memorando, disse-se na altura, prevê o reforço da capacidade de intervenção das administrações municipais na execução dos projectos sociais e transformar os municípios em unidades orçamentais, no âmbito do qual serão capacitados quadros para garantir eficácia na execução dos objectivos definidos.

O que no entanto se constata é que o fosso entre a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e a intervenção dos governantes, ainda é bastante grande,

embora com o projecto, o Governo pretendesse criar condições para uma maior intervenção das administrações municipais na implementação de programas ligados ao ambiente, saneamento básico, serviços de electricidade e fornecimento de água.

Os municípios passariam, a luz desse memorando, a desenvolverem os próprios programas de crescimento, executarem acções sociais e fomentar a criação de conselhos de concertação.

Foi assim que em Dezembro de 2007 a Assembleia Nacional consagrou a descentralização financeira de 68 dos 167 municípios que o país tem, facto descrito como um passo importante para autonomia financeira e de acção das administrações locais em relação à sua dependência aos governos provinciais.

O ministro da Administração e Território, Virgílio Fontes Pereira, anunciou na ocasião que no quadro da execução do programa, estava previsto que cada município receberia do Orçamento Geral do Estado (OGE) uma quantia de cinco milhões de dólares norte-americanos, equivalente em kwanzas, para executar as políticas do Governo, bem como realizar outras acções de iniciativas próprias em prol do bem-estar dos cidadãos.

Nesta perspectiva, os municípios já não precisarão de depender da província, segundo o ministro, permitindo que o desenvolvimento seja acelerado e equilibrado, mas que irá exigir uma fiscalização com rigor e seriedade por parte do executivo local para que os fundos públicos sejam aplicados para o bem da população.

Volvidos quase dois anos, nenhum município, a começar pelos da província de Luanda, apresentam melhorias, como sinal de investimento dos cinco milhões de dólares. Em Luanda, dezenas de chafarizes deixaram de funcionar, centenas de famílias não têm electricidade nas casas, o que pressupõe que as verbas disponibilizadas ainda não estão ao serviço da população.

O ministro Fontes Pereira entende que esse programa garantirá mais oportunidades de emprego à camada mais jovem, ocupando-os socialmente, evitando que se inclinem para práticas condenadas pela sociedade.

5.15 Cinco milhões estão no barulho

A Capital 24 de Outubro de 2009

Ruas esburacadas e asfalto arruinado, eis o cenário que se encontra nas artérias do bairro Neves Bendinha,

município do Kilamba Kiaxi. A degradação do bairro em si, tende a piorar o que, ao olho do povo, nada parece estar a ser feito para suprir a situação, mesmo depois de terem-se disponibilizadas verbas no valor de cinco milhões de dólares, para as administrações municipais.

Com esse dinheiro, a população esperava mais celeridade, na solução dos problemas comunitários. Não é o que se vê. Na volta que demos ao bairro, podemos verificar que o estado em que as artérias do bairro se encontram, é preocupante. Segundo os próprios moradores, as promessas feitas pelas autoridades, visando o melhoramento da situação, «não passam de meras palavras».

De tanto as autoridades estarem ausentes, os munícipes abriram por si mesmos uma vala com vista a minimizar o problema do saneamento básico. Entretanto, neste momento está cheia de lixo. Os carros de recolha de resíduos, por vezes passam, mas não diariamente como era desejo dos moradores.

Nazaré Eduardo, este é o nome da senhora que encontramos sentada à porta da sua casa a vender produtos diversos. Ela é uma figura lendária do bairro em referência, pois vive nele desde 1976. Conta que o bairro surgiu lentamente, embora já existissem casas deixadas pelos colonos.

Com 33 anos de moradora e 56 de idade, dona Nazaré diz que o Neves Bendinha perdeu a graça que tinha antes. Por isso é que algumas das suas vizinhas mudaram-se para outros lugares, em busca de comodidade, pensando já no futuro.

«Alguns conseguiram casa num bairro em melhores condições, então foram sem olhar para atrás», disse Nazaré, mãe de seis filhos, embora nenhum mais viva com ela.

Por seu turno, Joaquim Isidro, morador do bairro Neves Popular há 18 anos, questiona o desempenho da Administração que segundo disse, é muito negativa. «Não estou a ver nenhum desempenho dela, principalmente neste município. Não há desenvolvimento», constatou.

Uma das coisas pelas quais este munícipe reclama, é que os administradores, pelo menos, deviam ter a preocupação em esclarecer os projectos que têm para cada zona, algo que, em seu entender, contribuiria para maior proximidade entre a Administração e os moradores, para uma discussão mais objectiva sobre 'o que, realmente, deve ser feito para o bem da

comunidade.

«Não temos conhecimento sobre os projectos dos responsáveis máximos. E é tudo, por não termos uma proximidade. Não há diálogo», desabafou Joaquim, atestando que, a energia eléctrica e água são os problemas mais candentes. «Durante anos vivemos sem energia eléctrica, na esperança de que um dia tudo seria resolvido», acrescentou.

5.16 Oposição aperta o cerco

Terra Angolana 10 a 24 de Outubro de 2009

Os Partidos da oposição parlamentar, FNLA, PRS e UNITA, os Partidos Políticos da Oposição Extra parlamentar, PDPANA e POC e a Comissão instaladora do Bloco Democrático, reuniram-se em Luanda para analisar os actos do Presidente da República relativos à não convocação da eleição presidencial e ao desenvolvimento do processo constituinte. No final, deliberaram tornar público o seguinte:

A 24ª Reunião do Conselho da República recomendou, e o Presidente da República aceitou, realizar as eleições para a normalização constitucional dos órgãos de soberania do Estado em 2008 e em 2009.

Marcadas as eleições presidenciais para o ano de 2009 e aprovado o respectivo orçamento, o Presidente da República em exercício, decidiu advogar em causa própria e estender o seu próprio mandato. Fê-lo em dois tempos: primeiro, por não convocar, de Janeiro a Junho, sem qualquer justificação, a eleição presidencial já marcada para 2009; segundo, por orientar publicamente, em Agosto de 2009, por via do processo constituinte, a anulação do instituto da eleição presidencial.

A não convocação da eleição do Presidente da II República nos termos da Lei Constitucional, constituiu um atentado a dois princípios estruturantes da República: o princípio democrático e o princípio do Estado de Direito.

A agressão do princípio democrático, como princípio fundamental estruturante, significa que o Presidente da transição violou também os princípios constitucionais gerais que o concretizam, nomeadamente, o princípio da soberania da vontade popular, o princípio do sufrágio universal e o princípio de renovação dos titulares dos cargos públicos.

Ao agredir o princípio estruturante do Estado de Direito, o Presidente da República violou também os

subprincípios da constitucionalidade, da prevalência da lei e o princípio da vinculação do legislador aos direitos fundamentais dos cidadãos, em particular ao direito dos angolanos de eleger, de cinco em cinco anos, o seu Presidente da República.

Nesta base, o Presidente da República fez ruir as traves mestras da ordem jurídico-constitucional em que assenta a legitimidade do órgão Presidente da República. Nem a Assembleia Nacional, nem os Partidos Políticos, nem o Conselho da República, têm agora mandato ou competência para dispor do mandato do órgão electivo e representativo Presidente da República.

Somente o povo soberano de Angola pode conferir legitimidade ao titular do órgão Presidente da República através do sufrágio directo, secreto e igual, para o período de 2009 a 2013, correspondente ao mandato de cinco anos previsto na Lei Constitucional.

Sem este sufrágio, o órgão Presidente da República transforma-se num poder à margem da Lei Constitucional e a ela não juridicamente vinculado.

A Lei manda que a eleição para a normalização do órgão Presidente da República seja feita por sufrágio universal directo, secreto e igual, através de lista uninominal, num sistema maioritário a duas voltas. Esta eleição deve ser feita através de um Boletim de Voto exclusivo, diferente do boletim de voto que elege os deputados, porque o Presidente da República é um órgão distinto e separado da Assembleia Nacional.

SOBRE O PROCESSO CONSTITUINTE

As Forças políticas constataram que o MPLA utilizou a Comissão Técnica da Comissão Constitucional para distrair a opinião pública, ganhar tempo e inviabilizar a realização da eleição presidencial em 2009. Depois de seis meses de trabalho, a Comissão Técnica não foi capaz de aproximar as propostas apresentadas em Maio. As propostas apresentadas pelos Partidos políticos continuam praticamente intactas.

Constatamos ainda que o MPLA, abusando do poder, introduziu pela janela e na calada da noite a proposta constitucional que advoga "uma eleição por sufrágio universal directo, em que o Presidente da República e o cabeça de lista" dos candidatos a Depurados. Esta proposta agride os limites materiais para a elaboração da Constituição de Angola, fixados pelo Artigo 1590 da Lei Constitucional, nomeadamente o princípio da separação de poderes entre os órgãos de soberania e o princípio do sufrágio universal, directo e secreto para a eleição do Presidente da República.

Este documento entrou fora dos prazos legais e o seu conteúdo não é típico nem atípico. É um modelo próprio, que não tem nada a ver com as eleições presidenciais, porque, de facto, acaba com elas. O que o JMPLA quer é que não haja mais eleições presidenciais em Angola.

As forças políticas signatárias declaram-se indisponíveis para pactuar em fraudes constitucionais, pelo que não irão aprovar nada que atente contra a Lei Constitucional e contra a soberania do povo angolano.

As forças políticas signatárias exortam os Deputados à Assembleia Nacional, em particular os membros da Comissão Constitucional, a pautar a sua conduta pela Lei, para não defraudarem o poder de representação que lhes foi conferido pelo povo angolano, único detentor do poder constituinte.

As forças políticas signatárias apelam ao patriotismo e ao bom senso de todos os angolanos visando a elaboração de uma Constituição de bases universais que sirva para unir e não para dividir nem para excluir os angolanos.

Queremos uma Angola unida, verdadeiramente democrática, onde os titulares do poder de representação tenham poderes limitados e o exerçam nos limites da Constituição e da vontade soberana e referendada do povo angolano.

A Constituição de um país não deve estar sujeita a violações legitimadas por interesses particulares de maiorias sazonais. Antes, deve servir para consolidar e fortalecer a igualdade, a estabilidade democrática e o Estado de Direito.

O fim permanente de qualquer Lei Fundamental é a limitação do poder. Só se limita o poder dos titulares do poder, se estes se subordinarem à Lei. Só assim se realiza o fim permanente da nossa Lei Fundamental - a limitação do poder.

5.17 Um exemplo vivo da falta de políticas para pobres

Angolense 17 a 24 de Outubro de 2009

A palavra "Quilombo" tem origem nos termos "Kilombo" (Quimbundo) ou "ochilombo" (Umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola.

Originalmente, designava apenas um lugar de pouso

utilizado por populações nómadas ou em deslocamento; posteriormente passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros Itens cobiçados pelos colonizadores.

Foi no Brasil que o termo "Quilombo" ganhou o sentido de comunidades autónomas de escravos fugitivos.

No nosso Quilombo não existem nenhuma semelhanças com o de há longos anos.

O sector pertence a Chicala I mas é um bairro em que os moradores estão jogados a sua própria sorte. Localizado numa zona privilegiada da capital, este bairro tem como principal vizinho o Mausoléu.

O acesso ao bairro é feito por duas vias, ou por canoa ou de táxis que chegam até aquela zona. Depois de pular o muro que separa esta zona costeira da nova marginal, pegamos a primeira canoa, rumo ao sector.

Tão logo pisamos terra firme a fotografia não poderia ser outra. Chatas na margem da praia, o cheiro nauseabundo do peixe e o do lixo que pairava sobre a praia incomodavam bastante.

Para quem visita o bairro pela primeira vez é uma surpresa grande. Dois mil e quinze habitantes totalizando setecentos e cinquenta casas vivem naquele bairro e que vivem sob a ameaça de desalojamento, repetida ano após ano.

Enquanto isso não acontece, sentem na pele os dissabores de um bairro sem políticas, sem um plano e sem nenhuma assistência governamental.

Enquanto fazíamos a travessia duas senhoras esforçavam-se para levar o maior número possível de bidões de vinte litros de água, para dentro da canoa e permitir a travessia.

"Aqui no bairro não temos água", disse uma delas, que se apresentou como Emília. Para ela este é um percurso obrigatório que faz diariamente, de forma tranquila, atendendo aos longos anos do problema de abastecimento de água que o bairro vive.

Apesar de que em Agosto de 2008 o Governo ter colocado um fontanário, de formas a minimizar o problema de abastecimento de água os populares reclamam do serviço. "O fontanário tem muitos problemas, não é suficiente para atender as necessidades dos

populares", reclamou Emília.

O reabastecimento dos tanques não é feito de forma periódica pelos camiões cisternas, obrigando os populares a procurar o líquido precioso em outros pontos, conforme constatamos no local, numa altura em que inúmeros recipientes que aguardavam, há dois dias, para serem abastecidos.

Isto força os populares a comprar a água a custo elevados. "Compramos a água nas casa do bairro da "korea", a cem kwanzas o bidão", disse a nossa interlocutora.

A principal base de subsistência do bairro é o comércio informal e pesca, actividade que engaja setenta e cinco porcentos dos homens que residem nesta área. Entretanto, segundo o coordenador do bairro, Gaspar Garcia, nos dias de hoje, a pesca já não ajuda em nada.

Devido as obras de afastamento do mar, o pescado afastou-se bastante, prejudicando assim gravemente a vida daqueles populares. "Há um ano que não vejo uma chata carregada de pescado", lamentou.

Apesar das dificuldades que enfrentam para sobreviver bem como as condições precárias em que muitos destes moradores vivem, reconhecem que mas dia menos dia terão de abandonar o bairro. "Mas isto não significa que temos que viver mal", disse o senhor Paciência, um morador agastado com a situação.

A sua repulsa surge do facto de que, apesar de ter o mar a dividir a zona, o Quilombo está localizado numa zona privilegiada mas que nunca teve energia eléctrica "Sobrevivemos de geradores", lamentou novamente. Paciência.

A escola trocada pela "Candonga" Chiqueza Gaspar tem onze anos de idade e todos os dias atravessa a praia pequena para ir à escola. O trajecto é o mais curto e mais barato.

"Já estou habituada a fazer esta travessia", diz a pequena.

Para ela, que tem de percorrer esta distância todos os dias, não há nada de anormal mas, para os colegas que não vivem a mesma realidade que Chiqueza, este é um esforço difícil de digerir. "Não tenho medo de andar de canoa, quando a maré está baixa atravessamos a praia pequena a pé", disse.

Há igualmente os dias em que Chiqueza pode ir a escola de táxi mas "pretiro atravessar de canoa", disse.

A viagem é curta e bastante relaxante. Durante a travessia dá para apreciar a alegria dos peixes que saltam enquanto algumas canoas passam.

Tal como muitas crianças, Chiqueza, no seu sorriso inocente, diz que se tivesse a oportunidade de mudar alguma coisa no seu bairro, encurtaria a distância que existe entre as unidades hospitalares ao bairro Bem como as escolas, pois o bairro não dispõe de nenhuma.

O mar apaixonou os petizes do Quilombo, crianças há que passam o dia a beira-mar a brincar, outras que aprendem com os seus progenitores a pesca artesanal. Outras, como Maquil de 15 nos, que trabalham, fazem serviço de táxi com os barcos.

Há cinco meses que o jovem decidiu reconstruir uma canoa e começar a fazer a travessia do Quilombo para a nova marginal e no sentido contrário. Para a travessia, Maquil conta com ajuda de um outro amigo, que exerce o papel de cobrador. O preço não difere ao dos candogueiros, afinal as canoas são chamadas de táxi, disse o jovem.

Questionado sobre as principais razões que o levaram a trabalhar tão cedo. Maquil diz que este não é o seu primeiro emprego. "Trabalhei numa casa de vendo de bebida alcoólica caseiro mas deixei", disse. O seu dia-a-dia é este.

A actividade começa as seis horas de manhã e termina as dezoito e dá receitas líquidas de cinco mil kwanzas, segundo explicou Maquil.

5.18 Administradores municipais receberam a totalidade da verba

A Capital 31 De Outubro de 2009

O vice administrador do Sambizanga, Agostinho da Silva, disse ao A Capital que o Fundo de Gestão Autónoma para os municípios, trouxe vantagens, atendendo a que as administrações agora podem fazer intervenções, nos mais variados aspectos da vida social, tais como energia e água.

«Posso dizer que houve um certo desenvolvimento, porque já podemos intervir em certos assuntos de nossa dimensão», justificou Silva, admitindo, por outro lado, que as verbas atribuídas aos municípios são insuficientes, já que entre todos, há uns com mais necessidades em relação aos outros.

Isto é, desde a água, energia, vias de acesso, melhoramento dos serviços e o apetrechamento das infra-estruturas.

O administrador do Sambizanga avançou, entretanto, que na circunscrição da qual é um dos dirigentes, está em vigor um programa de gestão municipal que visa a resolução dos problemas básicos da população.

«O Sambizanga sede foi contemplado com sete postos de Transformação PTs, para colmatar o problema de falta de energia. A comuna do Ngola Kiluanje, uma das mais carentes, beneficiou de 15 PTs. Havia bairros há 20 anos sem electricidade», sublinhou o responsável, ao apontar que estão ainda em curso no município, projectos de água e energia e como prioridades.

«A comuna sede não apresenta grandes problemas no domínio de energia e água, apenas foram feitas algumas ligações domiciliárias, onde não haviam». Porém, segundo o vice-administrador, a comuna do Ngola Kiluanje continuará a ressentir a carência de água, devido às obras de reabilitação e ampliação da estrada que liga Cacucaco a Luanda, bem como o troço da 7ª Avenida que vai do Cazenga e desemboca na Refinaria.

«A reabilitação, quer das vias estruturantes, quer das terciárias, afectou o sistema de abastecimento de água. Construíram-se alguns fontanários verticais que até ao momento são abastecidos por cisternas da Administração», destacou, mas reconheceu são insuficientes para resolver o problema.

«É preciso ver que o balde de água de 20 litros é comercializado a 150 kwanzas, nos tanques privados. Temos um projecto que vai abastecer os 13 bairros, faltando apenas a conclusão do estudo de instalação da Empresa de produção de Águas de Luanda», acrescentou.

De acordo com Agostinho da Silva o Sambizanga conta, igualmente, com um conselho de auscultação e concertação social que integra um conselho municipal da juventude, as igrejas, as administrações comunais, as comissões de moradores e a própria Administração, como coordenadora.

A referida comissão, frisou, serve para responder aos problemas de âmbito social, económico, espiritual e cultural.

«As populações estão de parabéns, porque têm sabido colaborar, quer nos projectos de reabilitação das vias, das residências e em pinturas de alguns edifícios, com ou sem o apoio da Administração».

5.19 Cabinda promete assistência médica personalizada

Jornal de Angola 31 De Outubro de 2009

O secretário da Saúde em Cabinda, Carlos Zeca, referiu, esta semana, ao Jornal de Angola, como estratégia prioritária do seu mandato, a concretização do projecto de expansão da rede primária de saúde em toda a província, de modo a prestar ao paciente, na sua aldeia, comuna ou município, uma assistência médica mais personalizada.

Na primeira declaração pública, depois de ter sido nomeado pelo governador Aníbal Rocha, no âmbito do novo quadro orgânico da província, resultante do Estatuto Especial atribuído a Cabinda, o novo titular da Saúde promete levar assistência médica "ali, onde está o cidadão".

Sem descurar a hipótese de, futuramente, haver a figura de "médico de família", já experimentada, com êxito, em muitos países, Carlos Zeca acredita que, com o "modelo de funcionamento" que tenciona concretizar, o Hospital Central de Cabinda (HCC) vai ficar mais desafogado e a população passa a sentir-se melhor assistida, sem ter que percorrer longas distâncias.

Todos esses desafios, referiu, "passam, necessariamente, numa primeira fase, pela elaboração de um diagnóstico profundo do sector", para se inteirar do funcionamento das várias unidades sanitárias espalhadas pela província.

Além disso, frisou, "é urgente reunir com a classe "médica e outros profissionais do sector para que o projecto encontre os necessários consensos".

"Os resultados que o diagnóstico produzir irão permitir à Secretaria Provincial da Saúde elaborar o seu plano de acção, estabelecer uma relação mais profícua entre a população e médicos, enfermeiros e outros técnicos do sector e resgatar os valores éticos e deontológicos, de forma a criar entre o paciente e o trabalhador da saúde uma relação mais afectiva", declarou.

"Se nós conseguirmos colocar em alguns centros de saúde condições técnicas e humanas capazes de permitir que essas unidades sanitárias efectuem, pelo menos, pequenas cirurgias, como, por exemplo, a uma hérnia ou a um quisto simples de ovário, podemos personalizar a assistência médica", sublinhou.

Medicamentos

Carlos Zeca pensa, também, num futuro breve, imprimir nova dinâmica no sistema de atendimento em medicamentos aos doentes internados nas unidades

hospitalares, para, disse, "evitar certas queixas". A assistência medicamentosa intra hospitalar, referiu, deve ser melhor cuidada porque tem características específicas.

O secretário da Saúde de Cabinda sublinhou que deve ser dada prioridade ao doente internado, sem descuidar o doente ambulante:

"A deontologia médica aconselha-nos que no caso de pacientes ambulatoriais, depois da consulta, o médico emite a receita para este adquirir os "fármacos no circuito extra-hospitalar, o que não acontece com o doente internado, a quem o hospital tem a obrigação de dar os medicamentos".

Essa questão, lembrou, nem sempre encontra compreensão por parte da população, que entende que o hospital tem a obrigação de dar os medicamentos receitados, mesmo que o paciente esteja em tratamento ambulatorio.

"Por um lado, vamos fazer um trabalho de fundo para saber da essência das lamentações da população e, por outro, sensibilizá-la para entender as regras de gestão de medicamentos", sublinhou.

Carlos Zeca assegurou que assume a chefia do sector num "bom momento da vida da província, que conta com a maior parte de especialidades médicas e um corpo clínico à altura das solicitações".

Serviços de ortopedia

Carlos Zeca mostrou-se preocupado com os Serviços de Ortopedia, que, salientou, "precisam de mais médicos": "Vamos propor ao Governo local que reforce esta área com mais médicos especializados devido ao grande fluxo de pacientes vítimas de atropelamento".

A nível dos municípios do interior, declarou que, além de querer personalizar o atendimento aos pacientes, tenciona dotá-las de médicos especializados e dos devidos equipamentos para o atendimento de casos delicados.

As acções, disse, devem estar direccionadas para travarem o excesso de doentes no Hospital Central, colocando especialistas e instalando tecnologia de ponta nas unidades sanitárias de Cacongo, Buco Zau e Belize.

Pediatria e maternidade

Os Serviços de Pediatria e de Maternidade no HCC são duas áreas que têm preocupado as autoridades sanitárias, devido, sobretudo, ao excesso de doentes nas poucas enfermarias existentes.

O hospital, que já teve 325 camas, viu reduzido esse número para 146 devido às obras em curso no estabelecimento. Não é, por isso, raro ver mais de uma criança ou duas parturientes partilharem um mesmo leito.

Carlos Zeca está consciente das dificuldades do HCC, onde, durante cinco anos, foi director clínico, e promete trabalhar para que, em breve, se registem melhorias nas duas especialidades, que considera vulneráveis.

Carlos Zeca revelou que é intenção do Governo separar do Hospital Central os "serviços de grande vulto", construindo duas grandes unidades sanitárias no bairro Primeiro de Maio.

Outro problema que Carlos Zeca vai enfrentar é o da venda de medicamentos. A maior parte dos locais onde podem ser adquiridos não tem as condições mínimas e, para pior o quadro, os medicamentos, provenientes de supostos laboratórios da RDC e Índia, são muitas vezes adulterados por contrabandistas.

Carlos Zeca reconhece que a "situação é crítica, mas não impossível de se resolver". Numa primeira fase, referiu, vai promover um "levantamento exaustivo do sector" e depois "estabelecer regras de trabalho de cumprimento obrigatório por parte dos proprietários desses locais".

"Vamos submeter um plano de trabalho a todas unidades sanitárias privadas, onde estão inseridos critérios de funcionamento de cumprimento obrigatório", disse Carlos Zeca, para quem esta estratégia visa, acima de tudo, "criar o sentimento de que não devem só olhar para o dinheiro, mas tratar os doentes com a dignidade que as pessoas merecem".

A venda anárquica de medicamentos e intervenções cirúrgicas em unidades sanitárias privadas sem qualificações, esclareceu Carlos Zeca, vão ser combatidas de forma implacável.

Hospital 28 de Agosto

O Hospital 28 de Agosto, no bairro Cabassango, é uma das mais modernas unidades hospitalares da província e de referência nacional. Está dotado de tecnologia de ponta que permite efectuar exames de especialidade nas áreas de cardiologia, estomatologia, optometria Oftalmologia, nefrologia e diabetologia.

Mais recentemente, o hospital foi equipado com um moderno sistema que abarca exames de tomografia

computarizada (TC), ressonância magnética por imagem (RMI), mamografia, ecografia, raio x convencional e tomografia por emissão de positrões (PET).

O objectivo que levou o governo da província a investir no projecto, que custou cerca de seis milhões de dólares na reabilitação, reequipamento e formação do pessoal na África do Sul, é o de diminuir os gastos com a transferência de doentes para unidades hospitalares especializadas em Luanda ou para estrangeiro.

E como não há bela sem senão, a população local tem-se manifestado contra os preços praticados no Hospital 28 de Agosto. O secretário provincial da Saúde justifica o facto com a lei da comparticipação hospitalar.

Carlos Zeca afirmou que os preços dos serviços praticados no Hospital 28 de Agosto não são especulativos porque os valores cobrados são aplicados na manutenção do imóvel e dos equipamentos.

"E preciso que a população entenda que a tecnologia disponível no Hospital 28 de Agosto é de ponta e a utilização daqueles serviços não pode ser de forma completamente grátis", disse.

"Vamos criar um incentivo para que a comparticipação não prejudique nem a direcção do Hospital, nem a população. Acredito que vamos encontrar um meio termo", disse.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Governo do Huambo aparecia plano urbanístico

Jornal de Angola 1 de Outubro de 2009

O governo da província do Huambo apreciou, na terça-feira, o plano urbanístico da província e o loteamento de terrenos a serem distribuídos à população.

A directora provincial do Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, que apresentou o plano estratégico do governo, disse que, numa primeira fase, a atenção está centrada nas comunas da Calima, no município sede, Alto Hama, no Lenduimbali, e Caima, na Caála.

"Isto não quer dizer que as outras comunas não merecem a nossa atenção. Aquelas três comunas são consideradas estratégicas devido à localização e aos empreendimentos que nelas se encontram," realçou a directora.

Quanto às áreas de loteamento, disse que a ideia inicial era haver espaços para cinco mil fogos, mas que isso foi alterado e que agora se destinam a dez mil.

Os terrenos que estão a ser preparados destinam-se à construção de casas para pessoas com baixo e médio rendimento.

O loteamento vai ser feito por etapas. Numa primeira fase, são entregues 500 lotes a pessoas com baixo rendimento e na segunda, 450, a quem tenha um rendimento médio.

Abate de árvores no Longonjo A administradora do Longonjo acusou negociantes de carvão, a "maioria das províncias de Benguela e de Luanda", de abaterem indiscriminadamente árvores no município. Beatriz Tutuvala Filipe disse que os negociantes se espalham pelas matas, com camiões de grande tonelagem, para confeccionarem carvão para posterior comercialização nas cidades do Huambo, Benguela e Luanda.

Para desencorajar esta prática e disciplinar a actividade, as autoridades municipais subiram as taxas de cobrança de dez mil kwanzas por saco para o triplo e decidiram cobrar aos fabricantes do carvão uma taxa de 200 kwanzas.

Anteriormente, os fabricantes de carvão não pagavam nada ao Estado. As áreas onde mais se faz carvão são as comunas de Catabola e Chilata, a 30 e 60 quilómetros da sede municipal. Diariamente, são transportados, em camiões, cerca de 1.500 sacos de carvão para a cidade do Huambo e províncias de Benguela e Luanda.

Campanhas de desparasitação Cerca de mil alunos, dos 5 aos 15 anos, beneficiaram, em Agosto, no município do Longonjo, da campanha nacional de desparasitação de crianças em idade escolar. A coordenadora de saúde escolar do município do Longonjo, Maria João, disse que o programa abrangeu crianças das escolas do ensino primário de todas as comunas da jurisdição. Durante a campanha, que contou com a participação de docentes, foram administrados comprimidos de albandazol a crianças com mais de 5 anos.

A coordenadora disse que o objectivo é assegurar um tratamento completo contra todos os tipos de parasitas e que o empenho dos professores durante da campanha fez com que nenhuma criança ficasse fora do processo. Camponeses e comerciantes têm apoio da "Visão Mundial".

Mais de dois milhões de kwanzas foram disponibilizados pela Organização Não Governamental americana Visão Mundial à cooperativa de mulheres camponesas e comerciantes, no município do Longonjo, 64 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo. A quantia disponibilizada vai beneficiar 34 mulheres camponesas do município do Longonjo, associadas a cooperativa de produtores agro-pecuários e comerciantes.

Segundo a secretária do grupo solidário de mulheres "Tukula", Rosalina Casimiro, a cada beneficiária está reservado um valor que varia entre os 30e os 150 mil kwanzas, para serem aplicados em negócios e agricultura. O reembolso é feito num período de quatro meses, com uma taxa de juro de três por cento. É o quarto crédito que a

Organização Não Governamental Visão Mundial concede às mulheres filiadas no grupo solidário "Tukula", através do Banco de Poupança e Crédito (BPC). A Visão Mundial opera no município do Longonjo na concessão de créditos e meios agrícolas a mais de mil camponeses e a sete associações e

6.2 Bembe tem estrada nova e deixou de ser vila fantasma

Jornal de Angola 1 de Outubro de 2009

O município do Bembe, a 135 quilómetros da cidade do Uíje, nos últimos sete anos ganhou novas escolas, hospitais, postos e centros de saúde. Antes da reconstrução nacional ter chegado a estas paragens, a estrada estava intransitável. Era uma vila fantasma. As infra-estruturas existentes no período colonial foram arrasadas durante a guerra. Os alunos estudavam em escolas de pau-a-pique ou debaixo de árvores.

Hoje, as coisas são completamente diferentes. A fome, que antes flagelava as populações, impedidas pela guerra de trabalhar a terra, deu lugar a grande fartura alimentar, embora a agricultura praticada no município ainda seja manual. Os agricultores locais, organizados em associações, aguardam ansiosos que os seus projectos sejam financiados para produzirem mais alimentos.

O Bembe tem elevada produção de fuba de bombó. Tem também grandes potencialidades para a prática da caça e da pesca artesanal, mas por falta de condições materiais e financeiras, estas actividades são desenvolvidas apenas para subsistência das populações.

A estrada que liga a sede do município do Songo até ao Bembe foi reabilitada, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos levado a cabo pelo Governo através do Gabinete Técnico de Gestão (GTG). As vias que ligam a vila do Bembe às aldeias de Quimaria e Lucunga também foram terraplanadas, o que permite a circulação de pessoas e bens e facilita as acções de escoamento dos produtos do campo para os grandes centros urbanos.

"Antigamente era muito difícil viajar do Uíje para a sede municipal do Bembe. A via estava péssima e a

viagem durava dois dias. Hoje, estamos a fazer apenas duas horas de viagem", disse o agricultor João Massala, de 45 anos.

A melhoria das vias permitiu a Margarida Lopes, 39 anos, desenvolver o seu pequeno negócio. Ela desloca-se ao Uíje duas vezes por semana. Leva grandes quantidades de bombó e banana para vender. No regresso traz açúcar, arroz, óleo alimentar, sabão, sal e outros produtos, que vende no mercado municipal do Bembe. "A minha vida melhorou muito com a abertura das estradas", disse satisfeita.

Sobas pedem mais

Margarida Lopes está satisfeita com o seu dia-a-dia, mas os sobas do município do Bembe pedem muito mais. Dizem que é preciso investir cada vez mais nas obras de impacto social para o bem-estar das populações, que viram o seu município completamente destruído durante o conflito armado.

Numa mensagem lida durante a realização do acto provincial do 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional, que decorreu na vila do Bembe, os sobas pediram ao Governo a construção de um hospital e pequenas unidades sanitárias na comuna do Lucunga e na área do Vale de Loge, um verdadeiro celeiro da região. Os sobas pediram também a construção de uma maternidade e de um centro materno infantil na vila do Bembe. Também pedem mais médicos e enfermeiros.

Educação e saúde

Com o aumento de salas de aulas, muitas crianças que se encontravam fora do sistema normal de ensino foram matriculadas neste ano lectivo. Hoje, o I e II ciclos de ensino funcionam sem problemas.

No ano passado, o número de crianças fora do sistema de ensino baixou de cinco mil para três mil alunos. Nos últimos tempos o Bembe ficou com mais 118 salas de aulas, algumas ainda em construção. A Administração Municipal do Bembe assegurou ao Jornal de Angola que o número de salas é agora suficiente para albergar todos os alunos que se encontram fora do sistema de ensino.

Em 2008, foram enquadrados novos professores. Mas o sector necessita de mais docentes para atender ao número de alunos que vão ser matriculados no próximo ano lectivo, com a entrada em funcionamento de mais salas de aulas.

No município funcionam três centros de saúde e sete postos médicos. O número de unidades sanitárias também é insuficiente para prestar assistência aos

37.047 habitantes do município.

Intervenção do Governador

Mawete João Baptista, governador do Uíje, reconheceu que o município do Bembe, o mais destruído durante a guerra, continua a ser dos que apresentam poucos sinais de progresso. Prometeu que o Governo vai fazer a sua parte, mas pediu também o envolvimento dos empresários do Bembe residentes na capital do país que transfiram parte dos seus investimentos para o local que os viu nascer, garantindo o seu crescimento e desenvolvimento infraestrutural.

O governador do Uíje garantiu que o seu executivo está empenhado na criação de políticas para atrair investidores estrangeiros e nacionais. "Em relação às nossas acções governamentais, estamos a traçar políticas que vão atrair empresários nacionais e estrangeiros", disse, pedindo aos presentes para acolherem condignamente todos aqueles que querem investir na região.

Água para todos

Dois tanques de água, um com capacidade para la mil litros e outro de 20 mil litros foram construídos, no ano passado, na vila do Bembe, para além de oito chafarizes, para o abastecimento de água potável a 12 mil habitantes. O projecto inclui ligações domiciliárias na vila e nos bairros periféricos.

O projecto de reabilitação do sistema de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica às populações do município do Bembe enquadra-se no Programa de Investimento Público (PIP), que, no Uíje, é executado através do Gabinete Técnico de Gestão (GTG).

Novo administrador

O novo administrador do Bembe, José Bunga Alberto, já foi apresentado aos munícipes, em acto presidido pelo governador provincial, Mawete João Baptista, que o aconselhou a trabalhar para a melhoria das condições sociais da população.

A construção e reabilitação de infra-estruturas escolares e sanitárias, fornecimento de energia eléctrica e água potável e a recuperação das vias rodoviárias, estão entre as prioridades do novo administrador do Bembe.

A Associação dos Naturais e Amigos do Município do Bembe (ANA Bembe) promete, durante o período 2010/2015, estabelecer uma forte parceria com o Governo na concretização de projectos que contribuam para o desenvolvimento do município.

A associação promoveu, na localidade, uma conferência que visou analisar o aproveitamento racional dos valores locais com vista ao desenvolvimento sustentável da região, onde a prioridade recai para a criação de uma cooperativa agropecuária e a construção de complexos de frio para conservação de produtos agro-pecuários e outros.

6.3 Comissão Nacional de Urbanismo tem orçamento até ao final do Ano

Jornal de Angola 2 de Outubro de 2009

A Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação conta, até ao final do ano, com um orçamento de 244 milhões de dólares, revelou, ontem, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação.

José Ferreira fez a revelação no final de um encontro de balanço entre a Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação e os governadores provinciais, orientado pelo Primeiro-Ministro e coordenador da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação, António Paulo Kassoma.

O porta-voz disse que o encontro foi positivo, porque serviu para identificar e encontrar soluções para algumas dificuldades que se registam no programa do Governo, que visa a construção, nos próximos quatro anos, de um milhão de fogos habitacionais. José Ferreira garantiu que o "programa vai arrancar", pois a principal dificuldade que se verificava, a financeira, está já acautelada. "A todos os projectos aprovados vamos fazendo o respectivo pagamento", disse. Relativamente a Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação afirmou estarem previstos 300 mil lotes para habitação. Em províncias como a Huíla, Cunene e Namibe, lembrou, foram já distribuídos lotes para a autoconstrução dirigida. José ferre ira disse que, nos próximos dias, o Huambo deve seguir os mesmos passos.

Participaram no encontro os ministros junto da Presidência da República, os titulares ou representantes dos ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Indústria, Obras Públicas, Transportes, Energia,

Ambiente, Comércio e Comunicação Social e os secretários de Estado para o Desenvolvimento Rural e das Aguas. Assesores e técnicos do gabinete do Primeiro-Ministro participaram igualmente na reunião que decorreu no gabinete de Paulo Kassoma, na Cidade Alta.

6.4 Onjusalu vai construir 50 mil casas de baixa renda

Expansão 2 de Outubro de 2009

Inserido no amplo programa de construção de um milhão de fogos habitacionais, lançado pelo Governo em 2008, o projecto Onjusalu, de um consórcio de empresas nacionais com o mesmo nome, foi lançado na comuna do Ngola Lombo, nas proximidades do rio Longa, província do Kwanza-Sul, onde já foram construídas as primeiras quatro casas-modelo, com a previsão de criar 400 postos de trabalho para cada mil casas.

O arranque definitivo do projecto está dependente da aprovação de acordos com entidades governamentais, sendo que as equipas de engenharia já estão mobilizadas para conduzirem os estudos preliminares, a base de levantamentos topográficos, elaboração de plano urbanístico, passo que será seguido da contratação de empresas construtoras para o início do processo de escavação e fundação.

Arcides Flora, director do projecto, disse ao Expansão que o Onjusalu prevê construir, pelo País, 50 mil casas, nos próximos cinco anos, número que pode sofrer alguma alteração, de acordo com a evolução das condições do mercado. "O objectivo é construir uma casa por dia em cada município do País, mas atendendo que existem 150 municípios e algumas dificuldades inerentes a este processo, calcula-se que, pelos menos, 50 mil casas possam ser erguidas", reforçou o director do Onjusalu, indicando que para o efeito será indispensável o modelo de auto-construção dirigida.

As casas, a serem erguidas com 100 metros quadrados cada uma, serão construídas com base no modelo definido de habitações de baixa renda, sendo que os preços devem fixar-se em 30 mil USD para as zonas periurbanas e a 25 mil USD para as zonas do meio rural.

Arcides Flora disse que, nas zonas rurais, serão construídos projectos do tipo aldeias novas, que podem comportar entre 100 a 250 casas, dependendo das necessidades habitacionais de cada comuna.

Segundo um estudo de previsão, elaborado pelo consórcio em questão, a planificação deste investimento, para os próximos cinco anos, pode atingir cerca de 800 milhões USD, à medida em que o planeamento de número de casas em execução for sendo uma realidade. Arcides Flora não descartou a possibilidade de, com o decorrer do tempo, se criarem fábricas de montagem de elementos extras, como portas, janelas, loiça sanitária e ferramentas de canalização.

Caracterização do projecto

O projecto consiste na construção de casas a custo controlado, através de tecnologia inovadora e internacionalmente aprovada, utilizando blocos em solo-cimento, a baixo custo e com rapidez de execução, aplicando matéria-prima extraída dos solos das regiões em que se vai desenvolver o projecto.

De acordo com explicações técnicas do director do projecto, a tecnologia Onjusalu resultou de uma investigação desenvolvida por peritos nacionais e internacionais, para se equacionar um modelo de casa mais económica e que respeite a paisagem natural angolana. O estudo em causa concluiu por exemplo, que a população utiliza, preferencialmente, blocos de adobo para construção habitacional, daí ter surgido a ideia de se buscar no estrangeiro tecnologias capazes de inovar este método artesanal para um nível industrial. O director do projecto explicou que as paredes das casas apresentam, sob o ponto de vista estrutural, comportamento acústico muito elevado.

Paralelamente à construção de casas, Arcides Flora assegurou que o projecto prevê criar centros de formação profissional, sendo que já estão em curso planos de formação, quer a nível de tecnologia quer a nível de alguns conceitos básicos de construção civil. A aposta do consórcio Onjusalu abrange a formação de encarregados de obra, pedreiros, produtores de blocos, serralheiros.

Território rico em solo-cimento

Os blocos projectados para a implementação do projecto em causa não serão construídos apenas com terra vermelha, já que não é muito característico nalgumas regiões do País. Estudos de pesquisa já referidos determinaram que 12 das 18 províncias revelam que tais regiões possuem ricos

que respeite a paisagem natural angolana. O estudo em causa concluiu, por exemplo, que a população utiliza, preferencialmente, blocos de adobo para construção habitacional, daí ter surgido a ideia de se buscar no estrangeiro tecnologias capazes de inovar este método artesanal para um nível industrial. O director do projecto explicou que as paredes das casas apresentam, sob o ponto de vista estrutural, comportamento acústico muito elevado.

Paralelamente à construção de casas, Arcides Flora assegurou que o projecto prevê criar centros de formação profissional, sendo que já estão em curso planos de formação, quer a nível de tecnologia quer a nível de alguns conceitos básicos de construção civil. A

aposta do consórcio Onjusalu abrange a formação de encarregados de obra, pedreiros, produtores de blocos, serralheiros.

Território rico em solo-cimento

Os blocos projectados para a implementação do projecto em causa não serão construídos apenas com terra vermelha, já que não é muito característico nalgumas regiões do País. Estudos de pesquisa já referidos determinaram que 12 das 18 províncias revelam que tais regiões possuem ricos solo-cimento.

Benguela, por exemplo, diz o estudo, é rica em argila amarela e "dentro das nossas pesquisas possui o melhor solo para confecção de bloco". Assim, "surge um casamento entre a realidade dos solos nacionais e a tecnologia internacionalmente aprovada", sublinha a investigação do Onjusalu. Conforme consta, cada bloco produzido vai pesar 10 quilogramas e deve resistir a situações de catástrofes naturais.

Cimento garantido

O cimento é uma garantia para a implementação do projecto, a julgar pela existência das fábricas de Luanda e do Lobito, mas "sempre que for necessário recorreremos à importação", diz Arcides Flora. A produção de inertes não constitui qualquer constrangimento, já que há pelo País adentro volumes consideráveis de areia e burgau, apenas utilizados para fazer as fundações.

O consórcio tem estabelecido contacto com instituições bancárias nacionais, tendo já algumas manifestado disponibilidade em financiarem o projecto que arrancou com fundos próprios não revelados. Onjusalu, que traduzido significa casa e trabalho, é a confluência de duas palavras nas duas línguas nativas mais faladas em Angola, Umbundu e Kimbundu.

6.5 Cidade do Huambo acolhe fórum "Planear o nosso Futuro Urbano"

Jornal de Angola 2 de Outubro de 2009

A cidade do Huambo acolhe na próxima segunda-feira o acto central do dia mundial do Habitat, com o fórum "Planear o Nosso Futuro Urbano", presidido pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, e participado por directores provinciais do urbanismo e habitação.

A directora provincial do Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, anunciou que foi preparado um programa que inclui a dissertação de temas relacionados com o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A estratégia provincial de requalificação dos bairros periféricos será apresentada por um representante da Development Workshop (DW).

Os participantes vão abordar, também, a tipologia das casas sociais que vai ser aplicada nas reservas fundiárias. Foi estabelecida a de 100 metros quadrados de área construída para cada casa, cujo preço não excede aos 30 mil dólares.

A estratégia de financiamento e crédito habitacional vai ser discutida durante o fórum. Vários bancos e cidadãos vão fazer simulações sobre a obtenção do crédito à habitação, servindo para dissipar dúvidas relacionadas com os créditos bancários.

O plano de urbanização dos municípios do Bailundo, Mungo, Cachiungo e Londuimbale e o projecto "Huambo Capital Ecológica" e a legislação do sector do urbanismo e habitação em vigor são aspectos a destacar durante o fórum.

Cidadãos preocupados com a desarborização Os cidadãos participantes no 12º Encontro Provincial das Comunidades exprimiram a sua preocupação com o elevado nível de desarborização das florestas para a produção de carvão. Durante o encontro, promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), os participantes discutiram as estratégias a utilizar para se acabar com o fenómeno de desarborização. O encontro, realizado na comuna do Cuima, contou com representantes de cooperativas agrícolas, associações de camponeses, Instituto do Desenvolvimento Florestal e administrações municipais da Caála e Bailundo.

O encontro foi uma oportunidade para as comunidades manifestarem as suas opiniões sobre o trabalho desenvolvido. A directora da ADRA no Huambo, Maria de La Sallete, disse que a organização não governamental tem como missão "contribuir para a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável para Angola, através do fortalecimento da capacidade dos mais desfavorecidos e das organizações da sociedade civil, para que estes se tornem actores do seu próprio processo de desenvolvimento e sejam capazes de influenciar as políticas públicas, sem descurar a responsabilidade do mais amplo processo de mudança".

Maria de La Sallete salientou que a ADRA pretende assumir um papel de maior protagonismo fazendo uso da legitimidade que lhe é conferida pela sua longa experiência e credibilidade.

Os temas relacionados com o cooperativismo e comercialização, análise do processo de crédito, processo de ensino e aprendizagem no meio rural, descentralização e formas de participação local e a terra dominaram o encontro.

6.6 Governo vai disponibilizar usd 240 milhões para programa de habitação

O Independente 03 de Outubro de 2009

O Governo angolano vai disponibilizar, até o final do ano, 244 milhões de dólares para o Programa de Urbanismo e Habitação, no âmbito do seu programa que visa construir, nos próximos quatro anos, no país um milhão de casas.

A informação foi prestada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, no final da reunião Comissão de Urbanismo e Habitação, orientada pelo primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, que, entre outras questões, analisou as actividades desenvolvidas por este órgão.

De acordo com o ministro, neste encontro, os governadores provinciais foram orientados, em função dos custos do metro quadrado, a apresentarem as propostas do orçamento para 2010.

Explicou, por sua vez, que a interrupção registada na recepção de pedidos de terrenos na província de

Luanda deveu-se essencialmente a organização das solicitações já recebidas, mas a meta para a capital é a preparação de 300 mil lotes para habitação.

Nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe existem já lotes preparados e alguns já disponíveis e entregues a população.

Quanto às questões do loteamento de áreas destinadas à habitação de média e alta renda, José Ferreira garantiu estar a decorrer o processo de construção das infra-estruturas nestas zonas, com redes de saneamento e de abastecimento de água e electricidade pública.

Esclareceu ainda que alguns empreiteiros consideravam apenas a construção de casas contra o pagamento directo, mas o Governo pediu que se refizessem os projectos contemplando as infra-estruturas básicas. Segundo a nossa fonte, já arrancaram os programas para a construção na província do Cunene de duas mil casas e mil em Luanda.

Declarou que o programa dá maior ênfase ao plano de

habitação de baixa renda, mas sempre tendo em conta a preparação de lotes para média e alta rendas, envolvendo a participação privada.

6.8 Apartheid imobiliário do novo MPLA

Folha 8 03 De Outubro de 2009

Influenciados pela situação de euforia vivida nos anos de 2006 e 2007 em que a prática em Angola foi a de comprar as casas em planta, sem recurso ao crédito e por preços especulativos, muitos destes empreendimentos destinam-se a um segmento alto, com preços exorbitantes, que agora não são possíveis de praticar.

Neste momento muita oferta que existe destina-se a um segmento de mercado que está a ser afectado pela quebra dos preços do petróleo e com a crise mundial.

Esta situação está a afectar, particularmente, os promotores Portugueses que nos últimos anos decidiram apostar no imobiliário neste país e estão a iniciar a construção dos empreendimentos, Muitos destes projectos abandonaram o ritmo de construção ou então estão parados, procurando reposicionar os projectos em outros segmentos.

De acordo com o levantamento feito pela Proplime, neste momento, em Luanda - incluindo as diversas zonas da cidade e periferia - estão em construção três milhões de metros quadrados de habitação, promovidos por empresários chineses, brasileiros, angolanos e portugueses, em que a maioria dos projectos se encontra desajustada da procura In <http://diarioeconomico.com>

Neste campo de concentração, os dias são séculos, sem minutos, e os anos tão diminutos. Chineses, brasileiros; portugueses e angolanos da junta militar acabados de chegar, já se apresentam como conquistadores, opressores e neocolonizadores. E traçam-nos novos rumos, novas políticas do tudo ilegal.

6.7 Ministro do Urbanismo garante construção de um milhão de casas no prazo estabelecido

Agora 3 De Outubro de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação garantiu que o Governo cumprirá o projecto de construção de um milhão de casas em quatro anos, como havia sido anunciado pelo Presidente da República.

José Ferreira fez este anúncio ao visitar o projecto habitacional do Musseque Capari, no Bengo, sublinhando que o mesmo será contemplado até ao final do ano, com 75 edifícios de dois andares num total de 600 apartamentos.

"Nestes programas do Governo, tanto de construção dirigida, bem como das empresas contratadas pelo Estado, os moradores beneficiarão de água canalizada, energia eléctrica e todos os outros serviços básicos indispensáveis à população".

O ministro reconhece que o valor do mercado imobiliário está muito especulativo, tendo avançado que um dos objectivos do Estado é a sua regulação, fazendo com que a gama média não seja superior aos 502 dólares por metro quadrado.

Precisou, por outro lado, que os preços dos apartamentos construídos no programa de um milhão de casas, não atingirão os 200 mil dólares como se tem especulado.

A ideia é trabalhar de forma que os mesmos não ultrapassem os 70 mil dólares americanos, os mais caros, enquanto os mais baratos rondarão os 30 mil".

Quanto ao projecto para a auto-construção dirigida garantiu que os preços serão mais baixos e que o Governo tem preparado o material de construção para vender aos cidadãos a preços acessíveis.

6.9 Huambo acolhe o acto central

Jornal de Angola 5 de Outubro de 2009

A cidade do Huambo acolhe, hoje, o acto central do Dia Mundial do Habitat. Um fórum sobre o tema é aberto hoje pelo titular da pasta, José da Silva Ferreira, e conta com a participação dos directores provinciais do Urbanismo e Habitação.

A directora provincial do Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, adiantou que no evento, a decorrer sob o lema "Planear o nosso futuro urbano", vão ser apresentadas dissertações sobre o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, onde os directores provinciais farão apresentação sintética do andamento do mesmo. Um representante da Ong Development Workshop (D W) vai falar sobre a estratégia para a requalificação de bairros periféricos:

Os participantes vão debruçar-se ainda sobre a tipologia habitacional a ser desenvolvida nas reservas fundiárias, isto é, para as casas sociais, assim como a estratégia de financiamento habitacional.

No decorrer do evento será apresentado o plano de urbanização dos municípios do Bailundo, Mungo, Katchiungo e Londuimbali, o projecto "Huambo - Capital Ecológica", e a legislação do sector do urbanismo e habitação.

6.10 O mundo celebra dia do Habitat

Jornal de Angola 5 de Outubro de 2009

O mundo celebra hoje o Dia Mundial do Habitat. A efeméride, que se assinala sempre à primeira segunda-feira do mês de Outubro de cada ano, serve de marco de reflexão sobre o estado das cidades e os direitos de todos a uma vida digna.

A data, instituída pelas Nações Unidas em Outubro de 1985, pretende também chamar a atenção de todo o mundo sobre a responsabilidade colectiva pelo futuro do habitat humano.

Com estes objectivos, as Nações Unidas pretendem manter o desafio de edificar um futuro urbano saudável e elevar a consciência sobre a necessidade de melhor planificação urbana e incentivar as melhores práticas para enfrentar os desafios do século XXI.

Nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, as cidades sentem os efeitos das mudanças climáticas, a redução de recursos, a insegurança alimentar, o crescimento populacional e instabilidade económica.

Estes factos aumentam neste século e de forma significativa nas cidades, de maneira física e social. Vários países em vias de desenvolvimento continuam a experimentar índices elevados de urbanização, acompanhados das suas sérias consequências assentamentos precários sem infraestruturas adequadas para atender a demanda representada pelo crescimento contínuo de populações urbanas.

Com mais de metade dos habitantes do mundo a viverem em áreas urbanas e com a expectativa de crescimento em dois terços numa geração, não há dúvidas de que a "agenda urbana" será uma prioridade para governos, autoridades locais e organizações não-governamentais em todo o mundo.

Infelizmente, os sistemas actuais de planificação urbana em várias partes do mundo revelam deficitários para enfrentar os desafios urbanos do século XXI.

6.11 Cunene dispõe de reservas fundiárias em fodos os municípios da província

Jornal de Angola 6 De Outubro de 2009

O chefe do Instituto Nacional de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano do Cunene, Francisco Sanda, afirmou ontem, em Ondjiva, que a província dispõe de reservas fundiárias nos seis municípios que a compõem, para a implementação do Programa Nacional de Habitação.

Em declarações à Angop, Francisco Sandala sublinhou que as reservas estão localizadas nos municípios do Kwanhama, Namacunde, Ombadja, Kahama, Curoca e Cuvélai e servirão para a construção de 35.800 fogos habitacionais.

Francisco Sanda frisou que se encontram registadas pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente seis reservas nas sedes municipais com uma dimensão de dois a seis mil hectares.

Adiantou que coloca-se a preocupação com a desminagem e limpeza destas reservas fundiárias, tendo em conta a realidade da província, de maneira a garantir maior segurança aos sectores intervenientes no programa.

Situação do género evidencia-se na reserva de Ekumar, município do Kwanhama, onde os trabalhos estão parados devido a necessidade da desminagem integral dos espaços, cujo lançamento da primeira pedra para a construção de mil e 200 casas sociais aconteceu em Julho deste ano.

Além da construção das residências, estão previstos serviços básicos como postos de saúde, escolas, energia eléctrica, água e outras infra-estruturas.

6.12 Mais de seis milhões de angolanos vão ter habitação condigna até 2012

Jornal de Angola 6 De Outubro de 2009

O ministro Urbanismo e Habitação, José Ferreira, disse, ontem na cidade do Huambo, que, aU 2012, mais de seis milhões de angolanos estão a viver em condições de habitabilidade dignas, com base nos critérios definidas pelas Nações Unidas.

José Ferreira, que falava na cerimónia de encerramento das actividades alusivas ao Dia Mundial do Habitat, que ontem se assinalou, acrescentou que Angola é um país

com altos níveis de precariedade nos assentamentos humanos, com problemas de acesso aos serviços de base e às infra-estruturas sociais.

Adiantou que o Governo está determinado a alterar as condições de vida de cada angolano no que diz respeito a habitação condigna.

"Vamos, gradualmente, transformar as ocupações informais que hoje povoam as periferias das cidades, chamados musseques, e prover as novas áreas de conforto necessário para que se transformem em pedaços de cidade com alma, onde o meio ambiente contribua no incremento da qualidade de vida", frisou.

José Ferreira adiantou que as intervenções para o melhoramento dos assentamentos precários (os musseques) e a regularização fundiária criteriosa nas áreas perturbadas, programadas pelo Governo, vão proporcionar, seguramente, oportunidades de acesso ao emprego estável e reduzir a pobreza urbana.

Esta acção do Governo, referiu, vai permitir, ainda, a elevação dos índices de acesso das populações à água potável, aos serviços de saúde, ao saneamento básico e à segurança.

José Ferreira disse, também, que Ministério de Urbanismo e Habitação vai trabalhar com os seus parceiros sociais para "melhorar a efectivação das acções, assegurando que cada intervenção engaje as camadas mais necessitadas do país, articulando respostas sociais com objectivos económicos", o que vai permitir "alcançar a sustentabilidade dos programas".

O ministro declarou que Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, concebido com base nas directrizes orientadas pelo Presidente da República é um alto desafio de mobilização de todas as forças da sociedade angolana.

O compromisso de construção de um milhão de casas, segundo o ministro de Urbanismo e Habitação, lançado há um ano, já permite fazer um balanço, assegurando que os resultados são positivos.

Sustentou que este programa tem por objectivo a criação de novos espaços urbanizados, com fins habitacionais nas reservas fundiárias

e a promoção do processo de requalificação dos assentamentos humanos que se encontram em situação de precariedade, quer no meio rural como urbano.

O acto do dia Mundial de Habitat decorreu no auditório do Instituto Superior Politécnico da cidade do Huambo, sob o lema "Planeando o nosso futuro

urbano", com abordagem de assuntos sobre o loteamento e tipologia para as reservas fundiárias, sua estratégia e o controlo da expansão urbana.

6.13 Habitações condignas e ensino

Jornal de Angola 7 De Outubro de 2009

O anúncio do ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, de que até 20 12 mais de seis milhões de angolanos vão poder viver em condições de habitabilidade dignas, constitui uma boa notícia para os cidadãos que aguardam por melhor qualidade de vida.

Disse o Ministro José Ferreira que Angola é um país com altos níveis de precariedade nos assentamentos humanos com, problemas de acesso aos serviços de base e às infra-estruturas sociais.

Os problemas habitacionais há muito estão identificados, tendo o governo concebido vários planos urbanísticos destinados a alterar, para melhor, as condições de vida de cada angolano, no que respeita a habitação condigna.

O Governo quer, segundo aquele membro do Executivo, permitir a elevação dos Índices de acesso das populações à água potável, aos serviços de saúde, ao saneamento básico e a outras infra-estruturas, de modo a melhorar as condições de habitabilidade, com base em critérios definidos pelas Nações Unidas.

O ministro do Urbanismo e Habitação resumiu, em poucas palavras o objectivo do programa habitacional do Governo para dar às populações condições condignas de habitabilidade.

"Vamos, gradualmente, transformar as ocupações informais que hoje povoam as periferias das cidades, chamadas musseques, e prover as novas áreas de conforto necessário, para que se transformem em pedaços de cidade com alma, onde o ambiente contribua para o incremento da qualidade de vida", disse José Ferreira, que discursava na cerimónia de encerramento das actividades alusivas ao Dia Mundial do Habitat que se assinalou segunda-feira última.

O Dia Mundial do Habitat foi aproveitado pelo ministro José Ferreira para reiterar o compromisso do Governo de construção de um milhão de casas, no quadro de um programa que visa a criação de novos espaços com fins habitacionais e a promoção do processo de requalificação dos assentamentos humanos que se encontram em situação de precariedade, no meio rural e urbano.

Trata-se de uma empreitada que o Governo quer levar a bom porto na perspectiva de resolver o problema de angolanos. Acredita-se que daqui a algum tempo teremos bairros ordenados com infra-estruturas básicas em ambiente sadio e tenham os ser viver dignamente.

Há uma grande confiança em que os resultados do Governo, ao nível da construção de habitações vão ser positivos tal é o empenho das autoridades na sua execução.

As autoridades ao que tudo indica pretendem mudar substancialmente a actual situação de precariedade dos assentamentos humanos, tendo aprovado avultados investimentos cujos os efeitos já têm sido visíveis.

Embora sejam muitas as frentes nestas árduas batalhas da reconstrução nacional, o Governo está decidido a concretizar o que tem programado nos diferentes domínios da vida nacional designadamente ao nível da educação, ensino, saúde e habitação.

Constitui também um factor animador o desejo do Governo de pretender concretizar programas em curso no domínio da educação, desde o ensino geral ao ensino Superior.

Ao nível da educação, o Primeiro Ministro Paulo Kassoma, recordou segunda-feira última, em Luanda, Uma Orientação do presidente da república, José Eduardo dos Santos, em Relação ao ensino superior segundo a qual é preciso dotar o país de universidades e mais instituições de ensino superior de elevada qualidade, nos domínios da formação da investigação científica e da adequação dos projectos às necessidades e as perspectivas de desenvolvimento nacional.

A construção de habitações para milhões de Angolanos e a criação para o ensino de qualidade no país constituem duas vertentes importantes no processo de reconstrução nacional, que esta erguer as bases que nos vão assegurar a construção de uma sociedade desenvolvida.

6.14 Instituições aderem ao seguro habitacional na província do Bié

Jornal de Angola 9 de Outubro de 2009

Setenta e sete solicitações de seguros multi-risco habitacional foram feitas por instituições privadas à Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA), informou o director provincial do Bié da empresa pública de seguros, Emanuel da Costa.

Emanuel da Costa prestou a informação quando

efectuava o balanço das actividades desenvolvidas pela empresa a nível provincial, tendo considerado "satisfatória" a actividade realizada.

Acrescentou que a empresa tem à disposição vários tipos de seguros, como o contra incêndio, habitacional, construção civil, automóvel, acidentes pessoais, de saúde, entre outros.

Segundo o director provincial, a empresa de seguros no Bié registou, até à presente data, trinta e oito seguros automóveis, seis seguros de vida, seis de saúde e um de acidente de trabalho.

Quanto ao seguro contra incêndio, aquele responsável acrescentou que a empresa tem registado oito seguros, sendo quatro na modalidade física e quatro na jurídica.

Na sua manifestação, Emanuel Costa lamentou ainda o facto de haver pouca adesão por parte de algumas instituições e da população.

Relevou que existem contactos mantidos com instituições governamentais, a fim de se criarem incentivos que visam a ligação de seguros nos vários estratos sociais da província. O director provincial reconheceu também que na maioria dos casos as pessoas não têm conhecimento dos benefícios dos seguros, daí que é urgente a organização de palestras no sentido de passar a informação e tomar efectivo o seguro no seio da população.

O director da ENSA no Bié também falou do programa de expansão de redes a nível dos municípios, por forma a levar a informação sobre a importância e vantagens dos seguros. Acrescentou que a empresa tem um projecto, onde se inclui a Direcção Provincial dos Transportes, no sentido de persuadir os gestores de empresas de transportes públicos a assegurarem os meios.

6.15 Vivendas de alto padrão em Talatona

Semanário Angolense 10 De Outubro de 2009

A zona de Talatona, distinta do resto de Luanda pela qualidade de alguns empreendimentos, entre os quais se incluem residências, escritórios, hotéis, assim como espaço para entretenimento e lazer, vai ganhar proximamente mais um condomínio.

Trata-se do empreendimento Dalm Residencial, constituído por 40 residenciais de alto padrão, com preços que rondam os 2 milhões de dólares. O projecto é liderado por Generoso de Almeida, antigo deputado e ex-governador do Banco Nacional de Angola. O prazo

de construção é de 24 meses.

O projecto foi lançado quarta-feira. Segundo se soube no local trata-se de uma iniciativa inteiramente familiar. As obras estão a cargo da Edifer, uma construtora ligada ao grupo GEMA, cujo presidente, José Leitão da Costa, se fez presente.

De resto, não faltaram notáveis ao evento. Mas no que todos repararam foi na longa e descontraída cavaqueira em que José Leitão se entreteve com António Van-Dúnem, «Toninho», do que se conclui que o mal estar que existia entre ambos já lá vai.

6.16 Débil conservação degrada edifícios em Luanda

Jornal de Angola 12 de Outubro de 2009

Maria do Carmo nasceu, cresceu e vive num edifício de dez andares na Avenida dos Combatentes, no município do Sambizanga. Lembra, com saudade, o tempo em que o edifício tinha serviço de limpeza, controlo de um porteiro, respeitava-se o bem comum e havia solidariedade entre vizinhos. Hoje, mais do que lamentar os focos de lixo e água pútrida em redor do prédio, Maria do Carmo queixa-se da falta de comunicação entre moradores, o que, refere, dificulta a mudança de atitudes.

"Antigamente havia união para resolver os problemas do prédio, hoje temos vizinhos novos e outros hábitos. Há muita gente que não se conhece e há alguma insensibilidade para mudar a imagem do local onde vivemos", disse triste.

A forma desorganizada como estão alinhados os geradores e tanques de reserva de água no terraço do prédio é, sublinha, "exemplo da anarquia reinante, que, não raras vezes, tem conduzido a conflitos entre vizinhos".

Maria do Carmo afirma ter esperança que as "autoridades competentes aprovelem legislação sobre o assunto para evitar o pior, porque a continuar assim as coisas podem dar para o torto", com "consequências imprevisíveis".

Os prédios do AC, no Uíje, e da DNIC, em Luanda, que desabaram, foram apontados com exemplos recentes do que "pode acontecer em muitos edifícios" se, com urgência, "não forem tomadas medidas preventivas".

Faz um ano em Novembro que Alfredo Pedro quase perdia a vida ao cair do segundo andar do edifício onde

morava, na rua Eugénio de Castro, na Vila Alice, em Luanda. Subia as escadas quando de repente tropeçou, embateu no corrimão exterior de protecção e caiu aparatosamente. "Tive melhor sorte do que um vizinho, que acabou por perder a vida depois de uma queda no mesmo edifício", lembrou.

"Gritei por ajuda e fui levado de emergência para o hospital. Só por um triz não morri", afirmou.

Apesar de ter deixado de viver no prédio, Alfredo Pedro está "preocupado com a segurança de todas aquelas crianças que continuam a viver lá".

"Passado este tempo todo, a fragilidade no corrimão mantém-se e o perigo continua à espreita"; alertou.

No Marçal, apesar das dificuldades económicas e sociais por que passam os moradores, ainda há espírito de solidariedade característico dos bairros suburbanos. A ajuda entre vizinhos, sempre que há um aperto, ainda impera.

Só que, inexplicavelmente, travar a propagação do lixo continua a ser uma tarefa quase impossível. O conhecido "prédio sujo" não se livra do nome. Fernando Massango, 49 anos, que mora há sete anos no 6º andar, confessou ao Jornal de Angola que ele e a família são "obrigados a conviver com todas dificuldades e riscos. "O inoperante sistema de esgotos, a sujidade excessiva nas paredes, o lixo na entrada principal e os cabos de energia expostos são os males mais visíveis", referiu.

"Temos alguns vizinhos com quem se pode contar, contribuem com o pouco que têm para melhorar as condições no prédio, mas a maioria nega-se a colaborar e, assim, não se pode fazer nada", lamentou.

Ambiente difícil

Conceição Carvalho e Armanda Pinto vivem no chamado prédio Cuca, no Kinaxixi, de 14 andares e sem elevadores. A primeira, há 11 anos, a outra, desde 1990. Qualquer delas sofre com os graves problemas que existem no prédio e cada uma, à sua maneira, procura dar o melhor para tornar o lugar minimamente habitável.

"Graças a Deus tenho moto-bomba e um reservatório de água que me facilita a vida. O pior acontece quando avaria", esclarece Conceição.

Conceição Carvalho dá-se por satisfeita por viver no penúltimo andar, o que faz dela uma inquilina à parte daquele que é o mais incómodo dos constrangimentos,

a infiltração de água.

Com Armanda Pinto, que mora no primeiro andar, a história é outra. Para seu desconforto, a infiltração de água não lhe é estranha. Além disso, o apartamento é vítima da descarga de dejectos vindos dos apartamentos de cima. Para agravar a situação, tem as janelas partidas, outras não abrem e as paredes apresentam algumas fissuras.

"A minha casa era boa e agora a situação é tão insuportável que, por vezes, sou forçada a permanecer fora dela devido ao mau cheiro. Vivo um autêntico inferno", desabafou.

Protecção do bem comum

O bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), António Gameiro, disse, recentemente, ao Jornal de Angola que "é degradante o estado de conservação da maior parte dos edifícios de habitação de Luanda".

António Gameiro alertou para o "débil funcionamento do sistema de esgotos, a sobrecarga do peso para a qual foram concebidos" e o que, considerou "patologias arquitectónicas" visíveis em alguns prédios.

"Quando um edifício começa a apresentar fissuras, deslizamentos, humidade acentuada, manchas, significa que está a apresentar sintomas de doença", afirmou.

O bastonário da OAA sublinhou que se um "edifício apresenta fissuras, a experiência aconselha a que se verifique se foram ou não provocadas por deslocação da estrutura que o suporta".

"Por exemplo, se concebermos um edifício com cinco andares e aumentarmos mais um, significa que estamos a colocar excesso de peso para o qual a estrutura foi concebida", reforçou", exemplificou.

O bastonário reprova, naturalmente, as alterações feitas em muitos edifícios, que lhes descaracterizaram a estrutura inicial, como construções nos terraços e nos espaços livres e a ocupação de varandas com tanques de água e geradores.

"Nesta altura, se tivéssemos de passar um certificado de habitabilidade aos edifícios de Luanda, provavelmente muitos não obteriam esse documento, porque não apresentam condições para o efeito", opinou.

António Gameiro disse que "é necessário uma intervenção de fundo em função de cada realidade, ou seja a tomada de medidas no sentido de melhorar o s

prédios, do ponto de vista urbano, de arquitectura e de sustentabilidade”, declarou, frisando:

“Mas na situação actual torna-se difícil aplicar as medidas que se impõem, tendo em conta a carência habitacional no país”.

“Aconselha a uma maior atitude cívica por parte dos cidadãos, consubstanciado na protecção do bem comum, com contribuições que ajudariam a melhorar a convivência e habitabilidade”, disse.

Tarefa conjunta

O desafio de mudar a imagem degradante que a maior parte dos edifícios apresentam deve partir das administrações municipais, da família, escola e da comunidade, que em conjunto são chamadas a desempenhar um papel preponderante.

A opinião é da socióloga Kezita Michingi, para quem a partir do ensino primário se devia incutir nos alunos aspectos normativos de convivência em comunidade, para que se consiga uma imagem saudável dos edifícios, bairros municipais, e cidades onde moram.

"É necessário organizar campanhas de limpeza, de sensibilização e de incentivo aos moradores e a própria comunicação social, através de acções dirigidas, pode também jogar um papel importante", concluiu.

Além do período conturbado que se seguiu à independência do país, a 11 de Novembro de 1975, Kezita Michingi explica também que o acentuado estado de degradação dos edifícios pode ser de carácter sócio-cultural, uma vez que determinadas pessoas que habitam nessas estruturas vieram à capital do país nas condições que se conhecem em consequência da guerra.

Entre vários aspectos apontados, incluiu o desconhecimento e desinteresse das pessoas em conhecer as regras do condomínio. A socióloga entende, por isso, que este factor acaba por ter repercussões negativas no seio da própria comunidade em que estão inseridas.

Outro aspecto realçado por Kezita Michingi tem a ver com o desaparecimento da figura do contínuo e do porteiro, que nos tempos da outra senhora prestavam um contributo valioso que concorria para uma imagem condigna dos edifícios.

6.17 Grupo LR na construção de casas

Jornal de Angola 14 De Outubro de 2009

O grupo LR vai participar no programa habitacional do

Governo intitulado "Meu Sonho, Minha Casa" para a construção de um milhão de casas em todo o país.

Haim Taib, sócio-responsável de todas as actividades em Angola, disse que o Grupo LR vai participar na construção de 100 mil casas nas 18 províncias. Para tal conta com o apoio da empresa ABH (Astrom Brilho no Horizonte), que actua na área da construção civil e infra-estruturas.

O sócio-responsável do Grupo em Angola disse que, neste projecto, o Governo vai investir na infra-estrutura e o Grupo LR na construção e comercialização.

"Trata-se de um projecto público-privado onde seremos responsáveis pela construção de dez por cento da meta do Governo até final de 2012", afirmou. Haim Taib disse ainda que o Grupo que dirige está a investir na construção de duas fábricas de componentes para as habitações Pré-fabricadas para o projecto "Meu Sonho, Minha Casa".

"As 100 mil casas que vamos construir serão do tipo pré-fabricado", disse. O sócio-responsável diz sentir-se orgulhoso em participar nesse projecto que vai mudar o sistema habitacional em Angola. Haim Taib garantiu que as fábricas vão gerar 20 mil empregos, directos e indirectos, para a realização do sonho de muitos angolanos.

Com a conclusão, no princípio de 2010, o projecto "Cidadela Jovens de Sucesso" vai receber, numa primeira fase, 300 jovens, para se formarem na área da agricultura.

Haim Taib disse que o Grupo LR é responsável pela criação de vários projectos em Angola. Um deles é a "Cidadela Jovens de Sucesso" que está a ser construída na província do Bengo e que tem como objectivo retirar jovens das ruas, oferecendo abrigo, educação e trabalho.

Acrescentou que, através do sistema de internato, o projecto vai transformar jovens em cidadãos e profissionais capacitados em vários sectores, principalmente na formação agrícola.

O sócio-responsável do Grupo LR em Angola precisou que, desta forma, os jovens vão trabalhar, produzir e vender os produtos agrícolas cultivados na "Cidadela".

Haim Taib declarou que o Grupo vai apoiar o Ministério da Educação na Reforma do Ensino Técnico-Profissional (RETEP), que inclui a reforma curricular, a formação de professores e o fornecimento

de equipamentos.

"Estão abrangidos neste projecto, 51 institutos médios politécnicos", explicou Haim Taib.

6.18 Lusíada propõe novos conceitos de autoconstrução dirigida

Expansão 16 de Outubro de 2009

Docentes e discentes da ULA, para além de vários interessados em matéria de arquitectura sustentável, sentaram-se à mesma mesa, na última semana, para analisarem e apresentarem projectos e metodologias de construção, urbanismo e ambiente.

O evento, que se traduziu no 4º fórum de arquitectura promovido pela Universidade Lusíada, serviu também para jovens de diferentes instituições superiores do País opinarem sobre a matéria e divulgarem temas sobre melhores modelos de construção. A contribuição da ULA, apresentado através do seu núcleo de estudos do departamento de arquitectura, sugere aos órgãos de direito, nomeadamente o Governo, algumas soluções para o desenvolvimento da aldeia rural, no que concerne ao ordenamento e habitação, excluindo o betão.

A coordenadora do curso de Arquitectura da ULA, Ângela Mingas, salientou, na ocasião, que o referido projecto foi realizado em todo o território nacional, tendo os resultados do mesmo sido já enviado ao Ministério das Obras Públicas e Urbanismo para a devida apreciação.

Tal como referido, o encontro contou também com importantes contribuições de distintos agentes sociais, entre os quais associações, estudantes e entidades singulares.

Falando em nome do projecto Lundanji, o arquitecto Maurício Gandúglia considerou o evento como uma chamada de atenção à sociedade civil para a existência de outras alternativas construtivas adaptadas ao solo, à cultura e ao estilo de vida das populações, que proporcionam o mesmo conforto que os modelos à base de betão.

O projecto Lundanji (raízes em português) é um projecto social que está a ser implementado por diferentes associações, nomeadamente o núcleo de estudos do departamento de arquitectura da ULA e o Instituto de Pesquisa e Cultura Construtiva de Materiais Locais, com sede em França.

Um dos seus principais propósitos consubstancia-se na utilização de matérias-primas locais para a autoconstrução dirigida, envolvendo toda a comunidade.

De acordo com um outro membro do Lundanji, Alexandre Douline, o referido projecto teve início em Maio último, por iniciativa do núcleo de estudos do departamento de arquitectura da ULA.

"O estudo abrangeu todo o território nacional. Partindo de dados culturais, etnolinguísticos, climáticos, foi possível identificar, no País, quatro regiões bioclimáticas onde se pode aplicar material local, específico, adaptado a cada região", explicou Alexandre Douline.

Adobes: maior conforto ambiental!

O arquitecto Maurício Gandúglia, socorrendo-se de um relatório da agência das Nações Unidas para assentamentos humanos, UN – Habitat, refere que cerca de dois biliões de pessoas (correspondente a 1/3 da população mundial) vivem em casas construídas basicamente com terra, tendo-se constatado ainda que esses assentamentos proporcionam maior conforto ambiental e que são de baixo custo.

"Quando se está a construir uma casa convencional, 60% por cento dos custos vão para o material e somente 40% para a mão-de-obra. Utilizando a técnica adequada, na construção de casas de adobe com a mesma qualidade, os custos invertem-se, além disso, o esforço e o tempo de construção é menor" esclareceu o arquitecto.

O especialista afirma que hoje, em todo o mundo, utiliza-se diversas técnicas e ferramentas para a construção de casas de barro, as quais, estão a ser aperfeiçoadas desde há milénios.

"Actualmente, adaptadas ao tipo de solo, clima e região, quer seja na América do Sul ou no Norte de África, constroem-se casas de até três andares. De resto, o País tem todo o potencial humano e material para a implementação dessas técnicas", frisou.

Por este facto, aconselhou as autoridades de direito a criar, no imediato, indústrias para o fabrico de material de construção, cimento e o sistema de acessórios adequados a esse tipo de construção.

6.19 Um milhão de casas para 6 milhões de habitantes

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Lançado há um ano, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) prevê a construção de um milhão de fogos até 2012, o que fará com que mais de seis milhões de angolanos passem a viver em condições de habitabilidade condignas, "cumprindo os critérios definidos pelas Nações Unidas", garantia dada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, durante a cerimónia de encerramento das actividades alusivas ao Dia Mundial de Habitat, que se realizou no dia 5 de Outubro.

Depois de alguns atrasos provocados por dificuldades financeiras que "já foram acauteladas", o programa vai prosseguir com normalidade. "A todos os projectos aprovados vamos fazendo o respectivo pagamento", explicou o governante ao Jornal de Angola.

Para a execução do PNUH, a Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação, entidade encarregue da sua implementação, "contará com um orçamento de 244 milhões de dólares até ao final do ano", informou ainda José Ferreira, que considera positivos os avanços verificados até ao momento, dando como exemplo o "projecto Kapari I", na localidade de Musseque Kapari na província do Bengo, município do Dande. Segundo o governante, até ao final do ano prevê-se a conclusão de setenta edifícios, com oito apartamentos cada, o que dá um total de seiscentos apartamentos, todo eles com capacidade para albergar famílias até seis pessoas.

As obras estão a decorrer a bom ritmo e ainda recentemente o bastonário da Ordem dos Engenheiros de Angola (OEA), António Gameiro afirmou à Angop que os "apartamentos e as residências são de qualidade internacional".

O projecto Kapari compreende uma superfície de 93 hectares numa área de trinta e três mil metros quadrados, onde serão construídos 250 edifícios de dois pisos e quatro mil apartamentos, uma escola e uma área administrativa. A empreitada está a ser executada pela empresa China Guangxi International Construction Engineering Company.

Para Luanda, cidade que merece uma atenção especial, visto nela residir quase um quarto da população do I país, o ministro do Urbanismo e Habitação afirmou estar prevista a construção de 300 mil lotes destinados a habitação. Certo é que nas províncias do Cunene e Namibe já foram distribuídos lotes para a auto-construção dirigida, bem como na província de Huíla, onde se prevê a construção de 135 mil fogos, entre casas de média e baixa renda. "Estamos a concluir o nosso cronograma de acções que vai definir metas a atingir no final de cada ano até 2012. Este é o pontapé

de saída, mas ao longo do processo teremos outros programas que serão executados em parceria com o sector privado", referiu José Ferreira.

EM FASE DE ARRANQUE

O Governo aprovou recentemente o contrato de empreitada celebrado entre o Instituto Nacional de Habitação e a empresa espanhola Aretch Urbanismo Sostenible para a construção de quatro mil e quatrocentas habitações sociais nas províncias de Luanda, Cunene e Zaire. Uma obra que deverá estar concluída no prazo de 24 meses e que se destina sobretudo à população sinistrada pelas cheias, aos desalojados, aos jovens e aos antigos combatentes. Do total das habitações previstas, cerca de duas mil casas do tipo T2 e T3 serão erguidas no município de Viana na província de Luanda,

Com este programa, o objectivo do Governo é reduzir o défice habitacional e oferecer melhores condições de vida às populações, uma vez que os projectos em curso devem obedecer a um plano director que engloba redes de abastecimento de água canalizada, estações de bombagem e de tratamento de água, redes de drenagem pluvial, de distribuição de energia, de iluminação pública, áreas verdes, zonas destinadas para mercados, lojas, entre outros serviços básicos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida dos angolanos. 0

6.20 Generoso de Almeida lança novo condomínio

O País 16 de Outubro de 2009

A Damwl vai pôr, em 2010, à disposição dos angolanos um condomínio com capacidade para 40 residências do tipo alto padrão, na zona do Talatona.

O sócio-gerente da empresa, Generoso de Almeida, com a mesma capacidade que o destacou como presidente do conselho de administração do BCI, quer agora deixar a sua marca no mercado imobiliário, à frente da Damwl, um grupo familiar, como faz questão de salientar.

De acordo com o ex-bancário, agora na pele de sócio-gerente da empresa Damwl, as moradias do tipo T3 e T4 vão custar entre um USD 1,5 milhões e USD 2 milhões.

"Reconheço que o preço das casas não está ao alcance de todos, face à realidade social do país, mas naquela área os terrenos também são caros. Além disso, vamos acrescentar ao projecto um produto novo, o áudio visual e música electrónica e um sistema muito avançado de vigilância permanente", justificou.

Avaliado em USD 30 milhões, o projecto resulta de um financiamento dos bancos comerciais que operam em Angola. Segundo Generoso de Almeida, não há fundos próprios, mas sim um conjunto de bancos que ao longo do projecto foram financiando o arranque e agora, nesta fase de construção, há um banco que vai financiar cerca de 35 %".

O condomínio residencial comporta ainda zonas de serviço de oferta, de lazer, desporto, espaços comunitários e uma piscina comum que servirá como elemento agregador de vivência externa das pessoas, já que "os moradores dos condomínios, em norma, não convivem juntos".

Entretanto, Generoso de Almeida salienta que os projectos imobiliários da sua família não se destinam apenas às pessoas com grande poder financeiro, ou seja aos milionários. Em Janeiro de 2010, vão lançar um segundo projecto, licenciado na zona do Benfica, para jovens recém-casados e recém empregados. "Teremos mais de 20 residências destinadas aos jovens trabalhadores e casados".

De salientar que a entrada de Generoso de Almeida no mercado imobiliário, resulta da experiência adquirida ao longo de 30 anos, enquanto gestor público, onde ganhou "fortes conhecimentos de gestão económica e gestão empresarial".

"Tenho credibilidade junto de instituições financeiras, claro que tenho de honra-los meus compromissos sempre, e estou a honrá-los. De maneira que tudo isso seja possível, desde que haja rigor, conhecimento e empenho".

Durante o lançamento do condomínio, António Van-Dúnem, ex-assessor do Presidente da República, considerou que o lançamento deste projecto, num período de crise económica, financeira e até social, pode ser entendido como um sinal da profunda confiança que os empresários nacionais têm no seu país, nas suas instituições e no futuro de Angola.

6.21 Deterioração é agastante

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

Embora haja uma série de trabalhos em prol da recuperação dos passeios na cidade de Luanda, ainda é possível constatar empresas e moradores que estão mais importados com os seus objectivos do que o bem-estar da sociedade em geral}.

E notável em quase toda a capital passeios em ruínas, bem como buracos que se tornaram em grandes armadilhas nocturnas.

Vários passeios são utilizados como local para depósito de lixo, para venda de alimentos ou electrodomésticos e parque de estacionamento de viaturas.

O Factual ouviu alguns transeuntes que se mostraram aborrecidos com a actual situação dos passeios. O jovem Feliciano Andrade falou ser complicado, pois são visíveis buracos, lixos, sucatas, geradores e outros objectos que de certa forma impedem a circulação das pessoas pelos passeios, local apropriado para pedestres.

"Quanto à deterioração, tem muito a ver com as empresas que escavam e os moradores", sustentou.

"Estas empresas e os moradores encontram os passeios em boas condições, chegam e escavam e quando terminam os trabalhos não os deixam conforme encontraram. Põem um pouco de cimento e mais nada. Com o passar do tempo o passeio deteriora-se", realçou Feliciano Andrade.

A fraca fiscalização por parte do Governo provincial em muitas obras que são levadas a cabo na via publica tem de certa forma contribuído para a situação.

De realçar ainda a existência mesmo no coração da cidade de Luanda de muitos passeios feitos à base de betão armado, o que tira a estética da urbe.

Dona Joana Machado, moradora do bairro Alvalade, afirmou que antes andar na cidade de Luanda era uma beleza, com as calçadas todas limpas e se houvesse buraco não era tanto como agora e nem um carro estacionava no passeio.

"Não sei se é por causa do grande excesso de viaturas, mas a verdade hoje é que passamos por uma avenida e nos deparamos com chão bruto e carros estacionados nos passeios, o que ofusca a imagem da cidade", desabafou dona Joana Machado.

6.22 Imoralidade faz morada

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

E visível, todos os dias, quando saímos de casa a tamanha imoralidade que acontece em Luanda, não só na periferia mas também no centro da cidade, devido à falta de banheiros públicos.

As pessoas urinam ou defecam em qualquer lugar sem pudor, cobrindo os dejectos com areia ou não.

Os poucos banheiros que existiam em Luanda desapareceram por falta de manutenção, bem como por má utilização pelas pessoas.

Durante o périplo feito pelo Pactual foi possível

constatar a ausência de banheiros, principalmente em zonas com maior fluxo de pessoas, procurando estas efectuarem as necessidades em lugares discretos, como nas traseiras dos carros estacionados, em becos e em lixeiras.

No período em que decorria a reportagem o jovem Carlos Sucumbo, que foi flagrado pelo Factual a urinar na rua, afirmou que "estava apertado e onde me encontro não tem um local apropriado e quando as pessoas pedem em alguma casa só para fazer necessidades menores somos mal compreendidos, tendo em conta como a nossa sociedade está".

Os utentes da via pública, contactados pelo Factual, propuseram às autoridades do governo provincial de Luanda que implementas sem banheiros públicos, principalmente em locais onde houvesse concentração humana.

Por sua vez, o professor de educação moral e cívica, Paulo Santos, falou que "esta situação de se fazerem necessidades em sítios impróprios não tem só a ver com a falta de banheiros públicos mas também com a falta de moralidade, como se vê alguém em hasta pública agachado para, fazer necessidades fisiológicas. E uma falta de respeito às pessoas, somos cães ou homens racionais"? indagou-se.

Mas, acrescentou o professor, é necessário que se criem banheiros públicos, visto que até no centro da cidade as pessoas se refugiam em cantos para urinar; e muitas vezes defecam no período nocturno.

Em alguns mercados de Luanda existem algumas latrinas onde são cobrados 10 kwanzas para necessidades menores e 50 Kwanzas para maiores, mas nem sempre as pessoas têm aparecido optando por fazerem as necessidades em locais impróprios, facto que pode acarretar consigo muitas doenças.

Sabe-se que a urina é um líquido composto principalmente de água (96 por cento em média), mas contém também ureia, ácido úrico e sal, o que pode manchar uma parede ou matar uma árvore.

6.23 Evacuação do prédio da lagoa no Kinaxixi

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

O edifício do Kinaxixi começou a ser construído em 1972 mas não chegou a ser concluído devido à independência de Angola, em 1975, ano em que a população ocupou o prédio quando tinha apenas a sua parte estrutural concluída.

Segundo o administrador Eliseu Laurindo, o edifício

serviu também de refúgio durante o período hostil que o país viveu na altura.

Com a estabilidade que o país já assiste, o administrador diz que os moradores não escondem a vontade de serem desalojados, visto que habitam em condições indignas.

"Depois da retirada da antiga grua que ameaçava a segurança dos moradores do prédio da lagoa do Kinaxixi e dos edifícios adjacentes no passado mês de Maio, pensou-se que a evacuação dos moradores para as áreas com melhores condições habitacionais fosse a seguir, como prometeu o vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soito", fez saber a fonte.

O Factual tentou contactar o vice-governador para saber como estava a situação de evacuação mas sem êxito, pois foi exigida uma carta mesmo sabendo que já há muitos meses o semanário fez um pedido para uma entrevista com a governadora provincial, Francisca do Espírito Santo, sem que tivesse até hoje resposta.

Alguns moradores mostram-se já agastados com o tempo, visto que o prédio, cada dia que passa, esta a degradar-se.

Na visita efectuada pelo Factual ao edifício, foi possível constatar a situação lastimável que se vive.

O amontoado de lixo é visível nos arredores do prédio, o que provoca um cheiro nauseabundo com o acumular de água parada derivada do lençol freático, bem como de alguns tanques de água dos moradores do imóvel circunvizinho que vertem o líquido em abundância.

No interior do prédio foi apurado que, por falta de casas de banho em alguns andares, as necessidades fisiológicas são feitas em qualquer canto.

Durante a estadia do Factual foi possível ver um menino a defecar num balde e depois atirar os dejectos para baixo pelo lado de traz do edifício.

José Freitas, morador do prédio falou ao Factual que a situação esta preocupante em todos os sentidos, dado que este não é um prédio acabado, pois se fosse acho que muitos moradores deviam respeitá-lo. Muitos jovens urinam mesmo nas escadas, o que provoca um cheiro péssimo", acrescentou.

Alguns moradores, dada à falta de casas de banho, procuraram adaptar tubos que vão dar directamente para a lagoa, pois a canalização antiga encontra-se obstruída face a algumas infiltrações do edifício vizinho.

Quanto ao abastecimento de água, Eliseu Laurindo, administrador do prédio da lagoa, indicou que o prédio não tem problema, pois os moradores têm como fonte a circunvizinhança.

"No que toca à energia eléctrica, a comissão dos moradores reuniu e chegámos até à Edel no sentido de solucionar este problema, mas, devido ao mau estado do edifício, foi-nos negada a electricidade, pois o prédio não oferece condições na sua estrutura para a instalação de energia", justificou.

No período nocturno o edifício fica totalmente às escuras, o que torna muito perigoso entrar e sair, tendo em conta que as escadas não têm corrimão do primeiro ao último andar, o 12º, o que põe em risco vidas humanas, principalmente de crianças.

Mas Eliseu Laurindo referiu que incidente desta natureza nunca aconteceu, informando que "existem alguns marginais que recorrem ao prédio no sentido de se refugiarem quando estão a ser perseguidos pela polícia ou quando cometem algum assalto, mas nós os moradores colaboramos sempre com a polícia e denunciámos".

O administrador falou ainda que no penado de Abril de 2006 foi feito o registo dos moradores pelo MINARS e o Governo Provincial e até ao momento aguardam por uma solução.

Os moradores do prédio da lagoa do Kinaxixi não escondem o interesse em abandonar o edifício caso o Governo provincial criasse condições necessárias no local onde seriam enviados.

6.24 Luanda é uma cidade cara

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Em Luanda o valor unitário do m¹ ronda os 4.150 USO, podendo chegar aos 5.176 USO/ m¹ na zona das Ingombotas. A zona da Camama é a mais barata da cidade, onde o preço do m¹ ronda os 3.050 USO, ainda assim um n, com uma área média de 120 m¹ poderá custar 365 mil USO. Um apartamento semelhante nas Ingombotas não ficará por menos de 1 200 mil USO. Preço que tendem a resistir à crise financeira e económica mundial, ao abrandamento da economia angolana e às pressões sociais.

Os números constam na segunda edição do Estudo de Mercado Imobiliário elaborado pela consultora ProPrime, uma empresa de direito angolano participada pela angolana Progest e pela portuguesa PrimeYield. Comparando os números apresentados em 2008 constatamos que se não há uma tendência de quebra de

preço, também não se verificam aumentos no valor do m¹. Contudo, é preciso ter em conta que esta análise foi apresentada no início do segundo trimestre de 2009, período a partir do qual os efeitos da crise mundial foram mais sentidos em Angola, com consequências directas na diminuição do crédito à economia e na confiança dos investidores. Uma nova conjuntura que provocou uma diminuição da procura de habitação de luxo, praticamente o único segmento disponível na cidade de Luanda.

Mas, já nos primeiros meses do ano se começou a constatar "um redireccionar, por parte dos promotores imobiliários, da oferta para produtos imobiliários habitacionais para os segmentos de mercado mais baixos, a par de ser uma necessidade social esta tornou-se uma oportunidade de negócio") refere o documento. "Ao passo que no mercado imobiliário prime se verifica uma maior estabilidade dos preços praticados e um maior tempo de exposição dos produtos no mercado - quando há sensivelmente um ano as habitações eram todas comercializadas ainda em fase de projecto -, no segmento médio/médio baixo verifica-se um grande desenvolvimento no número de projectos em execução, os quais são promovidos tanto pelas entidades públicas como por interesses privados, o que reflecte a existência de novas oportunidades de negócio", reforça Nelson Rêgo, director geral da ProPrime e o coordenador do estudo.

Outra das tendências verificadas é que "os valores unitários, em termos gerais, descem proporcionalmente em função do aumento das áreas de construção. Existem algumas excepções, sendo a mais explícita a que se verifica em Luanda Sul, onde um apartamento T4 pode atingir um valor médio de cerca de 4.200 USD m², em detrimento de um de tipologia T3, que pode situar-se num patamar de 3.900 USD/m²", refere o documento.

FALTA UM MILHÃO DE W DE ESCRITÓRIOS

Se as fortes assimetrias entre a oferta e a procura influenciam o preço das habitações, o mesmo acontece no segmento de escritórios. Atraídos pelo crescimento económico de Angola, pelas oportunidades de negócio existentes e pelas perspectivas de retorno do investimento, são muitas as empresas estrangeiras que procuram fixar-se na capital. Face à imensa procura e à escassa oferta existente rapidamente os preços foram inflacionados. Segundo o estudo feito pela ProPrime, não existe taxa de desocupação, ou seja todo o espaço disponível para este segmento foi já absorvido. As estimativas apontam mesmo para a necessidade de áreas para escritórios de cerca de 1.000.000 m² Assim, não é de estranhar que o valor unitário médio, por m²,

chegue aos 11.647 USD na zona da Baixa de Luanda, o Central Business District, por excelência de Luanda, "com uma yield de 17% e uma renda média por m2 de ABL de 165 USO". Ainda de acordo com a análise na zona de Luanda Sul, uma nova área nobre da cidade, registou-se uma yield de 18%; com uma renda por m1 de ABL de 125 USO, resultando num valor unitário médio por m1 de 8.333 USO. Mais "modesto" é o preço de um escritório novo nas zonas periféricas da Baixa, onde o m1 não ultrapassa os 7.000 USO. Os valores descem consideravelmente quando observamos a aquisição de espaços usados. Neste segmento, Luanda Sul regista os valores mais elevados, com o m1 a rondar os 6.60 USO, ao passo que na Baixa de Luanda o m1 é 300 USO mais barato.

6.25 Luanda a alta velocidade "Repensar o futuro de forma controlada"

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Luanda está a sofrer uma redefinição do seu espaço e tempo. Por todo o lado se elevam edifícios, constroem-se viadutos, requalificam-se espaços, viabilizam-se acessos e reorganizam-se sistemas. Estes sinais óbvios de desenvolvimento convivem lado a lado com uma maior exposição das feridas da cidade, resultantes de um conjunto de fenómenos que envolveram a história recente do país e que hoje mais do que ontem se fazem sentir dentro da própria capital.

Antes de mais, Luanda tem todos os problemas relacionados com a sobre população que urge resolver. Inicialmente construída para albergar 700 mil pessoas, acolhe hoje cerca de 6 milhões de habitantes. Este excesso populacional ligado ao crescimento acelerado que se tem verificado nos últimos tempos e ao facto de não haver qualquer plano de desenvolvimento urbano, tem contribuído para agudizar os problemas da população, sendo urgente e necessário reflectir profundamente sobre as acções e as reformas a adoptar para que a cidade seja no futuro uma megapólis agradável, onde se viva e não apenas se sobreviva. Esta ideia há muito debatida em Angola teve recentemente eco em Portugal durante a 4ª edição da Experimenta Design, onde o sociólogo José Octávio Van-Dúnem defendeu uma maior intervenção da sociedade civil no futuro de Luanda, sob pena de o Estado, sozinho, não conseguir solucionar os problemas derivados da sobrelotação da capital angolana.

"O Estado tem uma tarefa longa e árdua, pois é muito difícil criar um plano de director que resolva todos estes problemas. Não há estrutura de governo que consiga definir políticas públicas eficientes para dar

resposta a um crescimento como o que se verificou em Luanda. Daí ser necessário abrir a discussão e o debate do futuro da cidade à própria sociedade civil", referiu José Octávio Van-Dúnem que acredita que Luanda vai encontrar o seu caminho a partir do momento em que tiver consciência de que os problemas só se resolvem com a participação de todos. "Luanda é uma cidade a ser feita a várias mãos, a vários olhos", afirmou.

A capital angolana precisa urgentemente de uma estratégia que lhe permita viajar até ao futuro sem percalços. "Temos todos os problemas que advêm de uma cidade superlotada, que sofreu directamente com os fluxos migratórios de uma guerra. Temos um sistema de transportes completamente caótico. No entanto, temos de ter a responsabilidade de criar um caminho que permita às futuras gerações viverem de uma forma mais harmoniosa nesta cidade", explicou o sociólogo, para quem estas alterações conjunturais geraram mudanças culturais dentro da própria cidade, não fazendo sentido neste momento olhar para Luanda de forma isolada, mas sim como um conjunto de pequenas cidades em constante metamorfose. "Hoje temos uma Luanda dividida culturalmente, devida aos pequenos grupos que se formaram na cidade, que apesar de conviverem com um denominador comum, têm formas de actuar diferentes, até do ponto de vista relacional", explica o sociólogo. Este cenário vem dificultar o entendimento e o próprio ordenamento do território. Por isso, "é urgente a criação de um plano director de desenvolvimento urbano que responda a estes desafios, melhorando e preservando as infra-estruturas existentes em Luanda e criando outras, de forma a evitar conflitos que já tiveram lugar noutras cidades do mundo".

Na perspectiva de Octávio Van-Dúnem, o que se passa neste momento é que a cidade cresce a um ritmo alucinante sem qualquer controlo, porque "nós somos ansiosos por natureza e essa ansiedade por vezes mata a criatividade", prejudicando a própria beleza da cidade e colocando em causa muitas vezes a preservação do centro histórico de Luanda. O sociólogo deu o exemplo do mercado de Kinaxixe. "Há soluções que são tomadas, que têm efeitos fortíssimos na vida do colectivo e que, consequentemente, deviam ser amplamente discutidas, deviam poder contar com a colaboração e o apoio de todos os interessados. Acho que o Kinaxixe vai ser um marco na nossa história para que outros Kinaxixe não venham abaixo" conclui. Por todas estas vicissitudes Luanda pode ser considerada o case study perfeito do século XXI, no domínio do desenvolvimento urbano.

6.26 Imobiliário sob pressão

O trânsito, as ruas cortadas, a azáfama de máquinas, os taipais de construção e o pó marcam o dia a dia da cidade de Luanda. Ao longo dos últimos quatro anos a cidade tem vindo a mudar. Sob o ritmo intenso das novas construções uma nova cidade está a nascer. De acordo com as estimativas do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda será construída, até 2012, uma área equivalente a 500 mil m² na vertente residencial na cidade de Luanda, à qual acresce mais um milhão de m² de construção nas áreas limítrofes da capital. Mas para atender às necessidades da capital seria necessário construir, pelo menos, 65 mil novos fogos por ano até 2016.

Na realidade, existe ainda um forte desequilíbrio entre o lado da oferta e o lado da procura que o 'boom' que o sector registou nos últimos quatro anos não foi ainda capaz de resolver. Estima-se que dos oito milhões de almas que vivem na capital, 70% habite em bairros degradados e em habitações precárias. Grande parte do investimento directo estrangeiro canalizado para o sector imobiliário foi absorvida por projectos destinados aos segmentos alto e médio alto, os que têm poder de compra para pagar cerca de meio milhão de dólares por um apartamento em qualquer zona nobre da cidade. As boas perspectivas de crescimento económico do país, que deverá voltar a crescer a dois dígitos a partir de 2010, associadas às potencialidades de atracção do investimento privado e à melhoria do nível de rendimento da população, continuarão a justificar um forte investimento privado estrangeiro no sector imobiliário.

De acordo com projecções do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, o IDE canalizado para este sector cresceu 20% em 2007 e 18% em 2008, prevendo-se um crescimento de 10% ao ano, até 2011. Mas o novo contexto marcado pela crise financeira e económica mundial e pelo abrandamento do crescimento económico nacional veio acelerar a necessidade de canalizar parte destes investimentos para outros segmentos de mercado.

"O mercado imobiliário em Luanda não irá registar uma diminuição da procura nos próximos dez anos, mas começa a haver uma pressão muito grande para a redução dos preços das habitações. Uma pressão imposta, por um lado, pelo próprio sector, que já começou a sentir os efeitos da crise financeira e económica global, sobretudo ao nível de uma maior cautela por parte dos investidores e por uma maior dificuldade de acesso ao crédito bancário. Mas também uma pressão social porque é preciso responder às fortes necessidades do segmento de média e baixa renda, para

os quais não existe ainda uma oferta", sublinhou Hélder da Conceição José, director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

O EXEMPLO PÚBLICO

Nesta matéria é o próprio Governo a dar o exemplo. Não obstante, o contexto de contenção orçamental e diminuição do investimento público, as autoridades elegeram como prioritário a execução do Programa Nacional de Habitação, que contempla a construção de cerca de um milhão de novas habitações em Angola, até 2012. "Para acudir às necessidades imediatas da capital está prevista a construção de 300 mil unidades, às quais se vão acrescentar aquelas que serão construídas através do programa de auto-construção dirigido, para o qual o Governo já disponibilizou dez reservas fundiárias. É um enorme desafio", afirmou Hélder José. Através deste programa vão nascer novos pólos urbanos em Luanda, como a zona de Kilamba Kiaxi, de Viana ou do Cacuaco. "Ao longo dos novos eixos rodoviários estão a nascer vários projectos imobiliários dirigidos às classes de média renda. No distrito de Kilamba Kiaxi vão surgir 160 mil fogos, outros 20 mil estão a ser construídos em Viana e cerca de 40 mil estão a ser edificados no Cacuaco.

Para além das infra-estruturas rodoviárias estão a ser construídas as redes de saneamento, energia, água e telecomunicações, imprescindíveis para a qualidade de vida das populações", explicou o director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda. De acordo com o mesmo responsável, o Governo já seleccionou as zonas destinadas a reservas fundiárias para fins habitacionais Cacuaco, Bitá, Sapú, Sapú I, Luanda Norte, Cazenga Antenas, Sambizanga Antenas, Sambizanga Bairro Operário, lango e Kikuxi, Sapú e Benfica onde serão erguidos alguns milhares de novas habitações. Como o próprio nome indica, a responsabilidade pela construção da habitação recai sobre o proprietário. As autoridades comprometem-se a delimitar as áreas, a elaborar os planos de pormenor para a construção de infra-estruturas básicas e a disponibilizar os kits de material de construção. Os preços destas habitações não deverão ir além dos IDO mil USD.

Para além de solucionar uma parte dos graves problemas sociais de Luanda, Hélder da Conceição José defende que a aposta em produtos dirigidos ao segmento de média renda irá impulsionar o crescimento e o dinamismo do sector imobiliário a médio e longo prazos. Mas parte do sucesso deste programa, como reconhece o responsável, depende dos bancos comerciais, a quem é exigida a criação de novos produtos bancários de médio e longo prazos. 0

6.27 “Em Luanda não diminuirá a procura nos próximos dez anos

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Quando é que Luanda terá um Plano Director Geral Metropolitano? Em meados do passado mês de Agosto, o Conselho de Ministros autorizou o lançamento de um concurso público internacional para a escolha da empresa que irá elaborar o Plano Director Geral Metropolitano. Estamos, neste momento, a trabalhar nos termos de referência e nos cadernos de encargos. Contamos ter tudo pronto para lançar o concurso dentro de, sensivelmente, dois meses.

À falta de um plano geral estamos a trabalhar com a ajuda de outros instrumentos. A nossa perspectiva é de que o novo instrumento "mãe" consiga traduzir a realidade do desenvolvimento actual e defina aquilo que serão os traços e as tendências de crescimento futuro da cidade.

O ano de 2009 ficou marcado pela crise financeira internacional e pelo abrandamento económico. Como é que o sector imobiliário se comportou nestes últimos dez a doze meses?

Não se pode falar em diminuição da procura porque o défice de habitação é muito grande. Luanda não terá uma diminuição da procura nos próximos dez anos. Contudo, começa a haver uma pressão muito grande para a redução dos preços praticados. Essa pressão começa a ser importada também pelo próprio sector, onde se começa a sentir algum desconforto. Por isso, para nós, a redução dos preços que já se começou a verificar é um bom indicador.

Mas o actual contexto é reflexo também de uma maior análise dos projectos que nos chegam. No Instituto temos trabalhado no sentido de desincentivar certos negócios, como por exemplo aqueles em que os investidores adquiriam uma pequena habitação e logo depois apresentavam um projecto de construção de uma torre para escritórios. Hoje, esses negócios são desencorajados. É preciso fazer respeitar a linguagem estrutural da de planeamento que já existe, sobretudo na zona antiga de Luanda, e que importa preservar.

O Instituto que dirige tem poderes para impedir a construção ou impor alterações nos projectos imobiliários que não respeitem esse traçado? Sim, tem poderes para isso e tem-nos exercido. Não tem sido fácil. Somos uma equipa jovem e dinâmica e imbuída de espírito de mudança. Queremos transmitir uma mensagem de cidadania. Dizer às pessoas que é preciso modernizar sim, mas sem custos para as gerações futuras. É preciso pensar como será a gestão desta

cidade no futuro, sob pena de se estar a construir uma cidade que será ingovernável.

Quais são as maiores dificuldades que Luanda enfrenta? São todas. O trânsito, o estacionamento, a libertação de espaço para circuitos pedonais, etc. Os investimentos que já se fizeram e que se estão a fazer são um indicador de que o futuro pode ser melhor do que o presente. Estou certo disso. Estamos a viver uma época de grandes mudanças, ainda que por vezes não nos consigamos aperceber da importância deste momento.

6.28 Projectos habitacionais do tipo "Chave na mão"

Jornal de Angola 16 De Outubro de 2009

Grande parte das cerca de 300 empresas, que expõem na sétima edição da Constrói Angola, apresentam como soluções habitacionais as casas pré-fabricadas no sistema "chave na mão".

Num cenário que serve também para dar largas à imaginação, a Markado, empresa portuguesa há 10 anos no mercado, apresenta uma solução rápida, inovadora e de curta duração. Trata-se da chamada "Casa Diff", um modelo standard de construção feita em madeira de pinho nórdico. Básica e elegante, pelo menos a casa modelo, custa 45 mil dólares.

Segundo o proprietário da empresa, Daniel Lopes, elas podem ser também construídas mediante as exigências e os gostos do cliente, desde que antecipem a entrega do projecto e os respectivos pormenores. As casas vêm em kits da fábrica em Portugal e a montagem das mesmas é feita em oito ou dez dias. Com parede dupla, isolamento térmico, telha metálica térmica e recheio completo, "podem constituir solução para quem queira uma casa rápida, barata e a seu gosto", avançou.

A Markados dispõe de casas do tipo T1, T2 e T3, modelos standards, com um tempo de vida útil de 30 anos.

Num pequeno "mundo" de materiais de construção e de acabamento, o recinto deixa atónito quem por lá passe, principalmente quem tenha obras por terminar. As soluções à vista mas o preço nem sempre ao nível da algebeira.

De soluções habitacionais não é tudo. A Metalomecânica Soares Rodrigues e Irmãos, não fica de fora neste segmento. Com um tipo de construção baseado na vertente clima e terreno, a empresa monta casas que vão das T1 às T4+ 1. Duas casas-modelo estão expostas do lado de fora dos pavilhões e a sua

imponência é evidente.

Uma T2 de 60 metros quadrados com todo equipamento custa 150 mil dólares, ao passo que a T2 de 30 metros quadrados e também completamente mobilada tem o preço de 86 mil dólares.

Construídas com madeira prensada e revestimento interior de papel, podem ser montadas em apenas três horas e também ao gosto do cliente.

Sobre projectos habitacionais, destaque também para a empresa H4U, que trouxe à feira um conceito de modularidade inovador, consubstanciado numa construção rápida, versátil e robusta.

Com 56 metros quadrados, a casa modelo que a H4U exhibe custa 105 mil dólares. Com pré instalação da abertura para os aparelhos de ar condicionado e outras facilidades, é constituída de painel de pladur e no exterior por massa e pintura.

O projecto "House For You" (H4U), que significa em português "casa para si", resulta de estudos, técnicas, experiência e planificação. As vantagens do sistema vão desde o curto tempo de montagem que é de 20 dias para uma dimensão de 100 metros quadrados. Uma casa T3 económica custa 30 mil dólares ao passo que uma T4 de luxo ronda os 150 mil dólares.

Instalação em Angola

O administrador da Metalomecânica Soares Rodrigues e Irmãos Lda, Victor Rodrigues, diz que pretende instalar-se o mais breve possível em Angola para abrir uma linha de produção de pré-fabricados.

A casa dos sonhos, que também se exhibe na sétima edição da feira é na verdade digna deste nome. Uma perfeita combinação de madeira e vidro, deixa-a mais harmónica, como que uma peça de arte genuína.

6.29 O problema da habitação

Expansão 16 de Outubro de 2009

Como dizem os ingleses, "a casa dum família é o seu castelo". O vocábulo "casamento", da língua portuguesa, transmite uma ideia semelhante, indicando como a "casa própria" é a base material indispensável para a formação dum família. Não basta porém ter casa, pois é essencial que a casa seja moderna, acontecendo isso quando a casa está ligada a redes de infra-estrutura de saneamento, água potável, electricidade, viárias e (por que não?) à Internet.

Desafios actuais

A maior parte da sociedade angolana sobrevive atafalhada em casas desprovidas de comodidades modernas, quase sempre dispostas em bairros insalubres, onde os valores muito importantes da privacidade e da segurança ficam muito mitigados. Esses bairros constituem um problema sobretudo para as pessoas desafortunadas que lá vivem. Mas seria errado julgarmos que o resto da sociedade não estaria afectado por esse problema. A insalubridade dos "bairros da lata" favorece o aparecimento de epidemias contagiosas, cuja propagação coloca um problema de saúde nacional, ao qual nem os mais afortunados que vivem em bairros luxuosos estão livres de escapar. A dificuldade em estender serviços de policiamento e segurança a esses bairros cria o vazio de autoridade cujo preenchimento por gangs é a rampa de partida para raids nos bairros onde está concentrada a riqueza familiar.

Não é portanto somente motivados por sentimentos de compaixão que nos temos de preocupar com a falta de dignidade na maneira como vive grande parte de nossa sociedade. A resolução desse problema é imperativa porque à falta disso o bem-estar de todos ficará comprometido.

A habitação precária no campo não coloca tantos problemas imediatos de insegurança. Mas o desiderato da modernização das condições de alojamento não pode deixar de abarcar, com acuidade semelhante, as zonas tanto urbanas como rurais. O desconforto nas zonas rurais leva ao êxodo de camponeses em direcção às cidades, o que, nas condições actuais só intensifica os problemas dos bairros urbanos pobres.

No longo prazo, a marginalidade das populações pobres do campo é o cadinho de revoltas que se podem tornar violentas.

A consciência da gravidade do problema que a precariedade habitacional coloca contra a segurança nacional levou o Presidente da República de Angola a designar a necessidade da elevação do ritmo de construção de bairros modernos para a velocidade cruzeiro mínima de 250 mil casas por ano. Para dar satisfação àquela instrução presidencial tão visionária tiveram lugar iniciativas importantes, designadamente o estabelecimento de vários programas de construção e a constituição dum Fundo de Habitação.

O que falta fazer

Nós estamos contudo persuadidos que estas iniciativas, apesar de importantes, ainda são bastante insuficientes. A aceleração da construção de casas para o ritmo de 250 mil casas por ano é um objectivo tão ambicioso que sua realização implica a reunião de outras

condições.

Nós achamos que o novel Fundo de Habitação deverá ficar circunscrito ao financiamento de infraestruturas de urbanização, em cima das quais se construirão as casas. Se o custo das infraestruturas estiver incluído no preço das casas, como acontece quiçá actualmente, então só os ricos e os abastados conseguirão comprar casas modernas.

As infraestruturas deverão ser financiadas a fundo perdido, de tal maneira que a recuperação desses investimentos ocorra, no longo prazo, com os acréscimos de receitas fiscais naturalmente surgidas graças ao crescimento económico resultante da modernização habitacional. No quadro da solidariedade nacional, o Fundo de Habitação também poderá subvencionar parcial, mas gratuitamente, a aquisição de casas pelas classes economicamente pobres.

O financiamento de infraestruturas com fundos públicos é a condição necessária para que o custo das casas se torne acessíveis à classe trabalhadora, mas essa condição não é suficiente. É preciso, além disso, criar mecanismos financeiros para que as famílias angolanas possam escalonar no longo prazo o pagamento de suas casas. O custo de uma casa só poderá ser comportável para o nível actual de rendimentos familiares se forem criados mecanismos que possibilitem escalonar, a taxas de juro fixas, durante, digamos, 30 anos, as prestações de pagamento.

O acesso ao crédito à habitação poderá ser generalizado, sem restrições, a todas famílias que, tendo uma base regular de rendimentos, tenham previamente feito, durante um ano, por exemplo, depósitos mínimos equivalentes a, digamos, 200 dólares mensais. A realização desses depósitos não significará a diminuição da liquidez dos bancos comerciais, pois a agência nacional de crédito imobiliário, não detendo balcões próprios, abriria contas em cada banco existente onde, à escolha do depositante, seriam efectuados os depósitos postulantes do crédito hipotecário. A presença eminente do Estado no esquema de crédito à habitação é essencial para evitar que as famílias postulantes não sejam vítimas de vigaristas disfarçados de promotores imobiliários.

Com a garantia do Governo, a agência do crédito imobiliário poderá mobilizar fundos sobre o mercado financeiro, tanto interior como exterior, que dê respaldo ao período longo de reembolsos. Existem alguns bancos de países desenvolvidos que se estão a especializar no crédito imobiliário de longo prazo em países emergentes; esses bancos correrão literalmente

para o nosso mercado, desde que o Governo decida orquestrar o funcionamento desse segmento do mercado financeiro.

Medidas complementares

O Governo poderá dar um sinal forte de sua intenção de desenvolver, em larga escala, o crédito à habitação tomando duas medidas complementares. Em primeiro lugar, é preciso modernizar a legislação sobre a propriedade imobiliária, de maneira a adequá-la à funcionalidade financeira do crédito hipotecário. Isso passa, designada mente, pela reforma do regime de propriedade e acesso ao solo urbano. Em segundo lugar, o Governo poderá lançar parcerias público-privadas para fomento da habitação popular.

Nesse sentido, o Governo poderá definir custos padrões de construção, definidos através de fórmulas de bom senso, que as firmas privadas, dispostas a participarem como parceiras, se comprometeriam a respeitar.

À falta das medidas cujos contornos acabamos de delinear, será quase impossível elevar, nos próximos anos, a construção de casas à velocidade cruzeiro de 250 mil casas por ano.

6.30 Grandes empreendimentos em construção

Novo Jornal 16 de Outubro de 2009

Comandante Gika O maior de África

O empreendimento Comandante Gika é, actualmente, o maior projecto imobiliário em Angola e um dos maiores do continente africano. Com uma área de 390 mil m² de construção, este projecto é promovido por um grupo privado de promotores nacionais e estrangeiros. O investimento global ultrapassa os 600 milhões USD. Nele intervém uma equipa de mais de 1800 trabalhadores directos, entre portugueses, angolanos e chineses.

A primeira pedra foi colocada a 25 de Maio de 2007 pelo então ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, estando a sua conclusão prevista para 2011.

O complexo inclui a construção de duas torres de 22 pisos (dois abaixo do solo) destinadas a escritórios, as 'Garden Towers', cuja data de inauguração está marcada para Abril de 2010. Outras duas torres de 24 andares (sendo 4 abaixo do solo), Alvalade Residente, destinam-se a habitação. São cerca de 136 apartamentos de alta qualidade com tipologia T4, 270 lugares de estacionamento e áreas comuns de condomínio. A data

prevista para conclusão é Julho de 2010.

Em Dezembro do próximo ano será inaugurado o Luanda Shopping. Mais uma vez o tamanho é o denominador comum. Com 238 lojas, este será o maior centro comercial de Angola, prevendo-se que atraía diariamente mais de 40mil pessoas. O último edifício a ficar pronto, em Dezembro de 2011, é o 'Hotel VIP Grand Luanda', uma unidade de 5 estrelas, com 370 quartos, centro de conferências, restaurantes e um casino.

Na opinião dos promotores, este empreendimento criará uma nova centralidade e será "um exemplo a seguir na requalificação da cidade de Luanda". Indiscutível é o seu peso na economia local já que aqui vão nascer mais de dez mil postos de trabalho directos e quarenta mil indirectos, ligados às várias actividades a desenvolver no empreendimento.

Ekolelo Residence Resort Oferta para segmento de luxo é um condomínio privado que combina apartamentos, escritórios e lojas num conceito de vida integrado e em que cada detalhe foi estudado a pensar no cliente mais exigente. Situado no bairro de Talatona, a sul de Luanda, o Ekolelo Residence Resort é um condomínio que oferece uma série de facilidades. Dispõe de um health Club com 2.160 m², piscina exterior com 560 m², campo de ténis, mais de 10.000m² de áreas verdes, parque infantil com pavimento de segurança, circuito de jogging, sistema de segurança 24h por dia com acesso digital às áreas comuns dos edifícios e garagens onde o estacionamento é privativo em 'boxes' fechadas para maior conforto e comodidade. A componente residencial deste empreendimento é composta por apartamentos T1 a T5+2, com áreas de 130 m² a 421 m², e penthouses T2+1 a T5+2, com áreas de 329 m² a 722 m², piscina e ginásio privativos. O empreendimento dispõe ainda de um edifício de escritórios de 6 pisos, com áreas de 100 m² a 9.618 m².

MAEXPA Imbondeiro Palace e Benguela Place
Porque o futuro crescimento do mercado imobiliário assenta no desenvolvimento do segmento de média renda, alguns promotores começaram já a desenvolver projectos orientados para este mercado. É o caso da MAEXPA, empresa liderada por um investidor português. Em curso estão dois empreendimentos imobiliários, um em Talatona, Luanda Sul, e um outro em Benguela.

O condomínio privado Imbondeiro Palace é composto por 200 apartamentos (tipologias T1 a T4) e dois espaços comerciais distribuídos por 6 edifícios. Do

projecto fazem ainda parte zonas de lazer comuns, espaços ajardinados e uma zona desportiva. O preço médio do m² ronda os 5.000 US\$.

O Benguela Place é um empreendimento localizado em Benguela, junto à Praia Morena, com 80 unidades, com preço médio de US\$ 3.500/ m².

6.31 Governo constrói casas para antigos combatentes

Jornal de Angola 17 de Outubro de 2009

Dois condomínios, com 20 casa social cada, vão ser construídos nas localidades da Quissala e na vila do Bailundo, província do Huambo, num projecto do governo provincial.

O facto foi revelado à Angop, nesta cidade, pelo director provincial do Huambo dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, Janeiro Moreira Lopes, no final de uma visita de trabalho que o governador da província, Albino Malungo efectuou a este sector.

O governador Albino Malungo reprovou o modelo de casas apresentada num projecto, que previa que cada uma delas se destinasse a oito pessoas e orientou a sua alteração para se que "dignifique o sacrifício dos que lutaram para a libertação do país".

O governador provincial do Huambo orientou, ainda, o sector dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra a elaborarem outros projectos. Entre as acções consta a criação de cooperativas agro-pecuárias em todos os municípios, tendo solicitado ao director provincial da Agricultura e de Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente que identifique áreas. Foi definida, também, a criação de uma farmácia e uma empresa de táxis para os antigos combatentes.

O governador do Huambo teve encontros com os membros da direcção dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra e visitou os locais onde vão ser construídas casas para os antigos combatentes e a escola primária.

6.32 Governo autorizado a legislar sobre isenção de direitos aduaneiros e impostos de consumo

Jornal de Angola 17 de Outubro de 2009

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, o Projecto de Resolução que concede autorização legislativa ao Governo para a isenção de direitos aduaneiros e de impostos de consumo na importação de mercadorias destinadas à construção de habitações sociais.

A resolução, que vai contribuir na redução dos preços dos materiais de construção, foi aprovada com 126 votos a favor, seis abstenções e nenhum voto contra. Durante a apresentação dos argumentos que sustentaram a aprovação do documento, o ministro das Finanças, Severim de Morais, esclareceu que um dos objectivos da Política Habitacional é o combate à especulação dos preços.

Na ocasião, o ministro lembrou que a Política Habitacional está assente, fundamentalmente, na auto-construção dirigida, beneficiando os cidadãos mais desfavorecidos, razão pela qual os preços devem ser acessíveis.

Anota explicativa dos motivos do Decreto-Lei sobre a isenção aduaneira a conceder na importação de mercadoria destinada à construção de habitações sociais, indica que a incidência de direitos e demais imposições aduaneiras sobre mercadorias de diverso tipo onera, significativamente, o respectivo custo e pode inviabilizar a concretização de alguns dos investimentos projectados.

"Tendo em conta a enorme importância que reveste para o país a solução dos problemas habitacionais da sua população, toma-se necessário definir um regime específico em matéria de direitos e demais imposições aduaneiras aplicáveis às mercadorias importadas pelas entidades públicas e privadas que pretendam implementar investimentos no sector da habitação social", lê-se no documento.

Os deputados aprovaram ainda o Projecto de Resolução que concede autorização legislativa ao Governo para revogar o Decreto Lei nº 2/01, de 22 de Junho, que estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior, e a Resolução que aprova o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China.

De acordo com o Relatório de Fundamentação do Decreto-Lei revogatório às Normas Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior, constantes do Decreto Lei nº 2/01, de 22 de Junho, estas encontram-se desajustadas aos novos desafios e às políticas do Estado para o Ensino Superior, à luz dos vectores estabelecidos nas linhas mestras adoptadas pelo Governo para a sua melhoria.

Por esta e outras razões, as comissões dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento, e de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Juventude, Desporto,

Assuntos Religiosos e Comunicação Social deram o parecer favorável à aprovação do Projecto de Resolução, que mereceu o sim de 132 deputados. Nenhum deputado votou contra e registou-se uma abstenção.

A Resolução que aprova o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China, cuja sustentação foi apresentada pelo vice-ministro das Relações Exteriores, George Rebelo Chicoty, passou pela "Casa das Leis" por 124 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Na sessão plenária de ontem, foram ainda feitas algumas movimentações de deputado Welwitschia José dos Santos (MPLA), que suspendeu o seu mandato em função da sua nomeação para a Comissão de Reestruturação da TPA, foi substituída por Afonso Morais Coelho, enquanto a vaga deixada por Fernando Jonasse (PRS) é preenchida por José Pandi.

Os falecidos deputados do MPLA Beatriz Salucombo e Fernando da Costa Andrade "Ndunduma" foram substituídos por Eufémia Hambeleleni e Jorge Marques "Jonh" Bella.

6.33 Ministro do Urbanismo e Habitação anuncia construção de 200 mil casas

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José dos Santos Ferreira, anunciou quinta-feira, em Menongue, que a província do Kuando-Kubango vai beneficiar, nos próximos quatro anos, de 200 mil fogos habitacionais ao contrário dos 43.500 inicialmente previstos, para fazer face ao elevado défice de residências na região.

O governante fez este anúncio no final da sua jornada de campo efectuada na periferia da cidade de Menongue, onde foi ver as condições criadas pelas autoridades locais nas reservas fundiárias do Tucuve de 800 hectares, de Vioto com 500 hectares e de Mupambala com 300 hectares.

Satisfeito com o que viu e da informação recebida das autoridades locais do que está a ser feito nos restantes municípios da província, o ministro disse que o Kuando-Kubango tem condições favoráveis para a construção de 200 mil casas, ao invés das 43.500 como estava programado.

Disse que para esta empreitada, o seu Ministério tem disponíveis 240 milhões de dólares para financiar este ano a construção de casas de baixa renda em todo o país e que vai beneficiar as províncias que apresentarem

as reservas fundiárias devidamente preparadas e prontas para o arranque do projecto.

O ministro aconselhou aos governos provinciais para, através das suas comissões, começarem a realizar os concursos de urbanização das reservas fundiárias, colocando três empresas de construção civil em cada 300 hectares de terra, para que o programa seja executado com celeridade.

"Nós não queremos apenas construir um milhão de casas, queremos que este projecto chegue até dois milhões ou mais habitações, visto que o país regista um grande défice habitacional e o MUH está em condições para financiar todos os projectos nesta direcção, em nome do Governo", disse.

Identificação de reservas

No prosseguimento da sua visita de trabalho de 24 horas à província do Kuando-Kubango, José Ferreira empossou os membros da comissão provincial que vão trabalhar na identificação, registo e projectos de urbanização das reservas fundiárias, coordenada pelo governador da província, Eusébio de Brito Teixeira. Integram igualmente a referida comissão o vice-governador para os serviços técnicos, Simão Baptista, na qualidade de coordenador adjunto e os directores provinciais do Comércio, Hotelaria e Turismo, das Obras Públicas, da Energia e Águas, das Finanças e da Justiça, administradores e regedores municipais.

Na mesma cerimónia foi também empossado o grupo técnico que tem como coordenador o vice-governador para os serviços técnicos e o director provincial do Urbanismo e Habitação como coordenador adjunto. Integram ainda esta comissão os directores do Gabinete do Plano, das Obras Públicas, do Ordenamento do Território e um chefe de departamento do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola.

José Ferreira procedeu à entrega de duas viaturas de marca Toyota Land Cruiser para facilitar o trabalho dos técnicos ligados às zonas fundiárias.

O governador do Kuando-Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, disse que a visita do ministro constitui uma mola impulsadora na concretização do programa do Governo e anuncio que, para a construção dos 43.500 fogos o Governo local precisa, numa primeira fase, de pouco mais de um mil milhão e 200 mil dólares.

O governador do Kuando-Kubango referiu que a província que dirige é a que regista o maior défice em termos de moradias, razão pela qual a concretização deste projecto deve ser rápida, para podermos atrair

quadros para esta região.

6.34 Bairro social em construção

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O representante do Conselho Provincial da Juventude no Huambo lembrou que o projecto do Governo de construir de bairros sociais para a juventude reduz as dificuldades na obtenção de casas por parte jovens.

Na província do Huambo vão ser construídas 92 casas para a juventude, das quais 50 no município da Caála e as outras, no município de Ekunha.

Isaiás Alfredo disse que todos os dias afluem jovens à sua instituição com a intenção de se candidatarem à aquisição de casas sociais. Os candidatos devem ter entre 25 e 35 anos, ser casados e residir na província, além de terem uma fonte de rendimento.

A directora provincial do Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, afirmou que o seu sector, as direcções de energia e águas e as obras públicas vão trabalhar para colocar infra-estruturas básicas água, luz, esgotos e passeios - antes do prazo de entrega do bairro da juventude.

Anunciou que já foi identificado no município de Ekunha o espaço onde vão ser construídas as 42 casas.

6.35 Com uma do Benfica ganha projecto urbanístico

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

A comuna do Benfica, município da Samba, em Luanda, pode ganhar novas infra-estruturas, caso os projectos urbanísticos apresentados, ontem, por uma empresa privada de direito angolano, sejam aprovados pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

Os projectos recomendados ao GPL foram elaborados para serem aplicados tanto a longo como a curto prazo, bastando apenas que as autoridades os aprovem e sintam a necessidade de os executar.

Segundo Hélder José, director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, o projecto para a comuna em referência "constitui um ganho para os próximos dois ou três anos, pois permitirá ao GPL saber da existência do programa executivo para intervir no Benfica".

A fonte revelou que de momento se trabalha para a infra-estruturação dos bairros do Palanca, Golfe I e II, no Kilamba-Kiayi, e Capalanga, em Viana. "A

perspectiva é de que nas áreas onde se iniciou o programa de loteamento e que, do ponto de vista da regulamentação urbanística, existam condições para condução de um processo deste tipo, as autoridades provinciais se antecipem para facilitar as operações de implantação de infra-estruturas".

6.36 Grupo empresarial deseja participar na construção de um milhão de casas

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O grupo empresarial Concentra Indústria está vocacionada para a produção de materiais de construção e execução de obras de engenharia, pretende colaborar com o projecto do Governo de construção de um milhão de casas até 2012.

Um dos administradores do grupo Concentra Indústria, Amin Alybay, que falava ontem em conferência de imprensa realizada na Constrói Angola 2009, disse que a sua empresa está preparada para satisfazer as necessidades de construtoras privadas e do sector público, em áreas diversas como a construção de estradas, habitações, edifícios, escritórios, instalações industriais, hospitais, escolas e outros.

Criada há mais de um ano, produz uma variada gama de materiais para a construção moderna. Na linha de produção industrial congrega três unidades diferenciadas: a Poliestirenos, Foor Deck e o Perfil C e Z. Na primeira unidade, produz-se plástico com espuma para isolamento térmico.

Uma outra área é a de chapas, com diversas cores e modelos, como a telha portuguesa, meia onda, ondulada e ainda diversos tipos de canelada. Produz também outros componentes de acabamentos como caleiras, cantos em L e U, com diferentes tamanhos e feitios, entre outros.

Os perfis C e Z servem de suporte a telhados, paredes, vigas na construção de fábricas, armazéns, garagens, ginásios, cinemas, teatros e outras. A fábrica tem um parque industrial com 8 mil e 500 metros quadrados equipados com três caldeiras e nove silos.

Localizada no município de Viana, tem uma capacidade de produção de aproximadamente 1.500 metros quadrados mensais. A densidade standard da produção do poliestileno é de 18 kg por metro cúbico.

6.37 Incentivos à habitação

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O Estado angolano estabeleceu políticas para a implementação de vários projectos habitacionais, destinados a atender a grande procura de casas por parte de muitos cidadãos.

Sabe-se que no país há cidadãos sem habitação ou sem um lugar condigno para viver, o que levou a que o Estado, por via do Governo, inscrevesse entre as suas grandes prioridades a resolução do problema habitacional.

Recentemente, o ministro de Urbanismo e Habitação, José Ferreira, disse que até 2012 mais de seis milhões de angolanos estarão a viver em condições de habitabilidade condignas. José Ferreira, que falava por ocasião do Dia Mundial do Habitat, assegurou que o Governo está determinado a alterar as condições de vida de cada angolano, no que diz respeito a habitação condigna.

Aquele membro do Governo assinalou que o Executivo quer transformar os musseques em novas áreas de conforto, com ótimas infra-estruturas (para permitir, por exemplo, o acesso das populações à água potável, à energia eléctrica e aos serviços de saúde) e em que o ambiente contribua para uma boa qualidade de vida.

A política habitacional do Governo prevê incentivos à construção de habitações sociais, consubstanciados na isenção de direitos aduaneiros e de impostos de consumo, ao nível da importação de mercadorias destinadas à edificação das referidas habitações.

O Governo, ao ser autorizado pela Assembleia Nacional a legislar sobre a isenção de direitos aduaneiros e impostos de consumo, a nível da importação de mercadorias para construção de casas sociais, vai poder dar um grande passo no sentido da materialização de um dos objectivos fundamentais da sua política habitacional que é beneficiar, no domínio da auto-construção dirigida, os cidadãos com baixos rendimentos, a fim de que estes possam ter acesso aos materiais de construção a preços suportáveis.

A nota explicativa dos motivos da aplicação de isenção de impostos na importação de mercadoria para a construção de habitação social é clara quanto aos objectivos que se pretende alcançar com o estabelecimento desse regime jurídico.

Diz a nota que "tendo em conta a enorme importância que reveste para o país a solução dos problemas habitacionais da sua população, toma-se necessário definir um regime específico em matéria de direitos e demais imposições aduaneiras aplicáveis às mercadorias

importadas por entidades públicas e privadas que pretendam implementar investimentos no sector da habitação social". A autorização legislativa concedida pelo Parlamento ao Governo surge da necessidade de se combater a especulação de preços dos materiais de construção. Sabe-se que essa especulação impede que os cidadãos com baixa renda tenham acesso a esses materiais; não podendo assim realizar o sonho de terem casa própria.

Acreditamos que daqui a algum tempo, depois de estabelecido um novo regime jurídico em termos de isenções de imposições aduaneiras e outras, para materiais de construção, muitos milhares de angolanos irão ver as suas vidas facilitadas, no sentido de poderem edificar as suas próprias casas sem grandes custos.

O processo de construção de habitações sociais é irreversível, estando o Governo apostado em criar todas as condições necessárias para que os angolanos possam, em todo o território nacional, ter um lar. A legislação sobre as referidas isenções vai pôr fim a situações que não beneficiavam a muitos milhares de angolanos carentes de habitação, e é prova de que o Estado está atento às grandes preocupações da população.

6.38 Governo cedeu lotes para autoconstrução

Jornal de Angola 20 de Outubro de 2009

O Governo do Namibe disponibilizou, no último fim-de-semana, no bairro 5 de Abril, 180 lotes de terreno para a autoconstrução dirigida, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

As parcelas de terra vão complementar os mais de 30 lotes distribuídos, em Agosto.

O funcionário público António Cabral, um dos contemplados, disse estar "muito feliz com a iniciativa, uma vez que o governo provincial está a cumprir com a orientação do Presidente da República" sobre a construção, em todo o país, até 2012, de um milhão de casas.

A beneficiária Cármen Machado referiu que o seu "sonho está a ser concretizado" e que, a partir de agora, poderá construir casa própria e "ter uma vida mais condigna e estável".

"Agora vou poder construir a minha casa, o mais difícil era adquirir o terreno e tudo está facilitado", disse.

O plano de urbanização do bairro 5 de Abril, em fase de conclusão, tem disponíveis 3.380 talhões, para a

construção de habitação uni familiar, numa área de 6.164 hectares e uma densidade de 280 casas por hectare.

O Governo do Namibe está a executar projectos, a nível do município sede, numa área com cerca de 923.4 hectares, nos bairros Aida, Kambongue, Saco Mar e 5 de Abril.

A distribuição dos lotes dá prioridade pessoas que pretendem construir com meios próprios, submetendo-se ao acompanhamento da comissão técnica, visando a execução das obras em conformidade com o padrão de urbanização previsto no plano.

6.39 Ministério do Urbanismo e Habitação incentiva surgimento de cooperativas

Jornal de Angola 20 de Outubro de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação reafirmou, ontem, em Luanda, na Escola Nacional de Administração, vontade do Governo em prosseguir de forma redobrada os esforços para a concretização, até 2012, do projecto de criação de um milhão de fogos habitacionais.

O Governo, disse, está a realizar um programa de autoconstrução, em paralelo com o sistema cooperativo, "embora este seja aplicado de forma incipiente, devido ao baixo número de cooperativas habitacionais", mas, frisou, o modelo dá sinais de que se "está no bom caminho".

José Ferreira anunciou que o Estado está aberto ao surgimento de mais cooperativas, apelando às pessoas que se organizem para as criar.

"Estamos a trabalhar em leis que vão regular a actividade destas organizações e acreditamos que elas vão surgir com o tempo", disse.

O antigo presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Portugal, Narciso de Miranda, afirmou que Angola tem condições para atingir, nos próximos três anos, os objectivos do Governo, no campo da habitação.

Narciso Miranda, que está em Angola, desde há alguns dias, para transmitir a experiência da habitação no concelho de Matosinhos, sublinhou que "é preciso o envolvimento de toda a sociedade neste projecto" para que ele se materialize nos prazos previstos.

Narciso de Miranda - que já esteve em Benguela e

Cabinda, a participar num ciclo de conferências sobre cooperativas habitacionais e autoconstrução, promovidas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação - disse que "este programa do Governo deve ser dinâmico, podendo ser aperfeiçoado sempre que houver necessidades".

O antigo autarca referiu que os projectos "nunca devem ser uma imitação do de outros países" porque as realidades são diferentes. "A importação copiada, neste tipo de programas, sem se ter em conta a situação própria de Angola, trazia ao país a elevados custos", afirmou.

Evitar isolamentos

Narcido de Miranda disse que os projectos de autoconstrução "devem ser realizados em zonas onde existam meios de subsistência e nunca deixar os seus beneficiários isolados".

O Estado, opinou, deve criar todas as condições para os beneficiários dos projectos de autoconstrução terem as casas, mas que "contem com intervenções mais integradas com disponibilidade de escolas, postos e centros de saúde, áreas para actividades desportivas e culturais e zonas verdes".

O ex-presidente da Câmara de Matosinhos salientou que ao criar-se um projecto para pessoas de baixo rendimento nunca se deve esquecer que elas também merecem dignidade, defendendo que se podem baixar os custos de construção, mantendo a qualidade.

Combate à construção clandestina

Narciso Miranda referiu que Programa de autoconstrução realizado pelo Governo é uma boa política para combater o fenómeno do surgimento de bairros clandestinos e construções anárquicas.

O antigo autarca frisou que o Estado angolano vai continuar a "empregar elevadas somas com os realojamentos derivados de despejos e desalojamentos de cidadãos que optam pela edificação de casas de forma desordeira".

"Os custos com a 'desguetização' são bastante elevados para o Estado, quer no ponto de infra-estruturas, quer do ponto de vista social", lembrou, adiantando que a aposta em cooperativas habitacionais e na autoconstrução, complementadas com as iniciativas privadas, público-privadas e exclusivamente públicas podem ser a solução para os problemas da habitação em Angola.

6.40 Construtoras preparadas para a edificação de um milhão de casas

Jornal de Economia e Finanças 20 de Outubro de 2009

As 350 empresas, que participaram da VII edição da, feira internacional de material de construção (Constrói-Angola 2009), que terminou domingo, estão preparadas para um envolvimento directo no desafio lançado pelo Governo angolano de construção de um milhão de fogos até 2012.

Os expositores mostraram todo o seu potencial que concorre para a construção de imóveis, como material de construção, meios para o transporte de inertes, meios para terraplanagem, design, novas tecnologias e guias, entre outros.

Por exemplo, a construtora Capa-Engenharia, de direito, angolana, expôs casas pré-fabricadas. Uma casa de dois quartos, cozinha, sala de estar e casa de banho pode ser montada durante uma semana.

A operar há quatro anos no mercado nacional, a Capa vai começar a construir na província do Uíje 10 mil casas no âmbito do projecto do Governo à redução do défice habitacional em Angola.

Segundo o director da empresa, Fernando Costa, a intenção da construtora é participar de forma directa no aumento de residências e reduzir a procura no país.

A Capa investiu, através da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), em 2006, cerca de US\$ 500 mil, capital que, segundo uma fonte, já obteve uma facturação superior ao investimento inicial.

Durante o ano passado, a construtora teve um volume de negócios na ordem de US\$ 17 milhões. No primeiro semestre deste ano, a fatura subiu para US\$ 10 milhões, prevendo um crescimento até ao final do ano.

Face ao sucesso conquistado, a Capa vai entrar também, a partir deste ano, no segmento do negócio de energias renováveis, para tentar minimizar a crise energética no mercado.

A construtora já participou da construção de varias infra-estruturas ligadas à Polícia Nacional, universidades privadas e estaleiros de várias empresas estrangeiras que se instalam em Angola.

Em 2005, na localidade da barra do Dande, a empresa construiu um complexo habitacional para mil pessoas. Actualmente, 50 pessoas ganharam emprego naquela construtora.

Perfila

Outra construtora que vai participar do projecto gizado pelo Governo é a Perfila, com parceria brasileira, e vai construir 100 casas na província de Benguela.

O director da construtora, Levi Cabral Simões, disse que o material de construção virá do Brasil. Nos próximos dias, começam a chegar a Angola as primeiros carregamentos de material para o início das obras.

Os imóveis começam a ser erguidos no princípio do próximo ano naquela zona do litoral sul. Neste projecto, a construtora vai investir USD 8 milhões.

A Perfila vai erguer também em Angola uma fábrica de casas pré-fabricadas para reduzir o custo da compra do imóvel no mercado, assim como absorver mão-de-obra.

Consta na carteira, a construção de um centro comercial em Luanda, uma universidade e cinco postos de combustíveis. O investimento destes projectos está orçado em USD 18 milhões.

Em 2010, a Perfila vai facturar cerca de USD 20 milhões, e vai proporcionar 150 novos empregos directos, segundo a fonte.

A Jinbagu comercial e Industrial, uma empresa chinesa, vai, também, aderir ao projecto habitacional. De acordo com o seu director, Yi Yong Liu, já existem contactos avançados com alguns governos provinciais. A partir do próximo ano, vão construir 40 casas económicas na província da Lunda-Sul.

De igual modo, mantém contactos com o Governo provincial de Benguela, onde poderá construir 50 casas. Para a efectivação do projecto, vão ser assinados contratos de prestação de serviços entre a empresa e o Governo de Benguela, disse.

Há 10 anos no mercado angolano, a Jinbagu começou a actuar no segmento de construção no ano passado. Neste sector, vai investir USD 20 milhões.

Actualmente, vai erguendo em Luanda algumas residências de média e alta renda a pedido de clientes isolados. As construções têm iniciado principalmente no bairro Benfica, frisou a fonte.

Uma casa T3 custa entre os USD 50 a 100 mil. Tudo depende da solicitação do cliente, acrescenta Yi Yong Liu.

Por outro lado, o director da Odebrecht Angola, Hum-

berto Rangel, disse que a multinacional brasileira vai participar do projecto, sem contudo ter revelado o número de casas a construir.

O gestor disse que a requalificação, o saneamento, a colocação de viadutos, as obras de arte e a recuperação da rodoviária da Avenida 31 de Janeiro terão o seu termo no final de 2010.

Para melhorar a circulação, a Odebrecht requalificou também as cidades de Benguela e do Lobito, que constituíam a segunda base do grupo.

Na província do Huambo, recuperou também a estrada que liga os municípios da Caála e Ganda (Benguela). A Odebrecht actua também no segmento de mineração, imobiliária, Biocom e agro-industrial como prestador de serviço na área agrícola e prevê investir a curto prazo USD 800 milhões.

6.41 Cabinda Nova Urbanização a Crescer

O País 23 De Outubro 2009

Os primeiros apartamentos do projecto de Urbanização de Cabinda, coordenado pelo Gabinete de Reconstrução Nacional, serão concluídos em Março de 2010, de acordo com Felipe Janota, o director-geral da empresa fiscalizadora da obra.

Localizado no bairro do Chibodo, na periferia da cidade de Cabinda, a empreitada contempla 384 apartamentos do tipo T3 e 618 T 4, que estarão concluídos até Dezembro do próximo ano.

O espaço escolhido faz parte de uma reserva fundiária do Estado com cerca de seis quilómetros, e uma área total de cerca de três quilómetros quadrados.

"A Urbanização Especial de Cabinda é um projecto que está dentro do programa de reconstrução nacional defendido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e pelo governo, paro a construção de um milhão de casas em quatro anos", disse- nos o fiscalizador, adiantando que "neste momento temos em fase de estrutura já por concluir, até Março do próximo ano, 26 estruturas acopladas com 246 apartamentos, do tipo T 4".

Depois da conclusão dos T 4, arrancar-se-á com a fase da construção de outros edificios. Segundo o director da Arquinota, Felipe Janota, o arranque é sistemático e as fases foram definidas apenas para delinear melhores formas de trabalho.

A primeira fase contempla 90 edifícios, ao passo que a segunda terá uma área nobre com edifícios de maior dimensão, uma gama de residências para a classe média – alta e a área que vai incorporar os serviços sociais, nomeadamente a construção de escolas, hospital, administração do bairro, zonas de lazer, área desportiva, uma subestação de tratamento de água e uma outra para águas residuais.

A construção da escola e do posto médico ainda não arrancou porque se aguarda que os empreiteiros entreguem os respectivos projectos para se estabelecer a capacidade de cada uma das instituições em relação às pessoas que vão habitar no projecto de Urbanização Especial de Cabinda e os que moram nos bairros limítrofes.

As casas estão a ser construídas num condomínio compacto, onde o Estado, segundo Felipe Janota, está a criar condições para que os cidadãos desta província possam obter uma moradia condigna, onde possam encontrar uma cozinha e uma casa de banho em condições aceitáveis.

"Se andarmos pelos bairros, poderemos constatar as condições em que as pessoas vivem.

Não vamos olhar muito para estas coisas de ter uma churrasqueiro, mas sim para um conjunto e dar a possibilidade às pessoas de terem uma casa melhor para viverem", explicou Felipe Janota.

O responsável da fiscalização aconselha os populares a prepararem -se para, a qualquer momento, poderem habilitar-se a uma das moradias com três quartos, sala comum, casa de banho ~ cozinha. "As casas não vão ser oferecidas, por isso as pessoas têm de estar preparadas para as adquirirem. "

6.42 As casas e o alívio dos materiais

O País 23 De Outubro de 2009

De um trunfo eleitoral partidário a um programa do Governo resultante do escrutínio popular de há um ano, a ideia de se edificar a toda extensão do país um milhão de fogos habitacionais faz parte das nossas idas, de uma maneira ou de outra. Tens, os que têm responsabilidade directa no sucesso do projecto, e os outros, os que se perfilam do lado dos potenciais beneficiários mais os que, sendo cidadãos eleitores, se sentem o direito de lidar com o tema acompanhando cada passo.

A ponta final da semana passada é de interesse para

todos, no âmbito deste ambicioso programa do Estado Angolano. A Assembleia Nacional autorizou que o Governo crie mecanismos para a isenção de direitos aduaneiros e de impostos de consumo a importação de mercadorias designadas à construção de habitações sociais.

Sem dúvidas, aconteceu aquilo que e pode dizer, em linguagem "desimplicada" foi dito o que todos queriam ouvir.

O êxito deste programa habitacional, sabem-no todos, assenta fundamentalmente em números. Não somos propriamente um país de magnatas, sendo que a esmagadora maioria da população vive com recursos exíguos, que mobilizados para as obrigações da casa própria, tendem a ser quase sempre curtos.

Vontade de cada um erguer o seu espaço habitacional é impulso presente, diríamos, no sangue e nas veias e todo cidadão adulto deste país. Mas problemática dos dinheiros, liquida grande parte desse sonho, porque simplesmente as famílias ou que se preparam para as constituírem, não têm poupanças suficientes que lhes permitam lançar-se para o desafio da casa própria.

A agravar, os bancos nunca foram de cair em argoladas como a massificação do crédito, emprestando dinheiro a torto e a direito, bastando, por exemplo, que as pessoas declarassem a sua extrema necessidade de casa.

Aplauda -se, por isso, a medida dos deputados angolanos, que acaba por remover um dos obstáculos principais ao esforço que procura minorar o défice habitacional. É uma medida de extrema utilidade, tão importante ou mais) que a própria condição primária de existência de reservas fundiárias onde erguer as casas de que tanto se fala.

Claro que depois da euforia da decisão, vêm as reflexões na fase do rescaldo, mais frias e mais ponderadas. E tudo o que nos tem sido dado a escutar, são as preocupações relacionadas com a execução da medida adoptada pelo Parlamento.

Num país onde se vai tornando cultura desconfiar das boas intenções - por força, é claro, de experiências que escaldam qualquer gato esfolado - o que muita gente se pergunta é se haverá rigor suficiente para se evitar que os oportunistas minem o processo, infiltrando-se nos circuitos de importação dos materiais de construção à caça dos seus ganhos ilícitos.

Ou seja, estaremos nós em condições de travar aqueles fulanos que se borrifam eternamente com a condição

dos humildes, dos fracos e dos pobres, e que à boleia desta isenção, adquirem lá fora materiais para depois fazerem as casas com que facturam milhões em condomínios e outros projectos exclusivos?

Convenhamos que seria uma nódoa brutal se uma opção política tão nobre - tanto assim que passou pela Assembleia Nacional com quase 130 votos a favor e nenhum contra - fosse desvirtuada pelos nossos astutos caça-níqueis, que são já incapazes de abstrair - se de uma única oportunidade para ganhar dinheiro, mesmo que esteja em causa um acto de ajuda e solidariedade, que é disso que se reveste, também, o gigantesco programa lançado pelo MPLA na campanha eleitoral de 2008 e que agora está em marcha.

6.43 O Pesadelo da casa própria

Terra Angolana 10 a 24 de Outubro de 2009

É sabido e consabido que o Governo tem dificuldades na forma de comunicação. É uma pecha que vem de há muito, pode dizer-se mesmo desde os primórdios da independência. Nos períodos do conflito armado essa fragilidade era mais do que evidente e reflectia-se até na acção político-diplomática que lhe estava adjacente. Era sempre apanhado em contra-pé na guerra da informação e contra-informação sobre o evoluir das situações.

Não faz muito tempo que quase tivemos no país, mais concretamente em Luanda, uma "nova guerra do Iraque" com o conflito gerado pelos desalojamentos e destruição de casebres em alguns novos bairros da capital, por sinal baptizados com os nomes daquele país do Golfo Pérsico e da sua capital, como se sabe acoissadas por uma guerra que parece nunca mais ter fim.

Talvez para evitar a anarquia na ocupação de terrenos foi elaborada uma cartilha para elucidar os cidadãos de como poderiam ter acesso aos lotes e como adquirir as casas, seja na modalidade de autoconstrução ou de habitação pronta. A sua divulgação, essa, peca por defeito por cingir-se apenas ao único diário do país, o que desde logo não pode dar garantias de grande alcance pelas limitações que tal veículo de comunicação encerra, quer de acesso quer de expansão.

A campanha "meu sonho, minha casa" por este andar não vai atingir os seus nobres propósitos de alimentar os sonhos de milhões de angolanos à procura de quatro paredes e um tecto a que possam chamar casa. É que apesar de nas cartilhas se pretender explicar como ter acesso ao programa há muita informação que continua por ser dada aos interessados.

Mesmo quando imbuído dos melhores propósitos, o Governo não consegue somar pontos junto da população porque a comunicação não é a melhor nem a mais adequada, apesar dos chorudos contratos com empresas estrangeiras de assessoria.

O Governo, em determinado momento, pensou que poderia resolver por si a questão da habitação, prometendo um milhão de casas em quatro anos. A realidade obrigou a uma inflexão na sua capacidade de realização não só em termos de número de habitações a serem erguidas (o discurso oficial insiste na miragem) mas também na aceitação de que não consegue garantir uma casa para cada angolano.

Agora já se fala em parcerias públicos privadas, onde o Estado garante os terrenos e as infra-estruturas básicas e investidores erguem as habitações que depois são comercializadas a preços bonificados que podem ser emprestados pela banca que também financia a construção.

Mas a gravidade e a urgência do problema habitacional, com um défice enorme de oferta para a muita procura, levou a que muitos cidadãos procurassem soluções individuais para os seus problemas na matéria. A chamada auto-construção dirigida não é nenhuma novidade porque já vem dos tempos monocórdicos do partido único, sem que se vissem grandes resultados a não ser a anarquia de bairros sem a mínima planificação, com casas amontoadas umas em cima das outras sem infraestruturas de saneamento, água, energia, saúde, transportes, segurança, etc.

Pretende-se agora alterar o quadro com novos modelos de urbanizações, com equipamentos sociais devidamente contemplados, para se dar alguma qualidade de vida as populações, mas a forma nem sempre é a mais correcta e transparente. De boca em boca ficou a saber-se que as administrações municipais estavam a receber inscrições para a concessão de terrenos.

Ninguém anunciou quando começaram e nem mesmo a cartilha indica os procedimentos e documentos necessários, nem quem pode habilitar-se a eles. Resultado: a maior confusão à porta de algumas administrações com muito negócio pelo meio, a ponto do Governo ter decidido pela "suspensão do processo"! Alega-se que não se estava preparado para tanta procura, como não fosse pública a carência de habitações e que por isso qualquer distribuição de terrenos ou casas resultará sempre em milhões de solicitações.

Se antes conseguir a "licença mágica" já custava

avultados subornos a funcionários corruptos ou seus "representantes", com a "abertura oficial" o negócio floresceu de tal maneira que até os lugares na bicha das administrações eram disputados a peso de ouro só para dar entrada da papelada, sem qualquer garantia de ver o pedido satisfeito porque nesse departamento há outras contas a acertar.

Não teria sido melhor explicar quais são as reservas fundiárias do Estado, onde estão localizadas, organizar as administrações municipais e os governos províncias para a campanha de atribuição e só depois iniciar a recepção dos pedidos, porque a avalanche era mais que previsível?

Explicar quais os critérios para se ter acesso ao programa, quando é que iniciaria e os formalismos necessários, evitando-se que a máquina da corrupção se organizasse e se instalasse bem antes dos balcões abrirem? A relação com os cidadãos deve ser directa e transparente e isso passa por uma boa comunicação. Onde é que será construído o quê?

Será que alguém que queira se candidatar a uma habitação social vai requerer uma parcela de terreno numa zona que está destinada à construção de casas de alta gama? Ou o inverso? Quem controla quantos pedidos pode uma mesma pessoa fazer? Há toda uma série de questões que nunca foram explicadas e que só levam ao descrédito de uma medida aparentemente para resolver legalmente um grave problema que aflige o país.

Por esta e por outras é que uma eventual boa acção do Governo às vezes conhece efeitos contraproducentes porque as práticas não são transparentes levantando sempre suspeições quanto aos seus reais objectivos. O problema dos terrenos e das casas é apenas um dos muitos exemplos que se podem citar na actualidade sobre o programa do Governo nos diversos domínios, como acontece também com a política monetária que está a deixar empresários e consumidores à beira de um ataque de nervos, face ao deslizante poder de compra dos cidadãos e as restrições de movimentos bancários.

6.44 Cerâmicas condicionam programa um milhão de casas

A Capital 17 a 24 de Outubro de 2009

A pensar no êxito do programa que prevê a edificação de um milhão de casas, o Governo iniciou investimentos para recuperar o universo de cerâmicas existentes no país, num projecto que inclui a construção de novas cimenteiras, bem como o reatamento da produção de ferro, para viabilizar a oferta de materiais

de construção no mercado angolano.

As autoridades dizem que o Estado está, com isso, a cumprir com aquilo que é a sua parte nesse aspecto, uma vez ser papel do sector privado investir nesse segmento de negócio.

O Governo justifica a intervenção do Estado com o facto de o país estar a confrontar-se com um gritante défice, no que toca à oferta de desses inputs, por força do volume de obras em curso no país.

Para relançar esta indústria, a Direcção Nacional dos Materiais de Construção revelou estar já em fase de construção uma série de unidades ligadas à produção de tintas e verniz, materiais ecléticos, fábrica de cimento entre outras, num total de noventa que, a curto e médio prazos, poderão contribuir para o aumento da oferta dos materiais usados em obras de construção.

Presentemente, o Ministério das Obras Públicas, através da sua direcção afim, controla a existência de um parque industrial, constituído por 25 fábricas de materiais de construção, todavia, insuficiente para fazer face à actual demanda.

Em distintas ocasiões, a vice-ministro das Obras Públicas, Manuela Bezerra, considerou que «o nosso mercado não

Produz o suficiente, para cobrir as necessidades locais», reconhecendo que grande parte do material de construção «vem do mercado externo», o que, segundo a governante, «influencia em grande medida no preço do metro quadrado de construção».

Um estudo da responsabilidade da empresa de consultoria Proprime, por exemplo, dá razão à preocupação de Bezerra.

Tal estudo apontou para preços astronómicos dos apartamentos e vivendas erguidos nos diferentes bairros de Luanda, onde os preços por cada metro quadrado construído chegam a situar-se na ordem dos 7 mil dólares.

De acordo com a avaliação da Proprime, um dos factores por detrás do elevado preço dos imóveis em Luanda é a desproporção, entre a procura e a oferta do património habitacional.

«Esse desequilíbrio existente faz com que os promotores imobiliários estejam interessados em satisfazer apenas aqueles que têm mais rendimentos», conforme justificou, um consultor ao serviço da

KPMG.

Intervenientes do mercado de construção concordam com esta avaliação, todavia, referem que a razão para o encarecimento da construção decorre, fundamentalmente, da escassez de materiais de construção.

O facto explica o convite formulado o sector privado, no sentido de investir na indústria de materiais de construção.

6.45 Uma T4 por Usd 33 mil

Semanário Angolano 24 de Outubro de 2009

A ONJU SALU, um consórcio de empresas filiadas à Associação Industrial de Angola (AIA), reclama ter desenvolvido esforços no sentido de encontrar uma solução que correspondesse as necessidades objectivas dos cidadãos, apresentando na Expo-Constrói, o que foi tido como o projecto que pode salvar o governo, e permitindo-lhe construir um milhão de casas em quatro anos.

Lançado na sétima edição da Expo-Constrói, o projecto imobiliário apresenta-se em termos de custos como o mais barato do mercado.

As casas são construídas em bloco produzido à base de tecnologia angolana estudada e desenvolvida pelo consórcio com na experiência de alguns países do mundo, por formas a adequá-lo aos padrões de qualidade e segurança internacionalmente recomendados.

Os blocos mantêm um ambiente interno a uma temperatura média de 18 a 20 graus, e possuem um excelente isolamento acústico para além da robustez que os caracteriza, dando uma capacidade à prova de bala e fogo bem como um tempo de vida útil que vai de 100 a 150 anos.

As primeiras unidades já foram construídas na Vila do Ngola Lombo, no Município de Porto Amboim, província do Kwanza-Sul, estando completamente habitadas, pois, as elas, oferecem excelentes condições de habitabilidade, o que é, aliás, confirmado pelos próprios moradores e especialistas que estiveram no local.

Para obter uma dessas habitações, o interessado deverá ter primeiro o espaço (um terreno), onde possa ser erguida uma casa T3 com 75m² ou T4 com 100m² de área construída. Uma T3 comporta três quartos, sala comum, cozinha e WC, com mosaico e tecto falso e é entregue pronta para habitar, com mobiliário básico incluído, por um preço de apenas USD 23.500.

Já a T4 possui quatro quartos, sala comum, cozinha, WC, com mosaico e tecto falso e pronta a habitar é passada por USD 33 mil, podendo ter uma redução de USD 2100,00 se forem casas geminadas.

Importa referir que nestes valores estão incluídos estudos e projectos ambientais, urbanização, desmatção, preparação do terreno e arruamentos. A razão do baixo custo reside no facto de haver vantagens competitivas locais, económica e tecnicamente estudadas e aplicadas.

José Severino, presidente da AIA, disse por ocasião do lançamento que a iniciativa surgiu do apelo que Presidente da República lançou sobre a construção de um milhão de casas, considerando que, à partida, tal ser um desiderato de difícil execução, mas que as dificuldades constituíram, na AIA, um desafio para solucionar.

«Saímos para encontrar o projecto para o um milhão de casas. Encontramos uma tecnologia que nos permite ter uma casa sólida, barata e rápida na sua execução, podendo inclusive ser construídas pelas próprias famílias», referiu.

Avançou ainda que a autoconstrução dirigida enquadra-se ao conceito do projecto. «Contactamos as experiências de alguns países, como Tanzânia, Moçambique, África do Sul, Paquistão, Brasil e Honduras por serem países que têm alguma referência», explicou, para concluir que «adequando esta experiência à nossa realidade, a tecnologia ONJU SALU está a ser aplicada. Ela visa um bloco forte com uma excelente reacção térmica que não permite a passagem de raios solares».

Nas suas especificações, os blocos são produzidos a partir de argila e outros aditivos especiais que lhe dão maior durabilidade.

«A outra grande vantagem é que no bloco normal é necessário ter cimento, brita e areia que são produtos que no nosso país estão sujeitos a dificuldades logísticas e de preços, enquanto a tecnologia que propomos permite a produção no local que elimina todas essas componentes», indicou o presidente da AIA.

6.46 Arcebispo da província do Huambo fala de crescimento urbano no país

Jornal de Angola 24 De Outubro de 2009

O arcebispo do Huambo, Dom José Alves de Queirós,

considerou, ontem, nesta cidade, que o crescimento urbano que o país está a conhecer deve proporcionar paz, harmonia e o bem-estar de todos os angolanos.

O prelado católico, que falava na cerimónia de abertura do quinto encontro arquidiocesano de leigos e família do Huambo, frisou ser necessário fazer mais e, ao mesmo tempo, ver o que fazer, não criando só estruturas de betão, para que as estruturas criem uma terra de paz e harmonia.

"Estamos agora a construir a paz e esta constrói-se com estes actos concretos e pequenos. A primeira obrigação nossa e dos governos é criar estas sociedades de paz e harmonia", acrescentou dom José Alves de Queirós.

Para o católico, os leigos devem fazer do evangelho uma "praxis" de transformação do meio, para que o amor e a paz não sejam palavras abstractas, mas coisas bem concretas na sociedade.

O quinto encontro dos leigos e famílias afectas à Igreja Católica decorre no centro apostólico Dom Daniel Junqueira, na periferia desta cidade, e tem o seu encerramento previsto para domingo.

Temas como "Sacerdócio de Cristo" e o "Sacerdócio dos cristãos nos nossos dias", bem como "os desafios da economia do lar na vida cristã", dominam o encontro.

Os participantes vão ainda analisar temas sobre "Sacerdotes perfeitos e rei", assim como "A igreja, povo sacerdotal, ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz", "alguns lugares chave na vida das sociedades" e os ecos da visita do Papa Bento XVI efectuada este ano a Angola.

6.47 Governo está a melhorar instalação dos técnicos no município da Banga

Jornal de Angola 27 De Outubro de 2009

A administração da Banga, Kwanza-Norte, está a construir dez casas e a reabilitar sete para técnicos e funcionários, anunciou o administrador municipal, Cristóvão João António.

As dez casas, cuja construção está orçada em 45 milhões de kwanzas, ficam nas comunas de Cariamba e Caculo Cabaça e devem estar concluídas no próximo mês.

As obras de reabilitação, no valor de 43 milhões para a reabilitação de sete casas na sede do município, terminam na primeira semana de Novembro.

O município beneficia todos os trimestres de 375 milhões de kwanzas para a realização de projectos sociais, mas no último a verba teve um corte de 12 por cento devido à revisão do Orçamento Geral do Estado, no quadro da estratégia do Governo para fazer face ao abrandamento da economia mundial resultante da crise financeira internacional, disse o governador do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior.

6.48 Auto-construção Malanje tem projecto para milhares de casas até 2012

Jornal de Angola 28 De Outubro de 2009

O governador Boaventura Cardoso visitou recentemente as áreas constituídas reservas fundiárias na Catepa, Carreira de Tiro e Cangambo, destinadas a auto-construção dirigida no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Boaventura Cardoso disse que na zona da Carreira de Tiro, será feita intervenção em termos de criação de infra-estrutura para entrega imediata às imobiliárias para a construção de casas sociais.

"Em relação aos 300 hectares a serem infra-estruturados, de acordo com a orientação do Ministério do Urbanismo e Habitação, abrimos um concurso público para a elaboração de projectos e também para operações executivas, nomeadamente de terraplanagem e desmatagem", disse.

O governador de Malanje aponta o final do ano para a conclusão do concurso para começar-se a intervir nos 300 hectares na Carreira de Tiro. Esclareceu que todos os municípios da província têm já constituído as reservas fundiárias, faltando apenas dar passos no sentido do seu registo notarial.

Boaventura Cardoso fez saber que há imobiliárias que já o contactaram para ajudar o Governo nesta empreitada. Sem precisar o número, o governador assegurou que em Novembro próximo haverá uma reunião para a definição de estratégias e dois espaços que serão destinados para a construção de fogos habitacionais.

O governo de Malanje prevê construir 5.000 casas, mas, conforme realçou Boaventura Cardoso, o projecto "é muito mais ambicioso". "Estou em crer que chegaremos às 35 mil casas", completou o governador.

6.49 Mais casas no projecto Nova Vida

Jornal de Angola 29 De Outubro de 2009

O Projecto Nova Vida vai construir 2.562 novas habitações e ajustar os seus preços de comercialização, no quadro da segunda fase do seu Programa de Relançamento, aprovado ontem pelo Conselho de Ministros.

O ajuste nos preços de venda das casas, segundo a decisão do Governo, tem como base os actuais custos reais de construção. A previsão para a segunda fase era construir 1862 habitações.

O Governo decidiu mudar a supervisão da segunda fase do Projecto Nova Vida para o Coordenador da Comissão Nacional da Habitação.

O Ministério das Obras Públicas foi incumbido de efectivar a rescisão do contrato com o actual empreiteiro.

A imobiliária IMOGESTIN fica com a coordenação executiva do projecto habitacional.

Governo dá "luz verde" ao arrelvamento de estádios

O Governo aprovou ontem o contrato de empreitada referente a implantação de relva em 15 campos de futebol nas Cidades de Luanda, Cabinda, Benguela e Lubango, que acolhem, em Janeiro, o CAN/201.

O Governo aprovou outros contratos de prestação de serviços para garantir o normal funcionamento dos estádios que vão acolher os jogos do CAN. O n Conselho de Ministros tomou, ontem, conhecimento do estado de preparação da Taça de Africa das Nações/Orange-Angola 2010.

Os ministros foram informados sobre os estádios, campos de apoio, o sorteio, cerimónias de inauguração e encerramento, questões de hotelaria, transporte e saúde, segurança, emigração e telecomunicações.

De acordo com o cronograma de acções, os novos estádios e os campos de apoio (12) devem ser entregues ao dono das obras (Ministérios das Obras Públicas e das Finanças) até sábado (31 de Outubro).

6.50 Grupo empresarial anuncia construção de casas no Huambo

Jornal de Angola 30 de Outubro de 2009

O presidente do conselho da administração do grupo

empresarial "Gema", José Leitão da Costa, anunciou, quarta-feira, na cidade do Huambo, que a sua organização vai construir, nas reservas fundiárias da província, mais de mil moradias, para ajudar a diminuir a carência de habitação na região.

O anúncio do presidente do grupo foi feito no final de um encontro com o governador da província, Albino Malungo, durante o qual manifestou, igualmente, a necessidade da empresa investir nos sectores da Agricultura, Indústria Comércio.

"Consideramos positiva a abertura do governo local, o que vai permitir iniciar os investimentos em vários ramos, para o desenvolvimento da região, bem como na construção de escritórios, cujo valor será anunciado no início das obras", disse.

O vice-governador para área produtiva do Huambo, Henrique Barbosa, considerou positiva a pretensão de investimento nos vários sectores, o que vai contribuir para desenvolvimento, principalmente no pólo da Caála, e criar novos postos de trabalho para os cidadãos.

O vice-governador assegurou que o Governo da província tem como prioridade o desenvolvimento do Pólo Industrial do Município da Caála, construir moradias nas reservas fundiárias, reabilitação dos sistemas de água e no sector da agricultura, para a melhoria da qualidade de vida da população.

6.51 Isenções aduaneiras para um milhão de casas

Expansão 30 de Outubro de 2009

Ao propor uma isenção aduaneira e de impostos de consumo, o Governo teve de fazer um "trade-off" entre "a necessidade urgente de reconstrução nacional e o desenvolvimento da indústria nacional", tendo-se decidido pela isenção, disse aos parlamentares o ministro das Finanças, Eduardo Severim de Morais.

Segundo o documento aprovado, a isenção visa "programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social. A promoção da construção das habitações; o estímulo à construção privada e o acesso à habitação própria ou arrendada fazem parte ainda da decisão do Governo. De acordo com o documento citado, que faz menção ainda à criação de cooperativas dentro das comunidades locais para resolver os problemas habitacionais e de autoconstrução.

A isenção de impostos nos materiais considerados "estratégicos" é total, à excepção dos impostos de selo e emolumentos aduaneiros e taxas de serviços de importação e exportação. A longa lista de materiais inclui: parafusos, chaves de fendas, geradores eléctricos, viaturas de transporte (de mais de dez passageiros), escavadoras, niveladoras, torneiras, cimento, tijolo, bloco a construções pré-fabricadas.

No entanto, os deputados da oposição mostraram-se cépticos à proposta governamental, questionando, sobretudo, os mecanismos de fiscalização da lei, tendo em conta as motivações especulativas que se esperam. Em resposta, Severim de Morais afirmou que no acto da importação "o agente importador vai assinar uma declaração de compra de exclusividade em que se atesta que os materiais comprados servirão apenas para uso no âmbito do programa de habitação social", sendo que a venda a retalho deverá ser feita a "preços - controlados".

O ministro lançou um alerta à Direcção Nacional das Alfândegas para que garanta que só os materiais sancionados beneficiem da isenção, considerando que as tentativas de inclusão de outros bens serão consideradas crime de infracção aduaneira. Será igualmente crime, se o material isentado tenha outro destino que não seja o da promoção de habitação social.

O Governo vai "rever anualmente a lista de bens isentados e serão eliminados paulatinamente aqueles cuja oferta local já se faça sentir", referiu o ministro.

Contrariamente ao se esperava, a importação de materiais de construção não será um benefício de alguns selectos importadores. Segundo o governante, qualquer importador angolano, legalmente credenciado, poderá importar nas condições mencionadas.

7 TERRA

7.1 Trinta mil pessoas foram desalojadas em sete anos

O País 2 de Outubro de 2009

Dez organizações não governamentais angolanas, que actuam no segmento dos direitos humanos, em todo o território nacional, elaboraram um diagnóstico sobre a efectivação dos direitos humanos em Angola, numa acção que pretende contribuir para a adesão de Angola ao mecanismo de revisão periódica universal.

A Associação Construindo Comunidades, Centro Cultural Mosaiko, Associação Omunga, Acção Angolana Para o Melhoramento e Apoio ao Meio Rural, Kitomavo Comunidades, Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, Organização de Ajuda ao Desenvolvimento Comunitário, Visão Angolana Para Protecção e Assistência Popular, Associação para o Desenvolvimento da Saúde em Angola e Centro Nacional de Aconselhamento, foram os autores que atestam o quadro vigente dos direitos humanos em

Angola.

Os grandes temas do relatório

O documento, a que este jornal teve acesso, apresenta seis tópicos referentes à temática dos direitos humanos, espelha as preocupações latentes das organizações que subscreveram esta acção, bem como apresenta algumas alternativas para as garantias e liberdade dos direitos.

O direito à habitação, educação, saúde, terra, associação e direito de participação e manifestação, foram os temas aflorados neste documento que, de acordo os signatários, já foi submetido ao Estado angolano e aos sistemas regional e internacional de direitos humanos.

O relatório indica que no domínio da habitação, de acordo um levantamento feito num período de seis anos, entre 2001 e 2007, aproximadamente mais de 30 mil pessoas foram desalojadas, salientando ainda que apesar de vários casos que foram levados aos tribunais, até à data presente não se conhece o seu desfecho.

De igual modo, o documento inclui as mais recentes demolições ocorridas nos bairros Bagdad e Iraque, no mês de Julho, apontando para a destruição naquele espaço de cerca de 3 mil casas, para além de chamar atenção da intenção das administrações das cidades costeiras de Benguela e do Lobito que anunciaram o desalojamento de seis bairros para a construção de hotéis e complexos de luxo.

Ao que consta, os aproximadamente 50 mil habitantes de dois bairros, agora ameaçados de novo pelo crescimento propiciado pela paz, a maioria das famílias afectadas foram deslocadas pela guerra, foram realojadas nestas zonas pelas administrações locais que nunca atribuíram a documentação legal aos moradores destes bairros.

A definição pelo Estado das áreas de reservas fundiárias por todo o país, para além do novo Código Mineiro a ser aprovado pretender criar zonas restritas para todos os recursos minerais em todo o país, foram apontadas como causas do eventual aumento do número de desalojados nos próximos anos.

O anúncio da construção de um milhão de casas durante quatro anos mereceu também uma abordagem das dez ONG, que consideram não serem claras, até agora, as condições de acesso, para além de criticar a estratégia de kits de construção anunciados, cujo valor situa-se em 22 mil dólares americanos, bem como os créditos especiais criados para os jovens, enfatizando que os mesmos deverão ter acesso a um emprego formal, quando o quadro aponta que a maioria da população vive da economia informal.

No domínio da educação, reconhece-se o aumento da taxa de escolarização e alfabetização em Angola. No entanto, este esforço ainda não é suficiente e as ONG consideram que o sector da educação continua a não • ser prioridade ao fim de sete anos de paz, pois apenas 7,14 por cento do Orçamento Geral do Estado é destinado ao sector, apesar de nos últimos três anos sofrer um certo incremento.

O aumento dos investimentos feitos no sector da educação, de acordo com o documento, é tido como sensível, porém ainda insuficientes para compensar os níveis ainda altos de analfabetismo dos adultos, que nos últimos quatro anos recebeu 0,01 % (2004), 0,03% (2005), 0,28% (2006) e 1,15% (2007) do orçamento geral da educação.

As ONG subscritoras desta acção auguram um maior investimento no sistema de saúde, tendo em conta as necessidades das comunidades no acesso ao serviço de saúde, quando até indicadores apontam que valores brutos aumentaram a proporção do OGE consagrada à saúde, passando de quase 5 % em 2004 a menos de 4 % em 2006.

Porém, à semelhança da leitura feita no domínio da educação são tidos como insuficientes ainda. O relatório realça o facto dos orçamentos dedicados aos sectores da educação e saúde agrupados, serem inferiores aos órgãos de defesa e segurança.

Lei de terras exclui camponeses

Apesar da Lei de Terras apresentar avanços significativos, esta continua a não ser explícita em relação à existência de um sector tradicional, no caso, agro-pastoril, cuja sobrevivência e desenvolvimento depende do reconhecimento explícito e da sua defesa por parte do Estado.

Esta foi uma das inquietações constatadas no domínio do direito à terra, para além de denunciar o crescente aumento de conflitos gerados pela ocupação ilegal de terras das comunidades agro-pastoril por parte de empresários, facto que ameaça a segurança alimentar, a estabilidade social e a sobrevivência das comunidades.

A necessidade do acesso a créditos bancários por parte dos camponeses e criadores de gado, especialmente os agro-pastoril do Sul de Angola, foi também um dos pontos focados no tocante ao direito à terra.

No âmbito do direito de associação, as ONG consideram que continua a ser difícil o processo de legalização destas organizações em grande parte das

províncias do país, devido a não uniformidade na implementação das leis das associações, facto que obriga algumas associações a se deslocarem para Luanda onde requerem a sua legalização.

Tal encontra explicação no facto da Unidade Técnica de Coordenação de Ajudas Humanitárias (UTCAH) não ter visto o seu papel redefinido desde o fim da guerra, uma vez ter sido criada num contexto de guerra, e tinha o mandato de coordenar as acções de ajudas humanitárias.

No tocante ao direito de participação e manifestação, o relatório de implementação dos direitos humanos em Angola, alerta para o facto do pessoal afecto às várias organizações sociais de defesa dos direitos humanos terem sido ameaçados, desalojados, maltratados e em certos casos presos.

Demolições e privatização de equipamentos sociais; De realçar que nas questões de desalojamentos, o documento menciona que o direito de participação aos lesados são coarctados, pese embora informados nunca são consultados.

Um exemplo claro desta situação vem da província de Benguela, onde uma comunidade composta por seis bairros está sob a ameaça de demolição, mas ainda não foram informados oficialmente, estando mesmo já estão proibidos de fazerem uso do cemitério que atende a comunidade. Por fim, um outro facto que salta à vista das ONG é o que se passa na cidade de Lobito, onde infra-estruturas públicas, como o Hospital Pediátrico, a maternidade, parques de jogo estarem a ser privatizadas sem que a população possa participar nas decisões tomadas em relação à sua cidade.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas criou, em Junho de 2007, o "Mecanismo de Revisão Periódica Universal", um novo instrumento para acompanhamento da implementação dos Direitos Humanos pelos Estados Membros da ONU.

O mecanismo consiste no diálogo construtivo entre Estados, Sociedade Civil e Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, que apresentam relatórios, os quais avaliam o estágio actual de cumprimento das obrigações internacionais assumidas em direitos humanos.

7.2 Plano de distribuição de terrenos em Luanda pode descarrilar

Agora 3 de Outubro de 2009

A desorganização e falta de capacidade de resposta para atender a população que deseja obter terrenos, no quadro do programa de fomento habitacional, que visa a construção de 1 milhão de casas até 2012, são alguns dos indicadores de que o pelouro de Francisca dos Espíritos Santo terá ignorado as orientações do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O pretexto apresentado recentemente pelo vice-governador de Luanda para a Área Técnica, não foi bem digerido pela população que atribuiu certificado de incompetência aos funcionários daquele sector, durante o programa "microfone em brasa" da Rádio Eclésia.

Bento Soito havia dito que o processo foi suspenso temporariamente para capacitar as administrações municipais e criar uma base de dados, quando o Ministério do Urbanismo havia exigido dos governos provinciais rigor e transparência, assim como a criação de condições para o sucesso desta iniciativa.

Aquela instituição alertara para que não fossem distribuídos terrenos que não possuíssem plano de urbanização.

As administrações municipais receberam 49 mil pedidos de cedência de terrenos, quando estariam apenas à disposição 9 mil lotes.

Os interessados terão pago uma caução de 2.500 Kwanzas e estima-se que o governo provincial teria arrecadado mais de 100 milhões de Kwanzas. A este valor juntar-se-á outros entregues por munícipes que, depois de cumpridas as obrigações bancárias, não conseguiram dar entrada dos documentos, devido à paralisação do processo. Até agora é desconhecido o destino a ser dado a este dinheiro, bem como o arranque da segunda fase do projecto.

Segundo apurou o AGORA, muitos destes pedidos serão para fins especulativos. Os requerentes irão apenas ganhar a titularidade, mas não serão eles a construir.

O padre Malamba, que profetizou uma probabilidade de 50% para o fracasso do processo, é de opinião que faltou da parte das autoridades a planificação e base de dados sobre os terrenos existentes e o registo das pessoas que já beneficiaram nas outras fases.

Outra das razões apresentadas pelo prelado, que poderá condicionar o sucesso do projecto, prende-se com o facto de não terem sido criadas equipas multidisciplinares.

No entender do sacerdote, que falou à Rádio Eclésia, para além de haver desconfiança e conformismo na política de habitação, o projecto é ilusório, na medida em que alguns municípios não dispõem de reservas, como são os casos do Rangel e Ingombota.

A iniciativa surge numa altura em que as pessoas que viviam nas chamadas zonas de risco ainda não estão convenientemente realojadas.

7.3 Moradores do «Dangereux» temem «Camartelo» do GPL

Semanário Angolense 3 de Outubro de 2009

Alguns moradores do bairro Dangereux, ao município do Kilamba Kiaxi, estão apreensivos devido a rumores de que verão as suas casas também demolidas pelo «Camartelo» do Governo Provincial de Luanda, na sequência da vaga de demolições havidas no «Iraque» e em «Bagdad», conglomerados já destruídos com os quais faz fronteira.

A notícia sobre a eventual demolição do bairro corre solta, estando os moradores bastante preocupados com a sua sorte. A dúvida que subsiste é quando será que o GPL enviará as suas «máquinas diabólicas» para os pôr abaixo as suas casas, tal como aconteceu com os seus vizinhos do «Iraque» e «Bagdad».

Segundo soube o *Semanário Angolense*, alguns moradores do bairro, que albergará perto de 50 mil pessoas, continuam a viver em casas inacabadas por falta de dinheiro ou mesmo em cubatas feitas de chapas de zinco como forma de salvaguardarem os espaços que conseguiram alegadamente dentro dos marcos da lei, sendo estes os que estão mais preocupados com a notícia sobre uma eventual investida do governo contra eles.

«Ao invés de vir partir as nossas casas, o governo devia é preocupar-se em melhorar as nossas condições de vida, com projectos virados para o fornecimento de água e energia eléctrica, bem como para o saneamento básico», comentou uma das fontes deste jornal.

Um popular identificado por Américo Sebastião, que chegou a Luanda proveniente do Cunene no tempo quente da guerra civil, disse que, se lhe partirem novamente a casa, será a segunda vez que tal acontecerá. «E da primeira vez, nem fui indemnizado pelo governo, como acontece noutras partes do mundo», lamentou.

«O governo provincial, se tiver de fazer isso, terá de preparar condições para o realojamento dos sinistrados», recomendou. Américo Sebastião apela

ainda para que as autoridades, se decidirem pela demolição do bairro, que, além de avisar, providencie condições de realojamento para os eventuais sinistrados, já que seria desumano atirar milhares de famílias para o relento.

César Adriano, originário do Kuando-Kubango, diz que já viveu em dez bairros diferentes por causa das demolições. Agora no bairro Dangereux, onde se fixou há três anos, passou a viver com o coração nas mãos, em face da notícia de que o conglomerado será a próxima vítima do «Camartelo» do GPL.

«Se o bairro for demolido, ficarei sem eira nem beira com os meus 10 filhos», manifesta. Viúvo, César Adriano vive apertadíssimo com os seus rebentos numa casinha de quarto e sala. Diz que não tem mais onde recorrer se voltar a ser expulso do pequeno espaço que conseguiu para si e para a família. «o governo não pode estar a agir como se fosse um maluco, partir casas do povo quando bem entender, humilhar as pessoas, quando podia fazer coisa melhor a seu favor», exorta.

Matias Tunda, por seu lado, distraído, diz nada saber sobre uma possível demolição do bairro em que vive, «Estou aqui há pouco tempo e desconheço o assunto. Mas, se assim for, será uma grande injustiça», disse simplesmente.

7.4 Governo supera os brancos colonialistas em maldade

Folha 8 03 De Outubro de 2009

A maka dos terrenos A pouca vergo do Governo, depois de retirar, melhor, esbulhar os cidadãos do Iraque e Bagdad, isto sem falar dos da lha, Boavista, Cazenga, Chicala, Samba, Morro Bento, e daqui a alguns dias poderá ser Katambor, para satisfazer aos interesses das empresas imobiliárias e de construção Civis estrangeiras que não querem por perto dos seus condomínios os pobres autóctones negros.

E diante de tudo isso o que o povo vê? Apenas a omissão governamental e o facto de ter prometido a venda de terrenos a pessoas que se lhe habitassem desde que depositassem desde que desde que depositassem 1500 Kz no BPC e depois entregassem os papéis à Administração.

Uma brincadeira e humilhação foi vermos milhares de pessoas a terem de ficar a enfrentar uma descomunal bicha, madrugada dentro, para tentar entregar os processos, na maioria dos casos sem êxito, mesmo depois de três ou mais dias num total de dezenas de horas de espera.

O mais grave é que tudo isto cheira à publicidade enganosa, por, o Governo dizer que vai vender, mas omite um elemento básico, a realidade. Os terrenos prometidos no momento da pronúncia da promessa ainda fazem parte do mato espesso, profundo, por vezes incerto, não se sabendo se vai ser aqui ou acolá!

Nessas condições, a promessa em caso algum poderá ser sustentada, pois não se pode prometer o que não temos.

Aquilo que deveria ter sido feito em primeiro lugar, seria delimitar as zonas a lotear, para se saber a quantos talhões as pessoas poderiam concorrer.

As referidas zonas e respectivos lotes deveriam sempre beneficiar de documentação "ad hoc" com as atinentes localizações; mas nada disso aconteceu nem acontece e mais uma vez o Estado surge aqui como fih'1.lra de má fé a humilhar os seus cidadãos.

Guardamos, na nossa memória, as vicissitudes do tempo, em que o colono era rei no país, mas nem os brancos, deixemos os sofismas de nos refugiar no colono português, tratavam desta forma os negros angolanos.

Também nunca se viu, em tão pouco tempo, negros serem esbulhados com armas de fogo, por homens da mesma raça no poder, os que num passado recente haviam prometido um mundo melhor e o respeito inteiro pelos direitos de cidadania. Tudo mentira!

O que se passou é uma vergonha que ficará na história como aprendizagem de democracia, paga pelo povo em detrimento da sua prosperidade e em prol do enriquecimento exclusivo de meia dúzia de nababos que ainda hoje ocupam postos de liderança no Governo de Angola.

A forma como o Governo tem estado a vergar-se ao capital e a confirmar as populações ao Zango e Panguila leva-nos, um quanto eufemisticamente, aos campos hitlerianos de Auschwitz e outros centros de concentração do horror, onde se juntavam como se fossem bestas de carga, os judeus no que toca à Auchwitz árabes palestinianos, vietnamitas, coreanos, espanhóis ou negros angolanos no que diz respeito a outros campos imitados do exemplo alemão.

A máquina da discriminação e exclusão deste Governo, consciente ou inconscientemente, aprendeu a lição e avança a toda velocidade; afasta gente das suas zonas de residência, sem dar hipótese de defesa da sua parte.

Gente.

Mas raia pequena, todos os negros considerados pobres e sem condições de viverem ao lado dos condomínios da classe média e alta. Aliás, talvez seja por este facto que o Presidente pretende o modelo sul-africano, pois o Apartheid excluía as populações negras dos centros urbanos e dos passeios onde passava a minoria branca. Aqui em Angola são os passeios da minoria endinheirada!

Dizer que o Governo poderia conceder a cada angolano, dada a extensão do território nacional e a pouca população, cerca de 15 milhões de almas, pelo menos 10 hectares por habitante à nascença, deixa a planar no auge dos nossos sonhos e no alto da nossa cabeça, a quimera lançada como areia aos olhos do povo de Angola pelo "guia imortal", "resolver os problemas do povo"!

Não há soluções para os problemas do povo, enquanto for possível organizar de raiz crises financeiras como a última que desde há um ano atrás nos assola. Trata-se, nesse caso, como actualmente em Angola, com esta furiosa correria aos bens imobiliários, duma repetição do que se passou na Europa e em outras partes do mundo, diga-se, mas sobretudo na Europa da Idade Média, com a formação de uma classe de elite que veio a ser dona de tudo e de quase todo o continente: a NOBREZA.

7.5 «Há desinformação»

Semanário Angolense 3 de Outubro de 2009

O administrador municipal do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia, disse, em conversa com o SA, que não existe nenhum plano de demolição do bairro Dangereux, por ter sido erguido de acordo com as normas legais.

«Haverá demolições, mas não propriamente no bairro Dangereux», esclareceu, informando que o «alvo» eram as construções ilegais erguidas na zona fronteiriça com a urbanização do «Lar do Patriota», que pertence a esta cooperativa. Segundo ele, a população está simplesmente desinformada.

Ao contrário, como diz, em relação ao bairro Dangereux, a administração municipal tem estado a fazer esforços para melhorar os serviços públicos no local. José Francisco Correia reconhece que o «Dangereux» é um bairro que nasceu de forma organizada, sendo o resultado do assentamento de cidadãos desalojados de Talatona.

Nele vivem perto de 50 mil habitantes, segundo dados da administração municipal.

7.7 Terrenos para a construção de casas estão identificados

Jornal de Angola 9 de Outubro de 2009

A província do Kwanza-Norte tem já 1 04 hectares de reservas fundiárias a nível de oito dos dez municípios, informou, terça-feira, em Ndalatando, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação local, Arlindo Lidador.

Arlindo Lidador disse que a quantidade de hectares é baixa, daí que já foram identificados mais 2.510 hectares para reservas fundiárias.

No Kwanza-Norte serão construídas casas dos tipos T1, T2 e T3, com a participação dos sectores público e privado e de cooperativas, um trabalho que terá a supervisão do Estado, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que vai beneficiar 21 mil pessoas na província.

Segundo o director provincial do Urbanismo, o programa de ordenamento para o município de Cazengo vai ser baseado no projecto urbanismo e habitação, que vai conferir conforto habitacional.

A construção de novas centralidades vai oferecer às pessoas condições para um melhor conforto habitacional, disse.

Arlindo Lidador disse ainda que estão em estudo formas de requalificação sem fazer a transladação de pessoas para outras zonas.

7.6 Desalojamentos forçados chegam às Nações Unidas

Angolense 03 a 10 de Outubro de 2009

Paralelamente ao informe que o Governo angolano prepara, em relação ao qual pouco ou nada se sabe, dez organizações da sociedade civil apresentaram às Nações Unidas um relatório sobre a situação de direitos humanos no país, denunciando o desalojamento, entre os anos de 2001 e 2007, de mais de 30 mil cidadãos.

Já em posse do Comité dos Direitos Humanos da ONU, o documento avança que em Julho do ano em curso 3.000 casas foram destruídas num bairro pobre de Luanda, prevendo-se demolições em seis bairros de Benguela e do Lobito, cidades vizinhas, com o espectro de desamparo a tirar o sono a mil e 35 mil pessoas, respectivamente.

Tais bairros, acrescenta o relatório, serão dominados por hotéis e complexos de luxo. Ainda sobre o "Direito

à Habitação», o primeiro dos seis temas eleitos pelas organizações subscritoras, lê-se que os recentes relatórios oficiais endereçados aos sistemas regional e internacional da ONU não fazem referência a desalojamentos forçados e pagamento de indemnizações.

Elas receiam que as reservas fundiárias e a aprovação, sem emendas, do Código Mineiro possam aumentar o número de desalojados em todo o país. Na sua óptica, o Código Mineiro pode dar lugar a zonas restritas para todos os recursos minerais, inclusivamente para a construção civil.

O relatório/sombra das organizações da sociedade civil sublinha que o acesso às casas (1 milhão) prometidas pelo Governo na altura da campanha eleitoral não está claro, uma vez que se fala na compra de kits de material de construção, créditos especiais para jovens e outros elementos que complementam a «escuridão».

Por outro, pergunta ao Governo, entre o conjunto de esclarecimentos indispensáveis à melhoria da situação, os mecanismos para uma justa indemnização das famílias desalojadas e as razões para a falta de títulos de propriedade a favor das mesmas.

Quanto a sugestões, destaque para a criação de um plano director de habitação que possua uma componente direccionada aos desfavorecidos e a construção de habitações condignas para as famílias vítimas de demolições. •

7.8 Angola tem 30 milhões de hectares

Jornal de Angola 15 de Outubro de 2009

Angola possui 30 milhões de hectares de terra por explorar, sendo que apenas cinco milhões estão a ser utilizados por cooperativas de camponeses e empresários. A informação foi prestada pelo director nacional da Agricultura, Domingos Nazaré Veloso, que representou o titular da pasta, no seminário sobre oportunidades de negócios, investimentos e cooperação com o Nordeste do Brasil.

Aquele responsável afirmou que Angola, depois da República Democrática do Congo, possui grandes recursos florestais. No quadro do Programa Executivo do Governo para Angola para o quinquénio 2009/2013 prevê-se a exploração de madeira, de quatro milhões para oito milhões de hectares.

No entanto, a aposta consiste no sector do agro-

negócio, investigação agrária, crédito rural, comercialização rural, gestão sustentável e recursos naturais.

Entretanto, a empresa brasileira Petrobrás vai investir em Angola, até 2013, três mil milhões de dólares, na actividade petrolífera, informou terça-feira, o embaixador do Brasil em Angola, Afonso Cardoso.

Tal como a petrolífera Petrobrás, Afonso Cardoso lembrou, durante o seminário que reuniu 60 empresários brasileiros, que a empresa Camargo Corrêa investiu 250 milhões de dólares na construção da fábrica de cimento na cidade do Lobito (Benguela).

Afonso Cardoso recordou que, no período de 2002 a 2008, as trocas comerciais entre os dois países registaram um avanço significativo. O diplomata brasileiro adiantou que no ano transacto, atingiu os 4,3 mil milhões de dólares, sendo que no ano de 2002, as trocas entre os dois países atingiram os 200 milhões de dólares.

Afonso Cardoso apelou aos investidores brasileiros no sentido de criarem laços de negócios com empresários angolanos, para benefício de ambos países.

O diplomata considera crucial a aposta na cooperação entre os dois países, porque visa impulsionar as relações comerciais e contribuir para a economia.

Afonso Cardoso lançou um desafio aos investidores brasileiros para que apostem na agricultura, que constitui o cerne do Governo para diversificar a economia e diminuir a dependência do petróleo. Por outro lado, intensificar investimentos na capacitação dos quadros e aperfeiçoar os recursos humanos, para que Angola e Brasil participem da economia internacional da forma mais competitiva.

Investimento internacional da Petrobrás

A petrolífera brasileira Petrobrás tem um plano de investimento internacional de 15,9 mil milhões de dólares, para o quinquénio 2009/2013, sendo que 44 por cento dos quais ficam reservados para os Estados Unidos da América e para a Argentina.

Os Estados Unidos, com 28 por cento do total, e a Argentina, com 16 por cento recebem as maiores parcelas do investimento internacional da Petrobrás, enquanto que a Nigéria recebe 12 por cento.

7.9 Ocupação anárquica de terrenos cria dificuldades na

construção de infra-estruturas básicas

Semanário Factual 09 a 16 de Outubro de 2009

O engenheiro lembra que "construir com base num croquis de localização, dentro de um terreno talhado, delimitado, demarcado ou outros parâmetros, todos são factores cartográficos que permitem a construção de redes viárias, de saneamento, de distribuição de água e electricidade para qualquer empreendimento que se preze.

Para o especialista, o não enquadramento no sistema de informação geográfica dos novos bairros ou outros empreendimentos dificulta, do ponto de vista técnico, a criação de mecanismos que visem dar vida a qualquer parcela de terra".

Sustentou que todo o terreno construído ou baldio tem de estar incluído no sistema cartográfico para facilitar o futuro desenvolvimento, quer económico como social. Daí que o governo tem estado a sensibilizar as comunidades quanto à necessidade das construções serem dirigidas, obedecendo aos perfis arquitectónicos definidos".

Sublinhou que "antes de se construir algo em qualquer terreno existe um mapa com as informações da área e, após qualquer obra, deve-se elaborar outro incluindo os novos dados resultantes das alterações".

"A cartografia aparece antes e depois, dos empreendimentos. É necessário explicar-se às pessoas que as políticas ligadas à construção de quaisquer obras devem obedecer a regras científicas e não de forma anárquica, até porque, em última instância, os principais beneficiários são as próprias comunidades", asseverou.

Quanto à cartografia em Angola, José Manuel afirmou que com o alcance da paz se deu o fenómeno da expansão das cidades, vilas e aldeias, bem como de novas estradas, pontes, caminhos-de-ferro, etc., aspectos que levaram, de certa forma, à desactualização dos mapas existentes",

Destaca que, entretanto, são notórios os esforços que o governo tem estado a fazer para a actualização destes importantes instrumentos, com a implementação do programa nacional de cartografia, actualmente em curso.

Recordou que a actualização das cartas geográficas deve ser, por norma, de cinco em cinco anos, o que não aconteceu devido ao sobejamente conflito armado que o País viveu.

José Manuel assinalou que, apesar dos anos de conflito, o governo sempre prestou atenção ao sector, sendo que os mapas presentemente em uso foram feitos na época da expedição da ex-União Soviética e, mais recentemente, actualizados pelo Japão.

"Importa referir que os mapas na escala 25 mil se encontram actualizados, enquanto os de cem e 250 mil estão ligeiramente tocados devido às últimas acções de reconstrução. Ainda assim, quer nacionais ou estrangeiros, podem, perfeitamente, guiar-se pelas cartas existentes", enfatizou.

Relativamente ao programa do governo em curso, destacou que este visa, entre outras acções, a instalação das estações de referência, que vão permitir que os pontos sejam coordenados com maior precisão, e o projecto de modernização da rede Geodésica, com o fim de uma cartografia de ponta.

O docente universitário fez saber que as acções do governo no sector são coordenadas pelo Instituto Geodésico e Cadastral de Angola (IGCA), sob tutela do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O termo Cartografia foi pela primeira vez sugerido pelo historiador português, Manuel Francisco Carvalhosa, numa carta dirigida ao historiador brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagem, datada de 08 de Dezembro de 1839.

Genericamente define-se a cartografia como ramo da ciência que se ocupa da representação gráfica da terra ou parte dela, numa superfície plana. Podemos ainda defini-la como ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas.

A Associação Cartográfica Internacional (A. C. I.), em 1966, definiu a cartografia como um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, a partir dos resultados de observações directas ou da análise de documentos, intervêm na organização, preparação e execução de mapas, bem como da sua utilização.

Tendo em conta o acima referido, pode-se concluir que a cartografia é uma ciência, uma técnica e uma arte.

É uma ciência porque estuda os modelos matemáticos que permitem a representação da terra, fazendo o uso dos sistemas de projecção vocacionados para a minimização e optimização das deformações resultantes na representação plana da superfície terrestre.

Como Técnica, usa os meios técnicos disponíveis neste domínio para a recolha e tratamento de dados que

necessita. Como Arte, aplica a generalização cartográfica em que a fidelidade da informação é conjugada com harmonia da representação dos fenómenos.

A cartografia tem como objectivo reproduzir mapas diversificados representando o principal e o fundamental das linhas típicas e características particulares da realidade do terreno em causa.

Concretamente sobre Angola, pode se dizer que o seu vasto território apresenta uma cobertura cartográfica exígua e um tanto quanto desactualizada, pelas razões já acima referidas, originando com isso diferentes constrangimentos na disponibilidade de documentos cartográficos e actividades afins para apoio à implementação de projectos em diferentes sectores de trabalho.

Tendo em conta esta realidade e a importância que o sector tem para o desenvolvimento, daí a preocupação do governo em sensibilizar as comunidades quanto à ocupação de terrenos para qualquer fim.

A cartografia produz, por exemplo, mapas topográficos e temáticos que constituem um recurso indispensável de consulta para diversas esferas da economia nacional e defesa do País, pois recorre-se aos dados cartográficos para a planificação dos pontos povoados, balanço e gestão de recursos naturais, agrícolas e florestais e a planificação e prospecção de recursos minerais e petrolíferos.

A cartografia, é igualmente fundamental na planificação e no controlo do ambiente, na oceanografia e no manejo do litoral, bem como trabalhos de investigação científica, etc.

Neste contexto, passos importantes devem ser dados em matéria de estudo da produção da base cartográfica a escalas grandes, pois é a necessidade do momento, para que o estudo e a investigação dos espaços terrestres e marítimos angolanos sejam eficientes, de modo a fazer face à problemática da posse de terra a nível nacional e a expansão da plataforma continental.

Realçar que Angola não possui uma cobertura cartográfica a nível nacional em todas as escalas. O que significa dizer, mais concretamente, que temos zonas sem os mapas na escala 1/ 2000 ou 1/5000, isso devido ao facto de até agora não estar superado o problema da rede geodésica nacional.

7.10 OMUNGA pede intervenção da procuradoria sobre desalojamentos forçados

Angolense 10 a 17 de Outubro de 2009

A 06 de Outubro de 2009, por volta das 14H30, o Coordenador da OMUNGA compareceu na Secção Municipal da Polícia de Investigação Criminal do Lobito, em resposta a uma solicitação daquela instituição, Ofic. Nº 201/09, de 30 de Setembro de 2009, a fim de prestar declarações, informou esta organização em nota de Imprensa.

Recebeu ali a informação sobre a matéria do processo e sobre o motivo da solicitação de prestação de declarações. O citado processo foi aberto mediante queixa apresentada por um senhor de nome MORAIS contra alguns cidadãos, entre os quais o de nome Luciano, por achar que estes mesmos cidadãos ocupam ilegalmente as instalações de uma bar, que o queixoso considera serem sua propriedade, localizadas no recinto da Feira do Lobito.

A queixa prende-se com o presumível incumprimento por parte dos ocupantes, de um contrato que foi supostamente firmado entre o Sr. MORAIS e os respectivos senhores que garantia que estes abandonassem o local em prazo fixado e já terminado.

Por outro lado, possivelmente o Sr. Luciano enquanto prestava declarações no processo, teria frisado que não abandonou as referidas instalações porque tem recebido informações da OMUNGA para não o fazer. Resumindo, são estes os factos apresentados que argumentaram a solicitação da OMUNGA para prestação de declarações no mesmo processo.

Perante isto, o Coordenador da OMUNGA informou que nada tem a declarar. Aproveitou para informar que também o MPLA, considerando-se também como presumível proprietário de todo o recinto da Feira, está interessado em fazer com que todos os cidadãos que ali vivem (mais de 250 famílias), abandonem o local, havendo informações de que a Administração Municipal do Lobito está neste momento empenhada em localizar terrenos para o seu assentamento, e que este caso está a ser acompanhado pela associação OMUNGA.

7.11 Aceso braço-de-ferro no Huambo

A Capital 24 de Outubro de 2009

Permanece o clima de tensão entre o Governo Provincial do Huambo e os populares detentores de fazenda nas proximidades da sede provincial. Em causa está a usurpação de fazendas por parte de alguns membros do governo local, pertencentes a mais de

cinco mil camponeses organizados.

Entre os acusados de usurpadores pelos sobas da região, dentre outros nomes, constam quadros seniores do Governo do Planalto Central, de que não se descarta o governador cessante e o actual, além de empresários, muitos dos quais ligados ao negócio da construção de casas, com o pretexto de se tratar de «reserva fundiária do Estado».

«Quando eles se referem à reserva fundiária do Estado, serve apenas para amedrontar a população», quase sempre colocando à frente o nome do MPLA E que, por exemplo, começa a cair por terra o projecto de constituição de uma cooperativa e associação de camponeses do Huambo, acreditando que a corda poderá rebentar pelo lado mais fraco.

Recentemente, a directora provincial do Urbanismo e Habitação, identificada apenas por Ana Paula, foi vista reunida com os sobas, ao que se diz com o propósito de «seduzir» e convencer os populares a abandonarem as suas terras. O braço-de-ferro existente deve-se ao facto dos 450 hectares cobiçados e pela edilidade local pertencerem à associação de camponeses e da Cooperativa Agrícola da região, que têm, entre outros objectivos, além da agricultura, a construção de residências de acordo com a realidade daquela população rural.

Os camponeses fizeram saber, recentemente, que a Embala em que se encontram é constituída por cinco bairros; perfazendo um total de cinco mil habitantes, sendo que o terreno está legal, embora a directora do Urbanismo e Habitação tenha vindo a terreiro alegar serem falsos, por considerar que «as assinaturas são todas do governo do Huambo».

Fala-se que, no entanto, tanto Ana Paula, como os demais membros do governo local, que cobiçam propriedades alheias, sob alegação de se tratar de reservas do Estado, um novo modismo no léxico dos dirigentes angolanos, estarão a disparar sobre os próprios pés, visto que o projecto da cooperativa e associação dos camponeses enquadra-se no âmbito do programa do MPLA de construção de um milhão de casas, que se propõe realizar no quadriénio 2009-2012.

Um fazendeiro, que se vê ameaçado pela recente tentativa de desapropriação, considera que tal tem a ver com uma perseguição movida contra o presidente da Cooperativa Agrícola do Huambo, identificado apenas por Tomás, com vista a boicotar as suas iniciativas, como foi o caso da reabilitação, sem qualquer contrapartida financeira, nem material, do jardim da

estufa.

7.12 Tchizé comprou o bairro Katambor

Terra Angolana 10 a 24 de Outubro de 2009

A consultora da comissão de gestão da TPA Tchizé missão, de gestão da TPA, Tchizé dos Santos, disse ao programa "Horas Quentes" do canal 2 que as pessoas que falam de si não têm trabalho. "Eu tenho muito trabalho, vão arranjar também trabalho" disse a jovem batalhadora quando questionada pelo humorista: Pedro Nzaji se corresponde a verdade a informação de que comprou o bairro Katambor.

A também deputada e empresária de sucesso disse ainda na entrevista que as pessoas sabem que eu sou impulsiva dando a entender que não leva desaforo para casa.

Tchizé d citada com certa frequência na imprensa. Há duas semanas, o Jornal Folha 8, editou uma manchete dizendo que ela comprou o bairro Katambor.

7.13 Há quem pagou por um terreno e ficou com documentos na mão

A Capital 17 a 24 de Outubro de 2009

No município de Viana, encontramos a senhora Inocência. Moradora do projecto Morar, ela supõe que este município é o que mais pedidos deve ter feito, atendendo o número de pessoas que pernoitava defronte à Administração.

«Viana possui uma vasta reserva fundiária, o que terá atraído as pessoas e é também o município que mais desordem apresentou no atendimento às populações», frisou, ao acrescentar que não conseguiu, contudo, «dar entrada ao meu processo, mesmo depois de ter pago no banco».

«O que quero agora é apenas o meu dinheiro de volta ou que, pelo menos, recebam o processo, Porque ainda hoje vi pessoas a entregarem as fichas do banco», manifestou.

Cristina Veríssimo, moradora do bairro Dimuca, algures ao município do Sambizanga, foi até Viana na esperança de conseguir, por esta iniciativa governamental, um terreno.

«Tenho 35 anos de idade, casada e mãe de seis filhos. Vivo numa casa de renda há nove anos», explicou Cristina, cujo marido é motorista e auferem um salário

insuficiente para comprar terreno, segundo ela, normalmente vendido a seis ou 10 mil Dólares.

«Fiz tudo durante duas semanas, mas nem no esquema consegui, porque o que mais preciso é ter a minha casa própria».

Margarida Venâncio, 30 anos, ex-moradora do bairro Iraque, que viveu muito recentemente o triste episódio das demolições que deixaram até ao momento muitas famílias ao relento, também optou por remeter solicitação de terreno.

«Vivia no Iraque, onde perdi a casa que tinha acabado de construir por esforço próprio. O meu marido não tem emprego, faz biscates uma vez a outra». Foi pelos favores de uma funcionária da Administração que Margarida conseguiu dar entrada do seu processo e a nota de pagamento do banco».

«Espero que tudo corra bem, porque temos estado a pernoitar no quintal de uma irmã». Sebastião Miguel Luís, de 39 funcionário público, pai de três filhos é de opinião que se abrisse uma excepção, para as pessoas na condição dele.

«Gostaria que o Governo abrisse uma excepção, para os que trabalham, porque não vamos todos abandonar os locais de trabalho, para aguentar a bicha durante uma semana», sugeriu.

Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso, administrador do município de Cazenga, contactado a propósito desta aflicção dos populares, afirmou que a paralisação do processo surgiu de uma orientação da governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo.

«Nós inscrevemos 229 processos que pagaram e deram entrada formal dos seus processos. Dois mil e 800 receberam fichas e não foram a tempo de reunir os requisitos. Neste momento esperam dar entrada dos seus processos, tão logo se reinicie o processo», esclareceu o administrador do Cazenga.

Os interessados pagaram o equivalente a mil e 500 kwanzas, para os emolumentos de legalização dos seus respectivos processos, sendo por dia atendidas 100 pessoas.

Tany Narciso, foi peremptório ao assegurar que o Cazenga não possui reservas fundiárias capazes de satisfazer a demanda, pelo que os processos que ali deram entrada, serão encaminhados para outros municípios.

Neste momento o sector responsável pelo tratamento e selecção dos processos, trabalha na informatização e identificação dos potenciais beneficiários, porque já foram detectados processos de pessoas que já possuíam casa própria.

De acordo com o administrador do Cazenga, pessoas nesta condição, não podem beneficiar deste programa do Governo, pois, «o programa é para atender aqueles que, na verdade, vivem em arrendamento ou acomodados em casa de familiares, concluiu.

7.14 Vinte e duas pessoas mandadas para rua em benefício de duas

Angolense 17 a 24 de Outubro de 2009

O imóvel em causa está registado a favor da senhora Rita Filipe, desde 25 de Abril de 1939. Em 1975 Rita Filipe celebrou um contrato de arrendamento com o senhor Sebastião António, que passou a morar na casa, cumprindo com a sua obrigação de pagar as rendas.

Após o falecimento da senhora, isso em 1987, Sebastião começou a pagar as rendas do imóvel a sobrinha da proprietária, senhora Esperança. Pouco tempo depois, isso a 22 de Outubro de 1996, Sebastião faleceu, mas os seus filhos continuaram a viver na residência e pagavam as rendas à senhora Esperança. No entanto, esta também faleceu em 2003, passando a cuidar do imóvel a sua filha, Antónia, que, segundo contam os moradores da casa, se recusou de receber as rendas, pois a casa se encontrava completamente degradada. Em 2001, segundo os nossos interlocutores, apareceu na dita residência o senhor Jorge Augusto Baptista, General, filho da amiga da proprietária do imóvel e disse ser o herdeiro da casa.

"Ele queria que nós abandonássemos a casa, mas não aceitamos, porque não havia nenhum documento que comprovasse que ele era herdeiro da senhora Rita Filipe", explicou Pedro Sebastião, morador da residência em causa na altura, como explicou, sem terem chegado a um consenso o senhor Jorge Baptista preparou todo material de construção e começou a erguer um imóvel numa parte do quintal. "Ele era amigo dos fiscais, as vezes passeavam juntos pelo bairro, por isso não teve dificuldades", frisou a fonte acima Citada.

Depois de ter terminado a obra, Jorge Baptista faleceu, isso no dia 1 de Dezembro de 2001, segundo o registo de óbito, a que tivemos acesso. O defunto era solteiro e não deixou herdeiros sujeitos a jurisdição orfanológica e não fez nenhum testamento.

Margarida Teixeira, uma das mulheres do falecido general, fez uma queixa na segunda secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, com o processo número: 2183/04-B reclamando a posse da casa.

Margarida Teixeira invocou o facto de ser viúva do senhor Augusto Baptista, suposto herdeiro do imóvel, com base numa sentença de reconhecimento de união de facto por morte para obter a restituição da posse do mesmo.

Depois de ouvidos os intervenientes e estudo os documentos o tribunal fez a sentença, datada aos 11 de Julho de 2005, assinada pela Juíza, Paula Rangel Cabral, onde ficou decidido o seguinte:

"Nos termos do número 3 do artigo 26º do Código do Processo Civil, dúvidas não restam de que a autora não é parte legítima, pelo que julga-se procedente a excepção de ilegitimidade arguida pelos réus e, em consequência", absolve-se os mesmos da instância. Custas pela autora Registe e notifique".

O Tribunal justificou a sentença argumentando que a autora não disse em nenhum momento como perdeu a posse, acrescentando o facto de que o seu falecido marido era herdeiro intestado da proprietária, sem contudo fazer prova do que alega.

Dois anos depois de ter saído a sentença, isso em 2007, Fernandes Paulo Miguel e Pedro Sebastião, ambos moradores do referido imóvel receberam uma convocatória, mas com um novo processo 0880/07- B.

"O nosso advogado nos mandou aparecer no Tribunal no dia 07 de Outubro de 2008, assim o fizemos, mas não encontramos o advogado, como a convocatória estava com ele não tivemos em que nos fundamentar para ir falar com a Juíza, contaram. Acrescentaram, em seguida, que o seu advogado mandou uma carta ao Tribunal de forma a justificar a falta deles.

"Nos mandaram pagar uma multa de catorze mil Kwanzas por não termos comparecido, assim o fizemos e ficamos aguardando até o dia em que nos chamariam, o que já não veio a acontecer", contaram.

No dia 07 do mês corrente, contam os nossos interlocutores, receberam um documento do seu advogado que se tratava de uma sentença, datada de doze de Junho do ano corrente, assinada pela mesma Juíza, Paula Rangel Cabral, que dava ganho da causa a senhora e, conseqüentemente condenou os réus a

reconhecer o direito de propriedade das auras sobre o imóvel; condenar os réus a restituírem imediatamente as imóveis as auras e condenar os réus a pagarem as custas do processo.

"Nessa sentença encontramos muitos erros. A juíza se contradiz, por exemplo: no primeiro relatório dizem que o senhor Augusto Baptista faleceu ao 28 de Maio de 1985, depois dizem que ele apareceu no ano de 2001. Como é possível?

Se na primeira sentença a senhora era parte ilegítima e não havia apresentado nenhum documento, como é que a juíza diz que ela apresentou documentos que provam que ela é proprietária?

O Tribunal diz que ele, o senhor Augusto Baptista nos recebeu a casa, mas isso não corresponde a verdade. Que tipo de justiça quer fazer nos colocando na rua se vivemos naquela casa a trinta e quatro anos?", interrogaram desesperados. Nesse momento processo já se encontra nos escritórios da Mãos Livres e os moradores do imóvel esperam que a Justiça seja reposta.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Plano de distribuição de terrenos em Luanda pode descarrilar

Agora 3 de Outubro de 2009

A desorganização e falta de capacidade de resposta para atender a população que deseja obter terrenos, no quadro do programa de fomento habitacional, que visa a construção de 1 milhão de casas até 2012, são alguns dos indicadores de que o pelouro de Francisca dos Espíritos Santo terá ignorado as orientações do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O pretexto apresentado recentemente pelo vice-governador de Luanda para a Área Técnica, não foi bem digerido pela população que atribuiu certificado de incompetência aos funcionários daquele sector, durante

o programa "microfone em brasa" da Rádio Eclésia.

Bento Soito havia dito que o processo foi suspenso temporariamente para capacitar as administrações municipais e criar uma base de dados, quando o Ministério do Urbanismo havia exigido dos governos provinciais rigor e transparência, assim como a criação de condições para o sucesso desta iniciativa.

Aquela instituição alertara para que não fossem distribuídos terrenos que não possuíssem plano de urbanização.

As administrações municipais receberam 49 mil pedidos de cedência de terrenos, quando estariam apenas à disposição 9 mil lotes.

Os interessados terão pago uma caução de 2.500 Kwanzas e estima-se que o governo provincial teria arrecadado mais de 100 milhões de Kwanzas. A este valor juntar-se-á outros entregues por munícipes que, depois de cumpridas as obrigações bancárias, não conseguiram dar entrada dos documentos, devido à paralisação do processo. Até agora é desconhecido o destino a ser dado a este dinheiro, bem como o arranque da segunda fase do projecto.

Segundo apurou o AGORA, muitos destes pedidos serão para fins especulativos. Os requerentes irão apenas ganhar a titularidade, mas não serão eles a construir.

O padre Malamba, que profetizou uma probabilidade de 50% para o fracasso do processo, é de opinião que faltou da parte das autoridades a planificação e base de dados sobre os terrenos existentes e o registo das pessoas que já beneficiaram nas outras fases.

Outra das razões apresentadas pelo prelado, que poderá condicionar o sucesso do projecto, prende-se com o facto de não terem sido criadas equipas multidisciplinares.

No entender do sacerdote, que falou à Rádio Eclésia, para além de haver desconfiança e conformismo na política de habitação, o projecto é ilusório, na medida em que alguns municípios não dispõem de reservas, como são os casos do Rangel e Ingombota.

A iniciativa surge numa altura em que as pessoas que viviam nas chamadas zonas de risco ainda não estão convenientemente realojadas.

8.2 Governo supera os brancos colonialistas em maldade

Folha 8 03 de Outubro de 2009

A maka dos terrenos A pouca vergo do Governo, depois de retirar, melhor, esbulhar os cidadãos do Iraque e Bagdad, isto sem falar dos da lha, Boavista, Cazenga. Chicala, Samba, Morro Bento, e daqui a alguns dias poderá ser Katambor, para satisfazer aos interesses das empresas imobiliárias e de construção Civis estrangeiras que não querem por perto dos seus condomínios os pobres autóctones negros.

E diante de tudo isso o que o povo vê? Apenas a omissão governamental e o facto de ter prometido a venda de terrenos a pessoas que se lhe habitassem desde que depositassem desde que desde que depositassem 1500 Kz no BPC e depois entregassem os papéis à Administração.

Uma brincadeira e humilhação foi vermos milhares de pessoas a terem de ficar a enfrentar uma descomunal bicha, madrugadas adentro, para tentar entregar os processos, na maioria dos casos sem êxito, mesmo depois de três ou mais dias num total de dezenas de horas de espera.

O mais grave é que tudo isto cheira à publicidade enganosa, por, o Governo dizer que vai vender, mas omite um elemento básico, a realidade. Os terrenos prometidos no momento da pronunciação da promessa ainda fazem parte do mato espesso, profundo, por vezes incerto, não se sabendo se vai ser aqui ou acolá!

Nessas condições, a promessa em caso algum poderá ser sustentada, pois não se pode prometer o que não temos.

Aquilo que deveria ter sido feito em primeiro lugar, seria delimitar as zonas a lotear, para se saber a quantos talhões as pessoas poderiam concorrer.

As referidas zonas e respectivos lotes deveriam sempre beneficiar de documentação "ad hoc" com as atinentes localizações; mas nada disso aconteceu nem acontece e mais uma vez o Estado surge aqui como fih'1.lra de má fé a humilhar os seus cidadãos.

Guardamos, na nossa memória, as vicissitudes do tempo, em que o colono era rei no país, mas nem os brancos, deixemos os sofismas de nos refugiar no colono português, tratavam desta forma os negros angolanos.

Também nunca se viu, em tão pouco tempo, negros serem esbulhados com armas de fogo, por homens da

mesma raça no poder, os que num passado recente haviam prometido um mundo melhor e o respeito inteiro pelos direitos de cidadania. Tudo mentira!

O que se passou é uma vergonha que ficará na história como aprendizagem de democracia, paga pelo povo em detrimento da sua prosperidade e em prol do enriquecimento exclusivo de meia dúzia de nababos que ainda hoje ocupam postos de liderança no Governo de Angola.

A forma como o Governo tem estado a vergar-se ao capital e a confirmar as populações ao Zango e Panguila leva-nos, um quanto eufemisticamente, aos campos hitlerianos de Auschwitz e outros centros de concentração do horror, onde se juntavam como se fossem bestas de carga, os judeus no que toca à Auchwitz árabes palestinianos, vietnamitas, coreanos, espanhóis ou negros angolanos no que diz respeito a outros campos imitados do exemplo alemão.

A máquina da discriminação e exclusão deste Governo, consciente ou inconscientemente, aprendeu a lição e avança a toda velocidade; afasta gente das suas zonas de residência, sem dar hipótese de defesa da sua parte. Gente.

Mas raia pequena, todos os negros considerados pobres e sem condições de viverem ao lado dos condomínios da classe média e alta. Aliás, talvez seja por este facto que o Presidente pretende o modelo sul-africano, pois o Apartheid excluía as populações negras dos centros urbanos e dos passeios onde passava a minoria branca. Aqui em Angola são os passeios da minoria endinheirada!

Dizer que o Governo poderia conceder a cada angolano, dada a extensão do território nacional e a pouca população, cerca de 15 milhões de almas, pelo menos 10 hectares por habitante à nascença, deixa a planar no auge dos nossos sonhos e no alto da nossa cabeça, a químera lançada como areia aos olhos do povo de Angola pelo "guia imortal", "resolver os problemas do povo"!

Não há soluções para os problemas do povo, enquanto for possível organizar de raiz crises financeiras como a última que desde há um ano atrás nos assola. Trata-se, nesse caso, como actualmente em Angola, com esta furiosa correria aos bens imobiliários, duma repetição do que se passou na Europa e em outras partes do mundo, diga-se, mas sobretudo na Europa da Idade Média, com a formação de uma classe de elite que veio a ser dona de tudo e de quase todo o continente: a NOBREZA.

8.3 Municípios pedem aterro sanitário

Jornal de Angola 5 de Outubro de 2009

Habitantes de Mbanza-Congo defendem que seja construído, urgentemente, um aterro sanitário, em local não habitado, para se dar tratamento adequado ao lixo hospitalar, depositado em local impróprio, de modo a propiciar às populações um ambiente saudável.

O acumulo e queima de lixo produzido pelo hospital provincial do Zaire, junto ao centro sanatório, está a preocupar os municípios de Mbanza-Congo, que consideram o facto um autêntico atentado à vida humana.

Nzola Kuazambi Samuel, um dos municípios abordados a propósito, lamentou o facto de o lixo ser depositado junto da estrada que dá acesso ao seu bairro. Declarou que as entidades hospitalares, com este procedimento, estão a contrariar o seu papel, que é de promover a saúde no seio da comunidade.

O administrador do hospital provincial do Zaire, Pedro Martins Júnior, que reconheceu o perigo que a incineração do lixo representa para a saúde pública, referiu que a situação decorre devido a ausência de um aterro sanitário para o efeito, alegando que a sua abertura é da competência da administração municipal de Mbanza-Congo.

8.4 Vandalismo complica recolha do lixo

O Independente 10 de Outubro de 2009

De um tempo a esta parte, empregados de algumas empresas de recolha de lixo da capital, no exercício da sua missão, têm sido agredidos fisicamente por meliantes armados com arma branca e, por vezes, com pistolas.

Dentre os seis casos de agressão regista dos, dois dos trabalhadores encontram-se em estado grave numa das clínicas da capital. A última agressão ocorreu no município do Sambizanga e teve como vítima o cidadão Francisco Adão, motorista de um dos camiões de recolha de lixo da empresa Elisal.

Segundo a vítima, enquanto procedia ao seu serviço, três marginais vieram em sua direcção. "Começaram por fazer-me zombarias até chegarem ao ponto de me agredir. O ajudante do motorista, vendo o perigo, meteu-se em fuga, temendo o pior!", desabafou.

O director-geral da Elisal, Eng.º Lúcio Martins, afirmou que o quadro tem estado a propagar-se e, com algum cuidado, tem acompanhado o desenrolar dos acontecimentos, que afirma ter como ponto alto o esfaqueamento do cidadão Francisco Adão, que exercia o seu trabalho rotineiro de recolha de lixo no turno da noite.

O director confessou que desconhece as causas que estão na base deste acto de vandalismo, e apela à sociedade civil para que colabore com a Polícia, denunciando os infractores, visto que as vítimas "são pacatos cidadãos que apenas estão a cumprir a tarefa primordial para manter a nossa cidade limpa".

Nestor Goubel, responsável do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Provincial da Polícia Nacional, disse que a corporação já tem estado a trabalhar neste caso. Os especialistas da DNIC têm colhido dados sobre o assunto e já existem resultados positivos sobre os presumíveis autores.

8.5 Desalojamentos forçados chegam às Nações Unidas

Angolense 03 a 10 de Outubro de 2009

Paralelamente ao informe que o Governo angolano prepara, em relação ao qual pouco ou nada se sabe, dez organizações da sociedade civil apresentaram às Nações Unidas um relatório sobre a situação de direitos humanos no país, denunciando o desalojamento, entre os anos de 2001 e 2007, de mais de 30 mil cidadãos.

Já em posse do Comité dos Direitos Humanos da ONU, o documento avança que em Julho do ano em curso 3.000 casas foram destruídas num bairro pobre de Luanda, prevendo-se demolições em seis bairros de Benguela e do Lobito, cidades vizinhas, com o espectro de desamparo a tirar o sono a mil e 35 mil pessoas, respectivamente.

Tais bairros, acrescenta o relatório, serão dominados por hotéis e complexos de luxo. Ainda sobre o "Direito à Habitação», o primeiro dos seis temas eleitos pelas organizações subscritoras, lê-se que os recentes relatórios oficiais endereçados aos sistemas regional e internacional da ONU não fazem referência a desalojamentos forçados e pagamento de indemnizações.

Elas receiam que as reservas fundiárias e a aprovação, sem emendas, do Código Mineiro possam aumentar o número de desalojados em todo o país. Na sua óptica, o Código Mineiro pode dar lugar a zonas restritas para todos os recursos minerais, inclusivamente para a construção civil.

O relatório/sombra das organizações da sociedade civil sublinha que o acesso às casas (1 milhão) prometidas pelo Governo na altura da campanha eleitoral não está claro, uma vez que se fala na compra de kits de material de construção, créditos especiais para jovens e outros elementos que complementam a «escuridão».

Por outro, pergunta ao Governo, entre o conjunto de esclarecimentos indispensáveis à melhoria da situação, os mecanismos para uma justa indemnização das famílias desalojadas e as razões para a falta de títulos de propriedade a favor das mesmas.

Quanto a sugestões, destaque para a criação de um plano director de habitação que possua uma componente direccionada aos desfavorecidos e a construção de habitações condignas para as famílias vítimas de demolições.

8.6 Executivo de “China” Suspende Cedência de terrenos

Angolense 03 a 10 de Outubro de 2009

O anúncio da cedência de terrenos nalguns municípios como:

Viana, Cacucaco e Kilamba Kiaxi fez com que várias pessoas acorressem para as sedes das respectivas administrações. Muitos chegaram a passar noites ao relento - o objectivo era único: Ter um pedaço de terra. O facto de o Governo ter suspenso as inscrições não foi visto com bons olhos pela maioria da população, que julga ser uma estratégia para o executivo de Francisca do Espírito Santo receber elogios da imprensa e desviar atenção sobre a polémica das demolições, bem como criar falsas expectativas, segundo os populares "A única exigência era depositar mil e trezentos Kwanzas na conta da administração, o que é mil Kwanzas para mim que vivo há trinta anos na renda? Preenchi os documentos e fui a luta, mas não consegui.

Na semana passada voltei a tentar, cheguei na administração de Viana às quatro da manhã, já encontrei muita gente no local", contou Neusa Adão.

Acrescentou que, o Governo não poderia parar agora, visto que já pagou. "Será que ainda vão abrir? Esse talão do banco ainda vai valer?", interrogou-se.

José Franklin disse que, a medida do Governo de Luanda é desumana. "Estão a brincar connosco, nem um mês se passou desde que começaram com as inscrições e agora já enceraram? Têm um esquema e

querem dar os terrenos aos seus familiares", acusou.

Na fase de inscrições, segundo informações, o corpo de segurança facilitou a entrada de algumas pessoas e, sobretudo, através da famosa gasosa. "Pediram-me quatro mil dólares porque assim teria mais garantia de receber o terreno", contou-nos um cidadão que preferiu falar sob anonimato.

Segundo informações, o Governo suspendeu a Iª fase de inscrição para organizar as inscrições já feitas e distribuir terrenos aos primeiros candidatos, mas tão logo termine esse trabalho haverá uma segunda fase.

Por outro lado, contactamos o Governo da Província de Luanda no sentido de obter mais informações, mas todos os esforços redundaram em fracasso. O vice-governador, Bento Soito, a quem fomos aconselhados pelo GPL a contactar tinha os terminais telefónicos desligados.

Segundo as cartilhas explicativas publicadas no Jornal de Angola, para adquirir um terreno, o Interessado deve demonstrar junto da administração municipal a vontade de ter um terreno para a construção de uma residência, através de requerimento disponíveis nas administrações; a administração deve se certificar de que existem reservas fundiárias; e verifica a existência de um plano urbano; a administração faz a apreciação do processo e verifica se no requerimento fazem parte todos os documentos e dados necessários para aprovação do processo e se o cidadão tem direito ou não ao terreno solicitado.

As autoridades que devem autorizar a entrega de terrenos variam de acordo com o tamanho e espécie de parcelas. Terreno urbanos em áreas urbanas, até mil metros quadrados Administração Municipal. De mil metros quadrados até vinte mil metros quadrados Governo Provincial. Mais de cinquenta mil metros quadrados - Ministro do Urbanismo e Habitação.

O pagamento para a formação do processo de demarcação, Direitos de Superfície, Título e registro de propriedade e vistorias; capacidade financeira e técnica para a pessoa pôr em prática o projecto. Estas são algumas condições para a autoridade aceitar o pedido.

8.7 Água potável para todos em Malanje

Jornal de Angola 11 de Outubro de 2009

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, anunciou, na quinta-feira, em Malanje, que o Governo central, em parceria com o governo provincial, está a

trabalhar para que até 2010 a população das zonas rurais da província possa ter acesso à água potável.

A primeira fase do projecto de captação e abastecimento de água, em fase adiantada de execução em Malanje, financiada pelo Banco Mundial, está avaliada em sete milhões de dólares.

Luís Filipe da Silva, que esteve 24 horas em Malanje, em visita de trabalho, verificou o grau de realização do programa "Água para Todos", mostrando-se satisfeito com o nível de instalação de fontanários e ligações domiciliárias em vários pontos da capital da província, municípios, comunas e aldeias.

O projecto de captação e fornecimento de água, em curso na província, vai beneficiar, numa primeira fase, 200 mil pessoas.

Extensão da rede de distribuição

O secretário de Estado das Águas revelou que a segunda fase, avaliada em dez milhões de dólares, vai permitir o alargamento da rede de distribuição.

Luís Filipe da Silva disse que a expansão da rede de distribuição de água "vai contribuir para alargar as áreas de atendimento e dar uma resposta eficaz às necessidades da população".

O secretário de Estado anunciou a construção de mais uma estação de captação e tratamento de água, a partir do rio Cuiji, a 15 quilómetros da cidade de Malanje, com capacidade de 2,24 metros cúbicos, afirmando que a extensão da rede de distribuição vai garantir que se atendam as necessidades futuras da região, no âmbito do plano director de desenvolvimento da província.

Luís Filipe da Silva referiu que a Secretaria de Estado e o governo da província estão a trabalhar para o aumento da produção de água em mais de mil metros cúbicos, a partir do centro de captação da Guiné, e para aumentar a capacidade de reserva em mais de 10 mil metros cúbicos. A realização deste projecto, frisou, vai contribuir para uma melhor prestação de serviço no fornecimento de água potável, que vai atingir todos os segmentos da população.

O programa, adiantou, visa dar a cada habitante das zonas urbanas, devidamente estruturadas, um consumo médio diário de cem a 150 litros de água. Quanto às zonas peri-urbanas, o projecto prevê fornecer, a cada pessoa, 50 litros de água por dia.

Empresa de gestão de águas

O secretário de Estado das Águas anunciou que a

província de Malanje vai ter, até o final do ano, uma empresa de gestão da água e atendimento aos clientes.

Luís Filipe da Silva explicou que a instituição, de acordo com o resultado de um estudo de viabilidade, é de carácter provincial.

"Queremos proporcionar água de qualidade aos cidadãos, de acordo com o programa do Governo "Água para todos", assegurou.

Já estão seleccionadas as empresas de construção civil e o processo de adjudicação das obras está em curso para o início dos trabalhos.

Em relação às sedes municipais, revelou, a Secretaria de Estado e o governo provincial estão a envidar esforços para que algumas administrações municipais estabeleçam planos directores para intervenção imediata. Trata-se das localidades de Cambunze, Kateco Kangola, Massango, Kinje, Talamungongo e a comuna de Mufuma.

Memorando de acções futuras

O governo da província e a Secretaria de Estado das Águas celebraram um memorando que vai servir de orientação para as acções a serem desenvolvidas nos próximos tempos.

O documento refere que as partes "defendem a necessidade de conceder atenção especial à questão da gestão dos sistemas, para garantir a sua sustentabilidade, quer nos centros urbanos, quer nas zonas rurais".

No âmbito do programa "Água para Todos", a Secretaria de Estado das Águas vai apoiar o governo de Malanje, de maneira a "proporcionar melhor desempenho em torno das acções ligadas ao sector das águas e indicar novas localidades para instalação de duas estações de tratamento de água para os municípios do Quela e Caculama".

A província de Malanje dispõe 47 quilómetros de rede, 2500 ligações domiciliárias, 41 fontanários públicos e 21 bocas de incêndios instaladas em várias localidades.

O Programa "Água para Todos" foi lançado pelo Governo, em Junho de 2007, para proporcionar água de qualidade e estender os serviços de abastecimento a todo o país.

A meta é cumprir com um dos objectivos fundamentais do Governo, o de reduzir a pobreza no país, pela via do aumento dos serviços sociais básicos, entre os quais está acesso a água potável.

O programa vai contribuir para o abastecimento de água a nove cidades, Malanje, Kuito, Ndalatando, Uíje, Huambo, Luena, Lubango e Mbanza Congo.

Além disso, vai permitir o desenvolvimento das instituições no subsector de abastecimento de água, melhorar a gestão de recursos hídricos, reabilitar os sistemas de fornecimento e desenvolver a capacidade e gestão de mudanças a nível do sector e do país em geral.

8.8 Mecanagro prepara terras em Malanje

Jornal de Angola 12 de Outubro de 2009

Três mil hectares de terra estão a ser preparados, desde segunda-feira última, na província de Malanje, para a campanha agrícola 2009/2010, pela Empresa de Mecanização Agrícola (Mecanagro).

Segundo o responsável local da Mecanagro, Cândido Avelino, 750 hectares serão preparados no município de Malanje, igual cifra para Cacuso e 500 hectares em Cangandala.

Disse que a Mecanagro trabalha em coordenação com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), no levantamento das necessidades das associações e cooperativas na preparação dos solos e distribuição de "inputs" agrícolas.

Cândido Avelino precisou que, para o êxito dos trabalhos de preparação dos solos, estão disponíveis 16 máquinas de fabrico indiano.

8.9 Campanhas de limpeza em Viana

Jornal de Angola 12 de Outubro de 2009

A Repartição de Espaços Verdes e Saneamento Básico do município de Viana, em Luanda, começou, este mês, a realizar, aos fins-de-semana, campanhas de limpeza para prevenir o surgimento de determinadas doenças.

O chefe da Repartição de Espaços Verdes e Saneamento Básico disse que as campanhas de limpeza visam prevenir, no tempo chuvoso, doenças como a cólera. Inácio Duarte apontou o mercado da Estalagem como a localidade de maior concentração de lixo, onde esteve uma operadora de limpeza para a remoção de resíduos sólidos.

Quanto à limpeza dos mercados, disse que a instituição promoveu e realizou palestras em algumas praças,

procurando sensibilizar os utentes sobre a vantagem de conservar aqueles os locais limpos. Inácio Duarte afirmou que foram feitas, também, fumigações no bairro "500 casas".

8.11 Faltam locais para o depósito de lixo no bairro Compão

A voz de Cacuso 15 a 15 de Outubro de 2009

Adelina Pedro moradora do bairro há oito anos disse a nossa reportagem que a situação está feia.

"Porque em qualquer sítio do bairro onde passamos é possível ver os sacos de lixo depositado pelos moradores".

Na sua dissertação, Dona Adelina acrescentou que estes locais são próximo das residências, por isso, alerta os "homens de direito", pelas doenças que podem advir desta prática.

"A recolha de lixo aqui tem sido um pouco difícil, porque existe apenas um carro que a administração colocou em funcionamento e não é suficiente para todo o bairro.

A nossa interlocutora disse ainda que na Vini-Norte (Sovinagre) e no campo da Panga-Panga são os locais onde todos os moradores depositam o lixo.

Por este facto, apelou as entidades governamentais para trabalharem no sentido de ultrapassar esta situação.

Jacinto Panda, outro morador, lamentou a falta de contentores e insuficiência de carros para a recolha de lixo.

Para Carlos Curvingua, colaborador do coordenador da comissão de moradores do bairro, a população não está a facilitar a recolha do lixo.

"Já efectuamos várias campanhas de sensibilização para tentar ultrapassar este mal", disse.

Segundo ele o bairro não está capacitado a contratar uma empresa, "embora a Administração fez o contrato com uma empresa afecta a Brigada Especial de Limpeza para tomar conta da comuna".

Carlos Curvingua foi mais longe dizendo que na tentativa de eliminar os focos de lixo o coordenador reuniu recentemente com a sua equipa a fim de realizar uma campanha de tapa buracos e melhorar alguns locais onde existem águas paradas.

"Houve fraca participação da população na campanha por isso, apelo todos a colaborarem para que o bairro tenha boa imagem".

8.10 Ruptura de conduta na Maianga deixa zonas de Luanda sem água

Jornal de Angola 21 de Outubro de 2009

Técnicos da Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL) estão, desde ontem, a reparar a conduta que se rompeu na noite de segunda-feira, no município da Maianga, criando uma cratera que soterrou uma viatura ligeira.

Lina Augusto, ligada à direcção da rede Sul da EPAL, disse que "a conduta existe há mais de 45 anos".

Os técnicos estavam no local para, primeiro, fazer uma avaliação dos estragos causados pela conduta e, depois, agir em função dos danos provocados.

"Vamos ter de trabalhar a um ritmo acelerado, visto que esta conduta de 700 milímetros alimenta uma outra de 400, que se encontra na Rua Revolução de Outubro".

A funcionária da EPAL disse ser prematuro falar de um horizonte temporal para o fim da reparação da conduta. Garantiu que os técnicos vão substituir os tubos danificados o mais rápido possível.

Lina Augusto disse ainda que parte daquela zona ficará privada do abastecimento de água até à conclusão dos trabalhos. Uma nota de imprensa do Governo Provincial de Luanda refere que a parte baixa da cidade ficará sem o abastecimento de água até ao dia 22.

8.12 Projecto "Água para todos" chega a milhares de pessoas

Jornal de Angola 22 de Outubro de 2009

Cerca de 30 mil pessoas, das cem mil previstas, beneficiam já de água potável na província do Huambo, afirmou, esta semana, o governador provincial, na sessão de abertura da quarta reunião de balanço do programa "Água para Todos", promovida pela Secretaria de Estado das Águas.

Albino Malungo lembrou que o programa "Água para Todos" contribui para a saúde e bem-estar das populações e para o desenvolvimento económico e social do país.

O governador referiu que, desde 2008, altura em que o programa começou no Huambo, são notórios os progressos que se consubstanciam na conclusão, até ao

momento, de quatro sistemas de água, dos dez previstos Rara 2009, na povoação de Boas Aguas, município da Tchicala Tcholohanga e na povoação "do Cruzeiro, município do Huambo.

A Missão Evangélica do Chilume, no Bailundo, e Ombala de Nazaré, no Longonjo, também beneficiaram de pequenos sistemas de água.

Várias outras áreas urbanas e rurais dispõem, também, ao todo, de 91 pontos de água.

"O governo da província do Huambo tem vindo a desenvolver o programa "Água para Todos", adaptando-o às condições dos recursos hídricos, sociais, tecnológicos e económicos disponíveis na província, para que, de modo eficiente e eficaz, sejam cumpridas as metas preconizadas pelo programa geral, que consiste em cobrir, até 2012, cerca de 80 por cento das zonas rurais e a totalidade das áreas urbanas," disse o governador.

O índice de cobertura de água potável na província é de 24 por cento, num universo de 2,3 milhões de habitantes.

Custos

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, disse que a população alvo neste programa é, a nível nacional, de cerca de três milhões.

O programa, que visa levar água potável à população do meio rural, de forma a atingir nestas áreas uma taxa de cobertura de 80 por cento, tem a duração de 5 anos e está avaliado em 600 milhões de dólares.

Luís Filipe da Silva referiu que nas capitais das províncias já houve "intervenções significativas" e que se continua a trabalhar para expandir o sistema do abastecimento de água às populações, com o objectivo de "atingir" níveis de cobertura mais elevados". Além das áreas urbanas, recordou, há o programa "Água para Todos", que pretende beneficiar a população dos meios rurais.

O secretário de Estado das Águas referiu que a reunião "serviu para analisar os progressos, dificuldades ou medidas operativas a tomar para atingir a sustentabilidade dos sistemas que estão a ser construídos".

"Não basta construir, é preciso mantê-los e operá-los correctamente, para que possam durar e desempenhar o papel para o qual foram construídos", adiantou.

A quarta reunião de balanço do programa "Água para

Todos", realizada terça-feira, na cidade do Huambo, teve a participação de directores de Energia e Aguas, de todas as províncias.

8.13 Programa "Água para todos" chega a todos os municípios

Jornal de Angola 23 de Outubro de 2009

O governador do Namibe, Boavida Neto, frisou) segunda-feira, que o projecto "Água para todos está a ganhar corpo", uma vez que já chega todos os municípios da província.

Numa conferência de imprensa, Boavida Neto afirmou que, à semelhança do que acontece noutras localidades do país, o projecto é uma realidade nos municípios da província que governa há sete anos.

A primeira fase deste programa, disse, foi realizada no município de Camucuio, a 31 O quilómetros a norte da sede capital da província.

No município da Bibala, 70 por cento da população já beneficia do programa, revelou o governador.

Boavida Neto anunciou que a segunda fase vai tratar da extensão da rede domiciliária e da construção de chafarizes.

"Na Bibala, realizamos um trabalho conjugado no sentido de aproveitarmos a água da Serra da Leba. Assim, foi feito um novo furo e, neste momento, com a instalação de novos chafarizes, fornecemos água ao domicílio a cerca de 70 por cento da população".

Quanto ao município do Virei, a prioridade foi para a localidade do Cinde, onde tem sido feito o transporte da água desde o Chacuto até à sede municipal, numa extensão de sete quilómetros, em tubos galvanizados, adiantou Boavida Neto.

"Além de cinco a seis chafarizes implantados e a água abastecida ao município, há que ressaltar o facto de a província do Namibe ter uma estrutura geográfica diferente da das outras regiões do país, o que implica meios técnicos capazes, fundamentalmente para fragmentar as rochas existentes que conformam o seu subsolo".

8.14 As lixeiras de fins-de-semana nas praias da Ilha

Jornal de Angola 23 de Outubro de 2009

As autoridades comunais da Ilha de Luanda andam com os cabelos em pé com a falta de civismo de uma série de energúmenos, que, aos fins-de-semana,

transformam as praias da zona em lixeiras.

A atitude dessa gente não surpreende. De admirar é que aquela comuna fosse excepção numa cidade, onde becos, ruas e avenidas são o que todos sabemos em termos de falta de higiene e desmazelo.

Num momento em que cresce a onda de histeria em relação aos fumadores e que o Governo fez aprovar uma lei que os pune, com pesadas multas, como se fossem os grandes e únicos causadores de todas as poluições e mais uma, talvez seja altura de se olhar para males bem maiores, que continuam, inexplicavelmente, a merecer a benevolência de quem tinha a obrigação de actuar.

A Ilha de Luanda vai beneficiar de um plano que lhe há-de dar nova roupagem arquitectónica, mas não era de todo descabido que se começassem já a realizar acções de sensibilização/educação junto de quem a frequenta, principalmente dos tais "banhistas". Deixar que continuem a degradá-la é abrir alas para que depois das obras feitas quem agora a emporcalha e estraga continue a fazer o mesmo.

8.15 Privação de electricidade na ordem do dia

A Capital 24 de Outubro de 2009

Os moradores do sector 16 na comuna do Hoji-ya-Henda nas imediações do parque Uíge e Soyo, estão privados de energia eléctrica há mais de 20 anos. Agastados com a situação disseram ao A Capital que o problema é antigo e que já fizeram muitas diligências, sem sucesso.

Paulo Monteiro, morador do bairro há 18 anos, frisou que o bairro nunca teve energia, mas, só agora se está a construir a casota, onde será montado o Posto de Transformação (PT).

«A população fez uma primeira contribuição de três mil e 500 kwanzas, para se comprar o PI só que estes valores foram desviados pelas pessoas que estavam em frente do projecto. Agora estamos a fazer outra contribuição com a ajuda da comissão de moradores», atestou.

Enquanto isso, adianta, «somos obrigados a suportar o barulho e o fumo dos geradores, porque temos de assistir notícias e outros programas interessantes». O único senão é que «não podemos congelar nada, engomamos a ferro de carvão».

Noutro extremo da cidade encontramos Almeida

Pedro. Habitante do bairro Sapú, algures no município do Kilamba Kiaxi, há mais de sete anos, revelou que há um ano os seus electrodomésticos estão parados, por falta de electricidade na zona.

«Já passa um ano, desde que as lâmpadas deixaram de acender. Pagávamos o equivalente a mil kwanzas a mensalidade. Dizem que a ENE cortou a energia, porque os responsáveis da PT, não pagavam as contas», algo que não é entendido pelos populares que mesmo não estando a beneficiar deste bem, pagavam.

Outra alternativa não há, senão socorrer-se dos geradores, sob o risco de incêndios mercê da gasolina, combustível altamente inflamável. Os riscos são maiores, sobretudo quando os geradores são manuseados por crianças, como é comum entre nós.

O que não entra na mente de muitos populares é o facto de a EDEL admitir que haja donos de PTs, sem se certificar de que estejam a beneficiar, de facto os cidadãos, com o agravante de fazerem cobranças exorbitantes.

No bairro Sucupira, adjacente ao Grafanil-bar, encontramos Maria Joana. Segundo ela, o Sucupira não desfruta da energia da EDEL.

O que lá há, são PIs privados, cujos tutores cobram valores muito altos, quer para a celebração de contratos, como no consumo mensal. «Pagamos para o contrato 700 dólares norte-americanos e por mês três mil, a casa mãe, e os anexos dois mil e 500 kwanzas», explicou Maria Joana, para quem «o Estado tem perdido muito, ao deixar que qualquer um venha no bairro e coloque o seu PI, cobrando os valores que bem entender».

Apesar do que pagam «a energia falha todos os dias, pelo que somos obrigados a comprar geradores, candeeiros ou velas».

8.16 Vinte e duas pessoas mandadas para rua em benefício de duas

Angolense 17 a 24 de Outubro de 2009

O imóvel em causa está registado a favor da senhora Rita Filipe, desde 25 de Abril de 1939. Em 1975 Rita Filipe celebrou um contrato de arrendamento com o senhor Sebastião António, que passou a morar na casa, cumprindo com a sua obrigação de pagar as rendas.

Após o falecimento da senhora, isso em 1987, Sebastião começou a pagar as rendas do imóvel a sobrinha da

proprietária, senhora Esperança. Pouco tempo depois, isso a 22 de Outubro de 1996, Sebastião faleceu, mas os seus filhos continuaram a viver na residência e pagavam as rendas à senhora Esperança. No entanto, esta também faleceu em 2003, passando a cuidar do imóvel a sua filha, Antónia, que, segundo contam os moradores da casa, se recusou de receber as rendas, pois a casa se encontrava completamente degradada.

Em 2001, segundo os nossos interlocutores, apareceu na dita residência o senhor Jorge Augusto Baptista, General, filho da amiga da proprietária do imóvel e disse ser o herdeiro da casa.

"Ele queria que nós abandonássemos a casa, mas não aceitamos, porque não havia nenhum documento que comprovasse que ele era herdeiro da senhora Rita Filipe", explicou Pedro Sebastião, morador da residência em causa. Na altura, como explicou, sem terem chegado a um consenso o senhor Jorge Baptista preparou todo material de construção e começou a erguer um imóvel numa parte do quintal. "Ele era amigo dos fiscais, as vezes passeavam juntos pelo bairro, por isso não teve dificuldades", frisou a fonte acima Citada.

Depois de ter terminado a obra, Jorge Baptista faleceu, isso no dia 1 de Dezembro de 2001, segundo o registo de óbito, a que tivemos acesso. O defunto era solteiro e não deixou herdeiros sujeitos a jurisdição orfanológica e não fez nenhum testamento.

Margarida Teixeira, uma das mulheres do falecido general, fez uma queixa na segunda secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, com o processo número: 2183/04-B reclamando a posse da casa.

Margarida Teixeira invocou o facto de ser viúva do senhor Augusto Baptista, suposto herdeiro do imóvel, com base numa sentença de reconhecimento de união de facto por morte para obter a restituição da posse do mesmo.

. Depois de ouvidos os intervenientes e estudo os documentos o tribunal fez a sentença, datada aos 11 de Julho de 2005, assinada pela Juíza, Paul a Rangel Cabral, onde ficou decidido o seguinte:

"Nos termos do número 3 do artigo 26º do Código do Processo Civil, dúvidas não restam de que a autora não é parte legítima, pelo que julga-se procedente a excepção de ilegitimidade arguida pelos réus e, em consequência", absolve-se os mesmos da instância. Custas pela autora Registe e notifique".

O Tribunal justificou a sentença argumentando que a autora não disse em nenhum momento como perdeu a posse, acrescentando o facto de que o seu falecido marido era herdeiro intestado da proprietária, sem contudo fazer prova do que alega.

Dois anos depois de ter saído a sentença, isso em 2007, Fernandes Paulo Miguel e Pedro Sebastião, ambos moradores do referido imóvel receberam uma convocatória, mas com um novo processo 0880/07-B.

"O nosso advogado nos mandou aparecer no Tribunal no dia 07 de Outubro de 2008, assim o fizemos, mas não encontramos o advogado, como a convocatória estava com ele não tivemos em que nos fundamentar para ir falar com a Juíza, contaram. Acrescentaram, em seguida, que o seu advogado mandou uma carta ao Tribunal de forma a justificar a falta deles.

"Nos mandaram pagar uma multa de catorze mil Kwanzas por não termos comparecido, assim o fizemos e ficamos aguardando até o dia em que nos chamariam, o que já não veio a acontecer", contaram.

No dia 07 do mês corrente, contam os nossos interlocutores, receberam um documento do seu advogado que se tratava de uma sentença, datada de doze de Junho do ano corrente, assinada pela mesma Juíza, Paula Rangel Cabral, que dava ganho da causa a senhora e, consequentemente condenou os réus a reconhecer o direito de propriedade das auras sobre o imóvel; condenar os réus a restituírem imediatamente as imóveis as auras e condenar os réus a pagarem as custas do processo.

"Nessa sentença encontramos muitos erros. A juíza se contradiz, por exemplo: no primeiro relatório dizem que o senhor Augusto Baptista faleceu ao 28 de Maio de 1985, depois dizem que ele apareceu no ano de 2001. Como é possível?

Se na primeira sentença a senhora era parte ilegítima e não havia apresentado nenhum documento, como é que a juíza diz que ela apresentou documentos que provam que ela é proprietária?

O Tribunal diz que ele, o senhor Augusto Baptista nos recebeu a casa, mas isso não corresponde a verdade. Que tipo de justiça quer fazer nos colocando na rua se vivemos naquela casa a trinta e quatro anos?", interrogaram desesperados. Nesse momento processo já se encontra nos escritórios da Mãos Livres e os moradores do imóvel esperam que a Justiça seja reposta.

8.17 Há quem pagou por um terreno e ficou com documentos na mão

A Capital 17 a 24 de Outubro de 2009

No município de Viana, encontramos a senhora Inocência. Moradora do projecto Morar, ela supõe que este município é o que mais pedidos deve ter feito, atendendo o número de pessoas que pernoitava defronte à Administração.

«Viana possui uma vasta reserva fundiária, o que terá atraído as pessoas e é também o município que mais desordem apresentou no atendimento às populações», frisou, ao acrescentar que não conseguiu, contudo, «dar entrada ao meu processo, mesmo depois de ter pago no banco».

«O que quero agora é apenas o meu dinheiro de volta ou que, pelo menos, recebam o processo, Porque ainda hoje vi pessoas a entregarem as fichas do banco», manifestou.

Cristina Veríssimo, moradora do bairro Dimuca, algures ao município do Sambizanga, foi até Viana na esperança de conseguir, por esta iniciativa governamental, um terreno.

«Tenho 35 anos de idade, casada e mãe de seis filhos. Vivo numa casa de renda há nove anos», explicou Cristina, cujo marido é motorista e auferia um salário insuficiente para comprar terreno, segundo ela, normalmente vendido a seis ou 10 mil Dólares».

«Fiz tudo durante duas semanas, mas nem no esquema consegui, porque o que mais preciso é ter a minha casa própria».

Margarida Venâncio, 30 anos, ex-moradora do bairro Iraque, que viveu muito recentemente o triste episódio das demolições que deixaram até ao momento muitas famílias ao relento, também optou por remeter solicitação de terreno.

«Vivia no Iraque, onde perdi a casa que tinha acabado de construir por esforço próprio. O meu marido não tem emprego, faz biscates uma vez a outra». Foi pelos favores de uma funcionária da Administração que Margarida conseguiu dar entrada do seu processo e a nota de pagamento do banco».

«Espero que tudo corra bem, porque temos estado a pernoitar no quintal de uma irmã». Sebastião Miguel Luís, de 39 anos, funcionário público, pai de três filhos é de opinião que se abraze uma excepção, para as pessoas na condição dele.

«Gostaria que o Governo abrisse uma excepção, para os que trabalham, porque não vamos todos abandonar os locais de trabalho, para aguentar a bicha durante uma semana», sugeriu.

Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso, administrador do município de Cazenga, contactado a propósito desta aflição dos populares, afirmou que a paralisação do processo surgiu de uma orientação da governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo.

«Nós inscrevemos 229 processos que pagaram e deram entrada formal dos seus processos. Dois mil e 800 receberam fichas e não foram a tempo de reunir os requisitos. Neste momento esperam dar entrada dos seus processos, tão logo se reinicie o processo», esclareceu o administrador do Cazenga.

Os interessados pagaram o equivalente a mil e 500 kwanzas, para os emolumentos de legalização dos seus respectivos processos, sendo por dia atendidas 100 pessoas.

Tany Narciso, foi peremptório ao assegurar que o Cazenga não possui reservas fundiárias capazes de satisfazer a demanda, pelo que os processos que ali deram entrada, serão encaminhados para outros municípios.

Neste momento o sector responsável pelo tratamento e selecção dos processos, trabalha na informatização e identificação dos potenciais beneficiários, porque já foram detectados processos de pessoas que já possuíam casa própria.

De acordo com o administrador do Cazenga, pessoas nesta condição, não podem beneficiar deste programa do Governo, pois, «o programa é para atender aqueles que, na verdade, vivem em arrendamento ou acomodados em casa de familiares, concluiu.

8.18 “Água para todos” uma perspectiva longínqua

Semanário Factual 23 a 30 de Outubro de 2009

Quando o governo angolano lançou o programa "Água para Todos" muita gente pensou que esse projecto seria de fácil aplicação, tendo em conta que o país possui uma rede hidrográfica de relevo, da qual seria possível conseguir abastecer todas as comunidades. Porém, o conceito de "água para todos" implica que ela seja potável e que chegue à casa das pessoas, o mais perto possível.

Para a execução do programa são chamados os governadores provinciais, as administrações municipais, outras estruturas do Estado e até as autoridades tradicionais.

No entanto, é sabido que para se alcançar esse desiderato será preciso um investimento avultado para garantir que pelo menos até 2012 oitenta por cento da população angolana ter ha acesso à água potável, como terá referido o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

E certo que para a consecução do programa será preciso, a nível das capitais provinciais, a substituição da tubagem para o fornecimento de água, datada do tempo colonial que, dada à sua antiguidade, tem sofrido roturas.

Ademais, devido ao tempo de "secura" de muitos anos e à falta de manutenção do sistema a nível das habitações, a tubagem estoirou, criando rios de água pelas paredes das casas, pelo asfalto, criando buracos e lama que dificultam o movimento rodoviário e pedestre: E isso é visível em vários locais de Luanda, no caso, onde empresas de reabilitação de estradas também perfuram a tubagem, levando a EPAL a intervenções permanentes para sanar a situação.

Ora, esse ciclo tem prejudicado os moradores que se vêem privados do líquido da vida por dias, semanas e até mais tempo.

Quem fala de Luanda, pode falar de qualquer outra capital provincial onde as autoridades se empenham em melhorar o fornecimento de água. E isso é visível, mas os maiores beneficiários são os proprietários cujas residências têm instalado sistemas de água, como as casas coloniais, as construídas com plano urbanístico ou condomínios privados, que recebem o líquido directamente de estações de tratamento.

No entanto, as aglomerações populacionais à volta das cidades, com casas construídas anarquicamente com blocos de cimento, de pau-a-pique, com tectos de zinco ou de capim, respectivamente, estão fora dos benefícios da água canalizada, socorrendo-se de terceiros para ter acesso a esse produto a preços dos olhos e nem sempre à altura.

Face a isso, pensou bem o governo em instalar fontanários (chafarizes) para suprir as necessidades das populações. Mas nem sempre a água chega a esses locais, por várias razões, privando as pessoas de beneficiar do líquido.

Aliás, é preciso lembrar que Angola é um país vasto,

com populações a habitar em zonas desprovidas de rios, socorrendo-se de cacimbas naturais ou de buracos para obtenção de água nem sempre propícia para consumo.

A esse nível, muito terá de ser feito, embora o secretário de Estado das Águas tenha afirmado que para o êxito do programa será necessário que haja uma boa conservação das estruturas que estado à disposição das populações das zonas rurais, para se diminuir o índice de mortalidade, principalmente das crianças, por causa da utilização de água não potável.

Ao reconhecer que os governos e outras autoridades locais devem participar na elaboração dos projectos, fiscalização e execução das obras, Luís Filipe da Silva deixou claro que nem tudo que brilha é ouro, havendo trabalhos bem executados, outros aceitáveis e outros maus, sem qualidade necessária, pelo que o acesso de todos à água potável é uma perspectiva ainda longínqua.

9 AMBIENTE

9.1 Autoridades preocupados com o abate de árvores

Jornal de Angola 4 de Outubro de 2009

A directora da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente no Huambo, Maria de La Sallette, e participantes ao décimo segundo encontro provincial das comunidades, no Cuima, manifestaram-se, recentemente, preocupados com o abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão.

Referiu que este facto está a contribuir, em grande medida, para as alterações climáticas.

Durante o encontro, promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), os participantes discutiram as estratégias que visam combater a desflorestação na região.

Maria de La Sallette disse que a sua instituição tem como missão contribuir para a construção de um desenvolvimento democrático, sustentável, social e ambiental justo para Angola, através do fortalecimento da capacidade dos mais desfavorecidos e das organizações da sociedade civil.

O propósito, referiu, é que as organizações da sociedade civil se tornem actores do seu próprio processo de desenvolvimento e sejam capazes de influenciar as políticas públicas, sem descurar a responsabilidade do mais amplo processo de mudança.

Os temas relacionados com o cooperativismo e comercialização, análise do processo de crédito, o processo de ensino e aprendizagem no meio rural, seus constrangimentos e desafios à luz da reforma educativa, a descentralização e formas de participação local e a terra dominaram o encontro.

Os referidos temas reflectiram o conjunto de situações abordadas ao longo da intervenção de projectos implementados pela ADRA, durante o ano em curso, e os debates incidiram sobre os principais sucessos e insucessos constatados.

O encontro reflectiu sobre dificuldades constatadas ao longo do ano, concretamente na redução da fertilidade dos solos, acesso aos materiais agrícolas, a subida vertiginosa dos preços dos fertilizantes, a falta de identificação de mercados mais favoráveis e a comercialização dos produtos agrícolas.

O evento, que aconteceu na comuna do Cuima, no município da Caála, contou com a participação de representantes de cooperativas agrícolas, associações de camponeses, do Instituto de Desenvolvimento Florestal, das administrações municipais da Caála e do Bailundo, e comunais do Cuima, Kalenga, Lepi e Luvemba, organizações da sociedade civil, entidades tradicionais, bem como do director geral da ADRA, Sérgio Calundungo.

A actividade visou, fundamentalmente, facilitar a participação dos grupos de referência no balanço e planificação das acções desenvolvidas e foi uma oportunidade para as comunidades manifestarem as suas opiniões sobre o trabalho desenvolvido, em conjunto, em pleno exercício de cidadania. A ADRA realiza, anualmente, encontros nas áreas nas quais desenvolve os seus projectos.

9.2 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola 10 de Outubro de 2009

Ao todo, 124 famílias da comuna da Calenga, município da Caála, província do Huambo, estão sem abrigo, em consequência das fortes chuvas que se abateram, nas últimas 48 horas, sobre a região, disse o administrador comunal.

Samuel Ntima afirmou que as autoridades da comuna da Calenga estão a realizar uma campanha para acudir às famílias sinistradas, com alguns meios "como chapas de zinco, portas, cimento e bens de primeira necessidade.

"As chuvas, que estão a cair com forte intensidade, derrubaram muitas casas na aldeia de Nvila, deixando sem abrigo 124 famílias nos bairros periféricos da comuna", referiu.

O administrador afirmou que as famílias sinistradas contam com o "apoio moral e material da administração comunal, das autoridades tradicionais, de pessoas de boa fé, instituições religiosas e de organizações filantrópicas". O administrador apelou a todos os cidadãos daquela circunscrição, que praticam o abate indiscriminados das árvores nos perímetros florestais, no sentido de preservarem o meio ambiente, para se evitarem situações piores.

Livros

Mais de cinco mil livros digitais foram entregues, recentemente, aos estudantes do Instituto Médio Agrário do Dango, na província do Huambo, por professores brasileiros que leccionam naquela instituição.

O responsável da biblioteca, João Alicerce, disse que os livros representam um ganho para a instituição académica, pois vai facilitar as pesquisas. Além dos cinco mil livros instalados na biblioteca virtual, o Instituto Médio Agrário do Huambo dispõe de mais de quatrocentos, de literatura e ligados às áreas técnicas.

Marlene Miranda, estudante da instituição, disse que os cinco mil livros digitais constituem uma mais valia, tendo em conta as dificuldades que a instituição enfrentava e louvou o gesto dos professores brasileiros.

Técnicos de saúde na província falam sobre malária na gravidez. Um seminário sobre serviços essenciais de saúde foi ministrado, recentemente, no município do Longonjo, província do Huambo, a 205 funcionários do sector, entre médicos e técnicos básicos.

No seminário, que durou dois dias e foi promovido pela direcção provincial da Saúde do Huambo, foram abordados temas como a malária em situações de gravidez, a sua prevenção, diagnóstico clínico e

laboratorial e hemorragia da primeira à última fase da gestação.

Henrique lamba, porta-voz do: seminário, afirmou que a acção teve objectivo fortalecer as políticas que proporcionam a qualidade de atendimento aos doentes e melhorar a prestação de serviços nas unidades sanitárias.

A preparação e actualização dos técnicos, sublinhou, constitui uma mais-valia e vai ajudar a melhorar os cuidados primários de saúde, na sede do município e nas comunas e aldeias.

9.4 Ministério dos Petróleos realiza seminário sobre a campanha de controlo ambiental

Jornal de Angola 17 de Outubro de 2009

O Ministério dos Petróleos e a Total E&P Angola realizaram, ontem, em Luanda, o primeiro seminário sobre a campanha de monitorização ambiental nos blocos 17 e 32. O seminário, que decorreu no auditório do Ministério dos Petróleos, serviu para esclarecer e divulgar as "diferentes técnicas de monitorização do ambiente e os benefícios que daí advêm".

Na abertura do encontro, o director do Ambiente do Ministério dos Petróleos, Manuel Xavier, disse que o objectivo da realização do Workshop é dar cumprimento do que está estabelecido no Ministério dos Petróleos, que é a monitorização dos blocos 17 e 32.

"Queremos que a actividade de exploração de petróleo seja feita respeitando a protecção do ambiente", disse.

"Este ano tivemos pequenos problemas de derrame, mas no ano passado ocorreram derrames preocupantes", lembrou. O segundo seminário está marcado para o primeiro trimestre de 2010.

9.3 Ecologistas querem maior adesão à causa Ambiental

Jornal de Angola 27 de Outubro de 2009

José Silva integra a Juventude Ecológica de Angola (JEA) desde 1999. Na sua opinião, ser membro daquela organização não implica, apenas, estar inscrito e ter uma ficha. "Estar aqui é ser voluntário, um ambientalista com um pensamento positivo sobre o meio ambiente. E dedicar-se de corpo, alma e afeição à causa", disse.

A desempenhar as funções de secretário para Informação da Juventude Ecologia de Angola, José Sil-

va conta que o seu interesse pelo ambiente se deveu a um programa radiofónico, cuja abordagem versava sobre assuntos ambientais.

O seu primeiro contacto com a direcção da Juventude Ecológica de Angola deu-se em 1995. "Mas conta -, só dois anos depois, em 1997, recebi a primeira ficha como membro da JEA e desde sempre estive disponível e dedico-me inteiramente às actividades da causa".

Acrescentou que "tive, sempre, um interesse pelo ambiente. Quando frequentava a 8ª classe era um aluno apaixonado pela disciplina de biologia e na 4ª classe pela de ciências da natureza".

Revelou ter sido um dos incentivadores das campanhas de limpeza dos bairros, principalmente nas zonas suburbanas, nos finais dos anos 80 e princípio de 90.

José Silva considera-se um ecologista e sustenta a sua afirmação com as seguintes palavras: "todos nós nascemos com o verde e já compreendemos que o ambiente não está, apenas, ligado à água e às plantas".

O actual secretário para a Informação do JEA confessou que foi criticado por várias pessoas por se dedicar de corpo e alma às actividades da organização. "Ouvei palavras como: trabalhar sem nenhuma remuneração, principalmente aos sábados, domingos e feriados é obra de demente". "Felizmente estou satisfeito e não me arrependo do que tenho feito para preservação do ambiente", disse.

A JEA, além de se dedicar aos temas ligados à educação ambiental, vela também por projectos de impacto social como o combate à SIDA, à pobreza, além de se debruçar sobre questões económicas e lições de educação moral e cívica.

Segundo assegurou José Silva, "AJEA incute nos seus membros a não se apegarem, somente, às questões ligadas ao ambiente, porque o ecologista deve dominar todos os assuntos sociais e económicos, principalmente quando afectam a sociedade. Muitos se esquecem que quando se fala de petróleo, pesca e agricultura, estamos diante de problemas ecológicos", lembrou.

José Silva reconhece que as palestras levadas a cabo pelos membros da JEA não têm sido suficientes para educar ambientalmente a juventude. "Trabalhamos há 25 anos em prol da educação ambiental. Mesmo assim existem zonas abarrotadas de lixo e praias poluídas. Mas para o bem da pessoa humana, estamos a fazer um trabalho para que a convivência seja de harmonia

ambiental", pontualizou.

Maria Planta

Maria Rosa, também é membro da Juventude Ecológica de Angola. Ela conta que começou a participar activamente na JEA depois da realização das IV Olimpíadas do Ambiente de 2004.

A convite de um amigo, Maria Rosa decidiu fazer a inscrição para ingressar na JEA e trabalhar "arduamente pela conservação do ambiente", referiu.

Maria Rosa está a frequentar 02º ano do curso de Ambiente e Gestão e Território, na Universidade Metodista de Angola (UMA). Os seus encarregados de educação, no princípio, zangaram-se pela escolha que fez. "Mas, hoje, por se aperceberem que o ambiente é que garante qualidade de saúde à pessoa humana, estão felizes por eu estar a fazer essa licenciatura", garantiu.

A jovem Maria Rosa aconselha a juventude, associada ou não em organizações ecológicas, a trabalhar a favor do ambiente. Ela considera que a falta de realização das Olimpíadas do Ambiente fez com que muitos jovens deixassem de contribuir para a saúde do ambiente.

Por conta da dedicação que tem pelas actividades ligadas à natureza deram-lhe o nome de "Maria Planta". Ambientalista Carla Pena trabalha para a Juventude Ecológica de Angola há sete anos tal como Mana Rosa, emgressou na organização depois de ter participado nas Olimpíadas do Ambiente de 2002, onde foi eleita "Ambientalista 2002".

"Faço parte da JEA, que luta pela protecção do ambiente e que tem uma causa nobre: a preservação da espécie humana e a continuidade da mesma", precisou.

Carla Pena é estudante de 4º ano do curso de engenharia ambiental na Universidade Independente de Angola (UNIA) e garantiu que dará tudo de si a favor do ambiente quando terminar a sua formação.

Cinema ambiental

A JEA organiza, anualmente, o Ciclo de Cinema Ambiental, um projecto que visa a exibição de filmes e documentários que retratam o estado do ambiente a nível nacional e internacional. Em 2000, a JEA, com o apoio do Centro Cultural Português e da Chevron - Texaco, realizou, de 16 a 24 de Outubro, a primeira edição deste ciclo de cinema. Denominado Ciclo de Filmes e Debates Ambientais, contou com a participação diária de mais de 70 pessoas. Em 2001, igualmente com o mesmo suporte institucional, o Ciclo de Cinema Ambiental foi realizado de 10 a 12 de

Outubro, sob o lema "Lusofonia", onde foram exibidos documentários ambientais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Em 2002, o Centro Cultural Português acolheu, de 15 a 18 de Outubro, no auditório Pepetela, a terceira edição do Ciclo de Cinema Ambiental, sob o lema "Montanhas, biodiversidade e Eco turismo".

O que é JEA

A Juventude Ecológica Angolana é uma Organização Não-Governamental de carácter ambiental, fundada em Luanda a 11 de Maio de 1991. Dedicar-se a questões de protecção, recuperação e preservação do ambiente.

A JEA conta, actualmente, com mais de dois mil membros voluntários, entre estudantes e trabalhadores. Tem delegações em oito províncias de Angola, nomeadamente Benguela, Cabinda, Cunene, Huíla, Kwanza-Sul, Luanda, Malanje e Namibe.

No seu trabalho diário, a JEA envolve escolas, organizações não governamentais, Igrejas, meios de comunicação social e a sociedade civil.

9.5 Estudo sobre impacto ambiental deve ser respeitado

Jornal de Angola 19 de Outubro de 2009

O engenheiro civil luso-angolano, Daniel Quintã, alertou, em Luanda, os empreiteiros ligados ao sector das obras públicas para maior racionalização do ambiente durante a projecção de novos bairros sociais.

Em declarações à Angop, o conselheiro do vice-ministro do Urbanismo e Habitação, António Teixeira Flor, afirmou estarem a surgir no país, sobretudo em Luanda, áreas habitacionais mal planificadas e com projectos concebidos de forma precária, o que pode degradar o habitat da província.

Referiu que em algumas destas zonas são visíveis sinais de falta de seriedade e sensibilidade dos projectistas e técnicos envolvidos no projecto, visto que em menos de cinco anos apresentam rachaduras causadas pela decapagem do terreno e da "pressa na sua materialização.

"Não é nenhum drama cometermos um ou dois erros. No entanto, constituirá se eventualmente viermos a cometê-los sucessivamente", disse, aconselhando as autoridades angolana a melhorarem a fiscalização deste tipo de obras.

"Os rios secos são extremamente importantes porque fazem parte de um sistema de canais naturais e o homem não tem o direito de o destruir. Ele tem de

saber interpretá-lo e respeitá-lo para não pagar as consequências", considerou.

Acrescentou que "toda a edificação deve respeitar os estudos sobre o impacto ambiental e acautelar as áreas para a drenagem das águas, tanto residuais como pluviais, além das zonas para a canalização da água potável ao domicílio, visto que os recursos hídricos são indispensáveis em qualquer plano de construção", disse o engenheiro.

9.6 Experiência brasileira sobre biocombustíveis em Angola

Expansão 30 de Outubro de 2009

Uma missão oficial brasileira escalou Luanda, para contactos com técnicos e autoridades nacionais sobre biocombustíveis, assunto abordado nos seminários, durante um périplo que envolve também a Zâmbia, Botswana e África do Sul.

Em Luanda, o seminário levou à mesa assuntos como as ferramentas da zona agro-ecológica como instrumento de política, levantamentos técnico-científicos e análise de dados. Foram ainda expostas as variáveis económicas, ambientais e sociais, além dos aspectos edafoclimáticos (relação plantasolo-clima para o plantio) essenciais para a definição dos sistemas de produção.

Durante o certame, foi apresentado o livro "Bioetanol da cana-de-açúcar". O Bioetanol, segundo o representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Daniel da Fonseca, é um combustível biológico, que se usa misturado com gasolina ou biodiesel, ou directamente como combustível pela sua combustão limpa.

"É um álcool produzido de fermentação de biomassa como a do milho, alcachofra, batata, beterraba sacarina, cana-de-açúcar, plantas e desperdícios agrícolas, e de quase toda a matéria orgânica que contenha amido ou sacarose".

Da biomassa de cana-de-açúcar, somente o amido ou a sacarose são usados como combustível, a maioria das substâncias que sobram podem ser usados como subprodutos valiosos para a produção de alimentos e químicos.

Actualmente, o bioetanol é polémico pelo facto de se utilizar, o milho, visto que poderia ser utilizado para alimentar as populações. Angola ainda não produz biocombustíveis, embora a cana-de-açúcar, milho, óleo de coco e o amendoim sejam já destaques na

agricultura nacional. O Governo estuda a aprovação de uma lei para promover o sector, prevendo-se a ocupação de 30 mil hectares para o cultivo de cana-de-açúcar um investimento de 258 milhões USD.

9.7 Etanol e açúcar da Biocom a partir do próximo ano

Expansão 30 de Outubro de 2009

O projecto de produção de etanol e açúcar pelo projecto Biocom, avaliado em 220 milhões USD, vai começar no próximo ano, noticiou a agência Reuters esta semana. Investimento comum dos brasileiros da Odebrecht, da Sonangol e da empresa Damer, esta joint-venture vai tratar 30 mil hectares de terra na província de Malange e inclui a construção de uma fábrica que produzirá 260 mil toneladas de açúcar e 30 milhões de litros de etanol (que, misturado com gasolina mineral, dá origem ao bioetanol, substituto da gasolina) por ano. De acordo com a Reuters, o director de comunicação da Odebrecht Angola, Humberto Rangel, afirmou que a produção terá início no próximo ano e a velocidade cruzeiro será atingida dentro de quatro anos. Além do açúcar e do álcool, deste projecto sairá ainda a produção de electricidade. Esta chegará aos 47 megawatts e será obtida a partir das partes fibrosas da cana-de-açúcar e do calor da maquinaria.

9.8 Governo está a preparar condições para travar agressões ao ambiente

Jornal de Angola 31 De Outubro de 2009

O inspector-geral do Ministério do Ambiente, Francisco dos Santos, assegurou ontem, em Luanda, que estão a ser criadas condições para que se dê resposta a todas as situações que atentem contra o meio ambiente em Angola.

Francisco dos Santos, que falava no acto de encerramento do primeiro seminário nacional de capacitação e formação de fiscais ambientais, reconheceu que a área de Fiscalização do Ministério do Ambiente está numa fase embrionária.

O responsável defendeu a necessidade de os serviços de Fiscalização do Ministério do Ambiente serem potenciados, do ponto de vista de acção e actuação. E um dos primeiros passos, na visão de Francisco dos Santos, foi a acção formativa, para capacitar os fiscais ambientais, que terão a missão de aplicar acções que salvaguardem o ambiente.

Francisco dos Santos garantiu que formação do género será contínua, para que se cumpram com as medidas de protecção ao ambiente que o Ministério do Ambiente pretende, do ponto de vista pedagógico, é levar a informação, aos grandes empreendedores do país, de que o ambiente é uma premissa que deve ser tido em conta no desenvolvimento de qualquer Nação.

Participação da Polícia

No seminário nacional de capacitação de fiscais ambientais participaram também efectivos provenientes da Polícia Nacional.

O director nacional adjunto para Ordem Pública, Arnaldo Carlos, que presidiu ao acto de encerramento, disse que a Polícia Nacional em um papel importante a desempenhar nas vertentes que envolvam protecção do meio ambiente. Arnaldo Carlos acrescentou que a Polícia está a criar condições, a nível nacional, para travar um combate eficaz às agressões ao meio ambiente.

"Actualmente, os problemas relativos à protecção da natureza e do meio ambiente constituem uma preocupação global e transnacional, independentemente do estado de desenvolvimento económico, social ou tecnológico dos países", acentuou Arnaldo Carlos.

O director nacional para a Ordem Pública considerou que, quanto à protecção do meio ambiente, "Angola pode prestar um essencial contributo e se colocar numa posição, estratégica e de relevo a nível de Africa e do mundo".

"As preocupações ligadas ao meio ambiente estão na base do acréscimo da produção legislativa ambiental e da crescente e generalizada consciência pública ambiental. Daí o surgimento, em muitos países, de órgãos policiais especializados na protecção do ambiente".

Arnaldo Carlos defendeu a continuidade das acções de formação e educação ambiental destinadas à Polícia e à sociedade em geral.

Em seu entender, o seminário constituiu o primeiro passo de um conjunto de acções, que serão realizados no âmbito da implementação do protocolo de cooperação, estabelecido entre os Ministérios do Interior e do Ambiente.

O protocolo, disse, vai fortalecer as relações institucionais para a implementação cabal das políticas ambientais.

O seminário juntou 70 formandos, oriundos das 18 províncias. Foram ministrados conhecimentos sobre licenciamento ambiental, estudos de impactos ambientais, impactos ambientais de empreendimentos seleccionados, visitas de fiscalização, relatórios de visitas e exercícios de simulação.